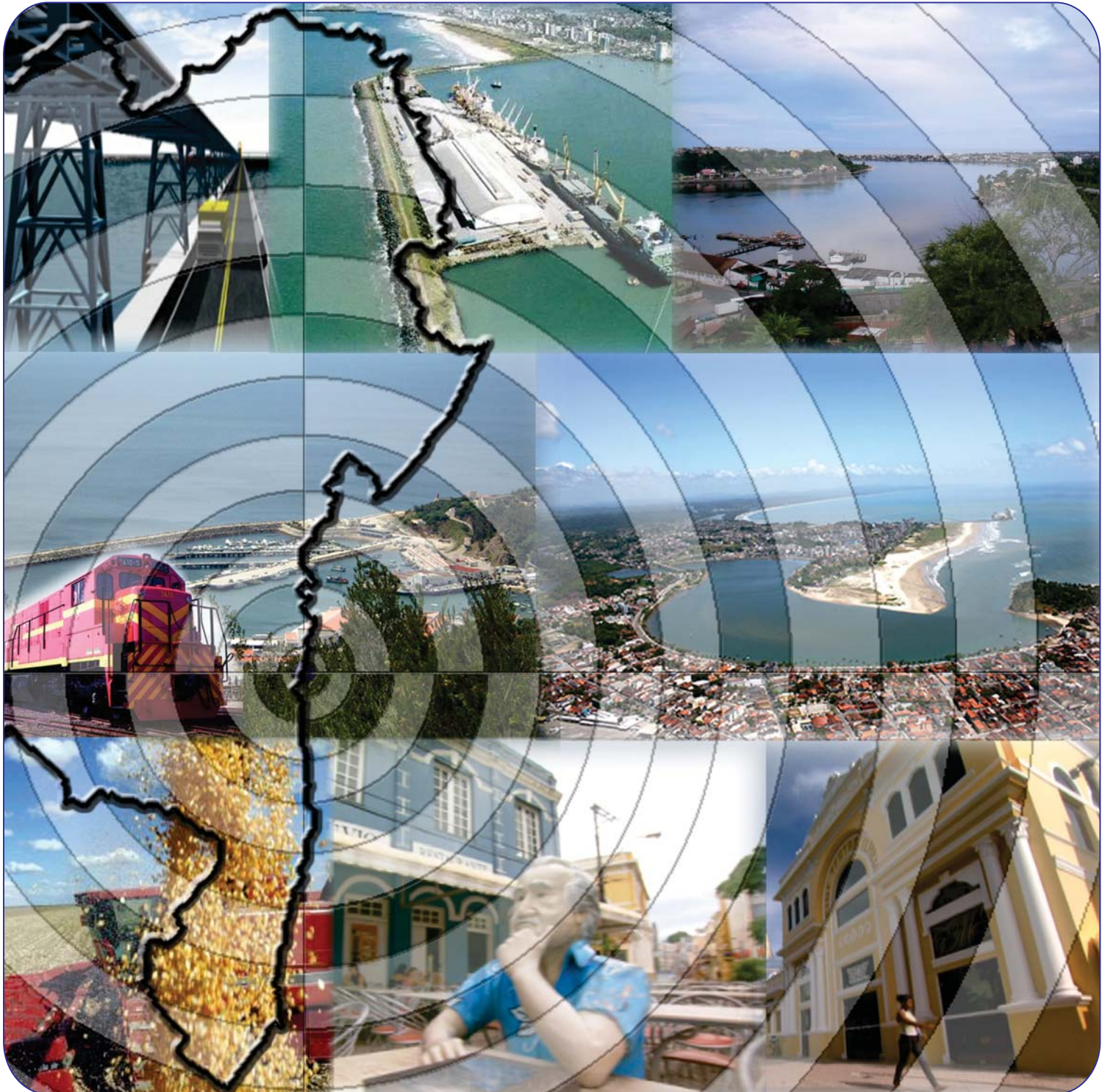


CONSÓRCIO

HYDROS **ORIENTA**



**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL
(RIMA) PARA IMPLANTAÇÃO DO PORTO SUL EM ILHÉUS**

**TOMO XVI - APÊNDICE 15 - POPULAÇÃO, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL E
ARQUEOLÓGICO**

VOLUME 2

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

**DERBA - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA
BAHIA**

DIRETOR GERAL

Saulo Filinto Pontes de Souza

DIRETOR DE PROJETOS E PROGRAMAS ESPECIAIS

Anna Christina Cruz Dias

HYDROS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Engº Silvio Humberto Vieira Regis

COORDENAÇÃO GERAL

Engº Ulysses Fontes Lima

Engº José Jaques Coelho

GERENTE DE CONTRATO

Geol. Sandro Luiz de Camargo

**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RELATÓRIO DE IMPACTO
AMBIENTAL (RIMA) PARA IMPLANTAÇÃO DO PORTO SUL EM ILHÉUS**

**APÊNDICE 15 – POPULAÇÃO, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL E
ARQUEOLÓGICO**

VOLUME 2

APRESENTAÇÃO

O Consórcio **HYDROS/ORIENTA** apresenta o “CADERNO DE RESPOSTAS AO PARECER Nº 09/2012 – COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA” (0341-RT-00-MA-020 R-00), parte integrante do Contrato nº CC001 - CT 012/10, cujo objeto é a “Contratação de Consultoria de engenharia para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA para implantação do Porto Sul em Ilhéus”, firmado entre o CONSÓRCIO HYDROS/ORIENTA e o DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - DERBA. O Caderno de Respostas completo constitui-se de vinte Tomos, com a seguinte estrutura:

Tomo I -	Documento-resposta
Tomo II -	Apêndice 1 – Caracterização do Empreendimento
Tomo III -	Apêndice 2 – Justificativa do Empreendimento, Avaliação de Alternativas Tecnológicas e Locacionais e Definição da Área de Influência
Tomo IV -	Apêndice 3 – Caracterização dos Acessos
Tomo V -	Apêndice 4 – Caracterização da Pedreira
Tomo VI -	Apêndice 5 – Qualidade do Ar
Tomo VII -	Apêndice 6 – Ruídos e Vibrações
Tomo VIII -	Apêndice 7 – Linha de Costa, Dragagem e Rotas Marítimas
Tomo IX -	Apêndice 8 – Dados Sismológicos e Espeleologia
Tomo X -	Apêndice 9 – Qualidade da Água
Tomo XI -	Apêndice 10 – Fauna Terrestre
Tomo XII -	Apêndice 11 – Biota Aquática, Cetáceos e Quelônios
Tomo XIII -	Apêndice 12 – Flora
Tomo XIV -	Apêndice 13 - Estudo de Conectividade Hídrica
Tomo XV -	Apêndice 14 - Bioindicadores, Unidades de Conservação e Anuências
Tomo XVI -	Apêndice 15 – População, Turismo e Patrimônio Cultural e Arqueológico
Tomo XVII -	Apêndice 16 – Atividade Pesqueira
Tomo XVIII -	Apêndice 17 – Avaliação dos Impactos Ambientais
Tomo XIX -	Apêndice 18 – Programas Ambientais
Tomo XX -	Apêndice 19 – Caderno de Investimentos

O presente documento **Tomo XVI** corresponde ao **Apêndice 15 – População, Turismo e Patrimônio Cultural e Arqueológico**. Este documento está apresentado em duas partes. A Parte I contém os comentários e suas respectivas respostas, e a Parte II contempla os estudos complementares: 15.A – Reapresentação do Item População do EIA; 15.B – Cenários econômico e de Migrações; 15.C – Habitação, 15.D – Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico; 15.E – Doenças Respiratórias em Ilhéus; 15.F – Perfil das Propriedades/Posses e dos Ocupantes da ADA; 15.G – Extrativismo na ADA; 15.H – Uso e Ocupação do Solo e 15.I – Atividades Turísticas no Litoral Norte de Ilhéus.

O Tomo XVI divide-se em dois Volumes:

- Volume 1 - Parte I completa e os Estudos 15.A, 15.B, 15.C e 15.D;
- **Volume 2 - Estudos 15.E, 15.F, 15.G, 15.H e 15.I.**

PARTE II - TEXTO REVISADO/ESTUDOS COMPLEMENTARES

**TOMO XVI - APÊNDICE 15 – POPULAÇÃO, TURISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO**

15.E – DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM ILHÉUS

15.E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM ILHÉUS**SUMÁRIO**

1.	PERFIL DAS DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO DE ALGUNS MUNICÍPIOS DO PORTO SUL, BAHIA.....	1
1.1	MORBIDADE HOSPITALAR POR DAR.....	3
1.2	MORTALIDADE POR DAR.....	8
2.	AS DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO EM ILHÉUS	16
2.1	MORBIDADE.....	16
2.2	MORTALIDADE.....	17
3.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	19
4.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 -	Taxas de Mortalidade por DAR e Causas Seleccionadas de Residentes no Município de Barro Preto, Bahia, 2000 - 2010	9
Figura 1.2 -	Taxa de Mortalidade por DAR e Causas Seleccionadas de Residentes no Município de Ilhéus, Bahia, 1996 - 2010.....	11
Figura 1.3 -	Taxa de Mortalidade por DAR e Causas Seleccionadas de Residentes no Município de Itabuna, Bahia, 1996 - 2010.....	12
Figura 1.4 -	Taxa de Mortalidade Por DAR e Causas Seleccionadas de Residentes no Município de Uruçuca, Bahia, 1996 - 2010	15
Figura 2.1 -	Taxa de Internações por Doenças do Aparelho Respiratório. Ilhéus – 2000 a 2011	16
Figura 2.2 -	Taxa de Mortalidade por DAR e Causas Seleccionadas de Residentes no Município de Ilhéus, Bahia, 1996 - 2010.....	18

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 - Doenças do Aparelho Respiratório, Segundo a CID-10	1
Quadro 1.2 - Número e Taxa de Internações* por Doenças do Aparelho Respiratório Segundo Municípios de Residência Selecionados e ano da Internação. Bahia - 2000 a 2011	3
Quadro 1.3 - Internações (Nº e %) por DAR, Segundo o Diagnóstico e Município de Residência Selecionado. Estado da Bahia, 2011	4
Quadro 1.4 - Internações (Nº e %) por Doenças, do Aparelho Respiratório Segundo Faixa Etária e Municípios de Residência Selecionados do Porto Sul, Bahia, 2011	8
Quadro 1.5 - Óbitos por Doenças do Aparelho Respiratório (DAR), segundo Principais Causas Específicas de Residentes no Município de Coaraci, Bahia, 1996 – 2005	10
Quadro 1.6 - Óbitos por DAR por Causas Selecionadas (Nº e Taxa de Mortalidade*) de Residentes no Município de Itacaré, Bahia, 1996 – 2010	13
Quadro 1.7 - Óbitos por Doenças do Aparelho Respiratório (Nº e Taxa de Mortalidade*), Segundo Principais Causas de Residentes no Município de Itajuípe, Bahia, 2000 – 2010	14

1. PERFIL DAS DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO DE ALGUNS MUNICÍPIOS DO PORTO SUL, BAHIA

As chamadas doenças do aparelho respiratório (DAR) são aquelas que afetam o trato e os órgãos do sistema respiratório. Esse grupo de enfermidades é bastante complexo e diversificado, assim como a sua etiologia, que pode variar desde hábitos individuais (como o fumo), a exposição (inclusive profissional) a poluentes atmosféricos, a condições alérgicas (que podem ser desenvolvidas em função de condições de vida precárias) ou mesmo a causas autoimunes, como doenças do aparelho imunológico, que também podem estar vinculadas a fenômenos sociais mais amplos, como as condições de nutrição, de trabalho, ou mesmo aos serviços de saúde.

De acordo com a CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde)¹, no seu capítulo X, ao nome genérico de DAR incluem 64 doenças² diferentes, conforme **Quadro 1.1**. Cada uma delas possui suas próprias características, causas, sintomatologia e tratamento específico.

Quadro 1.1 - Doenças do Aparelho Respiratório, Segundo a CID-10

Capítulo X - Doenças do Aparelho Respiratório (J00-J99)
J00-J06 - Infecções agudas das vias aéreas superiores
J00 Nasofaringite aguda [resfriado comum]
J01 Sinusite aguda
J02 Faringite aguda
J03 Amigdalite aguda
J04 Laringite e traqueíte agudas
J05 Laringite obstrutiva aguda [crupe] e epiglote
J06 Infecções agudas das vias aéreas superiores de localizações múltiplas e não especificadas
J09-J18 - Influenza (gripe) e pneumonia
J09 Influenza [gripe] devida a vírus identificado da gripe aviária
J10 Influenza devida a outro vírus da influenza [gripe] identificado
J11 Influenza [gripe] devida a vírus não identificado
J12 Pneumonia viral não classificada em outra parte
J13 Pneumonia devida a <i>Streptococcus pneumoniae</i>
J14 Pneumonia devida a <i>Haemophilus influenzae</i>
J15 Pneumonia bacteriana não classificada em outra parte
J16 Pneumonia devida a outros microorganismos infecciosos especificados não classificados em outra parte
J17* Pneumonia em doenças classificadas em outra parte
J18 Pneumonia por microorganismo não especificada
J20-J22 Outras infecções agudas das vias aéreas inferiores
J20 Bronquite aguda
J21 Bronquiolite aguda
J22 Infecções agudas não especificada das vias aéreas inferiores
J30-J39 Outras doenças das vias aéreas superiores
J30 Rinite alérgica e vasomotora
J31 Rinite, nasofaringite e faringite crônicas
J32 Sinusite crônica
J33 Pólipo nasal
J34 Outros transtornos do nariz e dos seios paranasais
J35 Doenças crônicas das amígdalas e das adenóides
J36 Abscesso periamigdaliano

¹ Versão utilizada: Décima Revisão, Versão 2008, Volume I. Disponível em <http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/webhelp/cid10.htm>. Acesso em 28/03/2012.

² Muitas vezes, a mesma doença tem causas diferentes, de modo que cada causa gera uma nova classificação.

Quadro 1.1 - Doenças do Aparelho Respiratório, Segundo a CID-10**Capítulo X - Doenças do Aparelho Respiratório (J00-J99)**

J37 Laringite e laringotraqueíte crônicas

J38 Doenças das cordas vocais e da laringe não classificadas em outra parte

J39 Outras doenças das vias aéreas superiores

J40-J47 Doenças crônicas das vias aéreas inferiores

J40 Bronquite não especificada como aguda ou crônica

J41 Bronquite crônica simples e a mucopurulenta

J42 Bronquite crônica não especificada

J43 Enfisema

J44 Outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas

J45 Asma

J46 Estado de mal asmático

J47 Bronquectasia

J60-J70 Doenças pulmonares devidas a agentes externos

J60 Pneumoconiose dos mineiros de carvão

J61 Pneumoconiose devida a amianto [asbesto] e outras fibras minerais

J62 Pneumoconiose devida a poeira que contenham sílica

J63 Pneumoconiose devida a outras poeiras inorgânicas

J64 Pneumoconiose não especificada

J65 Pneumoconiose associada com tuberculose

J66 Doenças das vias aéreas devida a poeiras orgânicas específicas

J67 Pneumonite de hipersensibilidade devida a poeiras orgânicas

J68 Afecções respiratórias devidas a inalação de produtos químicos, gases, fumaças e vapores

J69 Pneumonite devida a sólidos e líquidos

J70 Afecções respiratórias devida a outros agentes externos

J80-J84 Outras doenças respiratórias que afetam principalmente o interstício

J80 Síndrome do desconforto respiratório do adulto

J81 Edema pulmonar, não especificado de outra forma

J82 Eosinofilia pulmonar, não classificada em outra parte

J84 Outras doenças pulmonares intersticiais

J85-J86 Afecções necróticas e supurativas das vias aéreas inferiores

J85 Abscesso do pulmão e do mediastino

J86 Piotórax

J90-J94 Outras doenças da pleura

J90 Derrame pleural não classificado em outra parte

J91* Derrame pleural em afecções classificadas em outra parte

J92 Placas pleurais

J93 Pneumotórax

J94 Outras afecções pleurais

J95-J99 Outras doenças do aparelho respiratório

J95 Afecções respiratórias pós-procedimentos não classificadas em outra parte

J96 Insuficiência respiratória não classificada de outra parte

J98 Outros transtornos respiratórios

J99* Transtornos respiratórios em doenças classificadas em outra parte

Fonte: <http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/webhelp/cid10.htm>

Os sete municípios selecionados para esta avaliação concentram 483.566 habitantes (3,4% do total do Estado), e cerca de 80% da população reside nos municípios de Ilhéus (38,1%) e Itabuna (42,3%). Para o conjunto desses municípios, a maioria reside na zona urbana, com percentuais variando de 79,5% em Uruçuca, a 97,5% em Itabuna.

1.1 MORBIDADE HOSPITALAR POR DAR

A morbidade hospitalar da população dessa área mostra que, entre 2000 e 2011, registrou-se uma diminuição nas taxas de internação para o conjunto das doenças do aparelho respiratório (DAR), para todos os municípios (**Quadro 1.2**).

Quadro 1.2 - Número e Taxa de Internações* por Doenças do Aparelho Respiratório Segundo Municípios de Residência Selecionados e ano da Internação. Bahia - 2000 a 2011

Ano	Barro Preto		Coaraci		Ilhéus		Itabuna		Itacaré		Itajuípe		Uruçuca	
	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa
2000	504	58,6	629	22,6	4.280	19,3	2.537	12,9	644	35,5	1.004	44,6	123	6,1
2001	172	20,6	614	21,9	3.368	15,2	2.445	12,4	394	21,8	696	31,3	92	4,8
2002	143	17,5	594	21,9	3.126	14,1	2.458	12,3	302	16,7	729	33,1	115	6,3
2003	114	14,3	437	16,3	2.599	11,7	2.330	11,6	251	13,9	607	27,9	98	5,7
2004	94	12,1	508	19,1	2.243	10,1	1.892	9,4	281	15,6	663	30,8	109	6,8
2005	96	13,1	323	12,5	1.887	8,5	1.534	7,5	235	13,1	406	19,3	61	4,4
2006	108	15,2	279	11,0	1.717	7,8	1.785	8,7	252	14,1	401	19,4	68	5,4
2007	107	15,5	227	9,0	2.094	9,5	1.760	8,5	284	15,9	371	18,1	62	5,4
2008	76	11,5	228	10,0	2.204	10,0	1.570	7,4	351	13,3	313	15,1	58	2,5
2009	92	14,3	155	7,0	2.043	9,3	1.642	7,7	349	12,8	237	11,6	69	3,0
2010	60	9,3	156	7,4	2.364	12,8	1.598	7,8	357	14,7	394	18,7	67	3,4
2011	23	0,3	113	0,4	2.005	0,8	1.321	0,6	247	1,1	261	1,1	41	0,2

Fonte: SESAB/SUVISA/DIS-SIH
 * TAXAS/1.000 HABITANTES

As causas de internações mais frequentes foram devidas a asma, cujos percentuais em relação ao total variaram entre o mínimo de 15,7% em Coaraci, a 50,6% em Itabuna (**Quadro 1.3**).

Quadro 1.3 - Internações (Nº e %) por DAR, Segundo o Diagnóstico e Município de Residência Selecionado. Estado da Bahia, 2011

Diagnóstico	Barro Preto	
	Nº	%
J18 Pneumonia p/microorg NE	7	29,2
J45 Asma	6	25,0
J44 Outr doenc pulmonares obstrutivas cronicas	4	16,7
J96 Insuf respirat NCOP	2	8,3
J03 Amigdalite aguda	1	4,2
J15 Pneumonia bacter NCOP	1	4,2
J40 Bronquite NE como aguda ou cronica	1	4,2
J42 Bronquite cronica NE	1	4,2
J80 Sindr do desconforto respirat do adulto	1	4,2
J04 Laringite e traqueite agudas	0	0,0
J05 Laringite obstrutiva aguda e epiglote	0	0,0
J06 Infecc agudas vias aereas super loc mult NE	0	0,0
J10 Influenza dev outro virus influenza ident	0	0,0
J11 Influenza dev virus nao identificado	0	0,0
J12 Pneumonia viral NCOP	0	0,0
J16 Pneumonia dev out microorg infecc espec NCOP	0	0,0
J17 Pneumonia em doenc COP	0	0,0
J21 Bronquiolite aguda	0	0,0
J31 Rinite nasofaringite e faringite cronicas	0	0,0
J32 Sinusite cronica	0	0,0
J34 Outr transt do nariz e dos seios paranasais	0	0,0
Total	24	100,0
Diagnóstico	Coaraci	
	Nº	%
J15 Pneumonia bacter NCOP	32	23,9
J45 Asma	21	15,7
J21 Bronquiolite aguda	16	11,9
J44 Outr doenc pulmonares obstrutivas cronicas	13	9,7
J18 Pneumonia p/microorg NE	12	9,0
J96 Insuf respirat NCOP	9	6,7
J40 Bronquite NE como aguda ou cronica	5	3,7
J90 Derrame pleural NCOP	5	3,7
J93 Pneumotorax	4	3,0
J42 Bronquite cronica NE	3	2,2
J03 Amigdalite aguda	2	1,5
J06 Infecc agudas vias aereas super loc mult NE	2	1,5
J46 Estado de mal asmatico	2	1,5
J04 Laringite e traqueite agudas	1	0,7
J35 Doenc cronicas das amigdalas e das adenoides	1	0,7
J43 Enfisema	1	0,7
J81 Edema pulmonar NE de outr form	1	0,7
J85 Abscesso do pulmao e do mediastino	1	0,7
J86 Pitorax	1	0,7

Quadro 1.3 - Internações (Nº e %) por DAR, Segundo o Diagnóstico e Município de Residência Selecionado. Estado da Bahia, 2011

Diagnóstico	Coaraci	
	Nº	%
J94 Outr afecções pleurais	1	0,7
J95 Afecções respirat pos-proced NCOP	1	0,7
Total	134	100,0
Diagnóstico	Ilhéus	
	Nº	%
J45 Asma	488	23,4
J06 Infecção agudas vias aéreas super loc mult NE	409	19,6
J18 Pneumonia p/microorg NE	341	16,4
J11 Influenza dev vírus não identificado	299	14,4
J96 Insuf respirat NCOP	284	13,6
J12 Pneumonia viral NCOP	64	3,1
J44 Outr doenças pulmonares obstrutivas crônicas	50	2,4
J81 Edema pulmonar NE de outr form	32	1,5
J21 Bronquiolite aguda	30	1,4
J35 Doenças crônicas das amígdalas e das adenóides	16	0,8
J46 Estado de mal asmático	16	0,8
J90 Derrame pleural NCOP	11	0,5
J31 Rinite nasofaringite e faringite crônicas	10	0,5
J15 Pneumonia bacter NCOP	9	0,4
J93 Pneumotorax	3	0,1
J94 Outr afecções pleurais	3	0,1
J04 Laringite e traqueíte agudas	2	0,1
J32 Sinusite crônica	2	0,1
J80 Síndr do desconforto respirat do adulto	2	0,1
J85 Abscesso do pulmão e do mediastino	2	0,1
J10 Influenza dev outro vírus influenza ident	1	0,0
Total	2083	100,0
Diagnóstico	Itabuna	
	Nº	%
J45 Asma	695	50,6
J15 Pneumonia bacter NCOP	196	14,3
J18 Pneumonia p/microorg NE	161	11,7
J96 Insuf respirat NCOP	128	9,3
J80 Síndr do desconforto respirat do adulto	42	3,1
J90 Derrame pleural NCOP	32	2,3
J44 Outr doenças pulmonares obstrutivas crônicas	26	1,9
J94 Outr afecções pleurais	18	1,3
J93 Pneumotorax	12	0,9
J95 Afecções respirat pos-proced NCOP	8	0,6
J34 Outr transt do nariz e dos seios paranasais	6	0,4

Quadro 1.3 - Internações (Nº e %) por DAR, Segundo o Diagnóstico e Município de Residência Selecionado. Estado da Bahia, 2011

Diagnóstico	Itabuna	
	Nº	%
J40 Bronquite NE como aguda ou cronica	6	0,4
J85 Abscesso do pulmao e do mediastino	5	0,4
J11 Influenza dev virus nao identificado	4	0,3
J21 Bronquiolite aguda	4	0,3
J35 Doenc cronicas das amigdalas e das adenoides	4	0,3
J38 Doenc das cordas vocais e da laringe NCOP	4	0,3
J81 Edema pulmonar NE de outr form	4	0,3
J91 Derrame pleural em afeccoes COP	4	0,3
J12 Pneumonia viral NCOP	3	0,2
J86 Pitorax	3	0,2
Total	1374	100,0
Diagnóstico	Itacaré	
	Nº	%
J45 Asma	110	41,7
J15 Pneumonia bacter NCOP	93	35,2
J21 Bronquiolite aguda	19	7,2
J18 Pneumonia p/microorg NE	12	4,5
J80 Sindr do desconforto respirat do adulto	9	3,4
J36 Abscesso periamigdaliano	5	1,9
J11 Influenza dev virus nao identificado	4	1,5
J96 Insuf respirat NCOP	4	1,5
J06 Infecc agudas vias aereas super loc mult NE	2	0,8
J81 Edema pulmonar NE de outr form	2	0,8
J12 Pneumonia viral NCOP	1	0,4
J43 Enfisema	1	0,4
J44 Outr doenc pulmonares obstrutivas cronicas	1	0,4
J94 Outr afeccoes pleurais	1	0,4
J03 Amigdalite aguda	0	0,0
J04 Laringite e traqueite agudas	0	0,0
J05 Laringite obstrutiva aguda e epiglotite	0	0,0
J10 Influenza dev outro virus influenza ident	0	0,0
J16 Pneumonia dev out microorg infecc espec NCOP	0	0,0
J17 Pneumonia em doenc COP	0	0,0
J31 Rinite nasofaringite e faringite cronicas	0	0,0
Total	264	100,0
Diagnóstico	Itajuípe	
	Nº	%
J45 Asma	153	55,6
J15 Pneumonia bacter NCOP	89	32,4
J96 Insuf respirat NCOP	11	4,0
J44 Outr doenc pulmonares obstrutivas crônicas	5	1,8

Quadro 1.3 - Internações (Nº e %) por DAR, Segundo o Diagnóstico e Município de Residência Seleccionado. Estado da Bahia, 2011

Diagnóstico	Itajuípe	
	Nº	%
J90 Derrame pleural NCOP	4	1,5
J80 Síndr do desconforto respirat do adulto	3	1,1
J18 Pneumonia p/microorg NE	2	0,7
J81 Edema pulmonar NE de outr form	2	0,7
J10 Influenza dev outro virus influenza ident	1	0,4
J12 Pneumonia viral NCOP	1	0,4
J17 Pneumonia em doenc COP	1	0,4
J21 Bronquiolite aguda	1	0,4
J91 Derrame pleural em afecoes COP	1	0,4
J95 Afecoes respirat pos-proced NCOP	1	0,4
J03 Amigdalite aguda	0	0,0
J04 Laringite e traqueite agudas	0	0,0
J05 Laringite obstrutiva aguda e epiglotite	0	0,0
J06 Infecç agudas vias aereas super loc mult NE	0	0,0
J11 Influenza dev virus nao identificado	0	0,0
J16 Pneumonia dev out microorg infecç espec NCOP	0	0,0
J31 Rinite nasofaringite e faringite cronicas	0	0,0
Total	275	100,0
Diagnóstico	Uruçuca	
	Nº	%
J18 Pneumonia p/microorg NE	16	34,0
J96 Insuf respirat NCOP	8	17,0
J45 Asma	7	14,9
J44 Outr doenc pulmonares obstrutivas cronicas	4	8,5
J11 Influenza dev virus nao identificado	3	6,4
J31 Rinite nasofaringite e faringite cronicas	3	6,4
J35 Doenc cronicas das amigdalas e das adenoides	2	4,3
J06 Infecç agudas vias aereas super loc mult NE	1	2,1
J21 Bronquiolite aguda	1	2,1
J46 Estado de mal asmatico	1	2,1
J94 Outr afecoes pleurais	1	2,1
J03 Amigdalite aguda	0	0,0
J04 Laringite e traqueite agudas	0	0,0
J05 Laringite obstrutiva aguda e epiglotite	0	0,0
J10 Influenza dev outro virus influenza ident	0	0,0
J12 Pneumonia viral NCOP	0	0,0
J15 Pneumonia bacter NCOP	0	0,0
J16 Pneumonia dev out microorg infecç espec NCOP	0	0,0
J17 Pneumonia em doenc COP	0	0,0
J32 Sinusite cronica	0	0,0
J34 Outr transt do nariz e dos seios paranasais	0	0,0
Total	47	100,0

Fonte: SESAB/SUVISA/DIS-SIH

Quanto ao grupo populacional mais atingido, observa-se que as internações foram mais frequentes entre os menores de 15 anos (**Quadro 1.4**).

Quadro 1.4 - Internações (Nº e %) por Doenças, do Aparelho Respiratório Segundo Faixa Etária e Municípios de Residência Selecionados do Porto Sul, Bahia, 2011

Município	Barro Preto		Coaraci		Ilhéus		Itabuna		Itacaré		Itajuípe		Uruçuca	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<1	1	1,7	11	7,1	204	8,6	323	20,2	27	7,6	29	7,4	16	23,9
1 - 4	13	21,7	31	19,9	589	24,9	573	35,9	125	35,0	105	26,6	21	31,3
5 - 9	3	5,0	5	3,2	223	9,4	240	15,0	36	10,1	31	7,9	3	4,5
10 - 14	3	5,0	3	1,9	114	4,8	119	7,4	18	5,0	27	6,9	1	1,5
15-19	5	8,3	8	5,1	69	2,9	13	0,8	25	7,0	20	5,1	-	-
20-24	1	1,7	3	1,9	106	4,5	14	0,9	16	4,5	12	3,0	1	1,5
25-29	3	5,0	6	3,8	148	6,3	19	1,2	12	3,4	12	3,0	2	3,0
30-34	-	-	6	3,8	103	4,4	13	0,8	18	5,0	4	1,0	-	-
35-39	2	3,3	3	1,9	71	3,0	13	0,8	12	3,4	5	1,3	1	1,5
40-44	-	-	3	1,9	81	3,4	24	1,5	10	2,8	10	2,5	1	1,5
45-49	3	5,0	6	3,8	88	3,7	13	0,8	8	2,2	14	3,6	1	1,5
50-54	3	5,0	9	5,8	95	4,0	26	1,6	5	1,4	6	1,5	3	4,5
55-59	4	6,7	7	4,5	79	3,3	23	1,4	9	2,5	17	4,3	-	-
60-64	2	3,3	6	3,8	60	2,5	13	0,8	10	2,8	21	5,3	2	3,0
65-69	4	6,7	12	7,7	69	2,9	22	1,4	6	1,7	10	2,5	7	10,4
70-74	3	5,0	10	6,4	68	2,9	28	1,8	4	1,1	11	2,8	4	6,0
75-79	4	6,7	11	7,1	77	3,3	47	2,9	12	3,4	29	7,4	1	1,5
80e+	6	10,0	16	10,3	120	5,1	75	4,7	4	1,1	31	7,9	3	4,5
Total	60	100,0	156	100,0	2.364	100,0	1.598	100,0	357	100,0	394	100,0	67	100,0

Fonte: SESAB/SUVISA/DIS-SIH

1.2 MORTALIDADE POR DAR

Os dados apresentados sobre mortalidade por DAR devem ser avaliados com cautela, pois mostram-se bastante irregulares quando observadas as taxas ao longo do tempo, indicando prováveis falhas no registro das mortes, bem como ao percentual de óbitos sem causa básica definida, cujo percentual foi em média 12%, variando entre 8% em Coaraci e 20% em Uruçuca.

As taxas de mortalidade por DAR apresentaram variação ao longo da série, conforme mostram as figuras para os respectivos municípios (**Figuras 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4**).

As causas específicas deste grupo, que apresentou as taxas mais elevadas, foram as pneumonias sem especificação do micro-organismo, as doenças pulmonares obstrutivas crônicas (DPOC), para todos os municípios.

A distribuição por faixa etária mostra que a maior frequência dos óbitos por essas causas ocorrem nos indivíduos com mais de 60 anos, sendo que as pneumonias e as DPOC são as que mais contribuem para as mortes por DAR, dados esses compatíveis com os observados para o Estado e outras regiões (**Quadros 1.5, 1.6 e 1.7**).

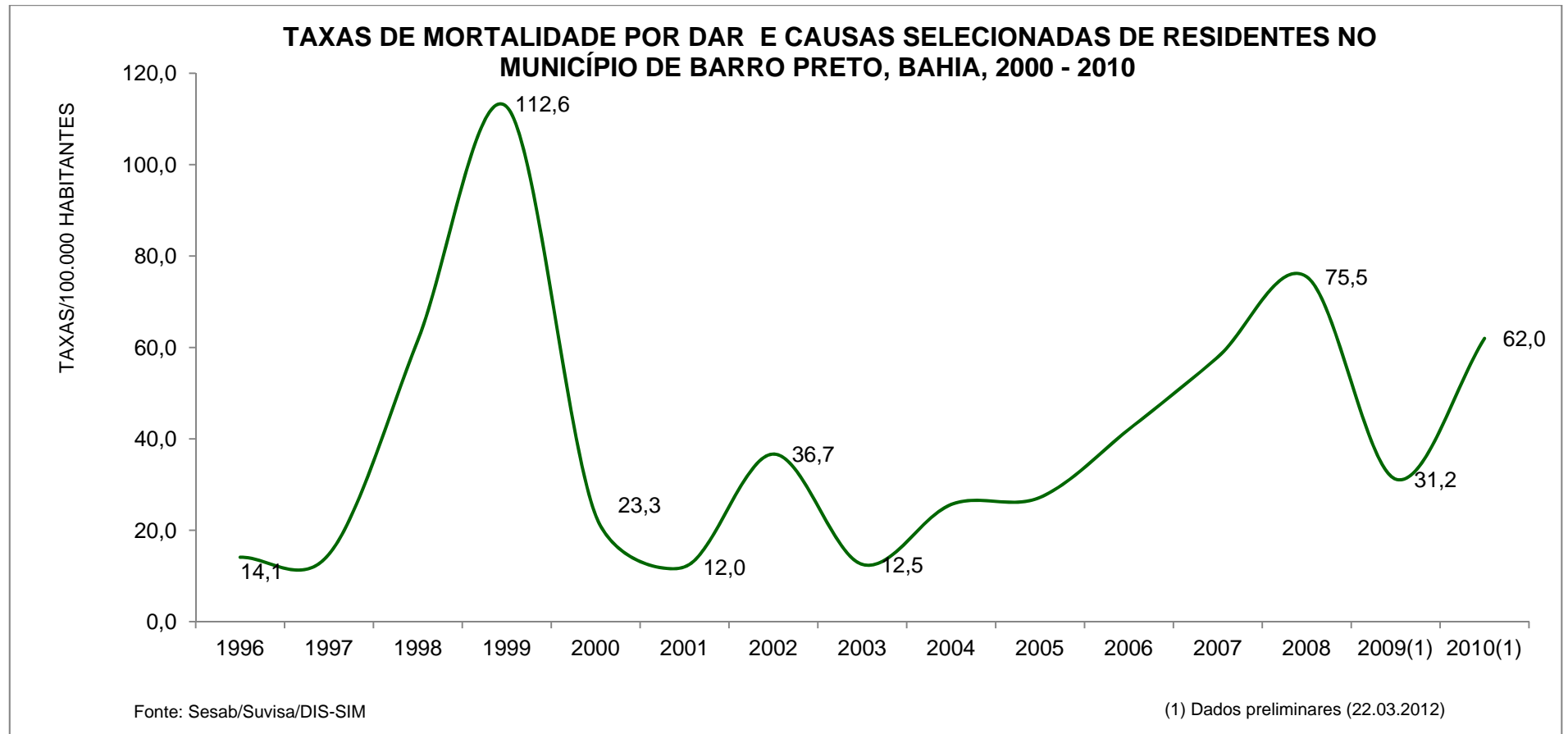


Figura 1.1 - Taxas de Mortalidade por DAR e Causas Seleccionadas de Residentes no Município de Barro Preto, Bahia, 2000 - 2010

Quadro 1.5 - Óbitos por Doenças do Aparelho Respiratório (DAR), segundo Principais Causas Específicas de Residentes no Município de Coaraci, Bahia, 1996 – 2005

Causa (CID10 3C)	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2006	2007	2008	2009	2010
J18 Pneumonia p/microorg NE	5	6	1	6	7	3	1	4	4	5	5	5	1	4	5	6
J98 Outr transt respirat	1	2	-	1	4	3	2	1	3	3	3	2	3	3	3	3
J44 Outr doenc pulmonares obstrutivas cronicas	4	2	3	1	6	4	7	2	7	5	6	6	5	6	3	2
J45 Asma	2	4	3	4	2	1	-	1	1	-	1	1	-	-	-	1
J90 Derrame pleural NCOP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
J15 Pneumonia bacter NCOP	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
J20 Bronquite aguda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
J40 Bronquite NE como aguda ou cronica	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
J43 Enfisema	2	-	1	4	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-	1
J46 Estado de mal asmatico	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
J67 Pneumonite hipersensibilid dev poeiras org	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
J69 Pneumonite dev solidos e liquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
J81 Edema pulmonar NE de outr form	2	-	1	1	5	-	1	2	1	-	1	2	-	2	2	-
J84 Outr doenc pulmonares intersticiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
J85 Abscesso do pulmao e do mediastino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
J86 Pitorax	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-
J96 Insuf respirat NCOP	3	2	1	6	7	10	7	6	8	3	3	3	3	6	2	-
J21 Bronquiolite aguda	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	21	20	10	24	32	21	19	16	24	18	20	20	15	23	16	16

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIM

⁽¹⁾ Dados preliminares (22.03.2012)

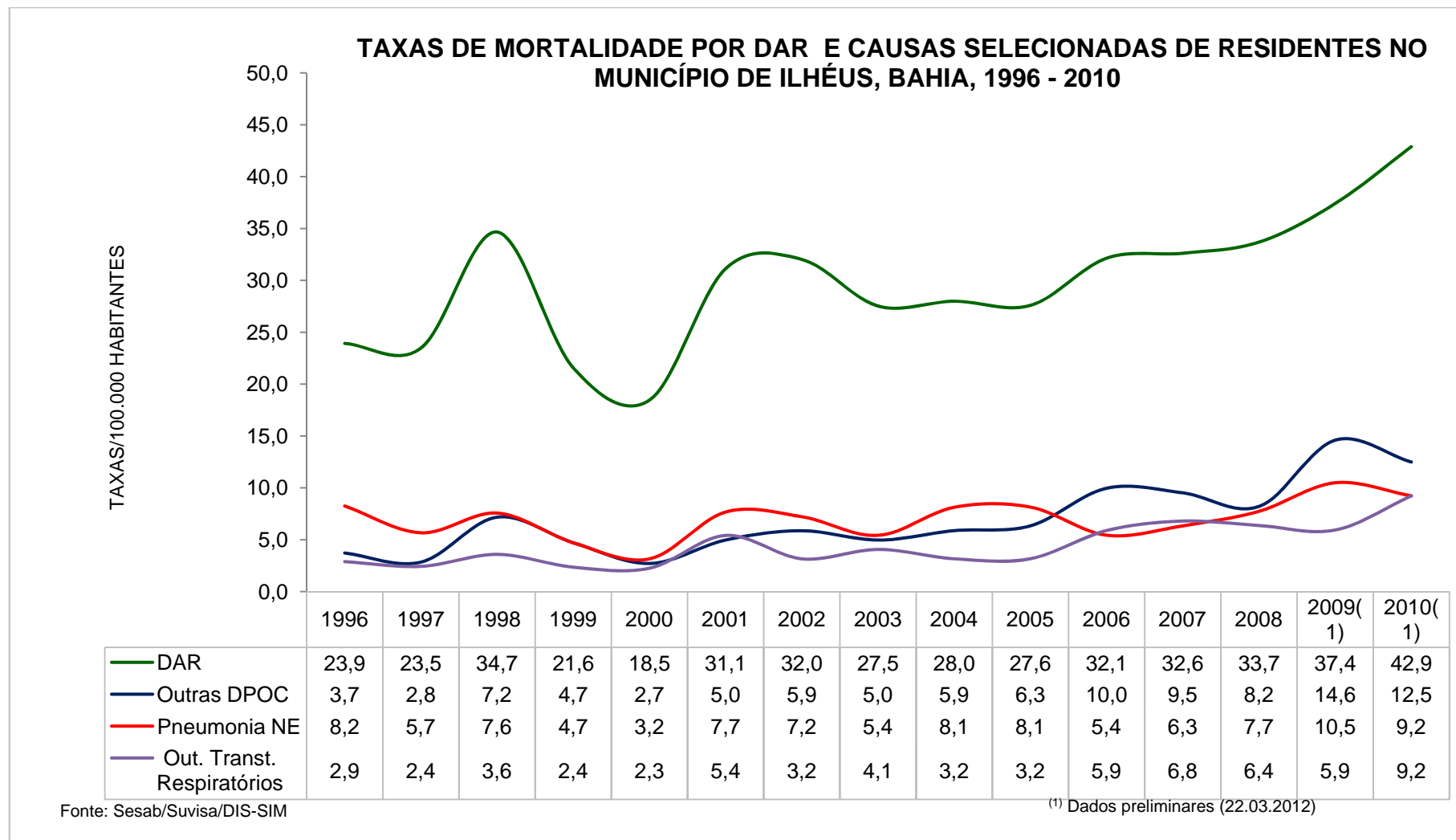


Figura 1.2 - Taxa de Mortalidade por DAR e Causas Seleccionadas de Residentes no Município de Ilhéus, Bahia, 1996 - 2010

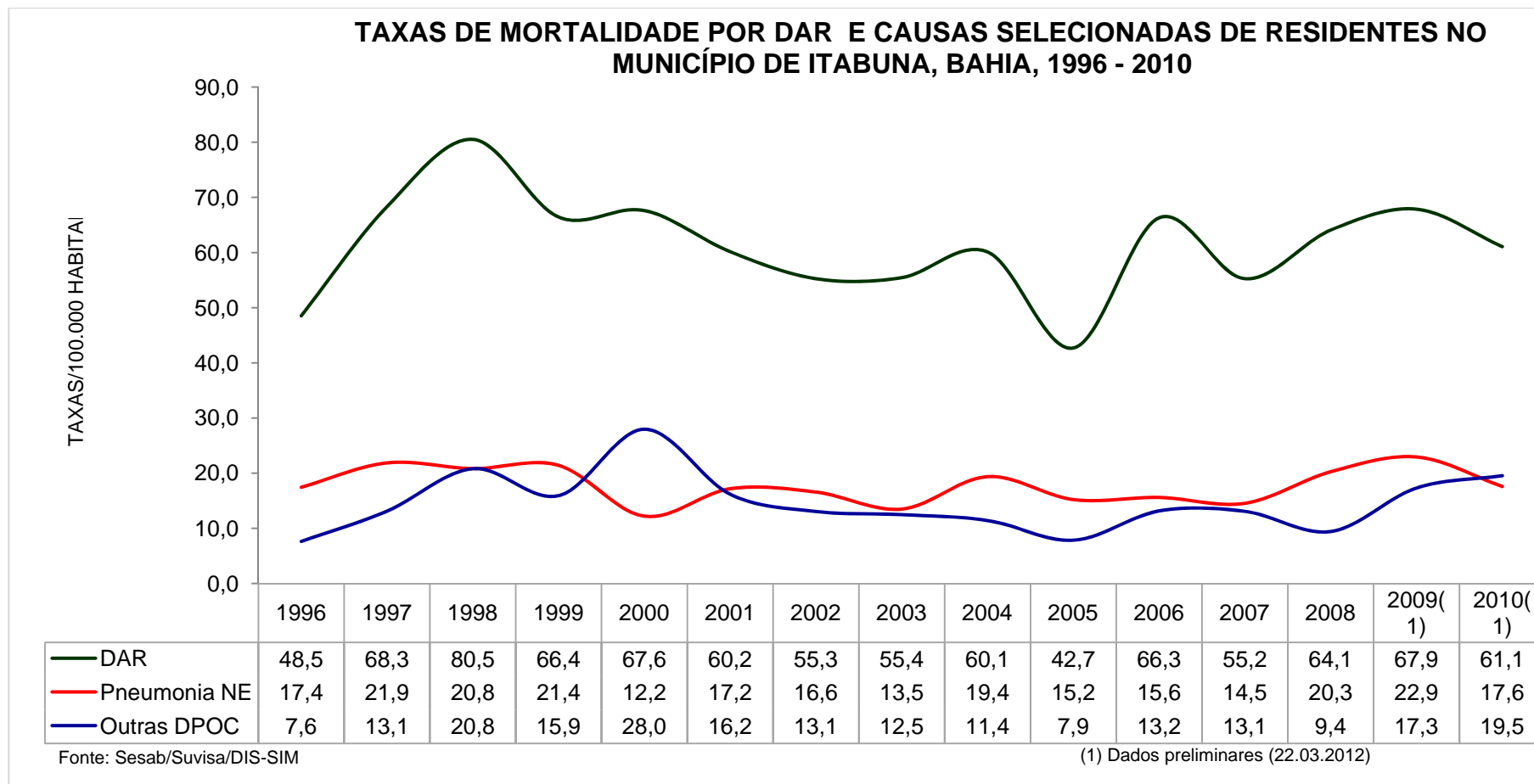


Figura 1.3 - Taxa de Mortalidade por DAR e Causas Seleccionadas de Residentes no Município de Itabuna, Bahia, 1996 - 2010

Quadro 1.6 - Óbitos por DAR por Causas Seleccionadas (Nº e Taxa de Mortalidade*) de Residentes no Município de Itacaré, Bahia, 1996 – 2010

Ano	DAR		Pneumonia NE	
	Nº	Taxa	Nº	Taxa
1996	2	12,2	1	6,1
1997	7	43,8	3	18,8
1998	3	19,3	1	6,4
1999	6	39,6	0	0,0
2000	2	11,0	1	5,5
2001	5	27,7	0	0,0
2002	2	11,1	1	5,5
2003	1	5,5	0	0,0
2004	6	33,3	2	11,1
2005	7	39,1	0	0,0
2006	5	28,0	0	0,0
2007	3	16,8	1	5,6
2008	8	30,4	0	0,0
2009	5	18,4	1	3,7
2010	6	24,7	3	12,3

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIM

* Taxas por 100.000 habitantes

⁽¹⁾ Dados preliminares (22.03.2012)

Quadro 1.7 - Óbitos por Doenças do Aparelho Respiratório (Nº e Taxa de Mortalidade*), Segundo Principais Causas de Residentes no Município de Itajuípe, Bahia, 2000 – 2010

Causa	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa
Outras DPOC	2	8,9	3	13,5	3	13,6	2	9,19	4	18,6	1	4,76	4	19,3	3	14,7	3	14,5	2	9,76	4	19
Outr transt respirat	-	-	1	4,5	2	9,09	1	4,59	-	-	1	4,76	2	9,65	2	9,78	2	9,66	2	9,76	0	0
Pneumonia p/microorg NE	-	-	5	22,5	2	9,09	3	13,8	4	18,6	1	4,76	2	9,65	2	9,78	3	14,5	7	34,2	4	19
Insuf respirat NCOP	3	13,3	5	22,5	3	13,6	2	9,19	4	18,6	3	14,3	3	14,5	1	4,89	2	9,66	-	-	1	4,74
Demais DAR	1	4,4	4	18	2	9,09	4	18,4	0	0	1	4,76	4	19,3	4	19,6	3	14,5	-	-	1	4,74
Total	6	26,7	18	81	12	54,5	12	55,1	12	55,7	7	33,3	15	72,4	12	58,7	13	62,8	11	53,7	10	47,4

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIM

* Taxas por 100.000 habitantes

⁽¹⁾ Dados preliminares (22.03.2012)

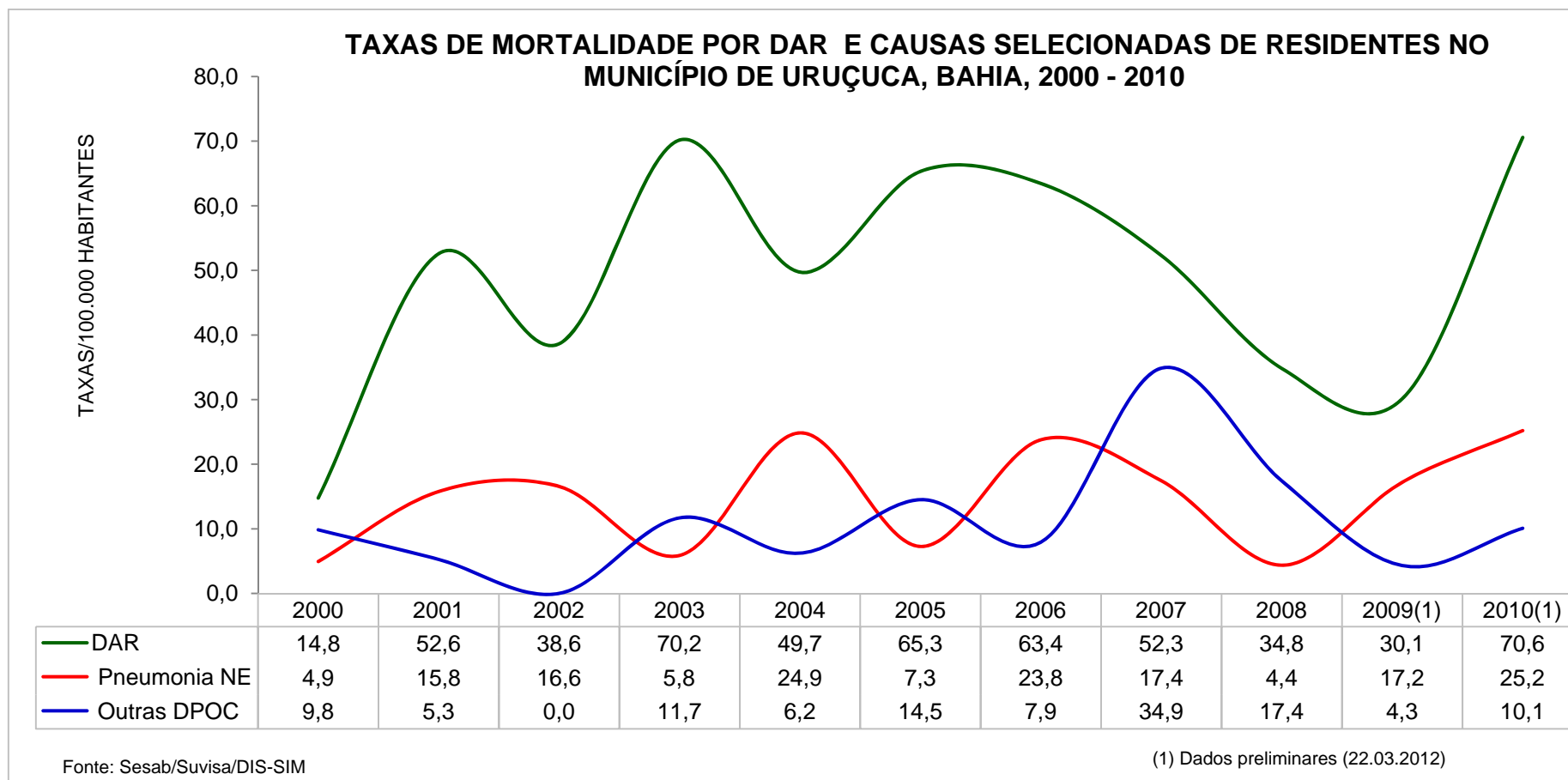


Figura 1.4 - Taxa de Mortalidade Por DAR e Causas Seleccionadas de Residentes no Município de Uruçuca, Bahia, 1996 - 2010

2. AS DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO EM ILHÉUS

2.1 MORBIDADE

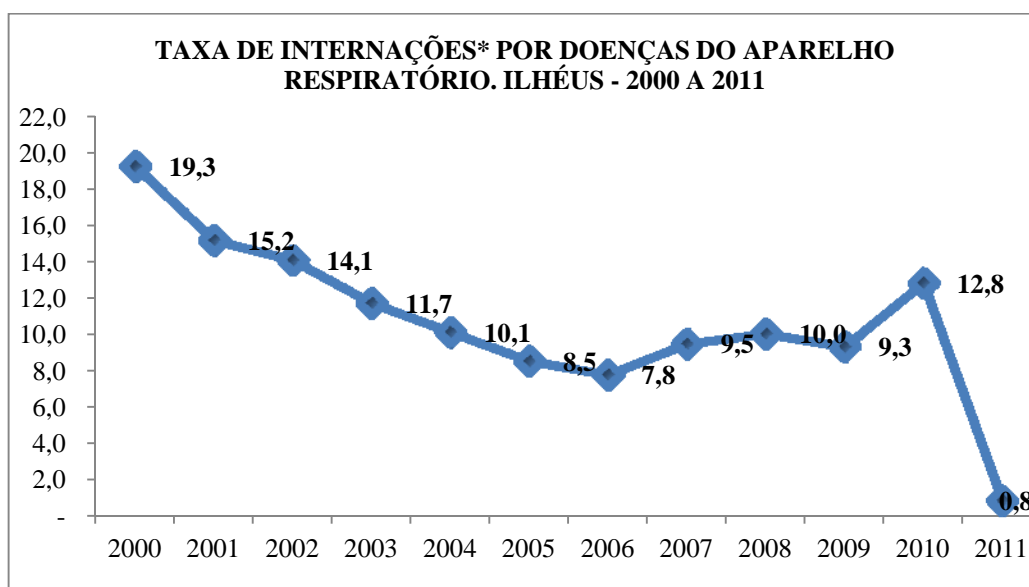
Conforme observado, a morbidade relativa às doenças do aparelho respiratório vincula-se a diversos tipos de enfermidades, assim como a diversas causas. Segundo os dados da SESAB/SUVISA/DIS-SIH, no ano de 2011 houve 2.364 internações vinculadas às DAR, com cerca de 37 tipos diferentes de doenças.

As principais foram a J45 – Asma, com 23,3% das internações, J18 – Pneumonia por micro-organismo não identificado, com 22,4% das internações, a J06 – Infecções agudas das vias aéreas superiores de localizações múltiplas e não especificadas, com 17,4% das internações, a J96 – Insuficiência respiratória não classificada de outra parte, com 10,8% das internações, e a J11 – *Influenza* (gripe) devida a vírus não identificado. Essas cinco causas juntas, portanto, corresponderam a 83,3% das internações no município.

O grupo J60-J70 - doenças pulmonares devidas a agentes externos - não foi significativo como causador de internações, pelo menos no ano de 2011, com apenas duas internações (0,1%) relativas às doenças das vias aéreas devidas a poeiras orgânicas específicas.

A partir do mesmo grupo de dados, é possível observar que o grupo social mais vulnerável às DAR são as crianças. No ano de 2011, 47,7% das internações foram de crianças de até 14 anos. Neste grupo, destacam-se as crianças pequenas, de 1 a 4 anos, que representaram cerca de 25% das internações totais relativas a esse grupo de causas.

Nos últimos anos, conforme pode-se observar mais abaixo (**Figura 2.1**), o município de Ilhéus vem apresentando uma diminuição global, com pouca oscilação, nas suas taxas de internação por grupo de mil habitantes.



Fonte: SESAB/SUVISA/DIS-SIH

* Taxa/1.000 habitantes

Figura 2.1 - Taxa de Internações por Doenças do Aparelho Respiratório. Ilhéus – 2000 a 2011

2.2 MORTALIDADE

No que se refere à mortalidade, o município de Ilhéus apresentou nos últimos 15 anos (1996-2010³) uma média de 68 mortes por ano decorrente de doenças do aparelho respiratório. No decênio 1996-2005, a média era menor, de aproximadamente 62 mortes por ano, enquanto no quinquênio 2006-2010 a média aumentou para 76 mortes por ano.

De maneira geral, no ano de 2011, as DAR foram responsáveis por cerca de 6,1% das mortes, colocando-se como a quarta principal causa de morte, atrás das doenças do aparelho circulatório, das causas externas de morbidade e mortalidade e as neoplasias (tumores).

Entre as DAR, destacam-se como causas de mortes as J18, J44, J45, J96 e J98, respectivamente pneumonia por micro-organismo não especificada, outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas (DPOC), asma, insuficiência respiratória não classificada de outra parte e outros transtornos respiratórios.

Nesses quinze anos, o grupo de causas J60-J70, doenças pulmonares devidas a agentes externos, não se mostrou significativo como causa de mortalidade. Somente a J69 – Pneumonite devida a sólidos e líquidos apareceu em uma escala relativamente baixa, representando uma ou duas mortes por ano.

No que se refere à taxa de mortalidade por DAR, relativa a um grupo de 100 mil habitantes, é possível observar a sua evolução na **Figura 2.2**, mais abaixo. Conforme observa-se, a taxa de mortalidade vinculada a esse grupo de causas aumentou de maneira global em 79,2% entre os anos de 1996 e 2000, ainda que tenha demonstrado uma inflexão no ano 2000.

³ Dados mais atualizados disponíveis.

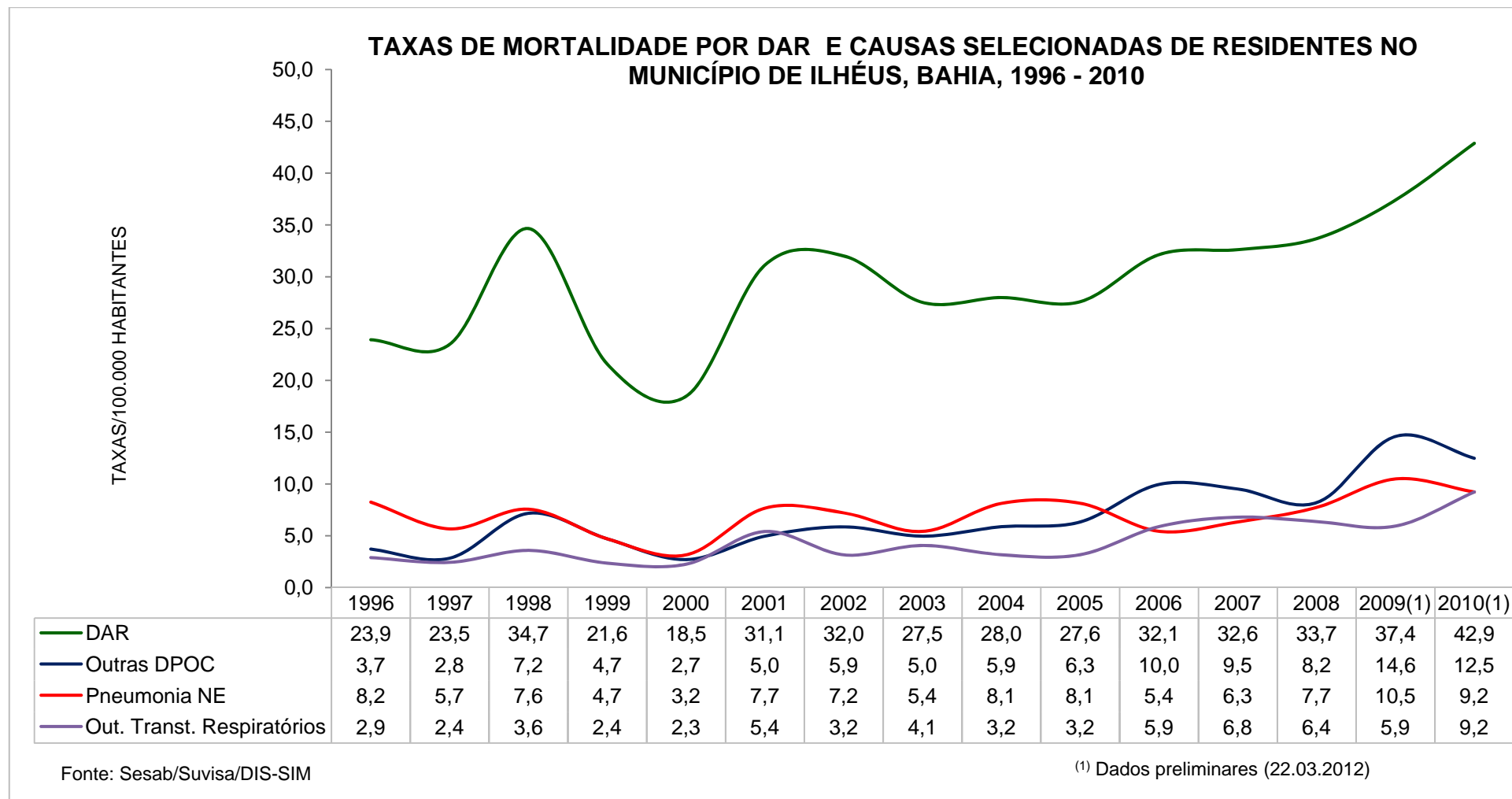


Figura 2.2 - Taxa de Mortalidade por DAR e Causas Seleccionadas de Residentes no Município de Ilhéus, Bahia, 1996 - 2010

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ainda que com algumas inflexões ao longo dos últimos 10 ou 15 anos, é possível perceber uma relativa contradição quanto às taxas de morbidade e mortalidade relativa às doenças do aparelho respiratório no município de Ilhéus. Enquanto as internações vêm diminuindo ao longo dos anos, ainda que com alguns momentos de inflexão, a mortalidade vem aumentando. Isso indica que se o número de internações diminuiu, a letalidade dessas doenças está maior.

A ampliação da letalidade pode estar vinculada a uma diminuição da qualidade de vida das pessoas e, principalmente, a um déficit dos serviços públicos de saúde, especialmente aqueles vinculados à atenção básica, que visam promover a saúde atuando sobre a prevenção.

Ao analisar os tipos de doenças que compõem as DAR, percebe-se que a pneumonia, a asma, as DPOC, a insuficiência respiratória e outras infecções são as principais causas tanto de internações quanto de mortes. Essas doenças têm uma etiologia complexa e diversificada, que pode envolver comportamentos individuais, mas também é influenciada pela estrutura social, como a estrutura dos serviços de saúde, a educação da população e até mesmo as características das habitações, que quando não são construídas dentro dos padrões urbanísticos adequados de recuo, ventilação, exposição à luz solar, entre outros elementos, podem contribuir para a existência e proliferação de agentes infecciosos.

No que se refere ao grupo de doenças respiratórias causadas por agentes externos, como minérios de carvão, amianto, fibras minerais, poeira de sílica, poeiras inorgânicas, gases, fumaças e vapores, entre outros, estes não representam uma causa relevante de internações ou de mortalidade.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENTRO COLABORADOR DA OMS PARA A CLASSIFICAÇÃO DE DOENÇAS EM PORTUGUÊS. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. Décima Revisão. V. 2008, vol. I. Disponível em <<http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/webhelp/cid10.htm>. Acesso em 28/03/2012>.

RIPSA (Rede Interagencial de Informação para a Saúde). *Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

PARTE II - TEXTO REVISADO/ESTUDOS COMPLEMENTARES

**TOMO XVI - APÊNDICE 15 – POPULAÇÃO, TURISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO**

**15.F – PERFIL DAS PROPRIEDADES/POSSES E DOS
OCUPANTES DA ADA**

15.F PERFIL DAS PROPRIEDADES/ POSSES E DOS OCUPANTES DA ADA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	PERFIL GERAL DA ESTRUTURA PRODUTIVA DE ILHÉUS E DA ADA.....	2
3	DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	4
4	O UNIVERSO DOS ENTREVISTADOS (ARITAGUÁ, JUERANA E NOVO ACESSO).....	10
5	A ATIVIDADE PRODUTIVA	13
6	OS DOMICÍLIOS.....	15
7	AValiação DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	17
8	PERCEPÇÕES SOBRE O EMPREENDIMENTO	18
9	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA.....	19
10	CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS SUB-ESPAÇOS CONSIDERADOS: VILA JUERANA, ARITAGUÁ E NOVA ACESSO	20
10.1	VILA JUERANA	20
10.2	ARITAGUA E NOVO AVESSO.....	23
11	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

ANEXOS

ANEXO I - MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO

ANEXO II - CADASTRO DE PROPRIEDADES VILA JUERANA

ANEXO III - CADASTRO DAS PROPRIEDADES - ARITAGUÁ E NOVO ACESSO
(FAZENDA PORTO)

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 -	Poligonais do Decreto nº 12.724/11 e do Decreto nº 13.468/11	4
Figura 3.2 -	Poligonal Nova.....	5
Figura 3.3 -	Lotes na Nova Poligonal do Empreendimento Porto Sul por Área de Estudo.....	6
Figura 3.4 -	Lotes em Vila Juerana.....	7
Figura 3.5 -	Áreas dos Lotes Urbanos e Rurais	7
Figura 3.6 -	Lotes na área do Novo Acesso	8
Figura 3.7 -	Propriedade por Tamanho do Lote.....	9
Figura 4.1 -	Sexo dos Entrevistados	10
Figura 10.1 -	Área da Poligonal em Vila Juerana.....	21

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 -	Decretos Editados para Definição da Poligonal do Empreendimento	5
Quadro 3.2 -	Características Gerais da ADA Terrestre do Meio Socioeconômico.....	6
Quadro 3.3 -	Propriedade por Comunidade.....	8
Quadro 3.4 -	Área por Região da ADA e por Tamanho do Imóvel	9
Quadro 4.1 -	Renda Familiar	11
Quadro 4.2 -	Renda Familiar	11
Quadro 5.1 -	Formas de Beneficiamento dos Produtos.....	13
Quadro 5.2 -	Contratação de Mão de Obra por Área	14
Quadro 5.3 -	Quantidade de Trabalhadores Temporários por Imóvel.....	14
Quadro 6.1 -	Tipo de Moradia.....	15
Quadro 6.2 -	Banheiros nos Domicílios	15
Quadro 10.1 -	Tipo de Ocupação dos Lotes Aritaguá e Vila Juerana	20
Quadro 10.2 -	Proprietários e Funcionários Entrevistados e Cadastrados em Vila Juerana.....	21
Quadro 10.3 -	Relação de Proprietários, Meeiros e Funcionários Entrevistados e Cadastrados em Aritaguá e Novo Acesso	23

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo foi desenvolvido em três etapas com o objetivo de traçar um diagnóstico para subsidiar o processo de desapropriação e reassentamento das populações residentes no interior da poligonal de implantação do Empreendimento do Porto Sul no Distrito de Aritaguá, município de Ilhéus, Bahia. Trata-se de uma pesquisa censitária envolvendo a totalidade de proprietários, meeiros e trabalhadores residentes na ADA. Portanto, envolveu a visita porta à porta de todos os imóveis existentes na área com realização de levantamento cadastral dos limites dos imóveis e entrevistas com proprietários, meeiros e trabalhadores, estes últimos entrevistados quando residentes no imóvel.

Os levantamentos de campo foram realizados de 10 a 28 de janeiro e de 8 a 15 de março de 2012 sob a coordenação da Hydros Engenharia e com o apoio de técnicos da Bahia Mineração (Bamim), Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), Empresa Brasileira de Desenvolvimento Agrário (EBDA) e Sondotecnica. Foram realizadas vistorias locais e cadastramento das propriedades rurais da região e de loteamentos e imóveis urbanos situados na região litorânea de Vila Juerana no período de 09 a 27 de janeiro de 2012. Em razão da diversidade de características da ADA, duas porções distintas foram previamente identificadas: Vila Juerana, com características tipicamente urbanas e Área rural de Aritaguá, sendo uma outra porção incluída na pesquisa logo que foi definida a ADA com a inclusão do acesso ao Porto Sul em Fazenda Porto, formalizada posteriormente através do Decreto nº 13.918 de 13 de abril de 2012. Essa área agregada veio se constituir numa outra porção aqui intitulada Novo Acesso.

Cada propriedade identificada em Aritaguá e na área do Novo Acesso teve suas coordenadas registradas e um questionário foi aplicado ao proprietário e a cada uma das famílias residentes na propriedade (funcionários administrativos, trabalhadores rurais ou meeiros), havendo situações em que mais de um questionário foi aplicado por Fazenda (**Anexo I**). Em Vila Juerana, não foi possível identificar parte dos proprietários (43), pois alguns imóveis estavam fechados, abandonados ou constituem terrenos baldios. Nos casos dos imóveis sem ocupação ou sem uso em Vila Juerana mesmo não sendo possível identificar o proprietário foi feito o levantamento da parcela através de coordenadas e o registro fotográfico.

Diante da impossibilidade de identificar e localizar uma parte dos proprietários de Vila Juerana, o número de entrevistados (138) não coincide com o número de propriedades contabilizadas na ADA (170). Também no cadastro físico realizado foi identificado um número maior de parcelas (trato de terra ou lote) do que o correspondente ao total de propriedades.

2 PERFIL GERAL DA ESTRUTURA PRODUTIVA DE ILHÉUS E DA ADA

A região de Ilhéus e Itabuna se caracterizou economicamente ao longo do século XX pela centralidade desempenhada pelo cacau. Até a década de 1940, a economia de todo o Estado ficou atrelada à produção de algumas *commodities* minerais e agrícolas, entre elas o cacau (ALMEIDA, 2008). Segundo o autor, uma das implicações acarretadas pela dependência da produção de *commodities*, produtos com um nível baixo de agregação de valor, são as bruscas variações da demanda e dos preços nos mercados internacionais, para além do aparecimento de novos concorrentes. Nesse sentido, é comum que as produções agrícolas e minerais sofram com flutuações cíclicas. Em alguma medida, isso resume um pouco da história da produção do cacau na Bahia ao longo de todo o século passado.

Até os anos sessenta, a economia cacauceira produziu um volume considerável de excedente, que no entanto, não foi suficiente para estimular o desenvolvimento de outras modalidades produtivas mais modernas e de maior capital acumulado, como as atividades industriais e de serviço. Além dessa economia não ter gerado uma “massa crítica” (ALMEIDA, 2008, p. 14) suficiente, a concentração do modelo produtivo contribuiu para que as transformações ocorressem basicamente em torno das cidades de Ilhéus e Itabuna. Ainda assim, é possível dizer que a economia da região permaneceu fundamentada na cultura cacauceira.

As contradições dessa centralização só vieram a ser sentidas de maneira mais profunda na segunda metade da década de oitenta, quando a vassoura de bruxa quase dizimou a cacauicultura da região. Mesmo com todos os esforços da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-rural da Lavoura Cacauceira - CEPLAC, criada desde 1962, a cultura cacauceira entrou em uma fase de retração, com inúmeros impactos sobre a estrutura social dos municípios de Ilhéus e Itabuna.

A zona rural que compõe a ADA do Porto Sul ainda vive as consequências da crise da cultura do cacau, de modo que é possível dizer que, em geral, a sua economia rural passou por estágios de regressão, voltando-se para atividades de baixa produtividade, baixo emprego de tecnologias e em sua grande parte voltada para a subsistência. Foi possível caracterizar essa realidade a partir das observações diretas e das entrevistas realizadas com moradores da região.

Ainda existem algumas grandes e médias propriedades que cultivam o cacau como principal produto. No entanto, essa atividade já não incorpora o mesmo capital, nem mobiliza a mesma mão de obra, ainda que uma parte representativa dos trabalhadores rurais encontrados vivam da venda da sua força de trabalho para os produtores de cacau, principalmente na época da colheita e limpeza do cacau. A contratação de diarista, contudo é limitada às grandes e médias propriedades, embora a atividade de agricultura familiar permita a contratação de mão de obra ocasional.

Pelo que consta, o grosso da economia do cacau não se pauta em relações de trabalho assalariadas, mas no trabalho por tarefa, geralmente pago diariamente ou por semana. Embora possa haver meeiros trabalhando na produção do cacau, essa não é a maneira mais comum de contratação.

Como a cultura principal entrou em declínio, outra parte da população dessa zona rural se volta para as pequenas atividades rurais: extrativismo vegetal e animal (basicamente a pesca) e o plantio de produtos como banana, cajá, abacate, manga, coco, jambo, acerola, goiaba, cupuaçu, graviola, aipim e cacau, entre outros. Boa parte dessa produção é voltada para

subsistência e o excedente gerado é vendido nas feiras ou no mercado de Ilhéus contribuindo para o abastecimento da zona urbana.

Na pesquisa que subsidiou os estudos socioeconômicos do EIA, feita para a AEE e ADA muitos dos trabalhadores rurais entrevistados e mesmo os trabalhadores da zona urbana, mas que moram nas comunidades rurais, afirmaram possuir suas próprias roças. Na região de Lava Pés, Carobeira e Valão, por exemplo, os entrevistados afirmaram que boa parte das famílias tem uma propriedade de até quatro hectares. Em todas as outras localidades, os entrevistados também afirmaram haver pequenas propriedades. Segundo a presidente da Associação de Moradores de Aritaguá, a Sra. Vera Ribeiro, por exemplo, 60% da população do distrito vive das atividades desenvolvidas nas “roças”.

A cultura do cacau se desenvolveu em latifúndios bastante concentrados, de modo que essa estrutura de propriedade ainda está presente e é por isso que parte das roças descritas pelos entrevistados seja, de fato, área utilizada por meeiros. Na ADA, os pequenos agricultores voltados para a agricultura familiar não possuem meeiros trabalhando como mão de obra em suas propriedades, nem vizinhos no modo de permuta de serviços. Em algumas pequenas e médias propriedades observa-se a existência de relações com agricultores meeiros que envolvem um contrato registrado em cartório com estabelecimento de prazo. Nessas relações, o dono da propriedade divide ao meio a produção com o meeiro, que arca com toda despesa da produção. É comum esse agricultor meeiro manter também para seu próprio consumo, uma pequena roça em área cedida pelo proprietário, ou então possuir um pequeno lote de terra vizinho à propriedade, onde cultiva produtos para sua subsistência.

3 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O processo de definição da poligonal de implantação do projeto do Porto Sul na sua porção em terra envolve um crescente esforço de redução de área, a fim de minimizar os impactos associados a desapropriações e reassentamentos. Inicialmente foi delimitada uma área com 4833,30 ha, onde estavam inseridas pequenas comunidades rurais, um assentamento de reforma agrária (Assentamento Bom Gosto), além de inúmeras propriedades/posses rurais. Pressões sociais dos ocupantes e ajustes posteriores de projeto levaram ao primeiro ajuste da poligonal, delimitada através do Decreto nº 13.468/11 da qual foram excluídas as comunidades de Valão, Lava Pés e parte de Itariri, mantendo-se o Assentamento Bom Gosto. A **Figura 3.1** apresenta as poligonais dos Decretos nº 12.724/11 e nº 13.468/11.

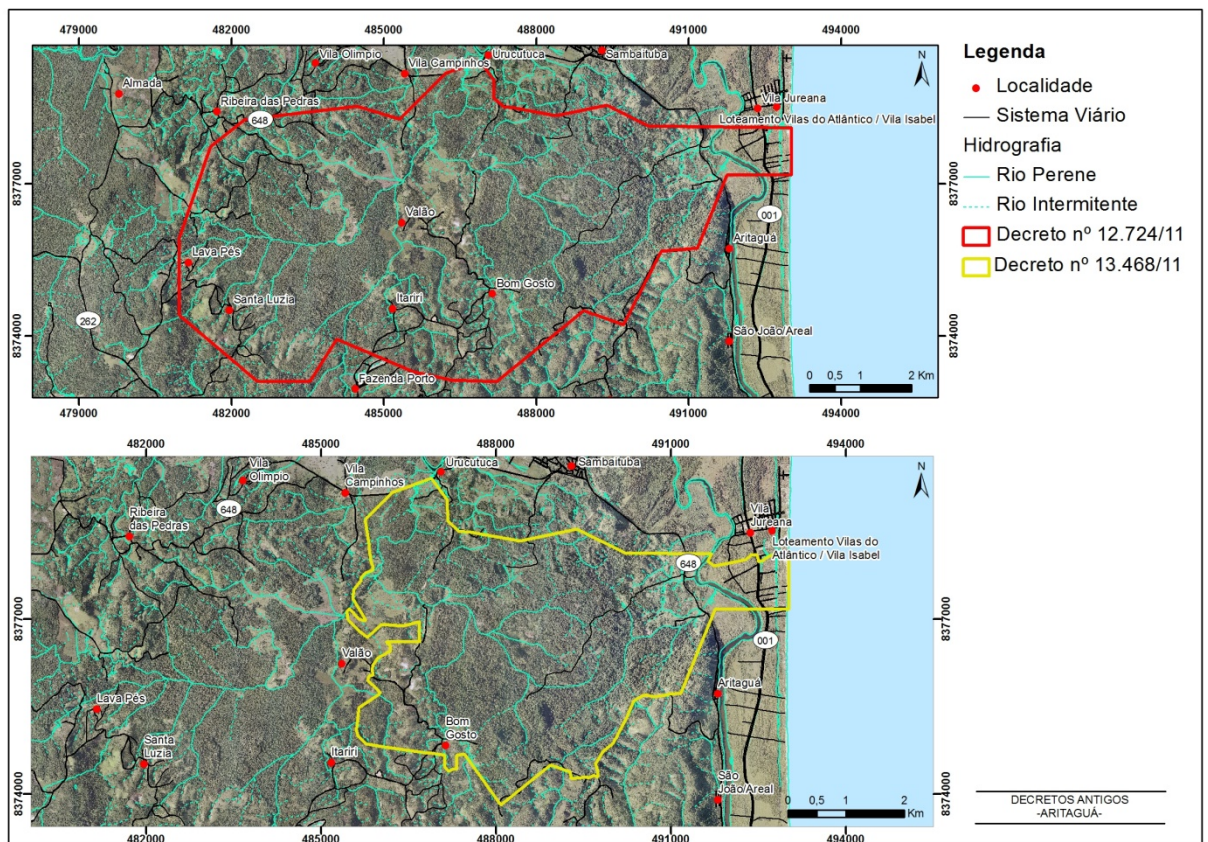


Figura 3.1 - Poligonais do Decreto nº 12.724/11 e do Decreto nº 13.468/11

A área definida pelo Decreto nº 13.918 publicado em 07 de março de 2012 reduziu a poligonal anterior eliminando diversos imóveis em Vila Juerana e na área rural de Aritaguá, excluindo também o Assentamento Bom Gosto, onde vivem 68 famílias, que não serão mais submetidas ao processo de deslocamento involuntário (**Figura 3.2**).

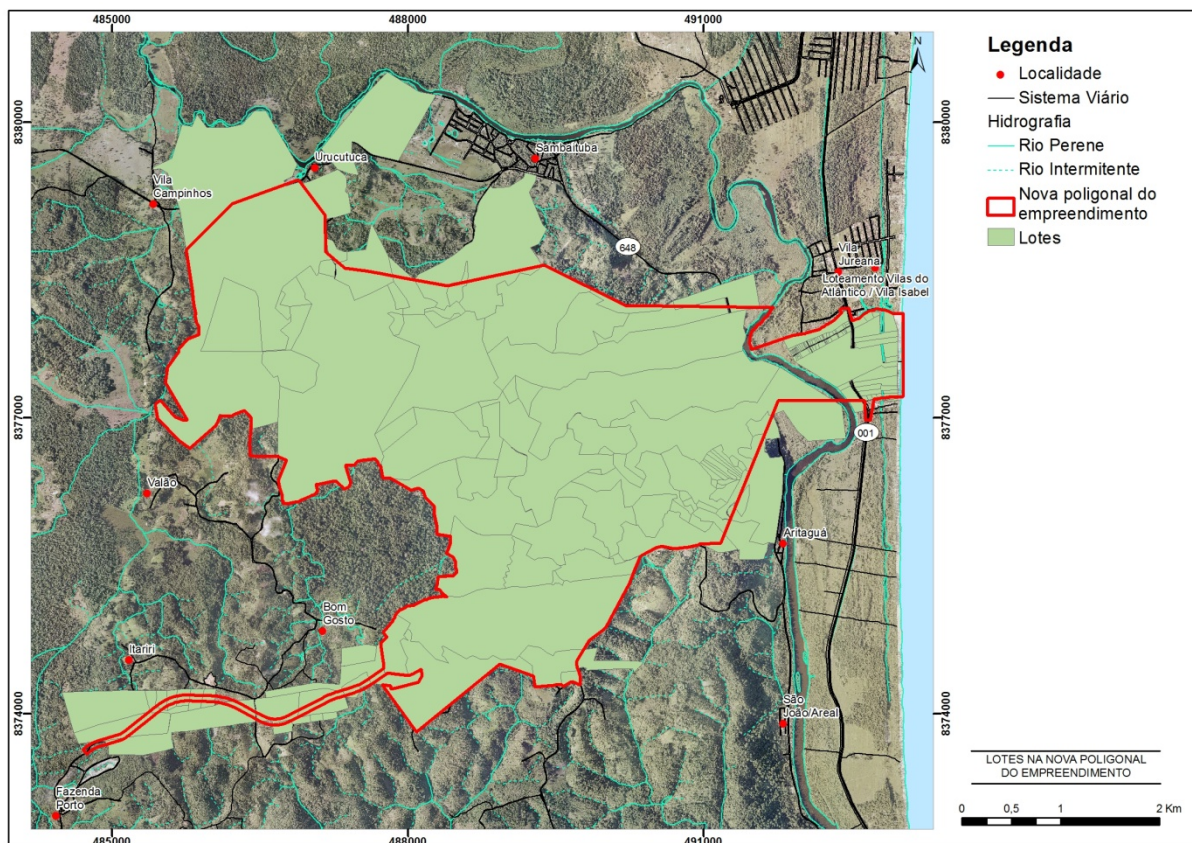


Figura 3.2 - Poligonal Nova

Conforme visto, com o desenvolvimento do projeto do empreendimento e as diversas reuniões com lideranças locais foram feitos ajustes na poligonal que reduziram impactos socioeconômicos com a exclusão com concentração de famílias residentes, sejam espaços de uso agrícola, como é o caso do Assentamento Bom Gosto, quanto ocupações urbanas em Vila Juerana.

Quadro 3.1 - Decretos Editados para Definição da Poligonal do Empreendimento

Decreto	ADA	Área (ha)
Decreto nº 12.724/11	Definia a ADA do empreendimento e incluía as comunidades de Vila Juerana (área mais ocupada à norte), Lava Pés, Assentamento Bom Gosto, Itariri e Valão.	4833,30
Decreto nº 13.468/11	Redefiniu a ADA com a exclusão das comunidades de Lava Pés, Itariri e Valão da poligonal do empreendimento, mantendo o Assentamento Bom Gosto e a parte mais adensada de Vila Juerana.	2268,74
Decreto nº 13.918/12	Redefiniu mais uma vez a ADA excluindo a área mais adensada de Vila Juerana ao norte e o Assentamento Bom Gosto.	1859,96

Fonte: Decretos nº 12.725/11, nº 13.468/11 e nº 13.918/12.

A poligonal envolve três porções com características distintas: a área de Vila Juerana, a área rural de Aritaguá e a área do Acesso ao Porto Sul (**Figura 3.3 e Quadro 3.2**).

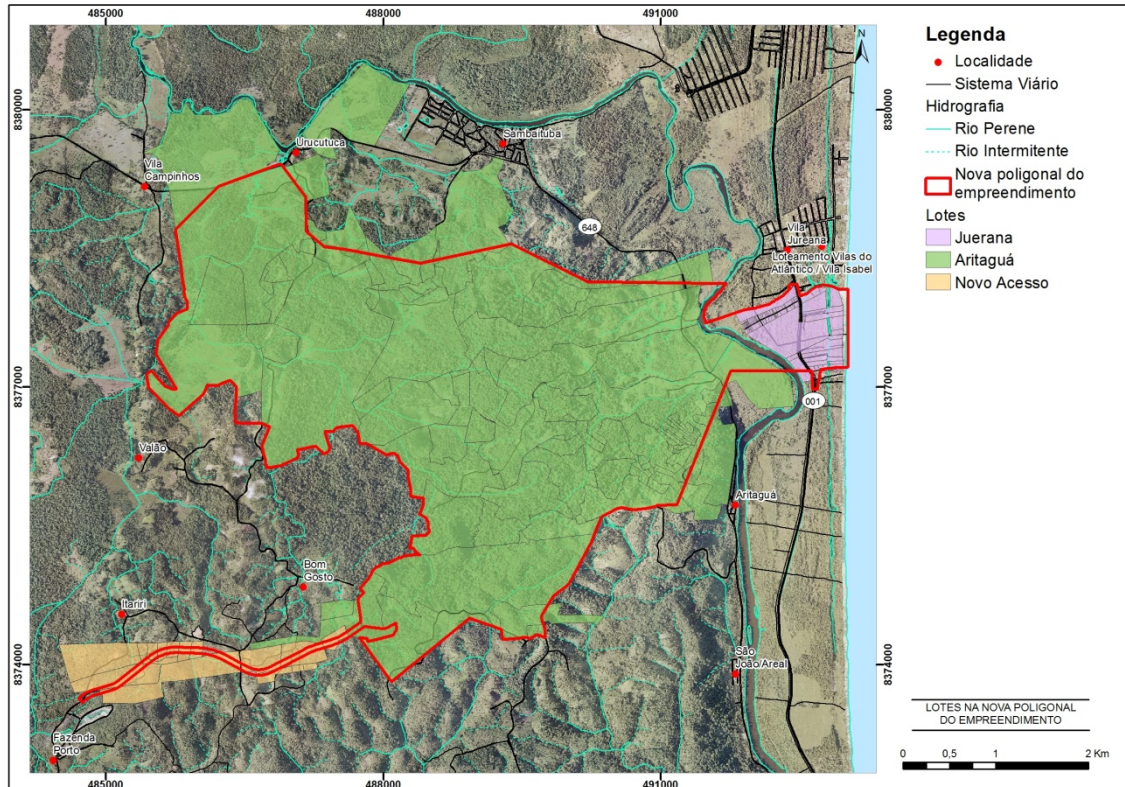


Figura 3.3 - Lotes na Nova Poligonal do Empreendimento Porto Sul por Área de Estudo

Quadro 3.2 - Características Gerais da ADA Terrestre do Meio Socioeconômico

Sub-área	Características
VILA JUERANA	<p>Lotes urbanos</p> <p>Dos lotes cadastrados, 61 são terrenos sem ocupação.</p> <p>Dos 36 imóveis ocupados somente foi possível identificar 25 proprietários, o que sugere uso eventual das edificações.</p> <p>Foi identificado um imóvel de perfil rural.</p>
ARITAGUÁ	<p>Propriedades maiores que 35 ha, com produção mais substantiva, voltada para o mercado, com presença de meeiros.</p> <p>Propriedades menores que 35 ha, da agricultura familiar, com uma produção voltada para consumo próprio, com pouco excedente.</p>
NOVO ACESSO	<p>Pequenas propriedades rurais com maior nível de ocupação, onde vivem diversas famílias de proprietários voltadas para agricultura de subsistência, sem a presença de meeiros.</p>

Fonte: Hydros, 2012.

Como se pode verificar a área de Vila Juerana se distingue das demais principalmente pelo seu perfil urbano, com parcelamentos do tipo loteamento ou condomínio (como chamados). Trata-se de uma localidade que tem seu cotidiano aderente à dinâmica urbana de Ilhéus e se vale do fluxo de passagem que sai de Ilhéus em direção a Itacaré, tanto do ponto de vista das relações econômicas, quanto do modo de vida.

A **Figura 3.4** apresenta em detalhe as parcelas cadastradas em Vila Juerana.

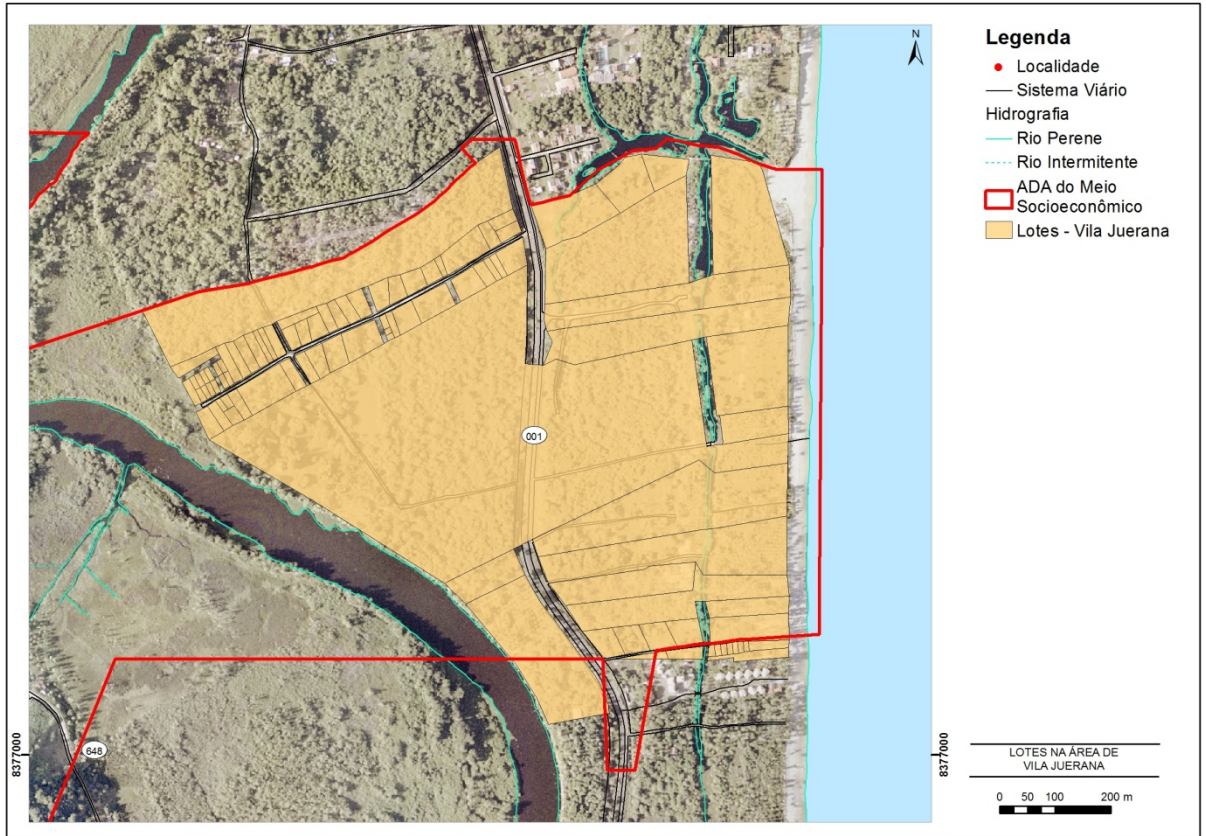
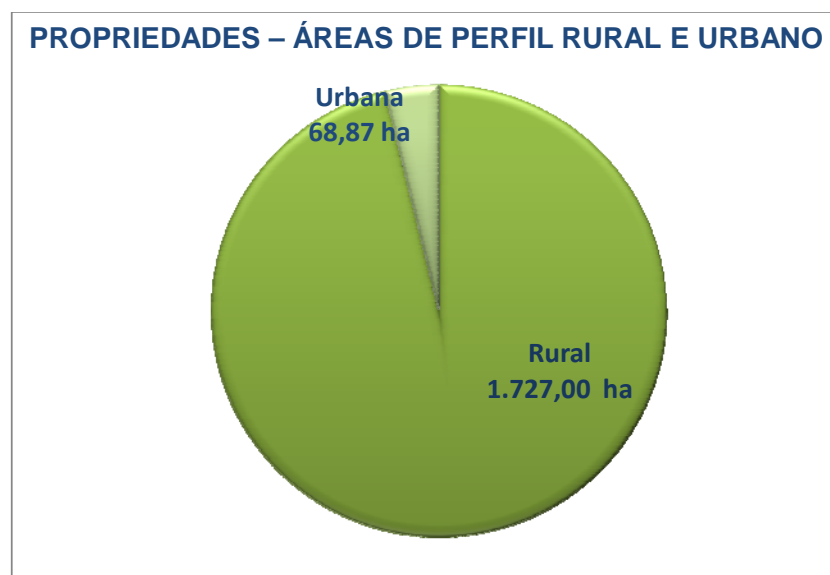


Figura 3.4 - Lotes em Vila Juerana

Em Vila Juerana se concentram os lotes urbanos, que totalizam cerca de 69,00 ha, o que equivale a 3,83% (Figura 3.5).



Fonte: Hydros, 2012.

Figura 3.5 - Áreas dos Lotes Urbanos e Rurais

Esse novo perímetro veio a agregar 14 novas propriedades/posses que deverão ser total ou parcialmente afetadas pela construção do acesso ao Porto Sul na área da Fazenda Porto (Figura 3.6).

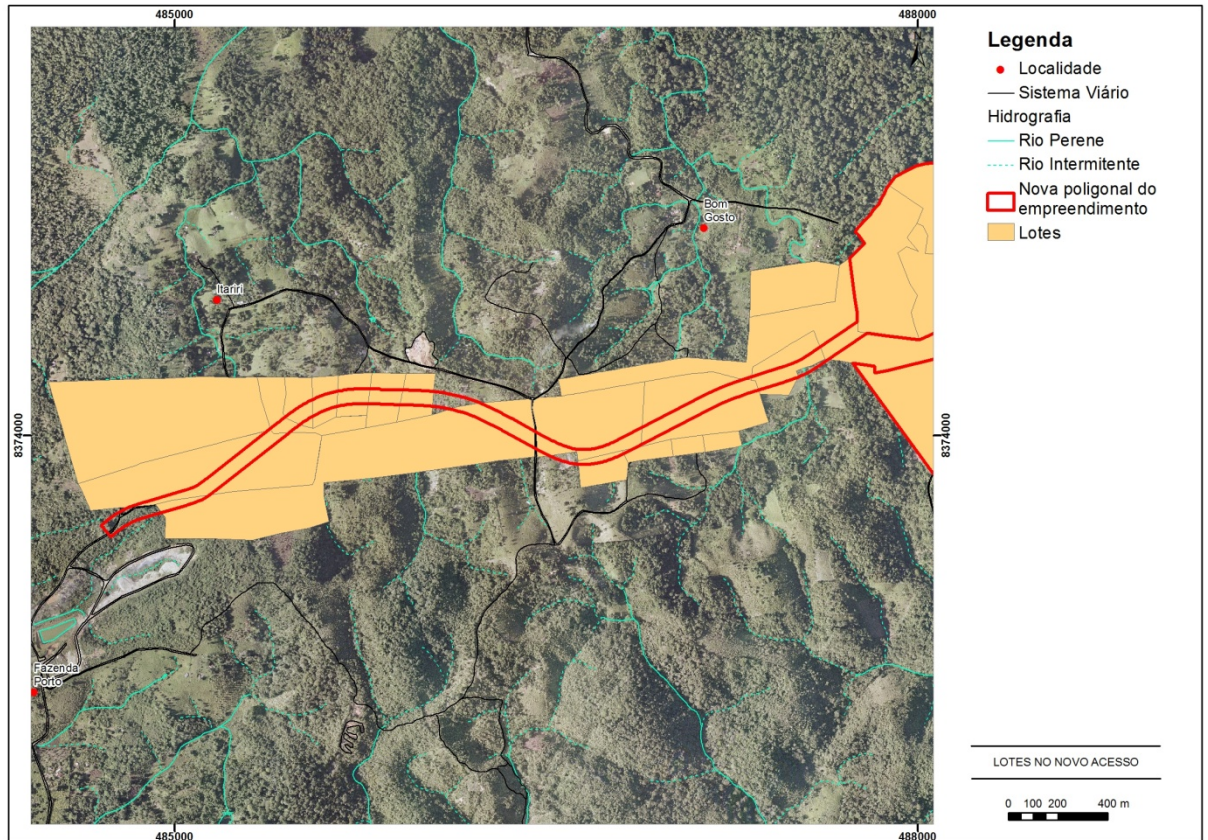


Figura 3.6 - Lotes na Área do Novo Acesso

A nova poligonal envolve, segundo levantamento cadastral da CDA e da Hydros, cerca de 170 propriedades (185 lotes) que serão afetadas, sendo 59 na região de Aritaguá, 97 na Vila Juerana e 14 no Novo Acesso (**Quadro 3.3**). Dessas, 17 estão no grupo dos que apresentam áreas superiores a 35 ha, o que corresponde a 1265,27 ha (**Figura 3.7**).

Quadro 3.3 - Propriedade por Comunidade

	Frequência	Percentual Válido	Percentual Acumulado
ARITAGUÁ	59	34,7	34,7
VILA JUERANA	97	57,1	91,8
ACESSO ITARIRI	14	8,2	100,0
Total	170	-	-

Fonte: Hydros.

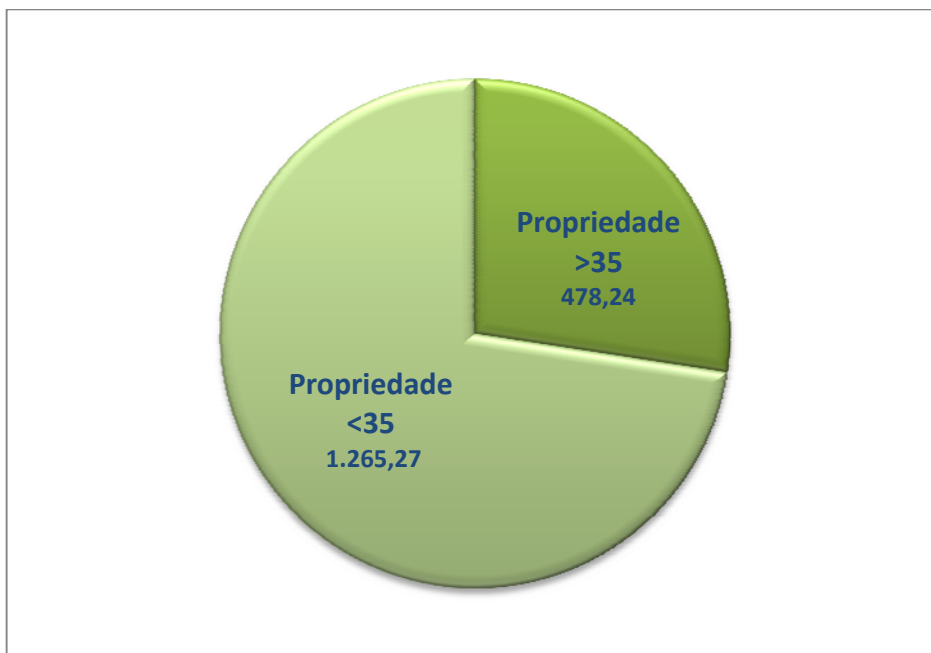


Figura 3.7 - Propriedade por Tamanho do Lote

O número de lotes está relacionado às medições realizadas pela CDA e não corresponde exatamente ao número de imóveis rurais, uma vez que algumas propriedades ou proprietários contabilizam mais de um lote, como pode ser observado nos Quadros de Cadastro de propriedades apresentados¹.

Quanto ao comprometimento de áreas de lotes, observa-se que uma pequena quantidade de propriedades médias ocupa a maior parte da área. Os pequenos lotes agrícolas totalizam menos de um terço da área total parcelada (Aritaguá e Acesso ao Porto Sul).

Quadro 3.4 - Área por Região da ADA e por Tamanho do Imóvel

Região	Área (ha)	Propriedades > 35 ha	Propriedade < 35 ha
Juerana	68,87764	0	68,877642
Aritaguá	1725,65908	1265,275311	460,383768
Novo Acesso	17,861246	0	17,861246
Total	1812,39797	1265,275311	547,122656

Fonte: Hydros, 2012.

¹ Em março de 2012 a CDA ainda não havia terminado as medições das 13 propriedades localizadas na poligonal definida para o acesso. Na falta dessas informações considerou-se que cada imóvel ou parcela de imóvel a ser desapropriado corresponderia a um lote.

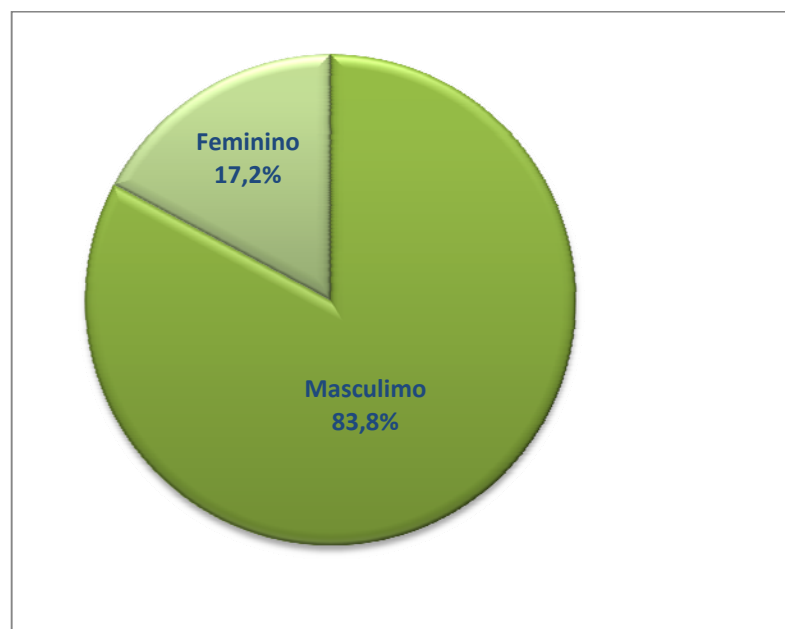
4 O UNIVERSO DOS ENTREVISTADOS (ARITAGUÁ, JUERANA E NOVO ACESSO)

No total foram entrevistadas pela Hydros 138 pessoas (29 em Vila Juerana, 96 em Aritaguá e 13 no Novo Acesso) sendo que 96 são proprietários dos imóveis, seus herdeiros ou seus inventariantes; 19 são funcionários/administradores e 23 meeiros/parceiros residindo nos imóveis. Alguns parentes de proprietários trabalham como parceiros ou meeiros.

Para a pesquisa foram considerados proprietários aqueles que se declararam como tal, uma vez que não caberia nesta fase do licenciamento solicitar documento comprobatório da titularidade da área. Portanto, o aqui chamado *proprietário* pode ser posseiro ou detentor de algum título precário ou mesmo não possuir título de qualquer natureza.

Os meeiros, em grande parte, possuem acordos registrados e dividem o resultado da produção meio a meio, embora existam aqueles que mantêm acordos verbais com os proprietários. São contratos que configuram uma espécie de sociedade no resultado da produção. Existem relações que envolvem pagamento de trabalho realizado com parte da produção, em geral envolvendo trabalhadores temporários em períodos de colheita, mas não se enquadram no conceito de meeiro aqui considerado e mais usual na região, como parceria no uso da propriedade.

A maioria dos entrevistados, 82,8%, são formados por homens. O restante, 17,2% são do sexo feminino, todas elas proprietárias de terra (**Figura 4.1**). Em 43 propriedades, todas em Vila Juerana, não foi possível identificar os proprietários dos imóveis.



Fonte: Hydros Engenharia

Figura 4.1 - Sexo dos Entrevistados

Em geral, os proprietários, meeiros e funcionários são de meia-idade (média de idade 54,9 anos). Entre os que responderam essa questão, apenas 6 são jovens, ou seja, têm até 25 anos. Entre os demais, 77 integram a faixa de 25 a 60 anos e 50 já têm idade superior a 60 anos (**Figura 4.2**).

Em termos de escolaridade, a maior parte dos entrevistados possui um baixo nível de instrução: 17,1% nunca frequentaram escola enquanto 4,1% participaram de programa de alfabetização de adultos. De uma forma geral, 56,9% têm até a 4ª série do ensino fundamental. Outros 11,4% chegaram até o ensino médio completo. Apesar dessa relativa homogeneidade, há também entre os proprietários aqueles com um nível de qualificação superior completa (8,5%), geralmente aqueles que possuem as maiores propriedades.

A estratificação educacional se expressa claramente na estratificação de renda das famílias dos entrevistados. Entre as famílias que declararam suas rendas, 13,9% ganham até um salário mínimo, o que significa 16 famílias com um grau de vulnerabilidade elevada, agravado pela razão de dependência alta do número de idosos e aposentados (18,1%).

A maioria das famílias (54,9%), contudo, recebe de um a três salários mínimos. A faixa de 0 até 6 salários mínimos engloba 80,3% dos entrevistados e apenas 15,6% estão na faixa de renda de 9 salários em diante (**Quadro 4.1**).

Quadro 4.1 - Renda Familiar

	Percentual Válido	Percentual Acumulado
até 1/4 do SM	0,8	0,8
de 1/2 a 1 SM	13,1	13,9
de 1 a 3 SM	54,9	68,9
de 3 a 6 SM	11,5	80,3
de 6 a 9 SM	4,1	84,4
mais de 9	15,6	100,0
Total	100,0	-

Fonte: Hydros Engenharia - Pesquisa de Campo.

Quando comparada com o nível escolar, observa-se que a faixa de renda sobe significativamente entre os entrevistados que possuem o ensino médio completo e amplia-se ainda mais entre os proprietários com nível superior incompleto e completo (**Quadro 4.2**).

Quadro 4.2 - Renda Familiar

Nível de Escolaridade	até 1/4 do SM	de 1/2 a 1 SM	de 1 a 3 SM	de 3 A 6 SM	de 6 A 9 SM	mais de 9 S.M.	Total
Nunca Estudou	0,0%	15,8%	73,7%	5,3%	0,0%	5,3%	100,0%
Alfab. Adultos	0,0%	0,0%	80,0%	20,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Fundamental Incompleto	2,3%	18,6%	69,8%	7,0%	2,3%	0,0%	100,0%
Fundamental Completo	0,0%	9,1%	54,5%	18,2%	9,1%	9,1%	100,0%
Médio Incompleto	0,0%	14,3%	85,7%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Médio Completo	0,0%	15,4%	30,8%	46,2%	0,0%	7,7%	100,0%
Superior Incompleto	0,0%	0,0%	33,3%	0,0%	0,0%	66,7%	100,0%
Superior Completo	0,0%	0,0%	5,6%	5,6%	16,7%	72,2%	100,0%

Fonte: Hydros Engenharia - Pesquisa de Campo

Apesar de boa parte das famílias possuir renda baixa e compor os índices de indigência e pobreza do Município, apenas 21 famílias declararam participar de programas de transferência de renda como o Bolsa Família. Quanto à assistência técnica, a produção também foi pouco representativa no universo dos entrevistados, em geral concentrado na atividade do cacau das grandes propriedades.

Entre as ocupações declaradas, apenas 2 entrevistados indicaram que se dedicavam à atividade pesqueira. A grande maioria, 43,9% se apresenta como Agricultor ou Produtor Rural. Entre os grandes e médios proprietários, predominam as profissões liberais, como engenheiros (3); advogados (4); Comerciantes e ligados às vendas (3), Corretores de imóvel (2); funcionários públicos (5), entre outros.

Foram identificadas 12 pessoas trabalhando no setor turístico, todas no Village Stella Maris, incluindo a proprietária, um administrador e outros 10 trabalhadores temporários.

É importante destacar que nem todos os 138 entrevistados residem nas propriedades que compõem a poligonal do empreendimento. Dos que responderam essa questão, mais da metade (54,3%) declararam não residir na propriedade, utilizando-a apenas para fins produtivos, contra 44,9% que afirmam residir na propriedade. O tempo médio de residência no local se situou em torno dos 19 anos.

5 A ATIVIDADE PRODUTIVA

Nem sempre crescimento econômico resulta em desenvolvimento, segundo exemplos dados ao longo da história do Brasil.² O setor agrícola brasileiro tem revelado um alto nível de concentração de terras, nas quais a produção de *commodities* está voltada ao mercado externo e sustentada por um processo de atração de capital estrangeiro. Embora a agricultura legue ao país altos níveis de exportação, é a agricultura familiar que produz mais de dois terços do que é consumido pelo mercado interno.

Em Ilhéus, a produção agrícola corresponde a demandas do mercado interno e externo, concentrados na produção cacaueteira. Em 2010, o registro é de 48.000 ha destinados ao cultivo de cacau, seguido da Borracha (látex) com 1.700 ha plantados³.

A concentração da produção em torno do cacau revela o potencial de empregos desse setor, mantendo razoavelmente a ocupação de uma grande parcela de trabalhadores situados na zona rural do Município. Estes se encontram presentes em boa parte das propriedades analisadas e tem um rendimento em geral entre 1 e 4 salários mínimos distribuídos por famílias, em sua grande maioria compostas por mais de 4 pessoas.

Conforme observado anteriormente, a grande maioria das propriedades objeto deste estudo é de pequeno porte e algumas delas não chegam a constituir a área de um módulo rural regional. As famílias proprietárias ou os meeiros se ocupam basicamente da agricultura familiar, plantando uma série de culturas, tendo o cacau ainda como o carro chefe. A produção não conta, na maioria dos casos, com insumos, e o beneficiamento da produção está limitado à secagem e fermentação das sementes de cacau (**Quadro 5.1**). De algumas culturas são extraídos óleos e sucos, além da produção de doces, mas trata-se de iniciativas individuais e pontuais e quase sem assistência técnica, que nos poucos casos observados é realizada pela CEPLAC.

Quadro 5.1 - Formas de Beneficiamento dos Produtos

	Frequência	Porcentagem	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
Fermentado e Secado	28	13,1	90,3	90,3
Extraído Óleo ou Suco	1	,5	3,2	93,5
Fermentado e Secado e Extração de Suco e Óleo	1	,5	3,2	96,8
Produzido Doces e Extração de Óleo	1	,5	3,2	100,0
Total	31	14,6	100,0	
Não respondidos	182	85,4		
Total	213	100,0		

Fonte: Hydros pesquisa de campo 2012.

A renda auferida é insuficiente para a manutenção das famílias das pequenas propriedades. A forma de comercialização dos produtos varia bastante em função do tipo de cultura e do volume produzido. Os grandes proprietários comercializam o cacau diretamente com os depósitos que vão buscar o produto nas propriedades. Os pequenos produtores usam transporte público, transporte próprio ou vendem a atravessadores que percorrem a região. As frutas muitas vezes são utilizadas para consumo próprio ou vendidas nas feiras livres locais e no mercado de Malhado em Ilhéus.

² Cf. FURTADO (1998).

³ Cf. Tabela: <http://www.sei.ba.gov.br/munsintese/index.wsp?tmp.cbmun.mun=2913606>.

A produção total de cacau de todas as propriedades soma aproximadamente 20.614 arrobas, com uma média aproximada de 332 arrobas por ano. Para além do cacau, há também a produção (bem menos significativa) declarada de cajá, cupuaçu, açaí, laranja, banana, coco, caju, jaca, manga, tangerina, dendê, genipapo, mandioca, cana, abacate, limão, café, borracha, piaçava, além das criações de galinha e gado. Depois do cacau, a banana, o coco e as laranjas foram as culturas mais expressivas, embora a renda auferida tenha sido na maior parte dos casos muito baixa.

Em geral, os produtores contratam mão de obra externa para ajudar na lavoura: dos 93 que responderam essa questão, 65 deles afirmam contratar algum tipo de mão de obra externa (não familiar). Na área constituinte da poligonal definida para construção do acesso, apenas 4 propriedades utilizam mão de obra temporária.

O número de funcionários contratados varia conforme a propriedade. A estimativa do contingente de trabalhadores, temporários ou não, envolvidos em atividades produtivas nas propriedades da ADA gira em torno de 175 (**Quadro 5.2 e 5.3**).

Quadro 5.2 - Contratação de Mão de Obra por Área

Área	Trabalhadores
Acesso Itariri	11
V. Juerana	31
Aritaguá	133
Total	175

Fonte: Hydros pesquisa de campo 2012

Quadro 5.3 - Quantidade de Trabalhadores Temporários por Imóvel

Número de Propriedades	Número de Trabalhadores por Unidade	Total de Trabalhadores
25	1	25
19	2	38
9	3	27
8	4	32
2	5	10
3	6	18
1	7	7
1	8	8
1*	10	10
Total		175

(*) Pousada Stella Maris

Fonte: Hydros pesquisa de campo 2012.

Das 65 propriedades que utilizam mão de obra externa, 55 utilizam trabalhadores temporários, contabilizando uma média de aproximadamente 2,44 funcionários por propriedade. Foram identificados na ADA 16 trabalhadores permanentes, 156 em caráter temporário e 3 outros cuja situação funcional não foi identificada. As relações de trabalho nas áreas estudadas são precárias prevalecendo os acordos informais, nos quais o trabalhador rural pode ser pago por jornada, por produtos ou outros tipos de trocas.

A maioria dos entrevistados apresenta uma renda entre um e dois salários mínimos, e a produção organizada em “meeiros” ou no trabalho temporário (comum na maioria das propriedades) demonstra uma precariedade na obtenção dessa renda, que varia de acordo com a produção. O repasse da produção final a “intermediários” diminui ainda mais a renda do pequeno produtor.

6 OS DOMICÍLIOS

Aos entrevistados que declararam morar na propriedade que está dentro da poligonal do empreendimento foi aplicado questionário com uma série de perguntas sobre a infraestrutura urbana do seu domicílio, assim como uma série de questões sobre os serviços públicos locais. O objetivo com essa pesquisa ampliada foi conhecer as condições de moradia e acesso a serviços sociais das famílias residentes na ADA, de modo que seja possível assegurar, nos casos de reassentamento, condições equivalentes ou melhores que as atuais.

O padrão de moradia varia consideravelmente, oscilando de casas de padrão adequado às habitações extremamente precárias, sem banheiro, com partes em ruína e sem abastecimento de água tratada e energia elétrica. A área estudada (poligonal do empreendimento) apresenta situações distintas em relação à sua localização mais ou menos próxima da linha de costa. As propriedades existentes na região de Vila Juerana apresentam de modo geral melhores condições de moradia e infraestrutura do que as situadas mais para o interior da poligonal, constituídas por propriedades rurais utilizadas por pequenos agricultores ou meeiros. Entre os 67 residentes que responderam essa questão, 77,6% moram em casas construídas de alvenaria com cobertura de laje de telhas de amianto ou cerâmicas, mas 20,9% residem em habitações construídas com material improvisado e em más condições de conservação (**Quadro 6.1**).

Quadro 6.1 - Tipo de Moradia

	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Bloco Revestido com Telha Cerâmica	29,9	29,9
Bloco Revestido com Telhas de Amianto	43,3	73,1
Bloco sem Revestimento	1,5	74,6
Taipá	3,0	77,6
Material Improvisado	6,0	83,6
Madeirite, Madeira e Telha de Amianto	11,9	95,5
Bloco com Laje	4,5	100,0
Total	100,0	-

Fonte: Hydros pesquisa de campo 2012.

Cerca de 76,7% dessas habitações possuem no máximo dois dormitórios e 39,7% dos imóveis não possuem banheiro na residência. Entre os que possuem banheiro, apenas 46,4% possuem uma destinação adequada aos dejetos produzidos. Vinte e cinco por cento dos domicílios utilizam fossas negras e 7,1% atiram os dejetos nos terrenos e cursos d'água da região (**Quadro 6.2**).

Quadro 6.2 - Banheiros nos Domicílios

	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
Sim	38	17,8	60,3	60,3
Não	25	11,7	39,7	100,0
Total	63	29,6	100,0	
Casos não respondidos	150	70,4		
Total	213	100,0	-	-

Fonte: Hydros pesquisa de campo 2012.

Essa situação precária assume uma proporção ainda mais grave quando observa-se que 87,5% das propriedades utilizam-se de fontes, poços, rios ou nascentes para o abastecimento de água para o consumo humano.

Da mesma forma que os demais elementos do saneamento básico, a coleta de resíduos sólidos também é precária e apenas 18% das propriedades pesquisadas têm seus resíduos sólidos coletados, apesar da proximidade com o depósito de resíduos de Itariri (Lixão) que atende aos municípios de Ilhéus e Uruçuca. Os demais moradores da área estudada enterram ou queimam na propriedade, e 3,3% simplesmente atiram os resíduos em terrenos baldios.

O contraponto da infraestrutura fica por conta da energia elétrica que já atende (92,5%) dos domicílios pesquisados. Esse resultado que pode ser observado em outras áreas pesquisadas da região reflete o trabalho de eletrificação rural que vem sendo desenvolvido através do Programa Luz para Todos.

7 AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Embora a pesquisa realizada na ADA do empreendimento tenha encontrado uma situação de bastante precariedade e mesmo de déficit de alguns serviços públicos importantes, os entrevistados tiveram uma avaliação mais positiva, por assim dizer, em alguns desses serviços.

Dos entrevistados que avaliaram a educação, 15% a consideraram ruim ou péssima, 43% como razoável e 42% como boa ou excelente. A educação é o serviço melhor avaliado por conta do aumento da quantidade de recursos federais, transferidos diretamente aos municípios, para o setor. Tais recursos são responsáveis pela garantia de uma melhor estrutura dos estabelecimentos educacionais da rede municipal (alimentação, livro didático, transporte, infraestrutura etc.). Já a avaliação negativa está relacionada à concentração da oferta de vagas no ensino médio apenas na zona urbana e quanto ao ensino superior, que é restrito a zona urbana e a poucas vagas, exigindo a aprovação em um concorrido processo seletivo. Além da educação básica e superior, tem-se o aumento de oportunidades vinculadas ao ensino técnico (IFBA) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o TOPA- Alfabetização.

Em relação aos serviços de saúde, dos entrevistados que responderam essa questão, 43% a consideraram ruim ou péssima, 32% razoável e 25% boa ou excelente. A referência dos moradores, contudo, é a cidade de Ilhéus, onde a grande maioria recorre para receber atendimentos de saúde. A procura por postos de saúde locais como Itariri, Carobeira ou Sambaituba é muito pequena indicando um impacto significativo na sede do Município. As avaliações negativas do serviço de saúde se justificam pela precariedade dos postos de saúde na zona rural e a limitação na oferta de exames e procedimentos que estão, em geral, sediados no centro da cidade. Na região de Aritaguá, em Vila Olímpio, existem postos de saúde desativados.

Entre os problemas de saúde que acometem a população, destacam-se as gripes associadas a outros sintomas, como febres ou dores de cabeça, citados também por mais de 83% dos entrevistados como doenças mais comuns nos adultos. Gripes também aparecem como o principal agravo às crianças (71,4%) e aos jovens (84,2%). Em segundo lugar aparecem menções a sintomas não especificados. Entre as crianças, diarreias e verminoses somam 14,3%. As doenças classificadas como respiratórias pela população, em geral reduzidas às alergias e dificuldades respiratórias, acometem apenas 5% dos jovens, não aparecendo na relação de problemas de saúde entre o público infantil ou adulto.

A atuação dos agentes de saúde é considerada boa, pois que 42% dos entrevistados recebem várias visitas no ano, embora uma parcela considerável da população pesquisada (33,8%) afirme nunca ter recebido uma visita do agente comunitário. Isso decorre, ao menos em parte, da dificuldade de circulação dos agentes devido à má conservação das vias locais.

Quanto à segurança, a principal reclamação está relacionada à falta de um policiamento ostensivo e periódico na zona rural. Nesses locais, reclama-se constantemente de pequenos furtos e roubos, além do comércio e uso de drogas ilícitas, significando para a maioria da população como uma porta de entrada para a criminalidade.

8 PERCEPÇÕES SOBRE O EMPREENDIMENTO

Ao fim do questionário aplicado, havia um espaço aberto para que os entrevistados dessem sua opinião sobre o empreendimento, que falassem sobre suas preferências no momento da desapropriação ou reassentamento ou mesmo que externassem comentários mais genéricos.

Alguns entrevistados manifestaram de forma espontânea sua atitude em relação à implantação do Porto Sul na região. Destes 68% se mostraram a favor, 12% se mostraram indiferentes e 20% se posicionaram contra a instalação do empreendimento com um escore de 1,52 (means). Esse resultado reflete apenas a opinião dos moradores da área estudada. Nesse conjunto as atitudes negativas são mais comuns na área de Vila Juerana. Ainda de forma espontânea, 50 moradores expressaram suas expectativas em relação ao processo de desapropriação. Deste total, 31 aceitam ser indenizados e de preferência em dinheiro, enquanto 15 preferem uma permuta para uma área próxima e 4 afirmaram que gostariam de permanecer na área. Entre os comentários formulados pelos entrevistados é comum a preocupação com o valor das indenizações, com uma insistência na necessidade de haver um preço justo, uma vez que algumas propriedades possuem benfeitorias, além do medo de não conseguirem comprar outra área com as mesmas características. Isso gera, inclusive, um receio de haver desemprego.

Outro registro recorrente é ainda a reclamação sobre a falta de informações precisas do empreendimento e o desejo de resolver logo a situação. Apesar das diversas campanhas de esclarecimento e de mobilização social em torno da discussão do projeto Porto Sul, 20 moradores demonstraram preocupação e desconhecimento com o que iria acontecer com eles.

9 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A pesquisa evidenciou um nível baixo de engajamento social e político, confirmando um fenômeno que vem se ampliando nas democracias modernas. Grosso modo, os níveis de participação do universo pesquisado se assemelham ao restante da sociedade.

Dos entrevistados que responderam a questão sobre a sua participação em associação de moradores e afins, 8,2% declararam participar de ações ambientais sempre ou quase sempre, contra 81,8% que declararam nunca participar de atividades desse tipo, atividade que em tese está aberta a uma forma de participação mais horizontalizada dos indivíduos, que podem ou não pertencer a uma organização da sociedade civil. A participação nos debates sobre a comunidade também mobiliza cerca de 17,6% da população com uma certa frequência e a participação em associações de moradores alcança 11,8%.

Apesar do baixo índice de participação ser uma característica bastante comum nas sociedades contemporâneas, o resultado deste estudo destoava um pouco de outros levantamentos⁴ observados na região, onde a participação política se mostrou elevada em função das mobilizações em torno do projeto do Porto Sul ou de programas do governo federal, como Água para Todos, que demandam a intermediação por meio de associações de moradores.

As discussões sobre o Porto Sul exerceram considerável influência na região de uma forma geral, mas esta influência se mostrou menos significativa nos entrevistados da ADA. Mas ao contrário dos resultados anteriores obtidos nas comunidades da AEE, a maior parte dos entrevistados da ADA, neste levantamento atual, destacou **nunca** participar de ações ambientais e associações representativas (moradores, produtores etc.).

Mesmo sem se envolver em ações ou atividades cotidianas em entidades representativas os entrevistados indicaram um bom nível de conhecimento sobre possíveis líderes comunitários, contribuindo para sua *legitimação* e de suas respectivas organizações. Estas últimas estão voltadas para a mobilização de demandas em torno da defesa de melhores condições de bem-estar para os habitantes locais, bem como políticas públicas voltadas a produção e comercialização dos insumos agrícolas localizados em propriedades, em sua maioria, de até 35 hectares. Destacaram-se entre as lideranças citadas os nomes de Paulo, Domingos, Vivi e Ailton.

Dos levantamentos realizados pode-se inferir que o nível de participação social e política em caráter formal dos entrevistados é abaixo da média da região, sendo *esporádica* a sua atuação horizontal junto às entidades locais. Esse baixo nível de participação, porém, não significa a consolidação de uma exclusão social e política ou mesmo despolitização. Vale ressaltar a ligação desses indivíduos a lideranças sociais (igreja, grupos sociais e culturais, movimentos sociais etc.) e mesmo no âmbito institucional formal da política (partidos, governo, representantes políticos etc.). A representação política enquanto modelo de organização política garante uma ligação desses indivíduos a lideranças eleitorais formalizadas, além de espaços públicos referenciados na participação da sociedade civil, dado em um cenário inovador nas últimas décadas após a redemocratização da sociedade brasileira (conselhos gestores, orçamento participativo, conferências locais, estaduais e nacionais setoriais ou multisetoriais, entre outros).

⁴ Estudos de campo realizados entre 2009 e 2011 indicaram uma significativa mobilização da população e a formação de um espaço público em torno da questão do Porto Sul.

10 CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS SUB-ESPAÇOS CONSIDERADOS: VILA JUERANA, ARITAGUÁ E ACESSO AO PORTO SUL

Como informado antes, na ADA do empreendimento, para efeito de análise do perfil das propriedades e dos ocupantes foram considerados três sub-espços: Vila Juerana, Aritaguá e Acesso ao Porto Sul. Essa divisão é útil, sobretudo, para a definição de diretrizes para o processo de desapropriação e reassentamento, mas foi importante na própria organização da pesquisa.

Com a apuração dos dados da pesquisa fica evidenciada de princípio uma clara distinção entre Vila Juerana e os demais sub-espços em face às características especificamente urbanas quanto ao uso e ocupação do solo e também quanto ao perfil socioeconômico. Os outros sub-espços, embora tenham especificidades que merecem lugar na análise da pesquisa, são mais próximos quanto ao uso do solo e ao perfil socioeconômico dos residentes.

Abaixo, o **Quadro 10.1** apresenta o tipo de ocupação dos lotes cadastrados.

Quadro 10.1 - Tipo de Ocupação dos Lotes Aritaguá e Vila Juerana

	Quantidade de Lotes de Aritaguá	Percentagem (%) Aritaguá	Quantidade de Lotes de V. Juerana	Percentagem (%) V. Juerana
Casa (excluindo as em construção)	-	-	35	34,0
Casa com Comércio	-	-	1	1,0
Casa em Construção	-	-	2	1,9
Equipamento Turístico Pousada/Hotéis*	-	-	2	1,9
Propriedade Rural	79	100,0	2	1,9
Terreno Baldio	-	-	61	59,2
Total**	79	100,00	93	100,00

Fonte: Hydros pesquisa de campo 2012.

* Um hotel está com as obras de construção suspensa aguardando, segundo o seu proprietário, uma definição sobre o Porto Sul; ** Excluindo um questionário não respondido.

10.1 VILA JUERANA

A grande maioria dos lotes de Vila Juerana afetados pelo empreendimento estão desocupados (terrenos baldios) ou constituem casas de veraneio. Em ambos os casos, ter acesso ao proprietário é difícil, pois alguns residem em outros estados ou no exterior. Na região só foi possível entrevistar 27 proprietários e 2 funcionários residentes, enquanto 47 lotes foram apenas vistoriados sem que seus proprietários fossem contactados (**Figura 10.1**).



Figura 10.1 - Área da Poligonal em Vila Juerana

No total, dos 93 lotes em Juerana, 61 constituem terrenos desocupados. Em alguns lotes existem casas em construção e casas abandonadas ou desocupadas, mas a ausência do proprietário não permite saber com segurança, se determinados imóveis estão abandonados ou apenas fechados.

Entre os proprietários encontrados e entrevistados 9 correspondem a terrenos baldios, 14 de residências (permanentes ou de veraneio), 2 de hotéis e pousadas (um em obra e um abandonado), 1 casa de comércio e 1 propriedade rural.

Quadro 10.2 - Proprietários e Funcionários Entrevistados e Cadastrados em Vila Juerana

Quantidade de Lotes	Número dos Lotes	Área	Nome	Situação em Relação à Propriedade
1	270	V.JUERANA	VICENTE FERREIRA FILHO	Proprietário
1	200	V.JUERANA	NAILTON SANTOS BRITO	Proprietário
1	83	V.JUERANA	JOSE AUGUSTO DOS SANTOS	Proprietário
1	117	V.JUERANA	CARLOS HUMBERTO MENDONÇA	Proprietário
			EDNALDO FERNANDES OLIVEIRA	Funcionário/administrador
1	119	V.JUERANA	JOSE EDUARDO CANDIDO CAMPOS	Proprietário
			ALEX SOARES DOS SANTOS	Funcionário/administrador
1	102	V.JUERANA	JOSENICE DOS SANTOS	Proprietário
			FERNANDES SANTOS	Proprietário
1	123	V.JUERANA	DERALDO BATISTA DA SILVA	Proprietário falecido

Quadro 10.2- Proprietários e Funcionários Entrevistados e Cadastrados em Vila Juerana

Quantidade de Lotes	Número dos Lotes	Área	Nome	Situação em Relação à Propriedade
2	103; 86	V.JUERANA	MESSIAS DA HORA LUTE	Proprietário
1	271	V.JUERANA	ALVARO ALBERT PESSOA OLIVEIRA	Proprietário
2	116; 174	V.JUERANA	PAULO DE TARSO SANTOS PINHEIRO	Proprietário
1	108	V.JUERANA	HERIVALDO SILVA GONÇALVES	Proprietário
1	30	V.JUERANA	RAIMUNDO DA SILVA BARBOSA	Proprietário
1	114	V.JUERANA	ANTONIO CAJAIBA MOURA FILHO	Proprietário
1	113	V.JUERANA	ALINE DOS SANTOS BRITO MOURA	Proprietário
1	107	V.JUERANA	GERALDO PORTO DE ARAUJO	Proprietário
2	173; 120	V.JUERANA	ALBERTO PESSOA	Proprietário
1	265	V.JUERANA	SILVANA VALENTINA HAURI	Proprietário
			GILENILDO JARI DOS SANTOS	Funcionário/administrador
1	146	V.JUERANA	VALDSON PERREIRA DOS REIS	Proprietário
1	88	V.JUERANA	SIRLEIDE ALVES DE ALMEIDA	Proprietário
1	260	V.JUERANA	ANTONIO ELIAS DA SILVA NETO	Proprietário
1	201	V.JUERANA	NELZA SANTOS DE BRITO	Proprietário
1	256	V.JUERANA	ANTONIO FERREIRA DE BRITO	Proprietário
1	102	V.JUERANA	REGIS DOS SANTOS GALLY	Proprietário
			DIONISIO ALVES SANTOS	Funcionário/administrador
2	204	V.JUERANA	AURINO JOSE DE OLIVEIRA	Proprietário falecido

Fonte: Pesquisa Hydros jan. e mar. de 2012

O **Anexo II** apresenta a relação das propriedades/ posses cadastradas m Vila Juerana.

10.2 ARITAGUÁ E ACESSO AO PORTO SUL

A poligonal correspondente Aritaguá e Acesso ao Porto Sul inclui imóveis situados em Valão, Itariri, Aritaguá, Carobeira e Fazenda Porto. Esses imóveis foram classificadas em dois tipos: propriedades maiores que 35 ha, com produção mais substativa e voltada para o mercado; e propriedades menores de 35 ha, com uma produção voltada basicamente para consumo próprio, com pouco excedente. Entre estas últimas estão os 13 imóveis rurais que compõem a poligonal do Novo Acesso. Estes, por sua vez, diferem um pouco das demais propriedades de pequeno porte por apresentar um maior nível de ocupação. São imóveis onde vivem diversas famílias de proprietários e que não contam com meeiros. São na totalidade imóveis rurais destinados a agricultura de subsistência.

Diferente de Vila Juerana, onde foram encontrados diversos lotes ociosos e, portanto, não utilizados, todas as propriedades rurais de Aritaguá e do Acesso ao Porto Sul cadastradas são produtivas e ocupadas por funcionários e/ou meeiros.

Quadro 10.3 - Relação de Proprietários, Meeiros e Funcionários Entrevistados e Cadastrados em Aritaguá e Novo Acesso

Quantidade de Lotes	Número dos Lotes	Área	Nome	Situação em Relação a Propriedade
1	6	ARITAGUÁ	JOSE ROBERTO DA SILVA	Proprietário
			JOSE ELIAS DA SILVA	Funcionário/administrador
1	329	ARITAGUÁ	MARCELO JOANIS VIEIRA ABRANTIS	Proprietário
			MIRIVALDO DA SILVA MOREIRA	Meeiro
1	277	ARITAGUÁ	OSMAR TEIXEIRA DOS SANTOS E OUTROS	Proprietário
			MARCOS PINHEIRO DOS SANTOS	Parceiro
			MARCELO PINHEIRO DOS SANTOS	Parceiro
1	286	ARITAGUÁ	RAMIRO BERBERT DE CASTRO	Proprietário
			EDNAEL FERNANDES CRUS	Funcionário/administrador
			ORLANDO OLIVEIRA SANTOS	Meeiro
			JOILSON SILVA DE OLIVEIRA	Meeiro
1	319	ARITAGUÁ	REGINALDO RODRIGUES DE JESUS	Meeiro
			RAIMUNDO JOSE DE AMARAL FERNANDES	Proprietário
			GILDO JOAO DA SILVA JUNIOR	Funcionário/administrador
			MANUEL TEIXEIRA CAPISTRANO	Parceiro
3	283; 198; 147	ARITAGUÁ	ABERALDO RIBEIRO SANTOS FILHOS	Proprietário
			AGENOR RIBEIRO DE SOUZA	Funcionário/administrador
			JELSON DOS SANTOS ROCHA	Funcionário/administrador
			CLAUDIO TELES DOS SANTOS	Meeiro
1	316	ARITAGUÁ	JAIME LUZ PACHECO	Proprietário
			JOAO BATISTA DE JESUS	Meeiro
			LEONEL BENICIOS DOS SANTOS	Cedido
1	331	ARITAGUÁ	ENEAS FREIRE MENEZES	Proprietário
			AMBROSIO FREIRE MENEZES	Funcionário/administrador

Quadro 10.3 - Relação de Proprietários, Meeiros e Funcionários Entrevistados e Cadastrados em Aritaguá e Acesso Sul

Quantidade de Lotes	Número dos Lotes	Área	Nome	Situação em Relação a Propriedade
			JOSE CARLOS MENEZES SANTOS	Parceiro
2	308; 309	ARITAGUÁ	JOSE ROBERTO FERREIRA DA SILVA	Proprietário
			LAURINDO ALBERTINO DE ARAUJO	Meeiro
			ANTONIO DOS SANTOS DE DEUS	Meeiro
3	281; 282; 300	ARITAGUÁ	MANOEL CARLOS BARRETO DA SILVA	Proprietário
			JACKSON DOS SANTOS	Funcionário/administrador
			JOELSON DE JESUS	Funcionário/administrador
			ERASMO DE JESUS DOS SANTOS	Funcionário/administrador
1	25	ARITAGUÁ	MARCELO FREIRE FRANCO	Proprietário
			MIZAEL TEODORO DOS SANTOS	Meeiro
			ALMIR VIEIRA TEODORO	Meeiro
			LEANDRO VICENTE COSTA	Meeiro
1		ARITAGUÁ	JORGE EDUARDO MACEDO	Proprietário
			JOSE LOPES CARDOSO (ZE BOFEA)	Meeiro
1	271	ARITAGUÁ	ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA	Proprietário
			EDNALDO CORDEIRO DA SILVA	Funcionário/administrador
1	7	ARITAGUÁ	SERGIO JOSE BARAUNA DE OLIVEIRA	Proprietário
			UBIRAJARA LIMA DOS SANTOS	Funcionário/administrador
1	S/ medição da CDA	ARITAGUÁ	AMELIA LANZARINE DE BRITO	Proprietário
1	2	ARITAGUÁ	MARIA JORDELIA OLIVEIRA DE JESUS	Proprietário
1	304	ARITAGUÁ	JOAQUIM FERNANDES CRUZ	Proprietário falecido
1	295	ARITAGUÁ	NEUZA DOS SANTOS NASCIMENTO	Proprietário
1	320	ARITAGUÁ	JOAO SILVA SANTOS	Proprietário
1	250	URUCUTUC A	ERMANO JOSE ALVES DE ANDRADE	Proprietário falecido
1	246	ARITAGUÁ	SILVIO CARLOS TEIXEIRA	Proprietário
1	321	ARITAGUÁ	VALFREDO LEAL SILVA	Proprietário
1	296	ARITAGUÁ	FLORISVALDO CIRILO DE JESUS (PENINHA)	Proprietário
4	317; 314; 313; 315	ARITAGUÁ	SILVIO ROBERTO DA SILVA FEITOSA	Proprietário
1	205	ARITAGUÁ	FLORACY PALMEIRA DA SILVA	Proprietário
1	328	ARITAGUÁ	FELISMINO MANOEL DOS SANTOS	Proprietário
1	4	CAROBEIR A	TERESA SILVA DE LEMOS	Proprietário
1	290	ARITAGUÁ	JOSE TAVARES DOS SANTOS	Proprietário
1	247	URUCUTUC A	NADIR ALVES DE OLIVEIRA	Proprietário
1	249	ARITAGUÁ	JOSE ROBERTO RAMOS DE ARAUJO	Proprietário

Quadro 10.3 - Relação de Proprietários, Meeiros e Funcionários Entrevistados e Cadastrados em Aritaguá e Acesso Sul

Quantidade de Lotes	Número dos Lotes	Área	Nome	Situação em Relação a Propriedade
1	299	ARITAGUÁ	SATURNINO RODRIGUES DE JESUS	Proprietário
3	293; 259; 291	ARITAGUÁ	LUIS CLAUDIO RIBEIRO REIS	Proprietário
1	301	ARITAGUÁ	ANTONIO LOPES CARDOSO	Proprietário
2	252, 292	ARITAGUÁ	HERMINIO BARBOSA SANTOS	Proprietário
1	312	ARITAGUÁ	ANTONIO FERNANDES DOS REIS	Proprietário
2	288, 289	ARITAGUÁ	APOLONIO ANTONIO DO NASCIMENTO	Proprietário
1	248	ARITAGUÁ	VALDEK ALVES DE OLIVEIRA	Proprietário
1	23	ARITAGUÁ	NIVALDA TEODORO CAMPOS	Proprietário
1	24	ARITAGUÁ	DORALICE MAGALHAES DE OLIVEIRA	Proprietário
1	298	ARITAGUÁ	HELIO TAVARES	Proprietário
2	206; 197	ARITAGUÁ	JOAO BELMIRO	Proprietário
1	311	ARITAGUÁ	LAURINDO ALBERTO DE ARAUJO	Proprietário
1	9	ARITAGUÁ	JOSE HILDELIO OLIVEIRA DE JESUS	Proprietário
1	294	ARITAGUÁ	MARCELO RIBEIRO REIS	Proprietário
3	254, 251; 253	ARITAGUÁ	JOAQUIM CIRILO DE JESUS	Proprietário
1	258	ARITAGUÁ	NATALICIO DOS SANTOS	Proprietário
1	8	ARITAGUÁ	EDUARDO SOARES DO NASCIMENTO	Funcionário/administrador
1	284	CARIBEIR A	NELSON ALVES DE JESUS	Proprietário
			TEOTONIO LOPES (ANTONIO)	Meeiro
1	280	ARITAGUÁ	PETRONÍLIO SOUZA DA SILVA	Proprietário
	280	ARITAGUÁ	JORGE SOUZA SILVA	Meeiro
1	323	ARITAGUÁ	CHARLES P DE JESUS COSTA	Proprietário
3	305, 306; 310	ARITAGUÁ	EDUARDO JOSE DAMÁSIO ORA	Proprietário
1	322	ARITAGUÁ	LEDYCLERE DAMASIO ORA	Proprietário
1	324	ARITAGUÁ	LUCIA MARIA ORA FEITOSA	Proprietário
3	279, 302; 297	SAMBAITU BA	ANTONIO AUGUSTO ARGOLO NEVES	Proprietário
	297	ARITAGUÁ	JOSE ALVES DOS SANTOS	Funcionário/administrador
1	318	ARITAGUÁ	GILBERTO BELO DE JESUS	Proprietário
			ALMERINDO BELO DE JESUS	Parceiro
			AUREA CNCEIÇÃO DOS SANTOS	Proprietário
1	303	ARITAGUÁ	CARMELITA MARIA DE JESUS	Proprietário
			DANIEAL IREMIO DE JESUS DOS SANTOS	Parceiro
1	307	ARITAGUÁ	JOAO BATISTA SOARES NETO	Proprietário
1	49	ARITAGUÁ	SHIRLEY SEIXAS LINS DIAS	Proprietário
			GERSON EVANGELISTA DOS SANTOS	Meeiro
			RAIMUNDO CESAR D. PESSOA	Meeiro
1	S/ medição da CDA	Fazenda Porto	Espólio José Fernandes de Oliveira	Espólio

Quadro 10.3 - Relação de Proprietários, Meeiros e Funcionários Entrevistados e Cadastrados em Aritaguá e Acesso Sul

Quantidade de Lotes	Número dos Lotes	Área	Nome	Situação em Relação a Propriedade
	Acesso Sul.		João Fernandes de Oliveira	(Herdeiro)
			Milton Fernandes de Olliveira	(Herdeiro)
			Maria Fernandes de Olliveira	(Herdeiro)
			Jonas Fernandes de Olliveira	(Herdeiro)
			Elias Fernandes de Olliveira	(Herdeiro)
			Luciano Fernandes de Olliveira	(Herdeiro)
			Almerinda Fernandes de Olliveira	(Herdeiro)
			Guilherme Fernandes de Olliveira	(Herdeiro)
			Raimunda Fernandes de Olliveira	(Herdeiro)
			Maria Vitória Fernandes de Olliveira	(Herdeiro)
			Milton Fernandes de Olliveira	(Herdeiro)
1	S/ medição da CDA	Fazenda Porto	Anaildo Araujo dos Santos (Zé do Ouro)	Proprietário e filhos 3 casas ocupadas
1	S/ medição da CDA	Fazenda Porto	Vitória Conceição dos Santos	Proprietária 2 casa ocupada por filhos nora e netos
1	S/ medição da CDA	Fazenda Porto	Aldaci Santos de Carvalho	Reside em Ilhéus; (73) 99834929 32691392 /88019889- Pode deixar recado com Lúcia Cerqueira (irmã), reside no condom. Mar de Ilhéus II, rodovia Ilhéus-Olivença km 10
1	S/ medição da CDA	Fazenda Porto	Miraldo Fraga de Oliveira	Reside na propriedade com filhos
1	S/ medição da CDA	Fazenda Porto	Joaci Francisco Jovita	Reside no bairro Savóia- Av. Proclamação,194 (73) 99625311
1	S/ medição da CDA	Fazenda Porto	João Francisco de Jesus	Josileide de Jesus Jovita (filha) Residem na propriedade
1	S/ medição da CDA	Fazenda Porto	Edvaldo Fagundes Santos	Reside na propriedade
1	S/ medição da CDA	Fazenda Porto	Manoel Galdêncio (falecido)	Herdeiro: Nerivaldo Oliveira Santos (73) 88315415. Reside na Av. Ubaitaba,1898, Ilhéus
1	S/ medição da CDA	Fazenda Porto	Teotônio Demétrio Silva	Reside em Itabuna 8808-9345; 0 irmão Pedro mora e administra a propriedade (foto de Pedro)
1	S/ medição da CDA	Fazenda Porto	José Moura Dantas (Zé Moura)	Reside no assentamento Bom Gosto, os filhos moran na propriedade (73) 99751388
1	S/ medição da CDA	Fazenda Porto	Heloisa Maria de Jesus	Reside em Ilhéus (centro) João Bandinha (filho) administra e mora na propriedade 4 casa na propriedade, 3 ocupadas com duas famílias
1	S/ medição da CDA	Fazenda Porto	Espólio José Evandro de Carvalho Menezes	Herdeiro responsável: Marcio Ramos Menezes; Reside em Ilhéus; (73) 99654235
	330	Fazenda Porto	Jose Evandro de Carvalho Menezes	Proprietário
1			Raimundo Marques Menezes	Funcionário/administrador

Fonte: Pesquisa Hydros jan. e mar. de 2012

O Anexo III apresenta a relação das propriedades/ posses em Aritaguá e no Novo Acesso.

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Henrique. “A economia de Salvador e a formação da sua região metropolitana”. In: CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto Corso. *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 29ª e.d. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

ANEXOS

ANEXO I – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO

Questionário 1 Aplicador 2. Comunidade Localização (UTM) 24L

3. Nome (opcional): _____

4. Nome da Propriedade _____

5. Sexo 1 Masculino 2 Feminino6. Idade

7. Local de Nascimento? _____

8. Tempo de Residência no local atual _____

9. Quantas pessoas moram na propriedade (incluindo os filhos e o entrevistado) _____

10. Caracterização dos Moradores

Identificação Situação	Idade	Sexo		Ocupação atual	Profissão Qualificação	Estuda	
		M	F			S	N
7.1		1	2			1	2
7.2		1	2			1	2
7.3		1	2			1	2
7.4		1	2			1	2
7.5		1	2			1	2
7.6		1	2			1	2
7.7		1	2			1	2
7.8		1	2			1	2
7.9		1	2			1	2
7.10		1	2			1	2
7.11		1	2			1	2
7.12		1	2			1	2
7.13		1	2			1	2

Situação: 1 Chefe responsável; 2 Cônjuge/Companheiro(a); 3 Filho(a); 4 Pai/Mãe; 5 Neto(a); 6 Irmão(ã); 7 Sobrinho(a); 8 Tia(o); 9 Sogra(o); 10 Nora/Genro; 11 Outros; 12 Não respondeu/Não soube responder.

11- Escolaridade do entrevistado: (0) Nunca estudou (1) Alfabetização de adultos (2) fundamental incompleto
(3) fundamental completo (4) médio incompleto (5) médio completo
(6) Supletivo (7) Superior incompleto (8) Superior completo

12. Situação da Propriedade (1) Própria (2) Arrendada (3) Posse (4) Cedida (meeiro) (5) outras

Descrever _____

13. Caso ocupe propriedade como meeiro explicitar os tipo de acordo com Proprietário _____

14. Tamanho da propriedade ou da área ocupada (No caso de meeiro) _____

15.- Benfeitorias existentes na propriedade

Tipo	Valor estimado
12.1	
12.2	
12.3	
12.4	
12.5	
12.6	

13. Tipo de Moradia/Habitação da sede: (1) Bloco revestido c/ Telha cerâmica (2) Bloco revestido c/ cobertura de eternit
(3) Bloco sem revestimento (3) Sopapo/ Sapé (4) Material improvisado (5) Outros _____

14- Tamanho da moradia (número de cômodos) _____

14. O que produz	15. Quanto Produz (colocar a unidade)	12. Preço Médio obtido
14.1	14.1	16.1
14.2	15.2	16.2
14.3	15.3	16.3
14.4	15.4	16.4
14.5	15.5	16.5
14.6	15.6	16.6
14.7	15.6	16.6
14.8	15.6	16.6

(OBS se a produção for para consumo próprio não precisa colocar valor)

16. Principal atividade _____

17.- Renda Familiar mensal (pode ser aproximada) _____

18. Como comercializa os produtos (transporte, locais, Programas de Apoio a Produção e Comercialização)

19. Participação em Programas de Redistribuição de Renda e de apoio a produção

Bolsa Família (1) sim (2) Não

Agricultura Familiar (1) sim (2) Não
(1) sim (2) Não

Outros (Pronaf, CAAS etc.) _____

20. Contrata mão de obra externa (1) sim (2) não 20.1 Quantos _____

20.2 tipo (1) Temporária (2) Não temporária

21. Destinação dos esgotos?

(1) Fossa, quantas? _____ tipo _____ (2) rede pública, (3) rios e terrenos próximos (4) não tem

22. Sua casa tem abastecimento de água?

(1) Rede Embasa (2) Poço Artesiano na propriedade (3) Poço administrado e distribuído pela Prefeitura (4) Fonte Nascente, rio (5) Colhida da Chuva/ Cisterna (6) nenhum

23. Qual a distância da fossa para o poço artesiano (em metros)? _____

24. Ligada a Rede de energia? (1) Sim (2) Não

25. Qual o destino do lixo do seu domicílio?

(1) Coletado (2) Enterrado na propriedade (3) Queimado na propriedade (4) Jogado no terreno baldio (5) Jogado no rio/ mar/ mangue (6) Outro: _____

26. - Quais as doenças mais comuns entre:

As crianças	
Os jovens	
Os adultos	

você participa de:

27. Ações ambientais (1)sempre (2)quase sempre (3) às vezes (4)raramente (5) nunca

28. Associações de moradores (1)sempre (2)quase sempre (3) às vezes (4)raramente (5) nunca

29. De debates sobre sua comunidade (1)sempre (2)quase sempre (3) às vezes (4)raramente (5) nunca

30 .Conhece algum líder comunitário do seu município? (2)Não (1)Sim. Qual? _____

31.Como você avalia: 31.1. Educação (5)Excelente (4)Bom (3) Razoável (2)Ruim (1)Péssimo

31.2. Saúde (5)Excelente (4)Bom (3) Razoável (2)Ruim (1)Péssimo





32. Como é o atendimento dos AC de Saúde (frequência e comentários) _____

33 Em caso de problemas de saúde a quem vocês recorrem _____






34. COMENTÁRIOS: Entrevistado Pesquisador

ANEXO II - CADASTRO DE PROPRIEDADES VILA JUERANA



Nº do Lote	Nome Proprietário / Posseso	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
S/MEDIÇÃO 60001	Idervaldo	Pendente de lotear e marcar: casa residencial		Sítio Jequitibá antes do rio UTM:24L 0492742 - 8377150		
S/MEDIÇÃO 60002	Sem identificar	Pendente de lotear e marcar: casa em construção		Sítio Jequitibá antes do rio UTM:24L 0492703 - 8377148		
50	Raimundo do Tributo (prefeitura)	Terreno vago	0,1083	UTM:24L 0492010 - 8377674		
51	Contador (ao lado da Caixa Económica)	Terreno vago	0,0607	UTM:24L 0491997 - 8377673		



Nº do Lote	Nome Proprietário / Posseiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
52	Douglas Bispo dos Santos	Terreno vago	0,0588	UTM:24L 0491988 - 8377666		
53	Mora em Portugal	Terreno vago	0,1182	UTM:24L 0491975 - 8377656		
54	Mora em Portugal	Terreno vago	0,1303	UTM:24L 0491968 - 8377655		
55	Trabalha na Coelba	Terreno vago	0,1153	UTM:24L 0491947 - 8377640		
56	Esposa de Edílson Guimarães dos Santos	Terreno vago	0,1304	UTM:24L 0491940 - 8377630		



Nº do Lote	Nome Proprietário / Possuidor	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
57	Comerciante em Barra	Terreno vago	0,0251	UTM:24L 0491906 - 8377653		
58	Esposa de César	Casa vermelha	0,0265	UTM:24L 0491925 - 8377622		
59	Comerciante em Barra	Terreno vago	0,0234	UTM:24L 0491898 - 8377647		
60	Sem identificar	Casa ocupada	0,0257	UTM:24L 0491911 - 8377615		
61	Comerciante em Barra	Terreno vago	0,0253	UTM:24L 0491872 - 8377648		



Nº do Lote	Nome Proprietário / Possheiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
62	Roberta dos Santos Bastos	Casa ocupada	0,0249	Juerana Vivendas do Olandy UTM:24L 0491896 - 8377606	73 91530821 Vivi	
63	Comerciante em Barra	Terreno vago	0,0256	UTM:24L 0491864 - 8377642		
64	Mãe de Roberta dos Santos Bastos (Jacaré)	Terreno vago	0,025	Juerana Vivendas do Olandy UTM:24L 0491981 - 8377606	73 88372007	
65	Adilmo Pinto Fourny (Carioca)	Terreno vago	0,1019	Juerana Vivendas do Olandy UTM:24L 0491859 - 8377639	73 91186068	
66	Adilmo Pinto Fourny	Terreno vago	0,1019	Juerana Vivendas do Olandy UTM:24L 0491875 - 8377613	73 91186068	



Nº do Lote	Nome Proprietário / Posseso	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
67	Adilmo Pinto Fourny	Terreno vago	0,1019	Juerana Vivendas do Olandy UTM:24L 0491851 - 8377633	73 91186068	
68	Adilmo Pinto Fourny	Terreno vago	0,1019	Juerana Vivendas do Olandy UTM:24L 0491866 - 8377602	73 91186068	
69	Arivaldo Silva Couto	Terreno vago	0,0722	UTM:24L 0491855 - 8377607		
70	Anita Alves de Souza	Terreno vago	0,1108	Juerana Vivendas do Olandy UTM:24L 0492050 - 8377633	73 99831698, 36567060	
71	Abelardo	Terreno vago	0,1559	UTM:24L 0492073 - 8377690		



Nº do Lote	Nome Proprietário / Posseiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
72	Irmã de Walter Pedreiro	Casa	0,2075	UTM:24L 0492106 - 8377685		
73	Adriano de Araújo Couto	Casa em construção á venda	0,3448	Juerana Vivendas do Olandy UTM:24L 0492149 - 8377719	7391980439	
74	Almir Santos da Silva	Terreno Vago	0,0309	Juerana – Cond. Vivendas do Olandy UTM:24L 0492190 - 8377447	73 81116980 ou 7391530821 falar com Vivi	
75	Vildson Pereira dos Reis (Vivi)	Terreno Vago	0,0849	Juerana – Cond. Vivendas do Olandy UTM:24L 0492205 - 8377719	73 91530821	
76	Vildson Pereira dos Reis	Terreno Vago	0,0849	Juerana – Cond. Vivendas do Olandy utm:24L 0492209 - 8377709	73 91530821	



Nº do Lote	Nome Proprietário / Posseiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
77	Vildson Pereira dos Reis	Terreno Vago	0,0849	Juerana – Cond. Vivendas do Olandy UTM:24L 0492231 - 8377740	73 91530821	
78	Italiano	Terreno vago	0,1937	UTM:24L 0492234 - 8377758		
79	Italiano	Terreno vago	0,1937	UTM:24L 0492268 - 8377775		
80	Vildson Pereira dos Reis	Terreno Vago	0,2211	Juerana – Cond. Vivendas do Olandy UTM:24L 0492330 - 8377812	(73)91530821	
81	Alex Santos da Silva	Terreno vago	0,0984	UTM:24L 0492365 - 8377835		








Nº do Lote	Nome Proprietário / Posseiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
82	Contador de Itabuna	Terreno vago	0,0513	UTM:24L 0492375 - 8377847		
83	Jose Augusto dos Santos	Casa Bar Azul	0,0558	Vila Juerana - Cond. Vivendas do Olandir Km 10 da BA 001 UTM:24L 0492394 - 8377857	73 99914147 / 81438534	
84	Marcio dos Reis Garcia (sobrinho de Vivi)	Terreno Vago	0,2323	Juerana – Cond. Vivendas do Olandy UTM:24L 0492415 - 8377847	73 36567010 ou 7391530821 falar com Vivi	
85	Valter	Casa em construção	0,1477	UTM:24L 0491879 - 8377584		
86	Messías da Hora Leite (Messias da SUCOM)		0,0948	UTM:24L 0491884 - 8377591		



Nº do Lote	Nome Proprietário / Possheiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
87	Geane Ribeiro da Silva	Terreno vago	0,0255	Juerana – Vivendas do Olandy Utm:24L 0491897 - 8377591	73 36567016 / 88584925 Esposa de Weliton	
88	Sirleide Alves de Almeida (Esposa de Miraldo da SUCOM)	Terreno vago	0,0342	Rodovia Ilhéus/Itacaré km. 10 UTM:24L 0491911 - 8377599		
89	Raimunda da Costa Freire	Terreno vago	0,0675	Juerana Vivendas do Olandy Utm:24L 0491936 - 8377564	011 83867154	
90	Luis Carlos Carvalho Barbosa, comprou da mão de Augusto	Casa madeira	0,1043	UTM:24L 0491922 - 8377593		
91	Jose Antonio Dias de Araújo	Casa em construção	0,1225	Juerana Vivendas do Olandy UTM:24L 0492044 - 8377633	73 99980304, 81345430	



Nº do Lote	Nome Proprietário / Possheiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
100	Filhos de Valience (medido 100)	Terreno vago	0,1088	Vila Juerana-Vivendas do Olandy UTM:24L 0492424 - 8377956		
101	Filhos de Valience (medido 101)	Terreno vago	0,0985	Vila Juerana-Vivendas do Olandy UTM:24L 0492431 - 8377898		
102	Josnice dos Santos (Tonha)	Casa Branca (2 casas) (Fernado Santos mora na outra)	0,1063	Rodovia Ilhéus/Itacaré km. 10 Vila Juerana – Cond. Vivendas do Olandy UTM:24L 0492391 - 8378036	73 91273805	
103	Messas da Hora Leite (Messias da SUCOM)	Casa abandonada	0,3784	Vila Juerana-Vivendas do Olandy UTM:24L 0492365 - 8377865		
104	Rua		0,0415			
105	Italiano	Terreno vago	0,1509	Vila Juerana- Vivendas do Olandy UTM:24L 0492255 - 8377794		



Nº do Lote	Nome Proprietário / Possesiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
106	Fátima mora em São Paulo	Terreno vago	0,1572	Vila Juerana- Vivendas do Olandy UTM:24L 0492193 - 8377764		
107	Geraldo professor da UESC	Terreno vago	0,0989	UTM:24L 0492122 - 8377730		
108	Everaldo da "Casa elétrica de carro", Av. Itabuna casa no terreo	Casa desocupada	0,1008	UTM:24L 0492101 - 8377735		
109	Jose Francisco Dantas de Oliveira (Chiquinho)	Cond. Vivendas do Olandy Terreno vago	0,1224	Estrada do Sol, vizinho de Regis Gali e Heveraldo UTM:24L 0492086 - 8377716	73 99838584 / 32361772	
110	Jose Francisco Dantas de Oliveira	Cond. Vivendas do Olandy Terreno vago	0,0927	Estrada do Sol, vizinho de Regis Gali UTM:24L 0492055 - 8377701	73 99838584 / 32361772	







Nº do Lote	Nome Proprietário / Possheiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
111	Jose Francisco Dantas de Oliveira	Cond. Vivendas do Olandy, Terreno vago	0,0980	Estrada do Sol, Estrada do Olandy, vizinho de Regis Gali UTM:24L 0492034 - 8377689	73 99838584 / 32361772	
112	Regis dos Santos Gally	Casa Amarela Murada	0,1101	Cond. Vivendas do Olandy UTM:24L 0492040 - 8377742	73 88031259 73 36325742	
113	Cunhada de Geraldo	Terreno vago	0,1147	UTM:24L 0492125 - 8377739		
114	Sogra de Geraldo	Terreno vago	0,1344	UTM:24L 0492161 - 8377752		
115	Dr. Guilherme	Terreno vago	2,2505	Vila Juerana UTM:24L 0492900 - 8377789		



Nº do Lote	Nome Proprietário / Posseiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
116	Paulo de Tarso Santos Pinheiro (Dr. Paulo)	Lote (Pousada inacabada)	0,6497	Vila Juerana UTM:24L 0492827 - 8377776	73 32124594	
117	Carlos Humberto Mendonça	Residencial Lagoa Encantada	2,3193	Vila Juerana (Edinaldo Fernandes Oliveira, caseiro)	73 32347000 / 91981808	
118	Julio (paulista)	Terreno vago	1,9942	UTM:24L 0492903 - 8377603		
119	Joel Antônio Candido Campos	Sítio Japara Quadra 10	0,6185	Km 09 da BA 001, Rodovia Ilhéus Itacaré – UTM:24L 0492866 - 8377557	73 81420750, 36345741, falar com Eduardo Candido Campos irmão do falecido. (Alex Soares, caseiro)	
120	José de Souza	Terreno vago	3,6972	Vila Juerana UTM:24L 0492480 - 8377826		



Nº do Lote	Nome Proprietário / Possheiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
121	Sem identificar	Terreno vago	0,6329	Vila Juerana UTM:24L 0492637 - 8378011		
122	Sem identificar	Terreno vago	0,355	Vila Juerana UTM:24L 0492701 - 8378036		
123	Sem identificar	Terreno vago	1,0006	Vila Juerana UTM:24L 0492533 - 8377888		
146	Vildson Pereira dos Reis	Sítio do Vivi Casa residencial ocupada	0,5134	Juerana - Cond. Vivendas do Olandy UTM:24L 0491983 - 8377591	73 91530821	
173	Alberto Diógenes Pessoa	Fazenda Olandy casa residencial ocupada	26,5708	UTM:24L 0492174 - 8377396	Procurar Albertino no Clube Social de Ilhéus	



Nº do Lote	Nome Proprietário / Posseiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
174	Paulo de Tarso Santos Pinheiro	Terreno vago	0,6497	Vila Juerana UTM:24L 0492432 - 8377289	73 32124594	
199	Eduardo Lins Seixas	Casa	3,0348	UTM:24L 0492451 - 8377149		
200	Nailton Santis Brito	Casa Residencia	0,1986	Vila Juerana Rodovia Ilheus/Itacaré km. 9, Sitio Jequitibá UTM:24L 0492885 - 8377156		
201	Nueza Santos de Brito Nasciendo	Casa	0,1126	Vila Juerana Sitio Jequitibá UTM:24L 0492871 - 8377163		
202	Neide Brito da Silva	Casa	0,661	UTM: 24L 0492859 - 8377181	36171746/ 81018399	



Nº do Lote	Nome Proprietário / Posseiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
203	Neide Brito da Silva	Terreno vago	0,0175	UTM:24L 0492854 - 8377146	3617146/ 81018399	
204	Aurino José de Oliveira (Herdeiros, Paulo Carilo)	Casa madeira abandonada	0,4507	UTM:24L 0492881 - 8377235		
255	Adrine	Terreno vago	0,2421	UTM: 24L 0492616 - 8377129		
256	Antonio Ferreira de Brito	Terreno vago	0,024	UTM:24L 0492784 - 8377154	Buararema	
257	Valdelice	Casa	0,0234	UTM:24L 0492795 - 8377152	Itabuna	








Nº do Lote	Nome Proprietário / Possseiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
260	Antonio Elias	Terreno vago	0,2287	UTM:24L 0492642 - 8377140		
261	Quintino	Terreno vago	0,2342	UTM:24L 0492688 - 8377149	Buararema	
262	Erisvaldo Tica	Terreno vago	0,2439	UTM:24L 0492742 - 8377155	Buararema	
263	Vivaldo	Casa	1,1862	UTM:24L 0492721 - 8377283	Buararema	
264	Oliveira	2 Casas	2,9421	UTM:24L 0492834 - 8377291		



Nº do Lote	Nome Proprietário / Possheiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
265	Silvana Valentina Hauri, Pousada Stela Mares	Pousada	3,9535	Rodovia Ilhéus/Itacaré,km.9 UTM:24L 0492884 - 8377393		
266	Rafael	2 Casas	1,8504	UTM:24L 0492884 - 8377259		
267	Arlete F. Santos	Casa (sem morador)	0,0207	UTM:24L 0492816 - 8377153	Vitória Da Conquista	
268	Nailton S. Brito	Terreno vago	0,0207	Rodovia Ilhéus/Itacaré, km. Sítio Jequitiba UTM24L 0492816 - 8377160		
269	Adriene	Casa	0,0221	Rodovia Ilhéus /Itacaré, km. 9, Sítio Jequitiba UTM:24L 0492820 - 8377169	Itabuna	






Nº do Lote	Nome Proprietário / Possesiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
270	Vicente Ferreira Filho (Vicente dos Correios)	Casa com decoração de pedra	0,017	Rodovia Ilhéus/Itacaré, km. 9 , Sítio Jequitiba UTM:24L 0492847 - 8377161	73 32371229 / 91234768	
272	Álvaro Albert Pessoa Oliveira	Sítio Doce Recordação Casa ocupada	12,0	Vila Juerana, do lado do Condomínio Vivendas do Olandy UTM:24L 0491988 - 8377739	73 99986614 - 91045911	
274	Arivaldo Silva Couto	Terreno vago	0,16	UTM:24L 0491884 - 8377662		
275	Capoeira sede da SUCOM no Malhado	Terreno vago	0,1051	Vila Juerana-Vivendas do Olandy UTM:24L 0492281 - 8377816		
276	Campo de Futebol	Terreno vago	0,1275	Vila Jueran- Vivendas do Olandy UTM:24L 0492226 - 8377788		



**ANEXO III - CADASTRO DAS PROPRIEDADES - ARITAGUÁ E NOVO ACESSO
(FAZENDA PORTO)**



Áreas menores que 35,00 ha

N da medição CDA	Nome Proprietário / Posseiro	Nome da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel / Benfeitorias e Culturas	Contatos	Imagens
2	Maria Jordelia Oliveira de Jesus	Fazenda Unas 1	1,2472	A 3km de Aritaguá, ponto 37 cacau 2,0ha 24L0491237 UTM8376494	73 99721192	
1	Gilberto Belo de Jesus	Fazenda Alegria	1,8475	A 2km de Carobeira, Aritaguá, ponto 36 cacau 2,0ha 24L0491220 UTM8376479 UTM:24L 0491394 - 8376172(casa de Gilberto) UTM:24L 0491398 - 8376167(casa de Almerindo) UTM:24L 0491325 - 8376149(casa de Aurea)	73 99721192 / Falar com Zé Hildelio Parceiro: Almerindo Belo de Jesus (filho) Proprietária: Aurea Conceição dos Santos (mulher) (moram na propriedade)	
4	Tereza Silva de Lemos	Pancada Formosa	2,4037	Carobeira, ponto 46 coco e pomar 1,0ha 24L0489741 UTM8374369	73 32311181 Alto São Sebastião, Trav. da Liberdade nº 47 Ilhéus.	
6	Jose Roberto da Silva	Monte Alto	21,6933	Estrada de Sambaituba na divisa, Aritaguá. Ponto 14 pasto 8,0ha 24L0490017 UTM8378047, ponto 15 cacau 3,0ha 24L0490141 UTM8378058, ponto 16 banana 1,5ha 24L0490781 UTM8378077, ponto17 – 01 casa 24L0491161 UTM8378185 UTM:24L 0491121 - 8378141(casa de José Elias)	Gerente: José Elias da Silva (pai) (mora na área) / irmão 11 24022404 Gerson FOTO DE JOSÉ ELIAS (pai)	
7	Sergio Jose Baraúna de Oliveira	Sítio Cleó Baraúna	16,0274	A 3km de Aritaguá, ponto 13 cacau 2,0ha 24L0491318 UTM8378107, ponto 14 dendê 10,0ha 24L0491351 UTM8378117, ponto15- 01 Rodão 24L0491300 UTM8378126, ponto 16 pasto 5,0ha 24L0491273 UTM8378125, ponto 17- 01 casa residencial 24L0491280 UTM8378168 UTM:24L 0491251 - 8378121(casa de Ubinajor)	73 36393837/88119485 Severiano Funcionário: Ubinajor Lima dos Santos(mora na propriedade) FOTO DE UBINAJOR(funcionário)	




Áreas menores que 35,00 ha

N da medição CDA	Nome Proprietário / Possheiro	Nome da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel / Benfeitorias e Culturas	Contatos	Imagens
8	Eduardo Soares do Nascimento /Wilson Soares Lima	Boa Sorte	0,4098	Entrada na Faz. de Mineiro, Aritaguá, Próximo Aritaguá, cacau com frutíferas 1,0ha, Ponto-5 24L0491102 – UTM8376369	73 99040214/36562005 (TP) Wilson Soares Lima, Bar do Cacau em Aritaguá,	
9	Jose Hidelio de Jesus (Délío)	Fazenda Alegria	0,4056	A 4km de Aritaguá, ponto 35 cacau 0,7ha 24L0491266 UTM8376433	73 99721192	
23	Nivalda Teodoro Campos	Salobro	4,2214	Salobro Aritaguá, vizinha Eduardo da Hora. Mora na av. Ubaitaba nº 1866 Barra do Itapé Ilhéus. Ponto 19 cacau 10,0ha 24L0490165 UTM8376564	Gilmar Teodoro Bispo (neto) rua do Funil Aritaguá. Tel para recado 7336562017 / 99810139 falar com Natalício. FOTO DE GILMAR (neto)	
24	Doralice Magalhães de Oliveira (Dona Dora)	Fazenda Boa Vista	5,7316	500 m depois de Aritaguá, Ponto 11, 1 casa residencial 24L0491701 – UTM8376846, ponto 12 cacau 5,0ha 24L0491599 – UTM8376880 UTM:24L 0491669 8375795(casa de Doralice)	73 99634603 Marluca, 73 99664277 Josevaldo 73 99611519 Andreia (mora na propriedade)	
205	Floracy Palmeiro da Silva (Dona Flora)	Sítio Jaqueira	9,5324	Entrada pela Faz. Do Suíço Aritaguá	73 36562008	
247	Nadir Alves de Oliveira	Boa Vista	5,4473	Urucutuca, Vizinho de Aberlado	7332319711/32319198 TP	





Áreas menores que 35,00 ha

N da medição CDA	Nome Proprietário / Possheiro	Nome da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel / Benfeitorias e Culturas	Contatos	Imagens
	(Viúva de Sinhozinho)				7399301724 Valdecir (filha) Gilberto (filho)	
248	Valdek Alves de Oliveira (falecido)	Fazenda Jaqueiral	2,1031	Urucutuca, Cacau 1,5ha	73 36566213 Mora em Sambaituba rua da Linha nº 14	
249	Jose Roberto Ramos de Araújo	Fazenda Timbuiba	17,3516	Urucutuca, vizinho de Aberlado, Carlos e Raimundo Paiva	73 32123718 (TP) Natanael (Natal de Vera) Irmão	
250	Ermano José Alves de Andrade e outros (Carote)	Santa Clara	2,2607	Urucutuca	73 99548876 / 36395785 – Trab. 73 30843363/363440088/36337670	
251	Joaquim Cirilo de Jesus (Quincas)	Unas 1	0,7413	Entrada na Faz. de Mineiro, Aritaguá, Ponto-1 Cacau com Frutíferas 2,0ha, 24L – 0491152 / UTM 8376674, ponto 2- 01 Casa de taipa 3X3m 24L – 0491175 / UTM – 8376641	73 36562017 73 36562009	
252	Hermínio Barbosa Santos	Faz. Alegria I	1,1007	Região da Barroca Aritaguá, ponto 33 cacau 2,7 ha 24L0491022 UTM8376532, ponto 34 mandioca 0,3ha 24L0491045 UTM8376508	7336562010	
253	Joaquim Cirilo de Jesus	Unas 2	1,1499	Entrada na Faz. de Mineiro, Aritaguá, ponto 3 Cacau com frutíferas 2,0ha 24L0491117 / UTM8376500	73 36562017 73 36562009	
254	Joaquim Cirilo de Jesus	Unas 3	1,4805	Entrada na Faz. de Mineiro, Aritaguá, ponto 4 Cacau com Frutíferas 2,0ha 24L0491111 / UTM 8376421	73 36562017 73 36562009	
258	Natalício dos Santos (Lício)	Sítio Havana	0,5383	A 4km de Aritaguá, Ponto 01 cacau 1,0ha 24L040984 – UTM8376453, ponto 02 cacau 24L0489873 – UTM8376453	73 36562017	
259	Luiz Cláudio Ribeiro Reis (Duia)	Salobro	0,854	Entrada na Faz. Beija-flor, Aritaguá, ponto 19 cacau 1,0ha 24L0489953 UTM8376639	73 36562055/99492224	




Áreas menores que 35,00 ha

N da medição CDA	Nome Proprietário / Possheiro	Nome da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel / Benfeitorias e Culturas	Contatos	Imagens
277	Osmar Teixeira dos Santos (Mar)	Fazenda Esperança	2,8346	Urucutuca, Vizinho de Aberlado UTM:24L 0487219 - 8378542(casa de Osmar) UTM:24L 0487268 - 8378540(casa de Marcos) UTM:24L 0487235 - 8378537(casa de Marcelo)	73 99043523 / 99043521 Marcos Pinheiro dos Santos(filho, proprietário) Marcelo Pinheiro dos Santos(filho proprietário) Todos residem na propriedade	
280	Petronilio Souza da Silva (Noel)	Fazenda Preguiça	15,0716	Carobeira Vizinho de Ricardo Franco (Mizael) UTM:24L 0488759 - 8376211(casa de Jorge)	73 32315060 Meeiro: Jorge Souza Silva (mora na propriedade)	
284	Nelson Alves de Jesus (Espolio) Altamira dos Reis (Esposa) (D. Altamira))	Fazenda Boa União	23,1714	A 5km de Aritaguá / Carobeira, ponto 24- 01 casa 24L0489680 UTM8374505, ponto 25 cacau com seringa 15,0ha 24L0489632 UTM8374505, ponto 26- 01 barcaça com casa 24L0489716 UTM 8374482, ponto 27 cacau 24L0489748 UTM8374488, ponto 28- 01 casa de farinha 24L0489713 UTM 8374521, ponto 29 pasto 5,0ha 24L0489797 UTM8374598	73 88637725 / 91474667 / 36341178 – Falar com Rico Meeiro: Teotônio Lopes (não mora na propriedade)	
288	Apolônio Antônio do Nascimento (Popo)	Faz. Bela Vista	3,0279	Urucutuca vizinho de Eduardo Paiva, Babi	73 36566161 Sumaia, Paulo Hélio (Nino) Filho de Popo mora em Sambaituba	
289	Apolônio Antônio do Nascimento	Faz. Bela Vista I	2,4702	Urucutuca vizinho de Eduardo Paiva, Babi	73 36566161 Sumaia, Paulo Helio (Nino) Filho de Popo mora em Sambaituba	
290	Jose Tavares dos Santos (José Miúdo)	Fazenda Renovação	3,1707	Entrada por Sambaituba / Aritaguá	73 36566217	




Áreas menores que 35,00 ha

N da medição CDA	Nome Proprietário / Possheiro	Nome da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel / Benfeitorias e Culturas	Contatos	Imagens
291	Luiz Cláudio Ribeiro Reis	Raça do Rubalo	0,3382	Carobeira – Entrada, Aritaguá, ponto 20 cacau 0,5ha 24L0491163 UTM8376310	73 36562055/99492224	
292	Hermínio Barbosa Santos	Faz. Alegria II	1,0266	Região Una Aritaguá, ponto 38 cacau 3,0ha 24L0491198 UTM8376565	7336562010	
293	Luiz Cláudio Ribeiro Reis	Roça da Presa	0,6511	Carobeira – Entrada, Aritaguá, ponto 23 cacau 1,0ha 24L0491289 UTM8376559	73 36562055/99492224	
294	Marcelo Ribeiro dos Reis (Coelho)	Faz. Esperança	0,7735	Carobeira - Entrada na Faz. de Clotildes, Aritaguá, ponto 21 cacau com banana 1,3ha 24L0491185 UTM8376346	73 36562034/99905488	
295	Neuza dos Santos Nascimento	Fazenda Boa Vista	0,9075	A 3km de Aritaguá, ponto 7 cacau com frutíferas 1,0ha e 01 galpão 5X5m, 24L0490841 – UTM8376201	73 88287476	
296	Florisvaldo Cirilo de Jesus (Peninha)	Fazenda Boa Vista	0,997	A 4km de Aritaguá, ponto 6 cacau 1,1ha com frutíferas, coordenadas 24L 0490833 UTM8376176	73 99396383 / 99024718	
299	Saturnino Rodrigues de Jesus	O Buraco	0,5467	Aritaguá entrada Marcelo Mineiro ponto 22 cacau 1,0ha 24L0491348 UTM8376480	Trabalha na Faz. do Suíço recado com Ednael 73 99572872	
301	Antonio Lopes Cardoso (Morder)	Fazenda Boa Vista	2,1277	A 3km de Aritaguá, ponto 30 cacau com banana 2,0ha 24L0490655 UTM8376146, Pomar 0,5ha	73 36562034 Dona Vera	
303	Carmelita Maria de Jesus (D. Escurinha)	Sítio Irmãos Unidos	2,0948	8375865N 491014 E SAD 69-96, Aritaguá UTM:24L 0490979 - 8375818(casa de Daniel)	Filho: Daniel Irenio Jesus dos Santos(mora na propriedade)	






Áreas menores que 35,00 ha

N da medição CDA	Nome Proprietário / Posseiro	Nome da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel / Benfeitorias e Culturas	Contatos	Imagens
304	Joaquim Fernandes Cruz (Espolio)	Água Cumprida	4,0241	Entrada por Sambaituba. Vizinho de José Miúdo e João Moreno / Aritaguá	73 36566246 Quincas Reinaldo - Re	
307	João Batista Soares Lopes Neto (Dr. Jonga)	Fazenda Leopoldina	16,527	A 4 km de Aritaguá, Carobeira	73 99837960 / 32313940 Meeiro: Juscelino (não mora na propriedade)	
311	Laurindo Albertino de Araújo (Carobeira)	Fazenda Bonsucesso	0,942	A 3km de Aritaguá	73 36333310 / 99612379	
312	Antônio Fernandes dos Reis	Fazenda Primavera	6,4225	Entrada na Faz. Beija-flor, Aritaguá. Ponto 8 cacau 7,0ha 24L0488716 UTM8376880, ponto 9 - 1 barçaça com deposito 24L0488754 UTM8376854	73 36562034 Marido de Dona Vera	
316	Jaime Luz Pacheco	Fazenda Boa Vista	17,373	A 4km de Carobeira, Aritaguá (medido pela CDA) UTM:24L 0490219 - 8375549(casa de João) UTM:24L 0490319 - 8375549(casa de Leonel)	73 32314383 / 99991470 falar com Jairo Pacheco Meeiro: João Batista de Jesus Santos Cedido: Leonel Benício dos Santos (moram na propriedade) FOTO DE JOÃO BATISTA	






Áreas menores que 35,00 ha

N da medição CDA	Nome Proprietário / Possheiro	Nome da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel / Benfeitorias e Culturas	Contatos	Imagens
318	Gilberto Belo de Jesus	Fazenda Alegria I	2,4513	A 2km de Carobeira, Aritaguá, utm:24L 0491394 - 8376172(casa de Gilberto) UTM:24L 0491398 - 8376167(casa de Almerindo) UTM:24L 0491325 - 8376149(casa de Aurea)	73 99721192 / Falar com Zé Hildelio Parceiro: Almerindo Belo de Jesus (filho) Proprietária: Aurea Conceição dos Santos(mulher) FOTO DE ALMERINDO	
320	João Silva Santos (Dour)	Faz. Ramiro Duarte	2,4452	Entrada por Sambaituba, Vizinho de Angelito, Eduardo da Hora, Valfredo e Babi / Aritaguá	73 3656107	
323	Charles Conceição Costa	Rancho Alto	28,1108	Aritaguá estrada para Sambaituba	73 91156111	
321	Valfredo Leal Silva	Faz. Titara	5,1677			






Áreas menores que 35,00 ha

N da medição CDA	Nome Proprietário / Posseiro	Nome da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel / Benfeitorias e Culturas	Contatos	Imagens
328	Felismino Manoel dos Santos (Herdeiros) (medido 328)	Boa Nova	10,6107	Entrada por Sambaituba / Aritaguá	Josete do acarajé(administradora, filha) 73 88044564 73 32127778 Vila Olímpio (TP) FOTO DE JOSETE(filha)	
279	Antonio Augusto Neves e João Moreno Pereira (Toninho da CEPLAC)	Faz. Ramiro Duarte I	2,604	Vizinho de João Belmiro, Aritaguá UTM:24L 0488666 - 8378852(casa de José)	Selma 73 91318817 Administrador: José Alves dos Santos(José da palha) (mora na propriedade) Meeiro: José Amilton Vicente do Nascimento (não mora na propriedade)	
308	Valdivino Zacarias da Silva (Falecido)	Fazenda Maria Preta	34,782	A 4km de Carobeira, Aritaguá UTM:24L 0489363 - 8375688(casa de Antonio) UTM:24L 0489269 - - 8375704(casa de Laurindo)	Responsável:José Roberto Ferreira da Silva(Roberto da Ceplac):73 36348380 / 36343784 / 88220083 / 99641352 Meeiros:Antonio dos Santos de Deus e Laurindo Albertino de Jesus(moram na propriedade)	




Áreas menores que 35,00 ha

N da medição CDA	Nome Proprietário / Posseiro	Nome da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel / Benfeitorias e Culturas	Contatos	Imagens
281	Manoel Carlos Barreto da Silva	Fazenda Itaparica I	28,1059	Estrada de Carobeira UTM:24L 0490558 - 8375667(casa de Joelson) UTM:24L 0490442 - 8375675(casa de Jackson) UTM:24L 0490445 - 8375677(casa de Erasmo)	73 99832107, Gerente: Joelson de Jesus: 73 99635301 Funcionario:Jackson dos Santos Funcionario:Erasmo de Jesus dos Santos Todos moram na propriedade FOTO DE JOELSON (gerente)	
282	Manoel Carlos Barreto da Silva	Fazenda Itaparica II	1,2443	Estrada de Carobeira UTM:24L 049058 - 8375667(casa de Joelson) UTM:24L 0490442 - 8375675(casa de Jackson) UTM:24L 0490445 - 8375677(casa de Erasmo)	73 99832107 Gerente: Joelson de Jesus: 73 99635301 Funcionario:Jackson dos Santos Funcionario:Erasmo de Jesus dos Santos Todos moram na propriedade	
283	Abelardo Ribeiro dos Santos	Fazenda Vista Alegre II	23,677	Região do Valão/Urucutuca UTM:24L 0486927 - 8379162(casa de Agenor) UTM:24L 0491245 - 8377189(casa de Jerson) UTM:24L 0487119 - 8378687(casa de Claudio)	Gerente:Agenor Ribeiro de Souza 7399583626 Funcionario:Jerson dos Santos Rocha: 7199397238 Meeiro:Claudio Teles dos Santos (todos moram na propriedade) FOTO MULHER DE CLAUDIO(meeiro)	





Áreas menores que 35,00 ha

N da medição CDA	Nome Proprietário / Posseiro	Nome da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel / Benfeitorias e Culturas	Contatos	Imagens
300	Manoel Carlos Barreto da Silva	Fazenda Itaparica	24,0783	Estrada de Carobeira UTM:24L 0490558 - 8375667(casa de Joelson) UTM:24L 0490442 - 8375675(casa de Jackson) UTM:24L 0490445 - 8375677(casa de Erasmo)	73 99832107 Gerente: Joelson de Jesus: 73 99635301 Funcionário: Jackson dos Santos Funcionário: Erasmo de Jesus dos Santos Todos moram na propriedade	
302	Antonio Augusto Argolo Neves e João Moreno Pereira	Faz. Ramiro Duarte II	8,3723	Vizinho de João Belmiro, Aritaguá UTM:24L 0488666 - 8378852(casa de José)	Selma 73 91318817 Administrador: José Alves dos Santos (José da palha) (mora na propriedade) Meeiro: José Amilton Vicente do Nascimento (não mora na propriedade)	
305	Eduardo Jose Damásio Hora	Fazenda Santa Rita	12,2778	Região da Carobeira, Aritaguá	73 91424945 / 91949995	
306	Eduardo Jose Damásio Hora	Fazenda Santa Bárbara	18,4246	Região da Barroca, Aritaguá, ponto 18, 2 barcaças 24L0490864 – UTM8376419 ponto 31 cacau 30,0ha 24L0490655 UTM8376146	73 91424945 / 91949995 / 36562033	
313	Silvio Roberto Cerqueira Feitosa (Silvão)	Faz. Salobro I	19,2746	Aritaguá, Carobeira a 2,5 km	79 99811700 / 32220135 Aracajú	
314	Silvio Roberto Cerqueira Feitosa	Faz. Conceição	3,2133	Aritaguá / Carobeira a 2,5 km	79 99811700 / 32220135 Aracajú	
315	Silvio Roberto Cerqueira Feitosa	Fazenda Bela Vista I	26,11	8375975N 491260 E (SAD 69-96), Aritaguá / Carobeira a 1 km	79 99811700 / 32220135 Aracajú	
317	Silvio Roberto Cerqueira Feitosa	Faz. Novo Horizonte	14,4939	Aritaguá / Carobeira a 2,7 km	79 99811700 / 32220135 Aracajú	





Áreas menores que 35,00 ha

N da medição CDA	Nome Proprietário / Posseiro	Nome da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel / Benfeitorias e Culturas	Contatos	Imagens
324	Lúcia Maria Hora Feitosa	Faz. São Tiago	12,0407	A 3km do Povoado da Carobeira	79 32220135 / 79 99810560 Aracaju (Silvão) FOTO DA FAZ. SÃO TIAGO	
206	João Belmiro da Silva (João Ferreira)	Fazenda Genipapo	8,1262	A 6km de Aritaguá, ponto 11 cacau 8,0ha 24L0489074 UTM 8376612	73 36562008 falar com Etelvaldo	
331	Eneias Freire Menezes (Dede) (Espolio)	Fazenda Bom Sossego	7,0	Lado Sul do Assentamento Bom Gosto Itariri UTM:24L 0487560 - 8374652(casa de Ambrósio)	73 99654235 Marcio para recado Administrador: Ambrósio Freire Menezes(filho) Parceiro: José Carlos Menezes Santos (moram na propriedade) FOTO DE AMBROSIO	






Áreas maiores que 35 ha

No do Lote	Nome Proprietário/ Posseiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
s/medição	Amélia Lanzarini de Brito (Viuva)	Faz. Conjunto Três Poderes	49,10	Antes do Colégio de Sambaituba / Aritaguá	73 32315366 / 81189502 73 81852309 Pedro Paulo	
s/medição	Eduardo Jose Damásio Hora	Fazenda Boa Esperança	46,0	Região da Carobeira, Aritaguá	73 91424945 / 91949995	
s/medição	Jorge Eduardo Macedo	Faz. Nova Vida	42,0	Carobeira depois de Ricardo Franco (Mizael) UTM:24L 0488500 8375554 (casa de Zé Bofé)	71 88371540 73 88191316 Fabricio Gerente, meeiro: Jose Lopes Cardoso (Zé Bofé) 73 99284455 Meeiro (mora na propriedade) FOTO DE ZÉ BOFÉ (gerente, meeiro)	
25	Ricardo Silva Franco (Ricardo da Kenzo)	Fazenda São Jorge	51,1658	Carobeira, Salobro / Preguiça, Aritaguá, ponto 43 – 02 barcaças, 01 secador de cacau, 06 casas e 01 galpão 24L0488898 UTM8376090, ponto 44 cacau 60,0ha 24L048880 UTM8375836 UTM:24L 0488826 8376027 (casa de Mizael) UTM:24L 0488849 8376043 (casa de Almir) UTM:24L 0488835 8376041 (casa de Leandro)	Marcelo Freire Franco 73 36136439 / 81168809 Administrador: Mizael Teodoro Santos 73 99827011 Meeiros: Almir Vieira Teodoro e Leandro Vicente Costa (todos moram na propriedade) FOTO DE MIZAEEL(administrador)	
49	Shirley Seixas Lins Dias	Fazenda Monte Belo	96,8937	A 2 km depois de Aritaguá UTM:24L 0491132 8377780(casa de Gerson) UTM:24L 0491162 8377668(casa de Raimundo)	Angelito 73 99648286 73 88399222 Meeiros: Gerson Evangelista dos Santos e Raimundo César Pessoa	



Áreas maiores que 35 ha

No do Lote	Nome Proprietário/ Posseiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
147	Abelardo Ribeiro dos Santos	Fazenda Vista Alegre	338,4612	Região do Urucutuca UTM:24L 0486927 8379162 (casa de Agenor) UTM:24L 0491245 8377189 (casa de Jerson) UTM:24L 0487119 8378687 (casa de Claudio)	Gerente: Agenor Ribeiro de Souza: 7399583626 Funcionário: Jerson dos Santos Rocha: 7199397238 Meeiro: Claudio Teles dos Santos (todos moram na propriedade) FOTO DE AGENOR(gerente)	
197	João Belmiro da Silva (João Ferreira)	Fazenda Santa Luzia	44,8055	Entra na Faz. Beija Flor, Aritaguá, ponto 6- 01 casa 24L0488269 – UTM8376903, ponto 7 pasto 2,0ha 24L0488407 – UTM8376848, ponto 8 pasto 24L0488617 – UTM8376758, ponto 9 cacau 35,0ha 24L0488765 – UTM 8376770	73 36562008	
198	Abelardo Ribeiro dos Santos (medido 198)	Fazenda Vista Alegre I	58,0404	Região de Urucutuca UTM:24L 0486927 8379162 (casa de Agenor) UTM:24L 0491245 8377189 (casa de Jerson) UTM:24L 0487119 8378687 (casa de Claudio)	Gerente: Agenor Ribeiro de Souza: 7399583626 Funcionário: Jerson dos Santos Rocha: 7199397238 Meeiro: Claudio Teles dos Santos (todos moram na propriedade) FOTO DE JERSON(funcionário)	
246	Silvio Carlos Teixeira (Carlos)	Arco-íris	39,8803	Urucutuca, vizinho Aberlado, cacau 10,0ha, 1 Casa, 1 barçaça com casa e deposito.	73 99744737 Silmara 73 36566293 Antônio 73 36566100 José	





Áreas maiores que 35 ha

No do Lote	Nome Proprietário/ Posseiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
271	Antonio Raimundo da Silva Paiva	Ouro Verde	203,9154	Depois do Assentamento Bom Gosto, Vizinho de Aberlado / Urucutuca – Itariri UTM:24L 0486754 8376749 (casa de Ednaldo)	73 32311839, 73 91105995 Gerente: Ednaldo Cordeiro da Silva: 73 99730761(mora na propriedade) FOTO DE EDNALDO (gerente)	
286	Anton Alois Husler (Suiço)	Fazenda Beija-flor	115,8667	SAD69/96 N8377304 E491258 1Km depois de Aritaguá (medido pela CDA) UTM:24L 0491255 8377239 (casa de Ednael) UTM:24L 0491250 8377208 (casa de Orlando) UTM:24L 0491245 8377190 (casa de Joilson) UTM:24L 0491249 8377219 (casa de Reginaldo)	Responsável: Ramiro Berbet de Castro 73 81758841 Vitória 73 32318999 Administrador: Ednael Fernandes Cruz 73 99572872 Meeiro: Orlando Oliveira Santos, Joilson Silva de Oliveira e Reginaldo Rodrigues de Jesus (todos moram na propriedade)	
297	Antonio Augusto Argolo Neves e João Moreno Pereira (Toninho da CEPLAC)	Faz. Ramiro Duarte	91,2871	Vizinho de João Belmiro, Aritaguá UTM:24L 0488666 8378852 (casa de José)	Selma 73 91318817 Administrador: José Alves dos Santos (José da palha)(mora na propriedade) Meeiro: José Amilton Vicente do Nascimento (não mora na propriedade)	
298	Marizete Santos Brito	Faz. Montes Claros	81,1191	Sambaituba, Aritaguá	Responsável: Hélio Tavares:73 99311139 / 81926008	





Áreas maiores que 35 ha

No do Lote	Nome Proprietário/ Posseiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
319	Raimundo Jose do Amaral Fernandes (Amaral)	Fazenda Santa Terezinha	37,7647	A 1,5 km de Aritaguá / Carobeira, antiga área da falecida Clotildes. UTM:24L 0572972 8376202 (casa do Gildo) UTM:24L 0572972 8572415 (casa do Manoel Capistrano)	73 36345800 73 99746737 Funcionários: Gildo João da Silva Junior, Manoel Teixeira Capistrano (administrador)(moram na propriedade)	
322	Ledyclere Damásio Hora (medido 322)	Fazenda São Tiago	134,1729	Carobeira, Aritaguá	73 91424945 / 91949995	
329	Marcelo Joaniz Vieira Abrantes (Marcelo Mineiro)	Fazenda Santa Maria	96,6409	A 2km depois de Aritaguá UTM: 24L 0491160 8376939 (casa do Mirivaldo)	67 92660114 / 73 99159444 / marcelojvabrantes@gmail.com Gerente: Mirivaldo da Silva Moreira (mora na propriedade)	






Áreas do Novo Acesso

Nº do Lote	Nome Proprietário / Posseiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
330	Jose Evandro de Carvalho Menezes (José Davino) (Espolio)	Fazenda Boa Esperança	19,0	Vizinho do Assentamento Bom Gosto pelo sul – Itariri UTM:24L 0487666 - 8374492(casa de Raimundo)	Marcio Ramos Menezes (Filho) 73 99654235 Funcionário: Raimundo Marques Menezes (mora na propriedade)	
Sem medição da CDA	Espólio José Fernandes de Oliveira (Herdeiros:João Fernandes de Oliveira,Milton,Maria,Jonas , Elias,Luciano,Almerinda, Guilherme,Raimunda e Maria Vitória Fernandes de Olliveira)	Fazenda Bom Gosto	15,5 Ha.	UTM: 24L 0485041 - 8373847	Jonas Fernandes de Oliveira e Milton Fernades de Oliveira, principais herdeiros, residem na propriedade	






Áreas do Novo Acesso

Nº do Lote	Nome Proprietário / Possheiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
Sem medição da CDA	Anaildo Araujo dos Santos (Zé do Ouro)	Fazenda São Domingos	11,00 Ha.	UTM: 24L 0485252 - 8373720	Reside na propriedade	
Sem medição da CDA	Vitória Conceição dos Santos	Fazenda das Pedras	26,00 Ha.		Reside na propriedade ao lado do campo de futebol	
Sem medição da CDA	Aldaci Santos de Carvalho	Fazenda Baixa Alegre São Francisco de Assis	14,00 Ha.		Reside em Ilhéus; (73) 99834929/32691392/88019889- Pode deixar recado com Lúcia Cerqueira(irmã),reside no condom. Mar de Ilhéus II ,rodovia Ilhéus-Oliveira km 10	






Áreas do Novo Acesso

Nº do Lote	Nome Proprietário / Possseiro	Descrição da Propriedade	Tamanh o em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
Sem medição da CDA	Miraldo Fraga de Oliveira	Fazenda São Miguel	2,00 Ha.	UTM: 24L 0485538 - 8374114	Reside na propriedade	
Sem medição da CDA	Joaci Francisco Jovita	Sítio Santa Branca	2,00 Ha.		Reside no bairro Savóia- Av. Proclamação,194 (73) 99625311	
Sem medição da CDA	João Francisco de Jesus	Fazenda São João	2,00 Ha.	UTM: 24L 0485703 - 8374176	Josileide de Jesus Jovita (filha) Residem na propriedade	






Áreas do Novo Acesso

Nº do Lote	Nome Proprietário / Possheiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
Sem medição da CDA	Edvaldo Fagundes Santos	Sítio Boa vista	2,7 Ha.	UTM 24L 0481391 - 8379126	Reside na propriedade	
Sem medição da CDA	Manoel Galdêncio (falecido)		2.00 Ha.		Herdeiro :Nerivaldo Oliveira Santos (73) 88315415. Reside na Av. Ubaitaba,1898, Ilhéus	
Sem medição da CDA	Teotônio Demétrio Silva	Fazenda São José	17,00 Ha.		Reside em Itabuna 8808-9345; 0 irmão Pedro mora e administra a propriedade (foto de Pedro)	



Áreas do Novo Acesso

Nº do Lote	Nome Proprietário / Possheiro	Descrição da Propriedade	Tamanho em ha	Localização do Imóvel	Contatos	Imagem
Sem medição da CDA	José Moura Dantas (Zé Moura)	Sítio Luzitânia	11,00 Ha.		Reside no assentamento Bom Gosto, os filhos moram na propriedade (73) 99751388	
Sem medição da CDA	Heloisa Maria de Jesus	Fazenda São Luis	11,5 Ha.	UTM: 24L 0486890 - 8373948	Reside em Ilhéus (centro) João Bandinha (filho) administra e mora na propriedade	
Sem medição da CDA	Raimundo Marques Menezes	Fazenda Boa Sorte	4,00 Ha.	UTM: 24L 0487666 - 8374492	Mora na propriedade de seu primo Marcio Ramos Menezes	

PARTE II - TEXTO REVISADO/ESTUDOS COMPLEMENTARES

**TOMO XVI - APÊNDICE 15 – POPULAÇÃO, TURISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO**

15.G – EXTRATIVISMO NA ADA

15.G EXTRATIVISMO NA ADA

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	METODOLOGIA.....	2
3.	EXTRATIVISMO: CONCEITUAÇÃO E PRÁTICA	4
4.	EXTRATIVISMO EM ILHÉUS.....	6
5.	ATIVIDADE EXTRATIVISTA NA ADA	8
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	13

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 -	Região de Fazenda Porto.....	2
Figura 2.2 -	Aplicação de Questionário - Vila Juerana.....	2
Figura 2.3 -	Aplicação de Questionário - Paraíso das Águas	2
Figura 2.4 -	Aplicação de Questionário - Vila Olimpio.....	2
Figura 2.5 -	Mapa da Malha Censitária da Região do Porto Sul - 2010.....	3

LISTA DE QUADROS

Quadro 5.1 -	Desenvolvem Atividade Extrativista na Área	8
Quadro 5.2 -	Renda dos Moradores que Desenvolvem Atividades Extrativistas.....	9
Quadro 5.3 -	Participação em Programas de Redistribuição de Renda.....	10
Quadro 5.4 -	Organização da Atividade Extrativista.....	10
Quadro 5.5 -	Destino do Produto Coletado	10
Quadro 5.6 -	Escolaridade da População Extrativista	11

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório procurou responder as demandas do IBAMA relativas à identificação dos grupos extrativistas em atuação na Área Diretamente Afetada-ADA pelo empreendimento Porto Sul. O estudo realizou um diagnóstico socioeconômico da população extrativista da região e a inserção desta atividade na economia local.

2. METODOLOGIA

Levantamentos preliminares realizados na região de Aritaguá (**Figuras 2.1 a 2.4**) indicaram que a atividade extrativista assume muitas vezes um caráter informal, pontual, difuso e até clandestino, o que dificulta e torna imprecisa qualquer tentativa de se identificar os moradores locais envolvidos. Muitos moradores por desconfiança omitem sua participação ou não identificam, com precisão, as áreas onde a coleta de frutas é realizada. Outros ainda indicam mais de uma área onde podem atuar na extração de produtos naturais ou se referem a elas de forma genérica, como, por exemplo, com o indicador “nas matas da região”.

Diante dos obstáculos encontrados, mas com objetivo de estimar o contingente de coletores existentes no entorno da poligonal, este estudo procurou levantar, por projeção, o número de extrativistas existentes a partir de amostra da população local. O **Quadro 2.1** abaixo relaciona os setores censitários que constituem o entorno da poligonal do Porto Sul indicando sua população com base no censo de 2010.



Figura 2.1 - Região de Fazenda Porto



Figura 2.2 - Aplicação de Questionário - Vila Juerana



Figura 2.3 - Aplicação de Questionário - Paraíso das Águas



Figura 2.4 - Aplicação de Questionário - Vila Olimpio

A partir destes dados construiu-se uma amostra de 378 elementos aos quais foi aplicado um questionário com questões sobre as condições de vida e a atividade extrativista dos entrevistados de 8 a 21 de março de 2012.

3. EXTRATIVISMO: CONCEITUAÇÃO E PRÁTICA

A definição de extrativismo recorrente na sociedade diz respeito a um conjunto de atividades econômicas traduzidas na coleta ou extração de recursos naturais do meio ambiente. Segundo o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o termo *extrativismo*, em geral, “é utilizado para designar toda atividade de coleta de produtos naturais, seja de origem mineral (exploração de minerais), animal (peles, carne, óleos), ou vegetal (madeiras, folhas, frutos...)”¹. Isto é, trata-se das atividades em que o homem retira da natureza os recursos necessários à sociedade (minerais, vegetais, animais)².

Essa definição presume, portanto, que a atividade extrativa esteja relacionada à condição natural dos insumos, sem a interferência no meio ambiente para fins econômicos de grande escala. Desse modo, o conceito de extrativismo tem se somado aos esforços da agenda de ações e pesquisa sobre o desenvolvimento sustentável, uma vez que:

(...) a conciliação entre o desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais é uma preocupação crescente em todo o mundo. Já se reconhece nos dias atuais a possibilidade e as vantagens de se aliar conservação ambiental e o uso sustentável da biodiversidade e a importância dos povos e comunidades tradicionais neste sentido, particularmente das que tem o extrativismo como base de sua subsistência e reprodução sociocultural³.

Tais debates que propõem uma aproximação entre a atividade extrativa e o desenvolvimento sustentável, tecem, em linhas gerais, críticas à agricultura moderna e às políticas públicas que almejam o crescimento econômico ignorando as consequências ambientais (GUIVANT, 2010)⁴. Esta linha aposta no conceito de extrativismo relacionando-se às questões voltadas ao desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente e incentivo aos recursos naturais. Nesse sentido, a evolução do conceito extrativismo se afasta do atual modelo de desenvolvimento e relações de produção, uma vez que se aboliu a dependência de recursos eminentemente “naturais” para a satisfação das necessidades humanas construídas social e culturalmente. Sobre a evolução do conceito de extrativismo, podemos apontar que:

(...) até o início do século XIX, com relação ao extrativismo, o mundo era dominado pelas ideias dos naturalistas, embalados pelo sucesso da Botânica, da Zoologia, das descobertas científicas e das grandes expedições à África, Ásia e América Latina. Falava-se então muito da “mãe natureza” e das imensuráveis riquezas nela contidas. Com o advento da Revolução Industrial e especialmente através da influência do materialismo histórico de Marx, que fazia tudo depender da ordem econômica, motor de todos os acontecimentos, as riquezas naturais passaram a chamar-se de “matérias primas”, indispensáveis para saciar a fome louca de transformá-las em novos produtos e assim satisfazer as ambições de consumo e exportação. Naquela época as matérias primas eram tidas como inesgotáveis e seu consumo como controlável pela ação do homem. Um século depois, com o avanço da tecnologia, o crescimento populacional e a utilização excessiva das “matérias primas”, o homem começou a mudar seus conceitos sobre o extrativismo. A primeira constatação foi que os recursos naturais não são inesgotáveis, que é preciso reproduzi-los para que permaneçam e mesmo cheguem a outras gerações. Assim surgiu a ideia de sustentabilidade e de que se deve praticar um desenvolvimento sustentável. O extrativismo foi enquadrado neste novo conceito⁵.

¹ Cf. RUEDA (s/d). Disponível em <http://www.ibama.gov.br/resex/textos>. Acesso em 15/03/2012.

² Resumidamente, a definição mais usual de extrativismo significa a coleta de produtos naturais, sejam estes produtos de origem animal, vegetal ou mineral.

³ Cf. Saraiva & Pinto (2008). Disponível em

<http://sites.poli.usp.br/p/agosto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Tecnologia/TEC-08.pdf>.

⁴ GUIVANT (2010).

⁵ RUEDA (s/d).

Em suma, o aporte conceitual relativo ao setor extrativo, considerado subtipo de atividade agrícola, define-se pela atividade econômica de recursos naturais em áreas geográficas com características ecológicas especiais aliada à homogeneidade social de comunidades vinculadas ao setor. Embora as políticas de criação e manutenção de reservas extrativistas⁶ sejam incipientes, tal atividade tem ocupado o segundo plano, fruto do destaque da atividade agrícola moderna que envolve a agricultura familiar e a agroindústria. Ambos os tipos envolvem o manejo do solo, isto é, a interferência do homem sobre os recursos naturais. Essa opção, decerto, tem sido dominante e constitui-se enquanto modelo econômico vigente em boa parte do mundo, sendo os problemas ambientais comuns na agenda política dos países desenvolvidos e “em desenvolvimento”.

Ao lado do conceito de extrativismo, é interessante observar sua forma de inserção na atividade produtiva local, que pode ser na forma individual e desorganizada ou coletiva com o auxílio de cooperativas ou associações que dão uma outra dimensão social a essa prática.

⁶ Segundo dados do Ibama, há uma reserva extrativista (RESEX) na Bahia, localizada na Baía do Iguape e mais duas Reservas Extrativistas Marinhas no estado baiano: na baía do Iguape e a outra na Ponta do Corumbau, no município de Prado. Cf. <http://www.ibama.gov.br/resex/resex.htm> e <http://www.ibama.gov.br/resex/marinha.htm>. Acesso em 14 março de 2012.

4. EXTRATIVISMO EM ILHÉUS

O levantamento de campo com o intuito de identificar a população dedicada ao extrativismo no interior do perímetro definido para a implantação do Porto Sul observou que esta atividade assume, no interior da Área Diretamente Afetada - ADA e no seu entorno, múltiplas conformações.

De uma forma geral, identificaram-se proprietários de imóveis rurais que, ao lado de sua atividade produtiva principal (cultura de cacau, criação de gado), colhem frutos nativos ou seiva de seringueiras no interior de suas propriedades para consumo próprio ou para venda nas feiras locais, depósitos ou ainda no mercado de Ilhéus.

Ao lado desses proprietários, encontram-se também produtores rurais que introduziram em suas terras novas culturas⁷ ou aprimoraram as já existentes, tendo na produção de frutas sua maior fonte de renda.

Existe ainda morador da região que se utiliza de propriedades de familiares para, eventualmente, colher frutas para o consumo próprio ou para venda.

Um outro tipo de extrativismo é praticado por moradores da região em fazendas onde o proprietário permite a colheita de frutos como tamarindo, açaí e cajá, atribuindo ou não um valor que deve ser pago pelo colhedor. Entre os grandes proprietários de imóveis rurais da ADA, identificou-se a fazenda do Sr. Eduardo da Hora como uma das grandes propriedades que permitem o acesso da população para colher alguns frutos que não integram a produção da propriedade.

A atividade extrativista que paga pelos frutos colhidos é, segundo alguns entrevistados, pouco rentável ou mesmo inviável, uma vez que quem extrai tem que pagar ao proprietário o valor estipulado por este e que muitas vezes é impossível de ser recuperado com a venda do produto nas feiras.

Por último, identificaram-se alguns moradores que praticam extrativismo nas matas locais ou em fazendas sem autorização dos proprietários.

Ao lado do extrativismo vegetal, existe, de forma bem difundida na região, o extrativismo voltado para coleta de mariscos ou de peixes de forma artesanal. Estudos anteriores realizados na área do entorno do empreendimento⁸ indicaram uma proporção de 4,3% de pescadores e marisqueiros entre a população local. Esta modalidade, contudo é praticada fundamentalmente fora da ADA, ao longo da costa ou do Rio Almada, em Aritaguá, Sambaituba e Vila Juerana.

A presença de grupos organizados em torno da atividade extrativista no município de Ilhéus está vinculada fundamentalmente à atividade de pesca artesanal e mariscagem, estruturadas em torno das Colônias de Pesca e Associações de Marisqueiras. Na área do entorno da poligonal não se observou associação de coletores de Piaçava ou de outros recursos vegetais.

⁷ A fruticultura vem sendo desenvolvida como alternativa estratégica à cultura do cacau que enfrenta há vários anos a praga da “vassoura de Bruxa”.

⁸ Levantamento de dados realizado com uma amostra acidental e não probabilística que envolveu 270 moradores das pequenas localidades do entorno, entre janeiro e maio de 2011.

De uma forma resumida, pode-se descrever as atividades extrativistas da área estudada como iniciativas individuais em: i) propriedades particulares, sendo o produto vendido pelos fazendeiros aos moradores do local, que revendem tais produtos no comércio local e na feira de Ilhéus; ii) propriedades particulares sob o consentimento do fazendeiro e sem transação de compra (produtos comercializados na localidade e nas feiras da sede de Ilhéus, bairros do Malhado e da Guanabara); iii) propriedades particulares através de pequenos furtos; iv) pequenas propriedades próprias, de parentes ou vizinhos próximos como sítios ou pequenas fazendas; e v) atividade pesqueira voltada para o consumo próprio e enquanto atividade de lazer.

5. ATIVIDADE EXTRATIVISTA NA ADA

Os estudos complementares sobre o extrativismo na zona rural de Ilhéus (litoral norte, próximo a poligonal do Porto Sul) demonstram, em linhas gerais, que a atividade envolve um número considerável de habitantes locais, embora o total de extrativistas na área da ADA seja incipiente.

O questionário aplicado na região do Entorno do Empreendimento identificou que cerca de 21,4% dos entrevistados exerce alguma forma de extrativismo. Esse resultado permite estimar⁹ um contingente de 1.334 habitantes locais dedicando-se a colher frutos nas propriedades e matas da região de forma regular ou eventual (**Quadro 5.1**).

Quadro 5.1 - Desenvolvem Atividade Extrativista na Área

	Frequência simples	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem acumulada
Sim	80	21,4	21,8	21,8
Não	287	76,7	78,2	100,0
Total	367	98,1	-	-
Casos não respondidos	9	1,9	-	-
Total	376	100,0	-	-

Fonte: Hydros Pesquisa de Campo mar. 2012.
N=376

Desse total estimado, 74% praticaria extrativismo na sua propriedade ou na propriedade da família ou parentes e não estavam envolvidos com a ADA. Os demais colhem frutos nas propriedades dos vizinhos com ou sem consentimento deles, ou em fazendas do entorno. Apenas 1,4% praticaria a atividade nas matas da região.

A atividade extrativista predomina ligeiramente entre a população masculina. A proporção de extrativistas presentes no contingente de mulheres entrevistadas é de 20,4%, enquanto que no público masculino a porcentagem sobe para 23%. Quando analisada em relação ao quadro geral do município, essa situação se inverte devido ao grande número de marisqueiras e pescadoras artesanais na região.

Em geral a atividade é praticada em áreas próximas aos núcleos urbanos e dos aglomerados rurais, o que limita significativamente o universo de moradores da região que utilizam das áreas da poligonal.

Na porção litorânea da poligonal, a presença do rio Almada representa um obstáculo natural para a população poder acessar os terrenos destinados à instalação do Porto. Nessa região mais próxima ao litoral, a atividade extrativista constitui-se da pesca marítima e da pesca no rio Almada. Por outro lado, a área definida para implantação do Porto Sul é praticamente coberta por propriedades produtivas e ocupadas permanentemente, e situa-se a uma distância considerável dos núcleos populacionais do entorno.

Confirmando essas hipóteses de que elementos naturais como a distância e cursos d'água restringiriam a atividade extrativista na área do Porto, as entrevistas indicaram que apenas um

⁹ Esse valor foi obtido por meio da projeção do percentual de extrativistas encontrados na amostra pesquisada sobre o total da população dos povoados do entorno: Fazenda Porto, Aritaguá, Carobeira, Sambaituba, Urucutuca, Itariri, Areal, Stela Maris, Vila Juerana, Condomínio Mar e Sol, São João, Vila Campinho e Ribeira das Pedras. A margem de erro estimada desta projeção foi de + ou - 4%, com índice de confiabilidade de 95,5%.

número muito pequeno de habitantes locais identificou o interior da área da poligonal como local que utiliza efetivamente para colher frutas. Esses entrevistados estavam localizados em Aritaguá, Sambaituba e Urucutuca. Contudo, mesmo sem identificar pelos questionários moradores de outros aglomerados rurais dedicados ao extrativismo na poligonal, é possível supor que alguns habitantes destas outras localidades, como Bom Gosto e Fazenda Porto, pela proximidade com a poligonal, possam também utilizar a área para obtenção de frutas.

Com isso, chegou-se a um total de 47 habitantes destas comunidades que poderiam se dedicar à atividade extrativista na área demarcada: 10 em Aritaguá, 23 em Itariri - Bom Gosto, 9 em Sambaituba, 2 em Urucutuca e 3 em Fazenda Porto. Considerando que 74% do extrativismo é praticado pelos proprietários dos terrenos ou seus familiares, chega-se a uma estimativa de 13 extrativistas não proprietários em atuação na ADA do empreendimento.

A população que tem sua renda vinculada à revenda de frutos é denominada de “baganeiros”¹⁰, segundo os próprios entrevistados. Tal atividade econômica figura como uma das fontes de renda, dividindo espaço com ocupações informais e temporárias, situadas no processo de flexibilização e precarização do trabalho. A maioria desses “baganeiros” tem na atividade uma complementação da renda, somada às demais atividades de trabalho rural e urbano.

O levantamento de campo indicou que a quase totalidade dos moradores locais (92%) praticantes do extrativismo têm uma renda familiar mensal de até dois salários mínimos, e a contribuição na renda mensal das famílias, obtida pela atividade extrativista, oscila em torno de uma média de R\$166,73. A atividade soma pouco em termos de renda para a população. A renda total declarada pelos entrevistados como resultante da venda do produto extraído soma apenas R\$6.169,00 reais para um total de 125 pessoas. Cerca de 20% dos entrevistados declararam renda de meio salário mínimo, o que caracteriza condição de vulnerabilidade social (**Quadro 5.2**).

Quadro 5.2 - Renda dos Moradores que Desenvolvem Atividades Extrativistas

Renda em Salários Mínimos	Frequência Simples	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
até meio SM	26	20,5	20,8	20,8
de meio a 1 SM	49	38,6	39,2	60,0
de 1 a 2 SM	40	31,5	32,0	92,0
de 2 a 3 SM	2	1,6	1,6	93,6
Mais que 3 SM	2	1,6	1,6	95,2
Não sabe	6	4,7	4,8	100,0
Total	125	98,4	100,0	-
Casos não respondidos	2	1,6	-	-
Total	127	100,0	-	-

Fonte: Hydros Pesquisa de Campo mar. 2012
N= 127

O apoio de Programas Sociais como o Bolsa Família gera bem-estar social traduzido no acesso das centenas de famílias a bens considerados básicos para o bem estar humano. A maioria dos coletores entrevistados, 52,4%, é beneficiário do Programa de Distribuição de Renda do Bolsa Família (**Quadro 5.3**).

¹⁰ A definição usual de tal termo pode ser considerada enquanto: “indivíduo sem recursos, que vive comendo o que lhe dão nas feiras nordestinas; pessoa que come de tudo”. Cf. Dicionário On-line de Português. Disponível em <http://www.dicio.com.br/baganeiro>.

Quadro 5.3 - Participação em Programas de Redistribuição de Renda

	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Sim	52,4	52,4
Não	47,6	100,0
Total	100,0	-

Fonte: Hydros Pesquisa de Campo mar. 2012.
N=127

A atividade de compra/doação e (re)venda dos frutos produzidos nas propriedades do entorno das comunidades pesquisadas apresenta um nível informal de organização social, uma vez que tais pessoas não estão inseridas em organizações sociais. Apenas 3,4% dos entrevistados afirmou que a atividade é organizada. Mas os depoimentos e as observações realizadas não identificaram qualquer organização de sujeitos coletivos voltados para o extrativismo. A rigor, pode-se afirmar que não existem grupos organizados (cooperativas, associações e etc.) voltados para o extrativismo vegetal na ADA ou no seu entorno (**Quadro 5.4**).

Quadro 5.4 - Organização da Atividade Extrativista

	Porcentagem Válida	Porcentagem acumulada
A atividade é organizada	3,4	3,4
A atividade não é organizada	96,6	100,0
Total	100,0	-

Fonte: Hydros Pesquisa de Campo mar. 2012.
N= 127

O quadro acima demonstra um baixo nível de participação social e política, embora as suas respectivas comunidades demonstrem um alto grau de sociabilidade entre seus membros.

A atividade extrativista é irregular, na medida em que os tipos de fruto (da época) tem valor diferente no mercado, havendo uma descontinuidade na relação entre oferta e demanda. A compra desses produtos implica um risco em torno do pagamento antecipado da mercadoria. Em linhas gerais, a revenda desses frutos revela relações sociais ditadas pelo compadrio. Há proprietários que preferem doar os frutos, senão apodreceriam. Os que afirmam revender os frutos, repassam-nos por um valor ínfimo proporcionalmente se comparado ao faturamento em torno do cacau e de outras culturas. A doação e a venda são permeadas por regras pré-estabelecidas, mantendo a ordem e a “legitimidade” social da propriedade (**Quadro 5.5**).

Quadro 5.5 - Destino do Produto Coletado

Renda em Salários Mínimos	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Feira	33,6	33,6
Comércio Local	12,1	45,8
Intermediários	5,6	51,4
Consumo Próprio	48,6	100,0
Total	100,0	-

Fonte: Hydros Pesquisa de Campo mar. 2012.
N=127

Utilizando blocos indiretos sobre o extrativismo e a colheita dos frutos acima mencionados, perguntamos a alguns dos informantes qualificados se conheciam alguém que praticava a

captura de frutos sem a autorização dos proprietários¹¹. Boa parte afirmou ser uma ocorrência em menor escala se comparada à retirada autorizada (doação e venda), mas que ocorre em algumas propriedades.

Podemos afirmar, decerto, que as localidades pesquisadas apresentam um alto nível de homogeneidade social e que não se afastam do quadro social encontrado nas demais áreas rurais do município de Ilhéus.

O padrão de moradia também não difere dos obtidos em outras localidades da região. A média de moradores por domicílio, em torno de 3,65, é muito próxima da média das zonas rurais de Ilhéus.

O nível de escolaridade ainda é extremamente baixo a despeito dos avanços registrados nesta última década. Aproximadamente, 50% dos entrevistados têm até as primeiras séries do ensino fundamental e cerca de 70% da população tem até a 8ª série do ensino fundamental (**Quadro 5.6**).

Quadro 5.6 - Escolaridade da População Extrativista

	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Nunca Estudou	6,3	6,3
Alfabetização de Adulto	,8	7,1
Ensino Fundamental Incompleto	50,0	57,1
Ensino Fundamental Completo	13,5	70,6
Ensino Médio Incompleto	12,7	83,3
Ensino Médio Completo	13,5	96,8
Superior Incompleto	1,6	98,4
Superior Completo	1,6	100,0
Total	100,0	-

Fonte: Hydros Pesquisa de Campo mar. 2012.
N= 127

¹¹ Este tipo de questão indireta é uma estratégia para se perceber se uma determinada prática é ou não comum entre os entrevistados. Se os depoentes negam praticar determinada ação, mas admitem que conhecem pessoas que a praticam pode-se ter uma ideia da difusão desta prática no universo pesquisado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do levantamento quantitativo e qualitativo realizado pode-se inferir que a atividade de “baganeiro” é bastante difundida, embora a pesquisa não tenha identificado a presença de “*Grupos Extrativistas*”¹² em atuação na ADA ou no seu entorno imediato. Os depoimentos não mencionam associações, cooperativas ou qualquer outra forma de organização coletiva da atividade, exercida fundamentalmente de forma individual e irregular, por um contingente estimado de 47 moradores, constituindo fonte de renda precária e instável. Desse total de 47 moradores, apenas 13 praticariam extrativismo em propriedades de terceiros¹³ na ADA.

A área onde os frutos são coletados situa-se próxima às localidades e encontram-se, em grande medida, fora da poligonal do Empreendimento Porto Sul. A realidade dessa população se distancia das comunidades que ocupam o litoral norte de Ilhéus, em especial, as áreas localizadas no formato de loteamento e condomínios fechados.

De acordo com os dados levantados, as observações e entrevistas realizadas, a atividade extrativa não possui um peso econômico significativo nem representa a principal fonte de renda das comunidades do entorno do empreendimento. Há, em verdade, outros tipos de relação de trabalho, realizadas de modo “precário” no contexto do mundo rural, definida pela informalidade, com níveis baixos de escolaridade, sendo que o ensino médio completo ainda é exceção diante desse contingente populacional.

Sugere-se, pelo perfil desses moradores, o delineamento de projetos **mitigadores** voltados para a agricultura familiar e o cooperativismo e a criação de formas de beneficiamento de produtos (polpas, licores, doces, etc.) que aumentem a possibilidade de melhoria da renda a partir do valor agregado desses produtos. A grande expectativa da população, em sua maioria a favor da instalação do empreendimento portuário, confirma a precarização da atividade e seus limites em termos econômicos.

¹² O questionamento do IBAMA, em relação à atividade de coleta, indaga especificamente sobre a presença de “Grupos Extrativistas”, ou seja, a forma organizada desta atividade.

¹³ Esse número se refere aos moradores que praticam extrativismo nas matas ou em terras de terceiros (que não parentes ou familiares próximos).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIVANT, J. S. *Sociologia do meio ambiente rural: hibridismo da sociologia ambiental com a sociologia rural*. In: MARTINS, C. B. *Sociologia* (Coleção Horizonte das Ciências Sociais no Brasil). São Paulo: Editora Barcarolla, 2010.

RUEDA, Rafael Pinzón. *Evolução histórica do extrativismo*. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/resex/textos>. Acesso em 15/03/2012.

SARAIVA, Nicholas Allain; PINTO, Érika Fernandes. *Extrativismo, economia solidária e desenvolvimento sustentável na região dos lençóis maranhenses*. Disponível em <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Tecnologia/TEC-08.pdf>. Acesso em 15/03/2012.

PARTE II - TEXTO REVISADO/ESTUDOS COMPLEMENTARES

**TOMO XVI - APÊNDICE 15 – POPULAÇÃO, TURISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO**

15.H – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

15.H USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**SUMÁRIO**

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO – METODOLOGIA.....	3
2.1	CATEGORIAS PRELIMINARES.....	3
2.2	USO DO SOLO - FUNÇÕES	3
2.3	OCUPAÇÃO DO SOLO	4
2.3.1	<u>Padrão Construtivo.....</u>	<u>4</u>
2.3.2	<u>Tipologia das Construções.....</u>	<u>5</u>
3.	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	6
4.	RESULTADOS	8
4.1	ESTIMATIVA DE CUSTOS DE DESAPROPRIAÇÕES	43
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

ANEXOS

ANEXO I -	MAPEAMENTO PRELIMINAR DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO PARA ESTUDO DE IMPACTOS DA EROSÃO
ANEXO II -	MAPEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO PARA ESTUDO DE IMPACTOS DA EROSÃO

LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1 -	Classificação Preliminar dos Trechos - Áreas de Cobertura Vegetal e Área de Ocupação	8
Figura 4.2 -	Resultados Totais de Uso do Solo.....	10
Figura 4.3 -	Resultados Totais de Tipo da Construção	11
Figura 4.4 -	Resultados Totais de Padrão Construtivo	11
Figura 4.5 -	Resultados Totais de Situação das Construções no Lote	12
Figura 4.6 -	Resultados Totais de Gabarito	12
Figura 4.7 -	Uso do Solo (Funções) – Trecho 04.....	15
Figura 4.8 -	Padrão Construtivo – Trecho 04	15
Figura 4.9 -	Gabarito – Trecho 04	16
Figura 4.10 -	Situação no Lote – Trecho 04	16
Figura 4.11 -	Tipo da Construção – Trecho 04	17
Figura 4.12 -	Uso do Solo (Funções) - Trecho 08	17
Figura 4.13 -	Padrão Construtivo – Trecho 08	18
Figura 4.14 -	Gabarito – Trecho 08	18
Figura 4.15 -	Situação no Lote – Trecho 08	19
Figura 4.16 -	Tipo da Construção – Trecho 08	19
Figura 4.17 -	Uso do Solo (Funções) – Trecho 09.....	20

Figura 4.18 - Padrão Construtivo – Trecho 09	20
Figura 4.19 - Gabarito – Trecho 09	21
Figura 4.20 - Situação no Lote – Trecho 08	21
Figura 4.21 - Tipo da Construção – Trecho 09	22
Figura 4.22 - Uso do Solo (Funções) – Trecho 14.....	22
Figura 4.23 - Padrão Construtivo – Trecho 14	23
Figura 4.24 - Gabarito – Trecho 14	23
Figura 4.25 - Situação no Lote – Trecho 14	24
Figura 4.26 - Tipo da Construção – Trecho 14	24
Figura 4.27 - Uso do Solo (Funções) – Trecho 15.....	25
Figura 4.28 - Padrão Construtivo – Trecho 15	25
Figura 4.29 - Gabarito – Trecho 15	26
Figura 4.30 - Situação no Lote – Trecho 15	26
Figura 4.31 - Tipo da Construção – Trecho 15	27
Figura 4.32 - Uso do Solo (Funções) – Trecho 16.....	27
Figura 4.33 - Padrão Construtivo – Trecho 16	28
Figura 4.34 - Gabarito – Trecho 16	28
Figura 4.35 - Situação no Lote – Trecho 16	29
Figura 4.36 - Tipo da Construção – Trecho 16.....	29
Figura 4.37 - Uso do Solo (Funções) – Trecho 18.....	30
Figura 4.38 - Padrão Construtivo – Trecho 18	30
Figura 4.39 - Gabarito – Trecho 16	31
Figura 4.40 - Situação no Lote – Trecho 18	31
Figura 4.41 - Tipo da Construção – Trecho 18.....	32
Figura 4.42 - Unidade 04C, 16/03/12	32
Figura 4.43 - Casa 08K, 16/03/12 às 16:27h, foto nº 145, ponto 08K	33
Figura 4.44 - Casa 08H-I, 16/03/12	33
Figura 4.45 - Casa 09K, 16/03/12.....	34
Figura 4.46 - Casa 09M, 16/03/12	34
Figura 4.47 - Casa 14E, 16/03/12	35
Figura 4.48 - Casa 14I, 16/03/12	35
Figura 4.49 - Casa 15 E/N, 16/03/12	36
Figura 4.50 - Casa 15E/N, 16/03/12	36
Figura 4.51 - Casa 15L, 16/03/12.	37
Figura 4.52 - Casa 15M, 16/03/12	37
Figura 4.53 - Casa 15O, 16/03/12.....	38
Figura 4.54 - Casa 16D - 16/03/12.....	39
Figura 4.55 - Casa 16E - 16/03/12.....	40
Figura 4.56 - Casa 16F - 16/03/12	41
Figura 4.57 - Casa 16G - 16/03/12.....	42
Figura 4.58 - Casa 18F - 16/03/12	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 4.1 - Domicílios Particulares de Uso Ocasional por Distrito	9
Quadro 4.2 - Uso do Solo (Funções) – Área Possivelmente Afetada pela Nova Linha de Erosão Costeira.....	14
Quadro4.3 - Padrão Construtivo – Área Possivelmente Afetada pela Nova Linha de Erosão Costeira	14
Quadro4.4 - Gabarito – Área Possivelmente Afetada pela Nova Linha de Erosão Costeira	14
Quadro4.5 - Situação no Lote – Área Possivelmente Afetada pela Nova Linha de Erosão Costeira	14
Quadro4.6 - Tipo da Construção – Área Possivelmente Afetada pela Nova Linha de Erosão Costeira	14
Quadro 4.7 - Projetos – Padrão Residenciais (Valores Em R\$/M ²)	44
Quadro 4.8 - Projetos - Padrão Comerciais - Padrão Alto	45
Quadro 4.9 - Projetos - Padrão Comerciais - Padrão Normal	45
Quadro 4.10 - Projetos - Padrão Galpão Industrial (GI) e Residência Popular (RP1Q)	45
Quadro 4.11 - Áreas por Categoria – Residencial.....	45
Quadro 4.12 - Áreas por Categoria – Serviços e Misto.....	45

1. INTRODUÇÃO

O Diagnóstico de Uso e Ocupação do Solo teve como fim a definição do perfil das propriedades, edificações, bens públicos ou privados presentes na linha de costa possivelmente impactados pelos efeitos da erosão da praia, decorrentes da implantação do quebra-mar do empreendimento Porto Sul.

Nesse sentido, o Estudo do Uso e Ocupação do Solo contemplou a avaliação de uso, padrão construtivo e tipologia das ocupações. Os estudos foram realizados em três etapas descritas a seguir.

Trabalhos Preliminares em escritório

Análise dos dados primários e secundários existentes, obtidos nos estudos já elaborados para a área, e interpretação das fotografias aéreas ortorretificadas utilizando o *software* de geoprocessamento ArcGis na versão 10.

Delimitação da abrangência territorial do levantamento: a área de abrangência foi definida a partir da máxima extensão transversal de erosão em decorrência da construção do quebra-mar apresentada no EIA, que corresponde à extensão de 100m (cem metros). Foi então gerada uma poligonal com esta largura em toda a extensão longitudinal da área de erosão apresentada no EIA, acrescida de uma margem de segurança, resultando em uma extensão longitudinal de 6 km (seis quilômetros).

Com o objetivo de sistematizar o levantamento e a respectiva apresentação dos dados resultantes, a área de abrangência foi dividida em 36 (trinta e seis) trechos com dimensões semelhantes. A definição dos trechos buscou agrupar os aglomerados definidos pelas vias de acesso às localidades (**Anexo 1** - Trechos de Levantamento do Uso e Ocupação do Solo com identificação preliminar das construções existentes).

A base Cartográfica para o Estudo foi preparada a partir da foto aérea disponibilizada pelo DERBA (em escala 1:5.000, ano de 2009) e detalhada a partir da utilização das fotos de satélite do *Google Earth* do ano de 2010, apresentadas em escala de 1:1.500. Foi ainda realizada a vetorização e identificação das construções existentes visíveis nas fotos.

A partir da base cartográfica definida, foi possível realizar análise preliminar das ocupações existentes no intuito de propor as diversas classes de uso do solo, padrão construtivo e tipologias que compuseram o levantamento.

Com o objetivo de não criar na comunidade expectativas sobre os possíveis impactos avaliados no presente Estudo, optou-se por uma abordagem indireta a partir da observação, sem questionamentos aos moradores. Nesse sentido, foi elaborada uma Ficha de Registro de Uso e Ocupação do Solo compatível com as classes.

Levantamento de campo na área para a caracterização das ocupações

O levantamento de campo foi realizado no período de 15 a 19 de março de 2012 e inclui as seguintes atividades:

- Registro de Uso do Solo, Padrão Construtivo e Tipologia por propriedade;

- Preenchimento de Ficha de Registro de Uso e Ocupação do Solo por propriedade;
- Registro Fotográfico; e
- Registro de Localização Geográfica (coordenada) das construções estudadas.

Processamento, análise e relato das conclusões

Após o levantamento de campo, as fichas de Registro de Uso e Ocupação do Solo foram digitalizadas, associando às informações coletadas o registro fotográfico. As informações coletadas foram tabuladas e georreferenciadas a fim de proporcionar a produção de análises e suas representações gráficas.

Por fim, as informações coletadas em campo foram mapeadas na base cartográfica disponível, sobre a área de abrangência territorial do Estudo definitiva, utilizando-se ainda do software de Geoprocessamento ArcGis versão 10 conforme as predominâncias das classes definidas e os resultados apresentados no presente relatório.

Instrumentos

Estes levantamentos foram realizados com o uso de GPS (Sistema de Posicionamento Global) acompanhado dos respectivos registros fotográficos, além dos materiais adequados de representação gráfica.

2. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO – METODOLOGIA

2.1 CATEGORIAS PRELIMINARES

O resultado da dinâmica espacial se reflete diretamente no uso e ocupação do solo do Município, que pode ser definido como o conjunto das atividades e processos individuais de produção e reprodução de uma sociedade, combinadas com seus padrões ou tipos de assentamento, do ponto de vista da regulação espacial. Pode-se dizer que o uso do solo é caracterizado pelo rebatimento da reprodução social no plano do espaço (DEÁK, 1985 apud HYDROS, 2011).

O uso do solo é uma combinação de um tipo de uso (atividade) e de um tipo de ocupação (construção/propriedade) admitindo uma variedade tão grande quanto às atividades da própria sociedade.

As categorias de uso e ocupação do solo foram estabelecidas principalmente com a finalidade de classificação das atividades realizadas nos lotes e construções. Em função das características ambientais, que contempla grandes áreas de cobertura vegetal, foram definidas inicialmente duas grandes categorias que dividem o presente estudo:

- **Áreas com Ocupação:** foram definidas como áreas de ocupação todas aquelas que apresentam construções e intervenções;
- **Áreas com Predominância de Cobertura Vegetal:** são definidas, neste Estudo, como áreas de cobertura vegetal todas aquelas cuja predominância seja de vegetação e/ou corpos d'água.

Atendendo à finalidade do Estudo, os levantamentos e análises de uso e ocupação do solo concentraram-se nas áreas preliminarmente definidas com Ocupação. Após a classificação, preliminar desenvolveram-se os demais estudos de uso e ocupação do solo, que seguem apresentados.

2.2 USO DO SOLO - FUNÇÕES

O estudo de uso e ocupação do solo identificou a função que constitui uma tarefa, atividade ou papel desempenhado pelo objeto¹ – neste caso as construções. As funções registradas foram agrupadas definindo uma classificação.

As categorias definidas a partir das funções identificadas em análises preliminares de escritório e informações coletadas nas inspeções de campo seguem apresentadas:

Residencial: Estão classificadas como de uso residencial todas aquelas áreas cujo uso é habitacional, sejam eles particulares ou coletivos, sendo assim considerados: casas, condomínios, *villages* e outras construções cuja função seja a moradia.

Hotelaria: Estão classificadas como Hotelaria as construções de hotéis, motéis e pousadas.

Comercial/Serviço: Estão classificados como de uso comercial/serviço as áreas cujas construções abrigam predominantemente atividades relacionadas à venda de produtos, supermercados, lojas de roupas ou feiras e/ou estabelecimentos de atendimento à comunidade como restaurantes, bares, hotéis e motéis.

¹ SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo, Nobel, 1985.

Serviço (Restaurantes/barracas): Devido à relevância das barracas de praia e restaurantes para a dinâmica local, esses foram destacados em uma categoria específica.

Institucional: Estão incluídas nesta categoria construções destinadas a templos religiosos, correios, instituições públicas de ensino e/ou extensão, prédios e espaços públicos, módulos e postos policiais, equipamentos públicos, edifícios sede de ONG (Organização Não Governamental) ou sociedade civil organizada. Estão incluídas nesta categoria áreas cujas construções abrigam predominantemente funções privadas de ensino, pesquisa e extensão.

Misto: Estão classificadas como de uso misto aquelas construções que apresentam mais de um uso, combinando duas ou mais atividades.

Outros: Nesta classificação foram agrupadas as outras funções não contempladas nas categorias anteriormente citadas.

2.3 OCUPAÇÃO DO SOLO

2.3.1 Padrão Construtivo

O Diagnóstico do Padrão Construtivo reflete sobre as condições construtivas e o estado de conservação da edificação. Os estudos foram realizados a partir de considerações do aspecto externo das construções – não contemplando visitas individuais a cada unidade.

As classes definidas a partir das funções identificadas em análises preliminares de escritório e informações coletadas nas inspeções de campo seguem apresentadas:

- **Precário:** Foram consideradas de padrão precário aquelas construções que não apresentam as condições mínimas de habitabilidade ou adequação à sua função. Domicílios improvisados, construídos de materiais inadequados ou que apresentam alto estado de degradação da construção. Nesta categoria, predominam benfeitorias simples nas instalações. As delimitações das propriedades geralmente são feitas com cercas de piquetes de madeira bruta e arame farpado. As construções incluídas nesta categoria muitas vezes não apresentam estabilidade estrutural, segurança e/ou conforto ambiental dos seus habitantes, apresentando inclusive prejuízos à saúde dos moradores.
- **Regular:** Foram consideradas de padrão regular aquelas construções que apresentam ao menos as condições mínimas de habitabilidade. Nesta categoria de construção as benfeitorias apresentam melhor padrão. As construções incluídas nesta categoria apresentam estabilidade estrutural e de segurança, além de oferecerem as condições mínimas de conforto ambiental aos seus habitantes, tendo aberturas de ventilação e iluminação com as dimensões mínimas necessárias aos espaços internos.
- **Bom:** Foram consideradas de padrão bom aquelas construções que apresentam além das condições mínimas de habitabilidade, segurança e estabilidade estrutural, elementos adicionais de conforto e benfeitorias na construção. As benfeitorias nas propriedades são mais diversas neste caso, e podem ser instalações de lazer, equipamentos de comunicação e etc.

2.3.2 Tipologia das Construções

O Estudo da Tipologia considerou três aspectos das construções. O primeiro, referente à altura e quantidade de pavimentos da edificação, do gabarito. O segundo, referente à condição da construção no lote. E o terceiro referente ao tipo da construção.

O **gabarito** foi avaliado na inspeção de campo, de forma que são definidas as seguintes classes:

- **Térreas:** Construções que disponham de laje apenas no nível do primeiro piso.
- **01 até 02 pavimentos:** Estão classificadas nesta categoria as construções com até três lajes construídas, incluindo a laje de piso;
- **De 03 a 05 pavimentos:** Nesta categoria estão classificadas as construções de quatro a seis lajes construídas, incluindo a primeira laje de piso.

A **situação da construção no lote** considerou a ocupação do solo das construções em relação à dimensão do lote no qual está construído. A análise está subdividida nas seguintes categorias:

- **Alta ocupação do lote:** Estão aqui classificadas as áreas onde há predominância de construções que ocupam a totalidade ou quase totalidade do lote. Essas construções muitas vezes dividem parede com as construções vizinhas e não dispõem de aberturas suficientes de ventilação e iluminação.
- **Média ocupação do lote:** Estão aqui classificadas áreas onde há predominância de construções que ocupam apenas parcialmente o lote, contando com áreas médias de quintal. Nessa situação a construção apresenta alguma distância com relação à edificação vizinha, e algum recuo de fachada, seja ele lateral, de fundo ou frontal.
- **Baixa ocupação do lote:** Nesta categoria estão classificadas as construções que ocupam a menor parcela do lote, apresentam maior área permeável no lote e em alguns casos preservam alguma forma de cobertura vegetal. Nessa situação a construção apresenta recuos laterais, de fundo e frente.

O **tipo da construção** é classificado segundo as seguintes classes:

- **Casa:** Unidade construída domiciliar.
- **Village:** Construção de unidades domiciliares geminadas em forma de condomínio.
- **Improvizada:** Construções permanentes com materiais inadequados à construção civil.
- **Galpão:** Estruturas de amplos vãos, sem divisões internas e que não necessariamente apresentam vedações externas.
- **Barraca de Praia:** Construções com materiais tipo madeira, palha, piaçava que atendem a serviços de alimentação e/ou lazer na praia.
- **Efêmeras:** Barracas de acampamento, tendas, estruturas tensionadas, furgões etc.
- **Prédio:** Construção verticalizada e/ou que apresente pavimento tipo.

3. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Para a elaboração dos estudos e levantamentos de campo foram utilizadas a área possivelmente impactada pela erosão decorrente da implantação do quebra-mar de 2.410 m, apresentado no EIA/RIMA do Porto Sul.

Mesmo diante da alteração do quebra-mar e da consequente redução da área possivelmente impactada, optou-se por uma área de abrangência de estudos mais conservadora, que permitisse a comparação entre os cenários da antiga e da nova linha de erosão costeira.

Nesse sentido, os dados ora apresentados são fruto da divisão da antiga área de erosão costeira em 36 (trinta e seis) trechos, representados na **Figura 3.1**, a seguir, e em escala menor no **Anexo 1** deste Relatório.

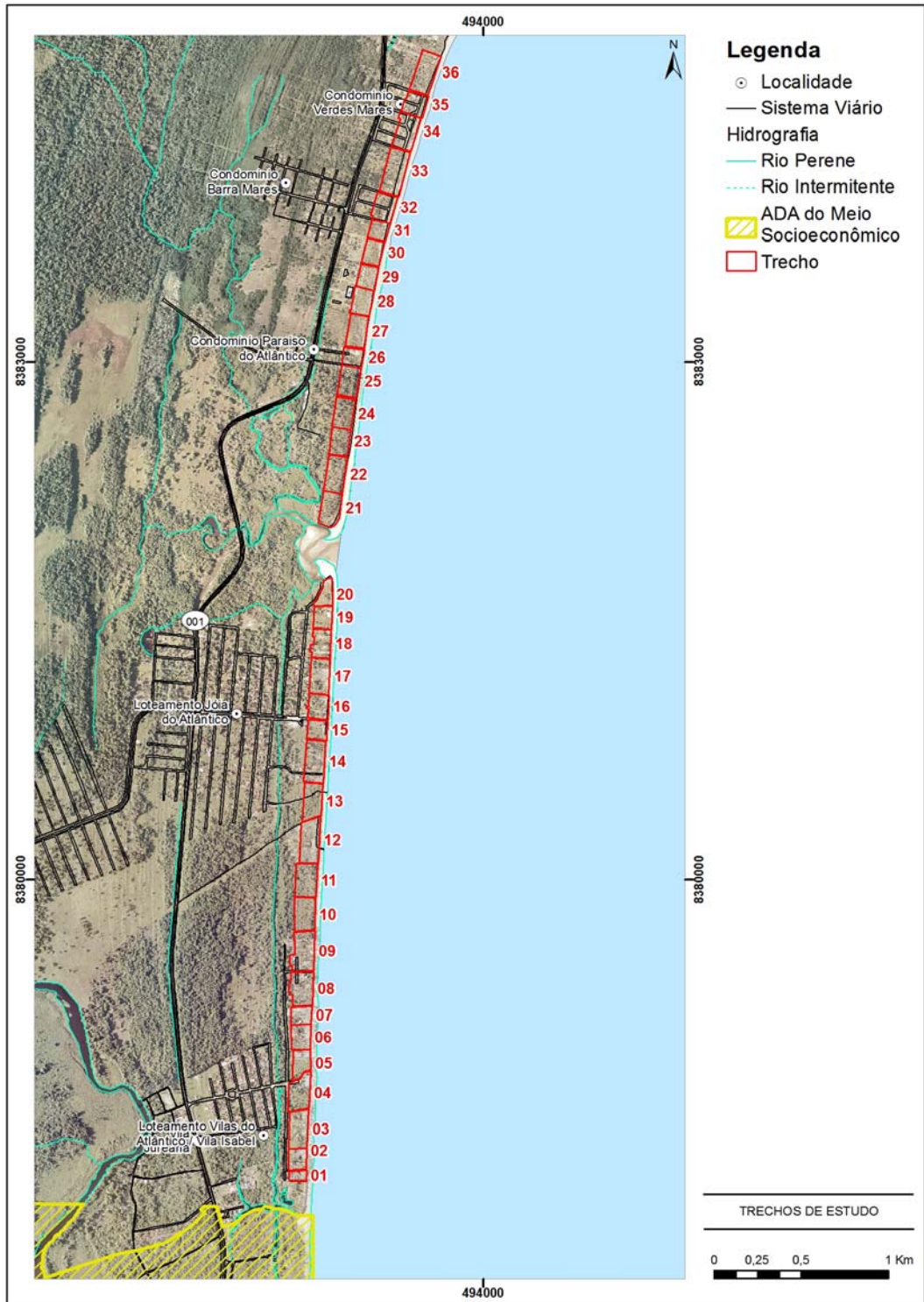


Figura 3.1 - Trechos da Área de Abrangência do Levantamento de Uso e Ocupação do Solo

4. RESULTADOS

Dos 36 (trinta e seis) trechos preliminarmente definidos, foram identificados 08 (oito) de predominância de cobertura vegetal, nos quais não foram identificadas áreas ocupadas e/ou construções. Dessa forma, foram inspecionados 28 (vinte e oito) trechos ao longo da linha de costa.

Os trechos levantados foram aqueles avaliados preliminarmente como de ocupação e podem ser observados na **Figura 4.1** a seguir.

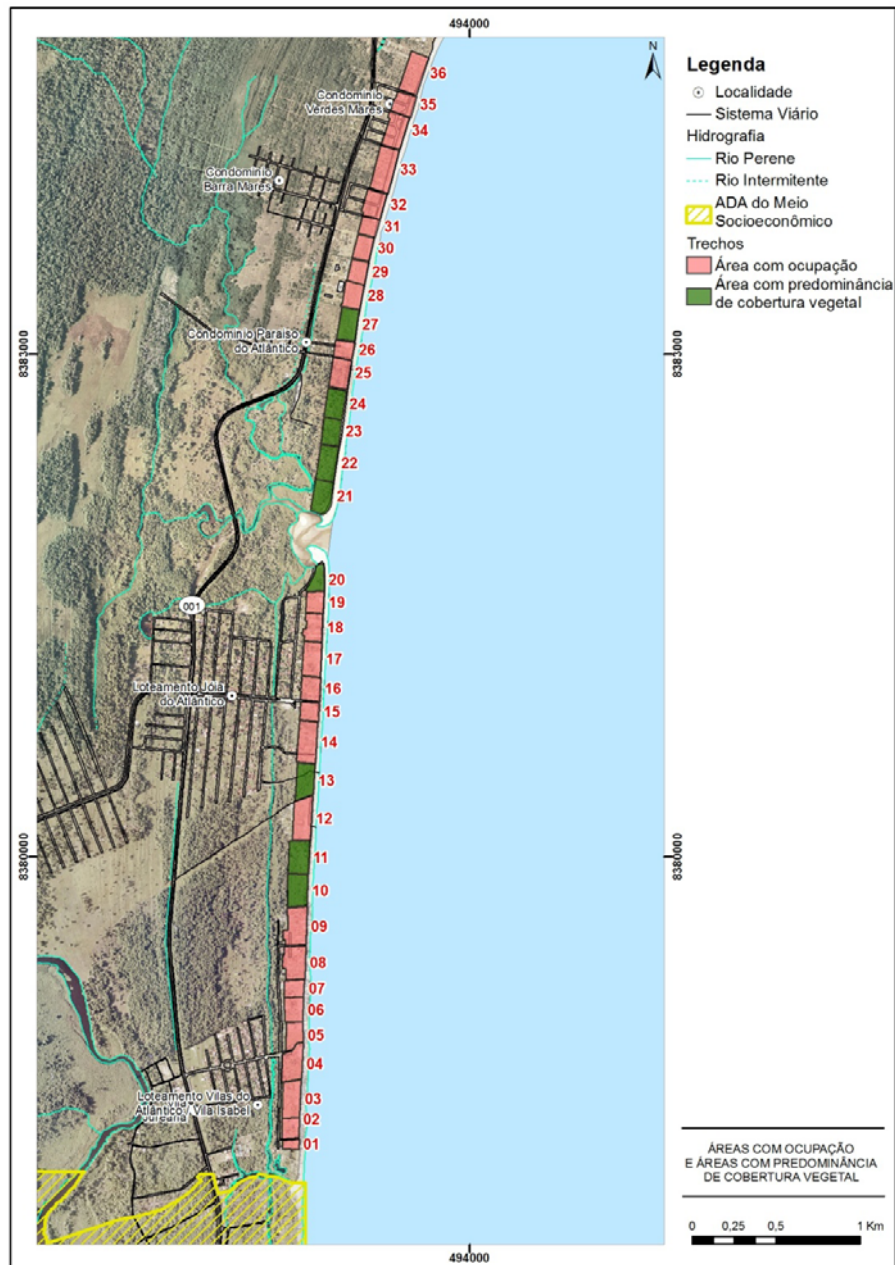


Figura 4.1 - Classificação Preliminar dos Trechos - Áreas de Cobertura Vegetal e Área de Ocupação

No presente estudo foram consideradas como possivelmente impactadas não apenas aquelas construções que estão inseridas na área de erosão, mas também as que são “tocadas” pela linha de costa (considerando uma margem de segurança de mais 2 m (dois metros) além dela).

Os resultados apresentados a seguir referem-se às edificações identificadas, e não refletem sobre a questão fundiária, nem definem a propriedade ou parcela do solo, uma vez que o Estudo é resultado da observação e análise de campo sem abordagem direta a cada proprietário, usuário ou morador do imóvel. Destaca-se ainda a indefinição da parcela na área de abrangência do Estudo. Grande parte das construções à beira mar compartilha o solo sem definições visíveis de lote, o que se observa é um afastamento entre as construções gerando um espaço semiprivado no qual ocorrem atividades sociais dos proprietários. Registra-se também ocorrência de lotes visivelmente definidos, delimitados por muros ou cercas onde é possível observar o uso compartilhado do lote. Em alguns casos, existe uma casa principal e outras construções que atendem a atividades de lazer, depósitos ou dormitório de empregados.

Em função dessa realidade encontrada para a avaliação da situação da unidade no lote, quando não havia definição visível do mesmo, foi considerada a distância entre as construções e a densidade relativa à área com ocupação no entorno da construção.

Observa-se predominância do uso residencial com grande abrangência de caráter de segunda moradia ou veraneio que é demonstrado não apenas pela proximidade da praia, mas pela dinâmica local que apresenta grande quantidade de domicílios vazios durante a semana, principalmente no período do levantamento – últimos dias do verão.

A percepção dos técnicos em campo pode ser confirmada pelo percentual de domicílios particulares não ocupados, de uso ocasional, levantados pelo Censo 2010 do IBGE. Segundo o Instituto, os domicílios particulares permanentes de uso ocasional são aqueles que serviam ocasionalmente de moradia na data de referência, ou seja, era o domicílio usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes.

Observa-se que na área do Distrito de Aritaguá, de 5.452 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e dois) domicílios, 2.365 (dois mil trezentos e sessenta e cinco) são domicílios de uso ocasional, equivalente a 43% dos domicílios particulares do distrito (**Quadro 4.1**).

Quadro 4.1 - Domicílios Particulares de Uso Ocasional por Distrito

Distrito	Espécie	
	Particular	Particular - não ocupado - uso ocasional
Ilhéus - Ilhéus - BA	54.482	2.101
Aritaguá - Ilhéus - BA	5.452	2.365
Banco Central - Ilhéus - BA	842	142
Castelo Novo - Ilhéus - BA	1.086	164
Coutos - Ilhéus - BA	1.065	145
Inema - Ilhéus - BA	916	122
Japu - Ilhéus - BA	603	139
Olivença - Ilhéus - BA	4.568	1.684
Pimenteira - Ilhéus - BA	588	75
Rio do Braço - Ilhéus - BA	1.616	188

Fonte: IBGE, 2010.

Os resultados do Estudo ora apresentados são totalizados para duas áreas de abrangência diferentes. A que se refere à área delimitada pela antiga linha de erosão costeira, apresentada no EIA e definida pelos impactos decorrentes da implantação de um quebra-mar com 2.410 m de extensão. E a que se refere à área delimitada pela nova linha de erosão costeira, definida pelos impactos decorrentes da implantação de um quebra-mar com dimensões bastante reduzidas – 1.980 m (mil novecentos e oitenta metros).

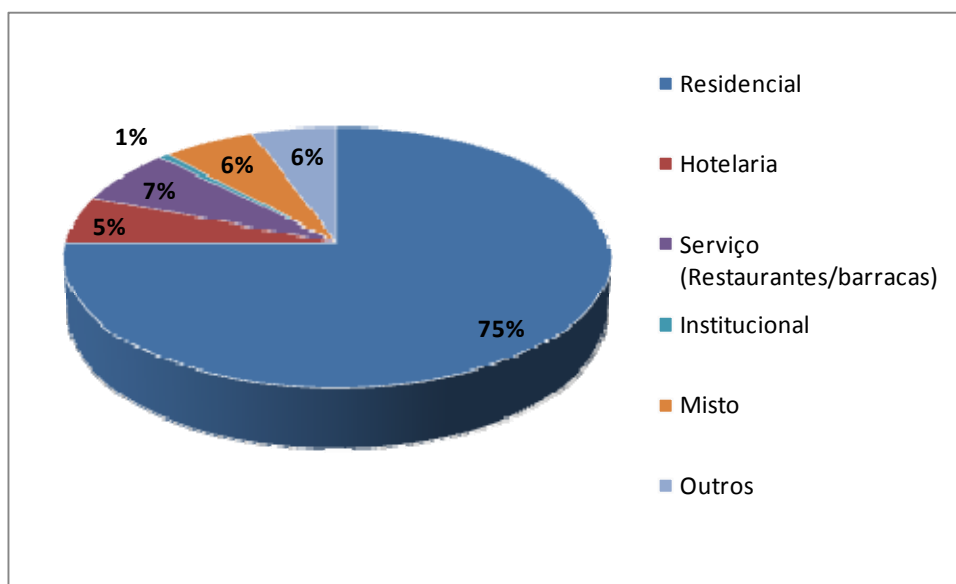
A primeira área de abrangência apresentava possibilidade de impacto sobre 33 (trinta e três) edificações, enquanto a segunda área traz uma possibilidade de impacto bastante reduzida, de apenas 16 (dezesesseis) edificações. O detalhamento dessas informações segue apresentado.

A área conhecida como Barra do Abelar está localizada nas proximidades da poligonal da ADA e de Vila Juerana, esta área não está incluída na área possivelmente impactada pelos efeitos da erosão costeira, de modo que não existem ali construções que possam ser subtraídas pelo impacto. Estão dimensionadas para a área apenas efeitos de progradação (acréscimo de praia).

- **Área de abrangência total**

Para a caracterização do perfil das construções da área foi estudado um total de 159 (cento e cinquenta e nove) edificações. Cada uma dessas edificações foi identificada e avaliada de acordo com as classificações que seguem apresentadas.

As edificações de uso residencial alcançam um total de 75% das edificações pesquisadas. Outros 5% são destinadas a hotelaria, mais 6% a serviços de barracas de praia e restaurantes - que atendem principalmente à população das residências, casas de veraneio e hotelaria, além do público que visita as praias nos fins de semana e feriados. Foi registrado apenas 1% de outros usos de comércio e serviços (que não barracas de praia e restaurantes) e apenas 1% de uso institucional. Os 6% restantes são distribuídos entre outros usos diversos (**Figura 4.2**).

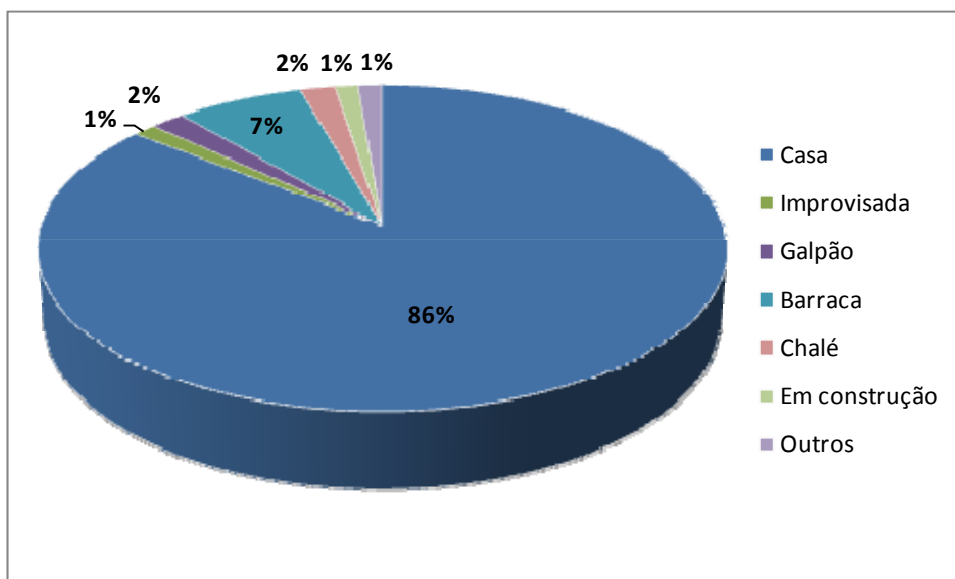


Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.2 - Resultados Totais de Uso do Solo

O uso residencial e de veraneio é confirmado pelos resultados da análise de tipo da construção: 86% são casas e apenas 7% são barracas de praia. Os 7% restantes são divididos

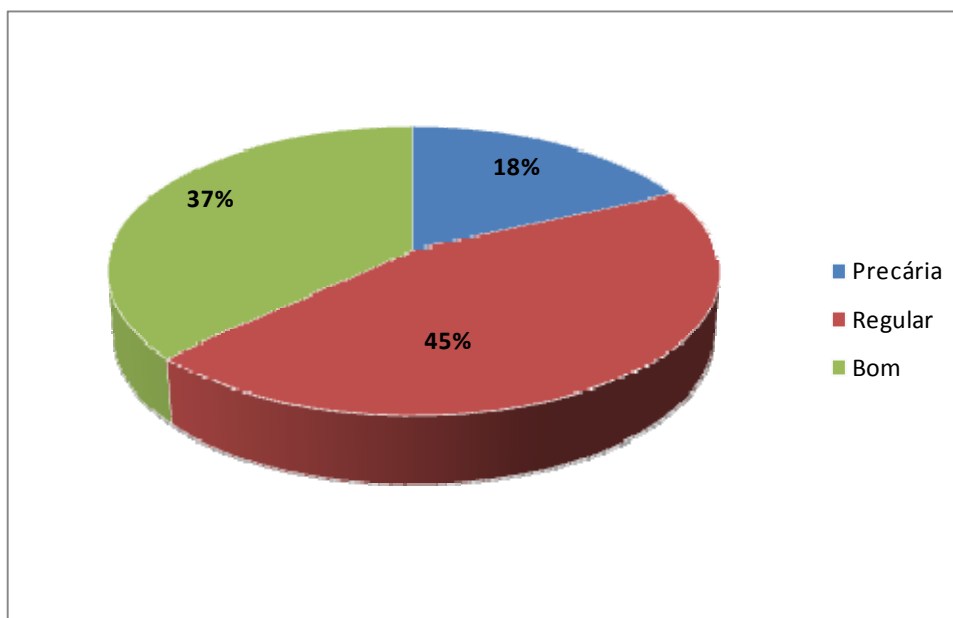
em cinco categorias diferentes: galpão, improvisada, chalé, em construção e outros, não tendo nenhuma delas relevância maior (**Figura 4.3**).



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.3 - Resultados Totais de Tipo da Construção

Os dados mostram que não se trata de uma ocupação precária, a maior parte das construções apresenta padrão construtivo regular - 45%, e 37% apresenta padrão construtivo bom. Destaca-se ainda que grande parte dos 18% das construções consideradas de padrão construtivo precário foram assim registradas por apresentar estado de conservação ruim, apresentando efeitos de degradação, decorrentes da proximidade com a praia e por estarem aparentemente abandonadas (**Figura 4.4**).

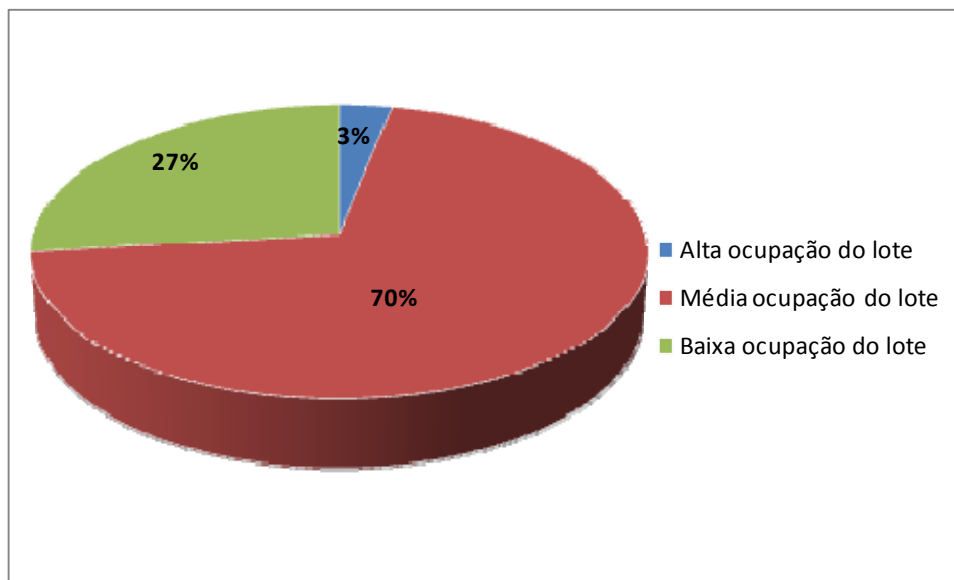


Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.4 - Resultados Totais de Padrão Construtivo

A rigor, avalia-se a infraestrutura geral, a qual os domicílios têm acesso, como precária, uma vez que não existe iluminação e telefonia pública, sistema de esgotamento sanitário, abastecimento regular e frequente de água potável, ruas pavimentadas ou calçadas em condições adequadas de

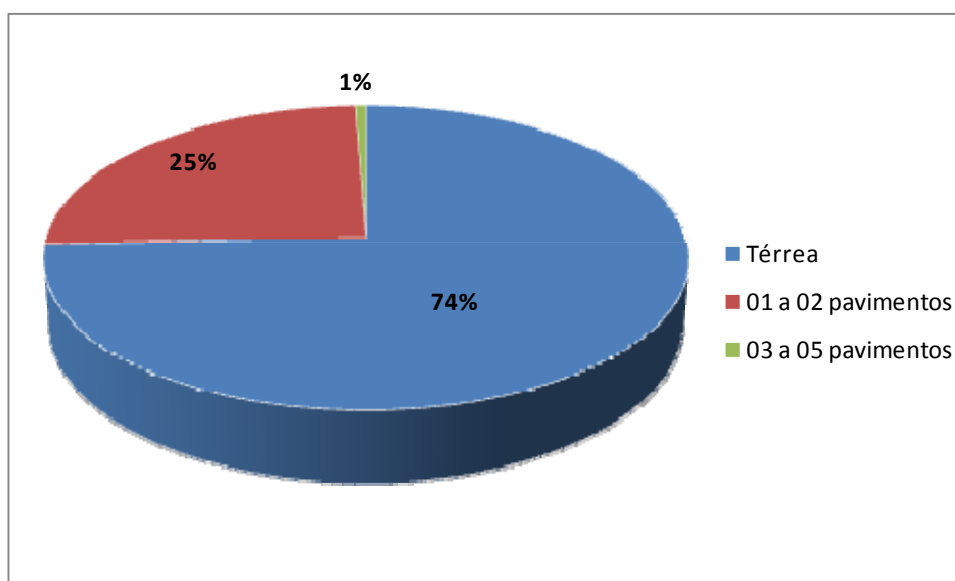
circulação, nem espaços públicos tratados para a convivência da comunidade. No entanto, esta ausência de equipamentos e condições de infraestrutura se explica pela densidade do solo, resultado de uma ocupação rarefeita, que apenas encontra maior concentração nas áreas dos condomínios, como o Verdes Mares e o Joia do Atlântico. Observa-se que a maior parte das construções apresentam média ocupação do lote (**Figura 4.5**), o que significa neste trabalho a existência de áreas permeáveis que podem ser quintais, recuos ou simplesmente áreas vazias não delimitadas.



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.5 - Resultados Totais de Situação das Construções no Lote

Combinando os resultados da situação da construção no lote e do gabarito, a ocupação do solo pode ser avaliada como de baixa densidade. A maior parte das construções (74%) é térrea, 25% alcança 01 (um) a 02 (dois) pavimentos e apenas 1% apresenta de 03 (três) a 05 (cinco) pavimentos (**Figura 4.6**).



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.6 - Resultados Totais de Gabarito

- **Linha de erosão costeira apresentada no EIA (quebra-mar de 2.410 m)**

Caso fosse mantido o quebra-mar de 2.410m apresentado no EIA a área de abrangência do impacto de erosão afetaria 12 (doze) dos 36 (trinta e seis) trechos estudados, são eles os trechos 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12. Destes quatro não apresentariam impactos em edificações existentes, apresentando apenas perda de área de praia, são os trechos 01, 02, 10 e 11.

Finalmente se mantido quebra-mar de 2.410m, 33 (trinta e três) edificações seriam possivelmente impactadas pelos efeitos da erosão costeira.

- **Nova linha de erosão costeira (quebra-mar de 1.980 m)**

A área definida como possivelmente impactada pela erosão compreende um território de aproximadamente 25 ha. Para a nova linha de erosão, apenas sete trechos apresentam construções que serão possivelmente impactadas pelos efeitos da erosão costeira, decorrentes da implantação do quebra-mar. São eles: 04, 08, 09, 14, 15, 16, 18. Nessa área foram identificadas 16 (dezesesseis) edificações possivelmente impactadas (04C, 08K/J, 08H/I, 09K, 09M, 14E, 14I, 15E/N, 15L, 15M, 15O, 16D, 16E, 16F, 16G e 18F) que podem ser observadas no **Anexo 2** (Mapeamento de Uso e Ocupação do Solo - Identificação das Construções Possivelmente Impactadas).

Os trechos de 01 (um) a 09 (nove) fazem parte do Loteamento Vilas do Atlântico e são acessados por portaria. As vias de circulação não são pavimentadas e não apresentam calçadas de circulação de pedestres. Não há sistema de drenagem ou esgotamento sanitário como identificado predominantemente na área de levantamento. Nessa área serão possivelmente impactadas quatro edificações localizadas nos trechos 08 (oito) e 09 (nove).

Observa-se que a maior parte das unidades são residências, seguidas por barracas de praia/restaurantes. Apenas duas unidades apresentam uso misto, que são barracas de praia/restaurantes nas quais o proprietário habita em parte do imóvel. Destaca-se que as unidades aqui classificadas como de uso residencial estavam em sua maioria desocupadas no momento da inspeção de campo, o que somado aos dados de domicílios de uso ocasional do IBGE e da proximidade com a praia, indicam que são residências de veraneio (**Quadro 4.2**).

Sobre o padrão construtivo, predominam as construções em condições regulares. As casas de uma forma geral apresentam revestimento externo, pintura, cobertura de telha cerâmica em estado de conservação regular, esquadrias de madeira e áreas externas com manutenção. Observa-se que as unidades avaliadas como de padrão precário estão na maioria fechadas e tem o estado de conservação precário como resultado da falta de manutenção somados aos efeitos da proximidade com o mar (**Quadro 4.3**).

Quanto à ocupação, registra-se que a maior parte é térrea. Das dezesseis unidades, 13 (treze) são térreas, as outras três unidades apresentam de um a dois pavimentos. A densidade de ocupação do solo de uma forma geral é baixa, são registradas muitas áreas não ocupadas, no entanto levando em consideração apenas a situação da construção no lote (ou lote aparente) predomina a média ocupação do lote, as residências apresentam afastamentos de frente, fundo e laterais. O tipo da construção corresponde ao uso apresentado, oito são casas e sete são barracas de praia (**Quadros 4.4, 4.5 e 4.6**).

Quadro 4.2 - Uso do Solo (Funções) – Área Possivelmente Afetada pela Nova Linha de Erosão Costeira

Residencial	7
Hotelaria	0
Comercial/serviço	0
Serviço (Restaurantes/barracas)	7
Institucional	0
Misto	2
Outros	0
Total	16

Fonte: Hydros Engenharia

Quadro4.3 - Padrão Construtivo – Área Possivelmente Afetada pela Nova Linha de Erosão Costeira

Precária	4
Regular	8
Bom	4
Total	16

Fonte: Hydros Engenharia

Quadro4.4 - Gabarito – Área Possivelmente Afetada pela Nova Linha de Erosão Costeira

Térrea	13
01 a 02 pavimentos	3
03 a 05 pavimentos	0
Total	16

Fonte: Hydros Engenharia

Quadro4.5 - Situação no Lote – Área Possivelmente Afetada pela Nova Linha de Erosão Costeira

Alta ocupação do lote	1
Média ocupação do lote	11
Baixa ocupação do lote	4
Total	16

Fonte: Hydros Engenharia

Quadro4.6 - Tipo da Construção – Área Possivelmente Afetada pela Nova Linha de Erosão Costeira

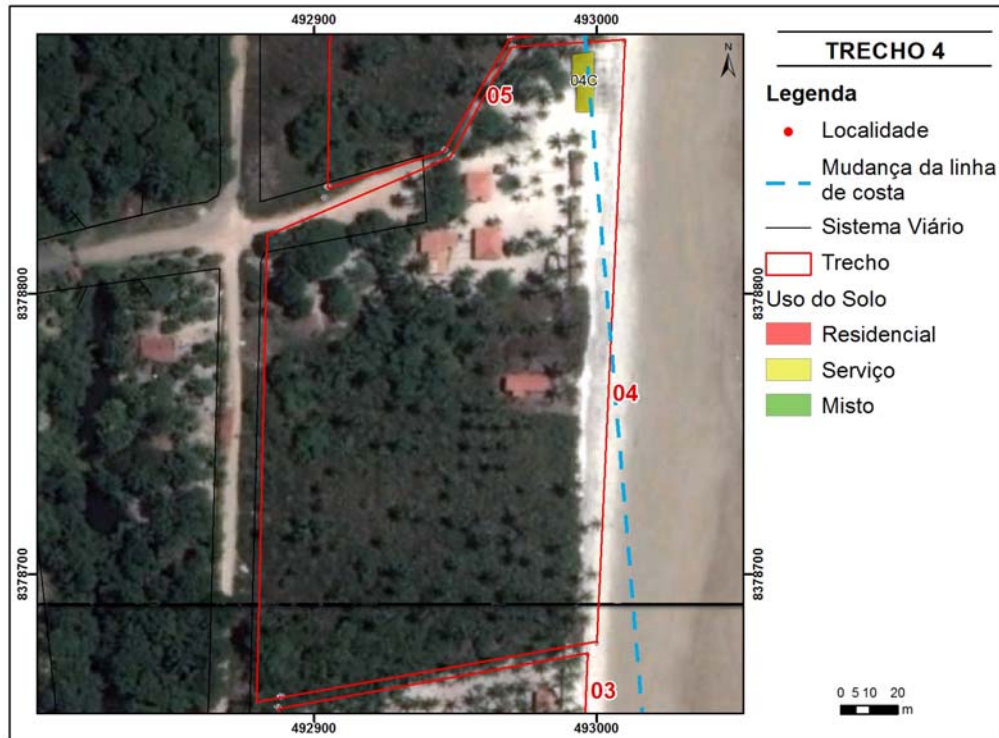
Casa	8
Village	0
Improvizada	0
Galpão	0
Barraca	8
Efêmeras	0
Prédio	0
Chalé	0
Em construção	0
Outros	0
Total	16

Fonte: Hydros Engenharia

A representação gráfica do mapeamento realizado pode ser visto nas **Figuras 4.7 a 4.41** apresentadas a seguir.

Trecho 04

- Uso do solo (Funções)



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.7 - Uso do Solo (Funções) – Trecho 04

- Padrão Construtivo

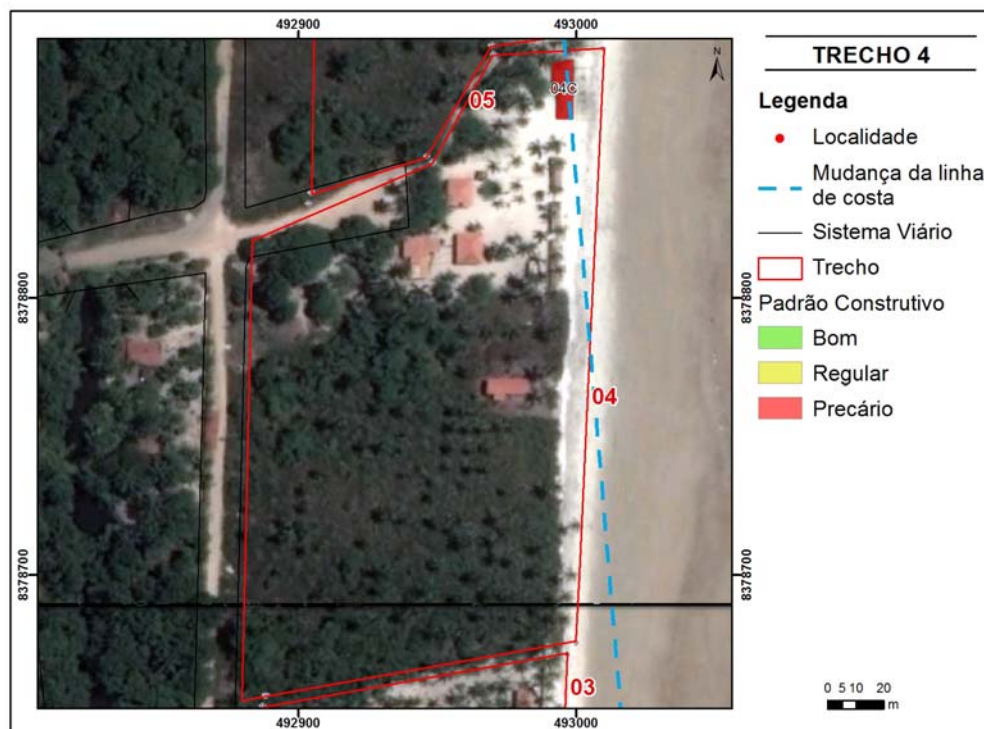
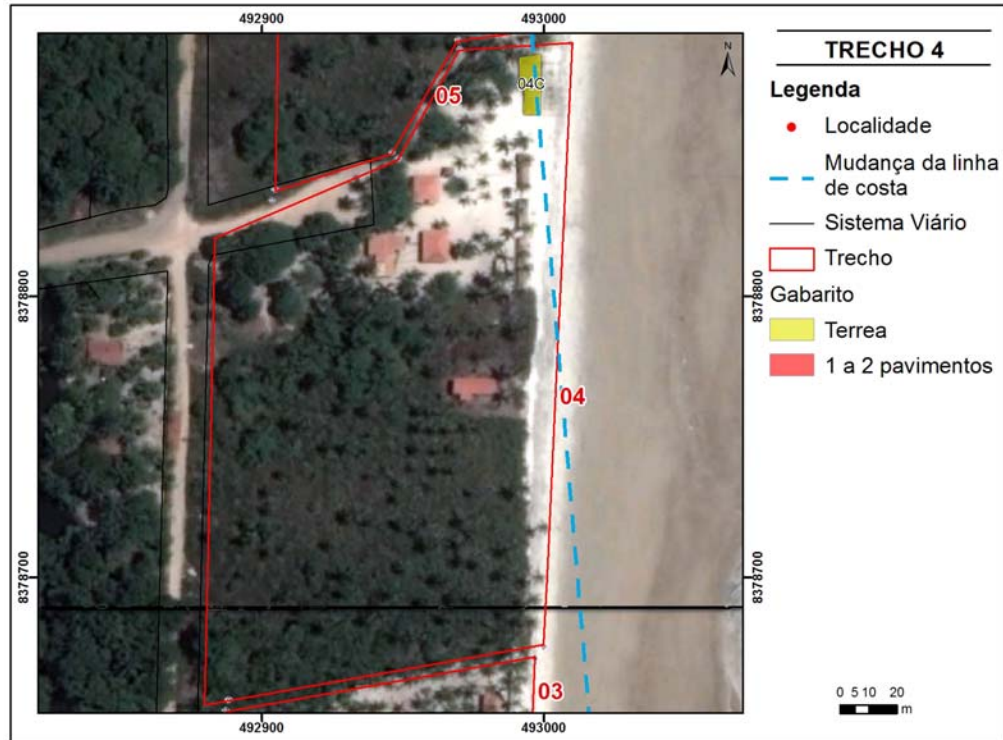


Figura 4.8 - Padrão Construtivo – Trecho 04

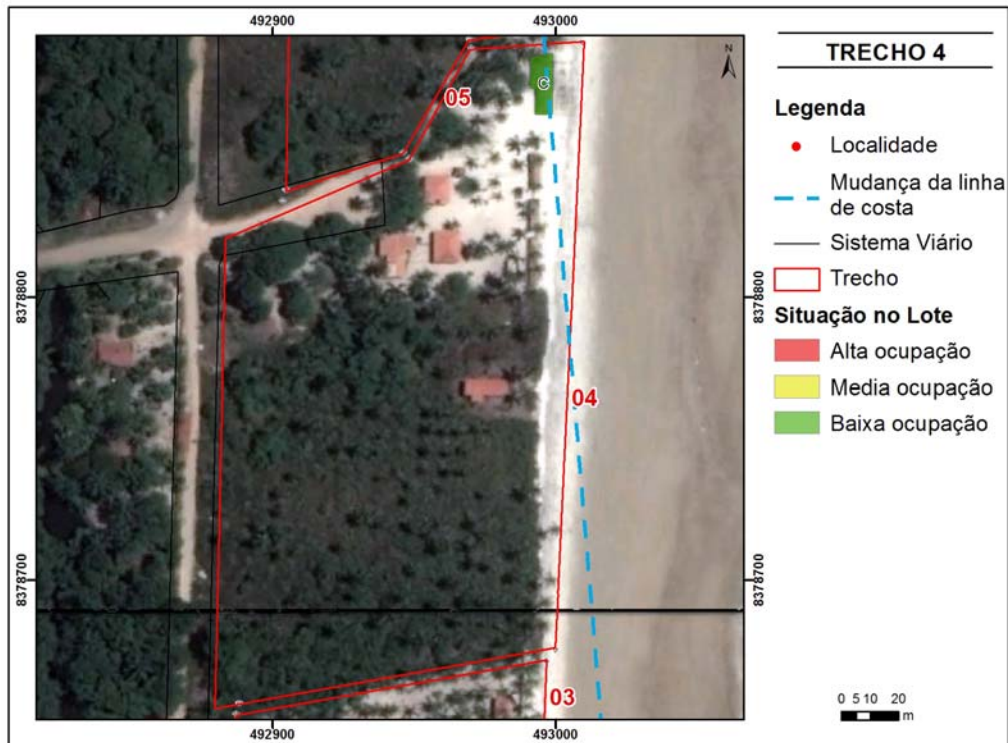
- Gabarito



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.9 - Gabarito – Trecho 04

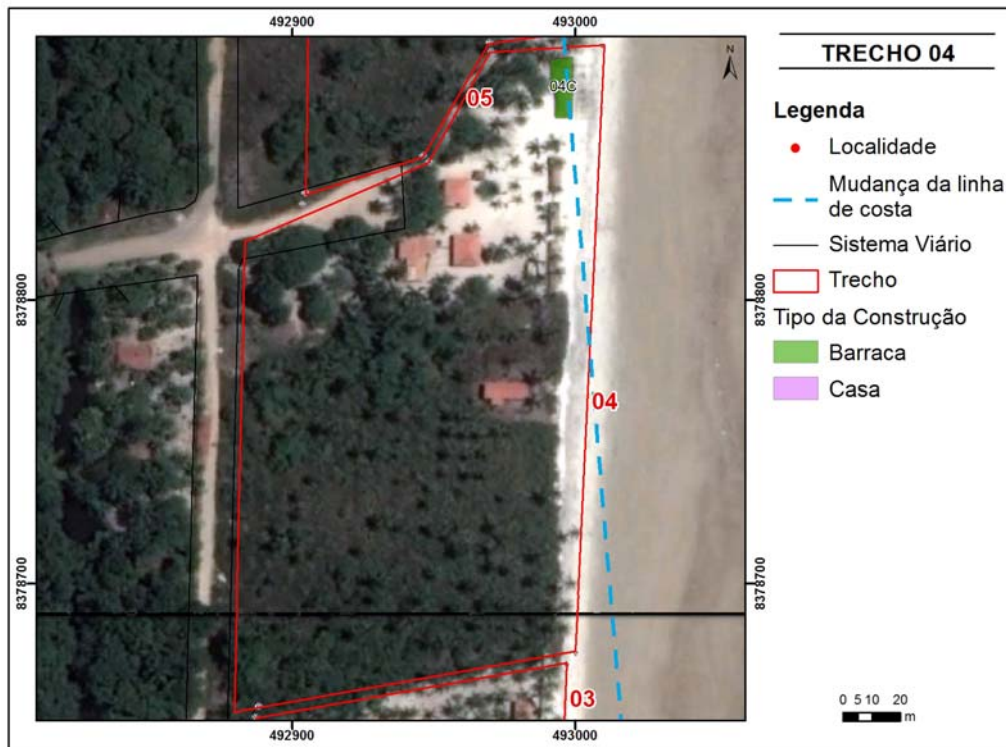
- Situação no Lote



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.10 - Situação no Lote – Trecho 04

- Tipo da Construção

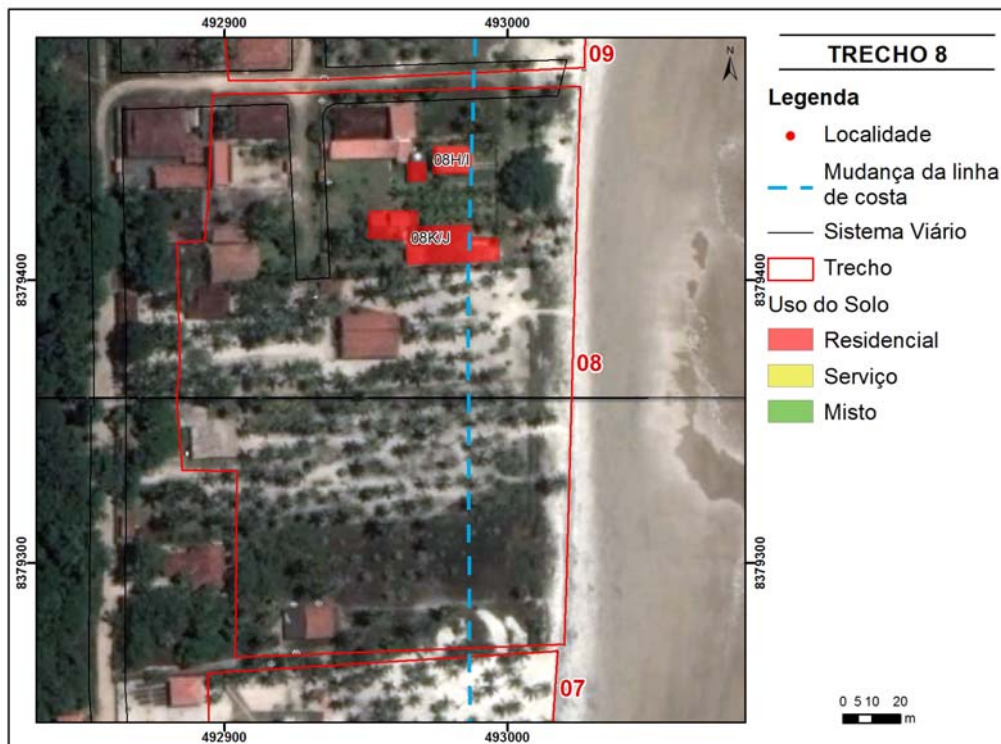


Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.11 - Tipo da Construção – Trecho 04

Trecho 08

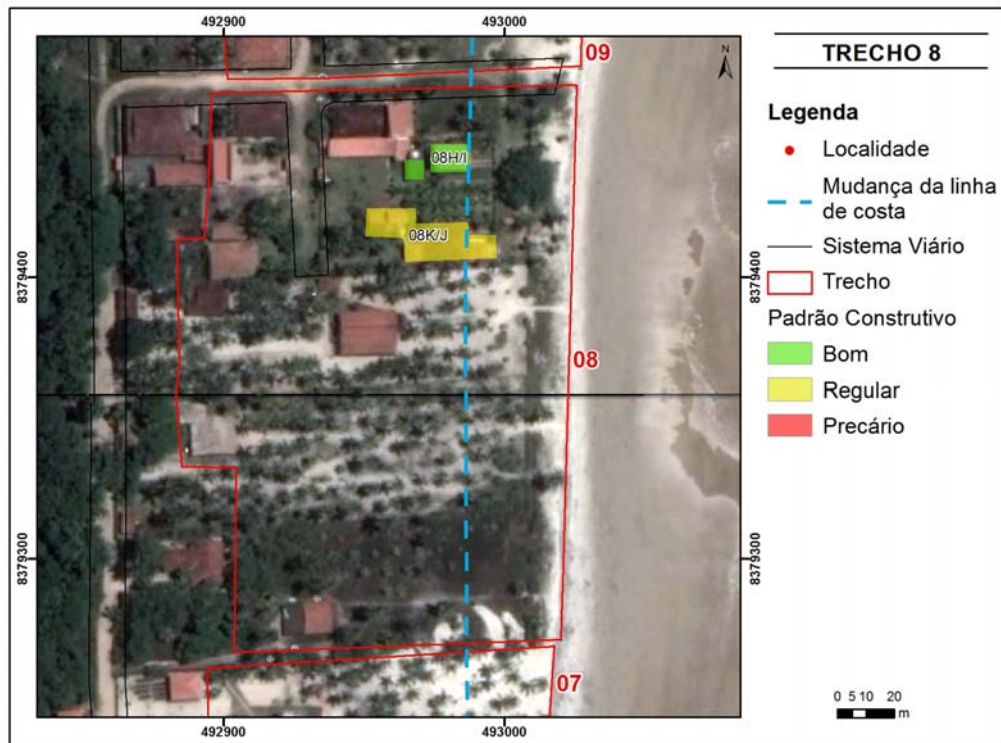
- Uso do solo (Funções)



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.12 - Uso do Solo (Funções) - Trecho 08

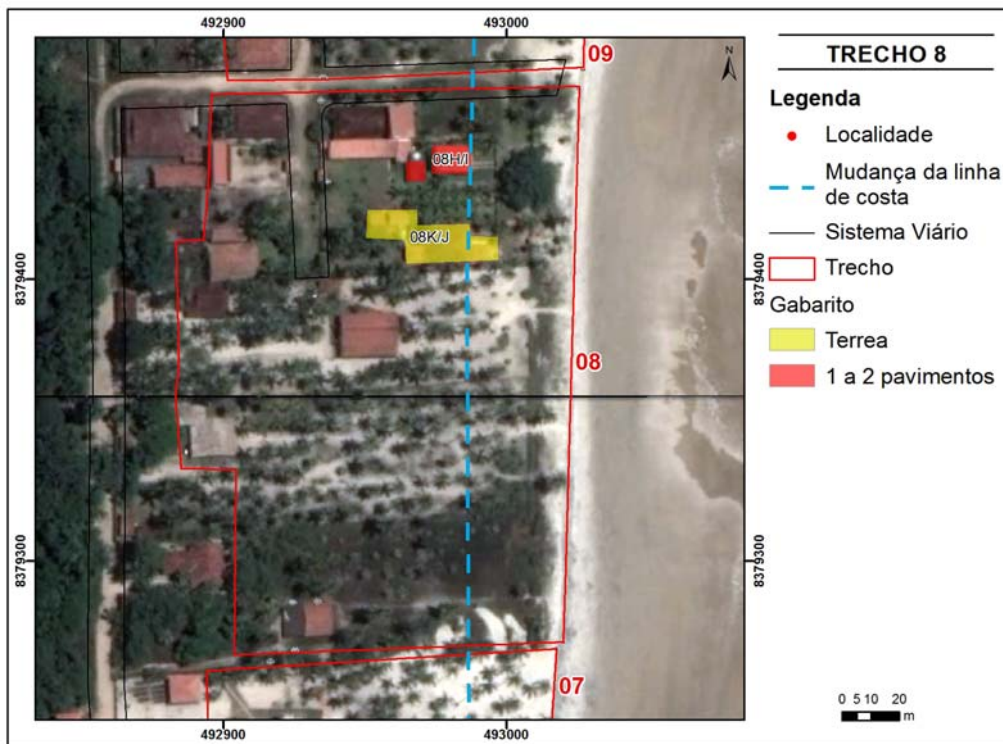
- Padrão Construtivo



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.13 - Padrão Construtivo – Trecho 08

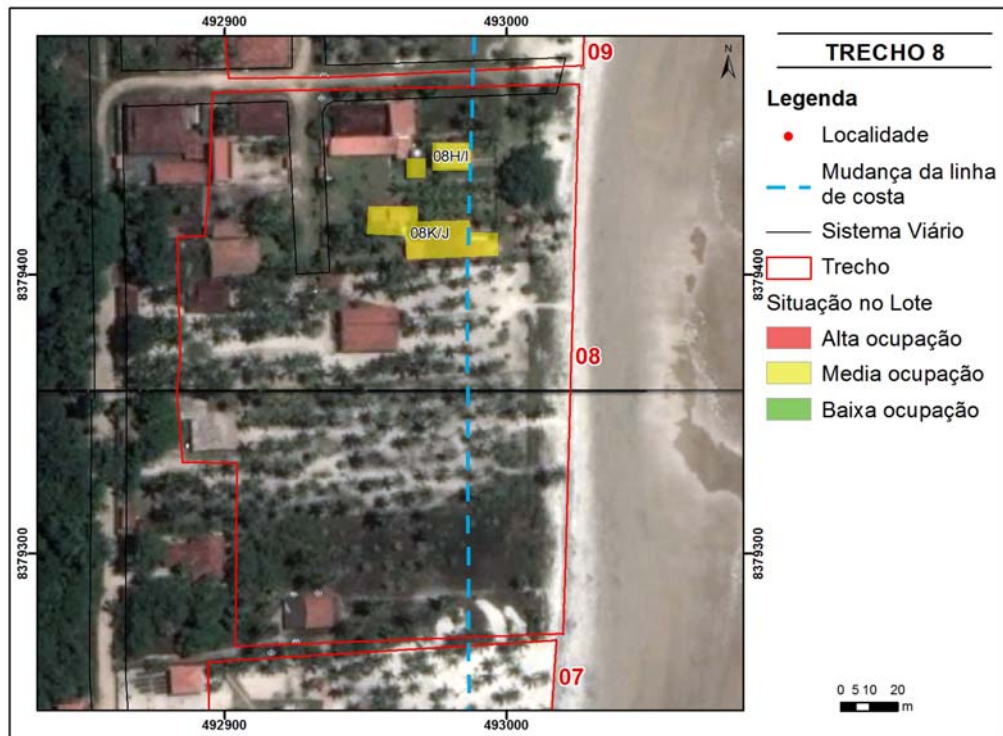
- Gabarito



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.14 - Gabarito – Trecho 08

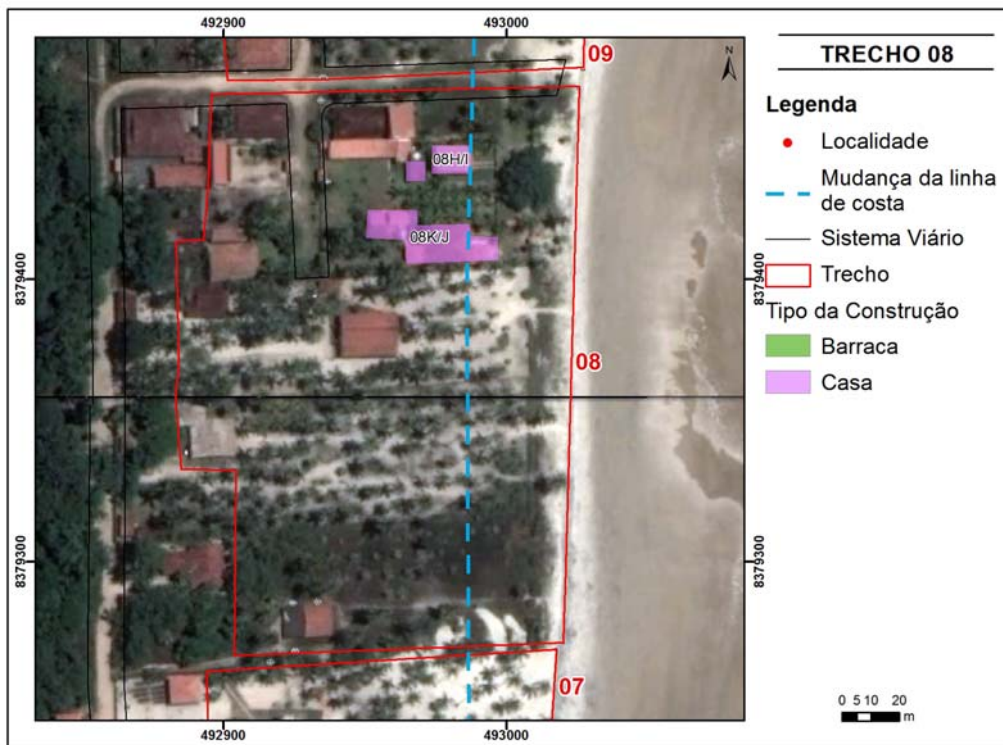
- Situação no Lote



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.15 - Situação no Lote – Trecho 08

- Tipo da Construção

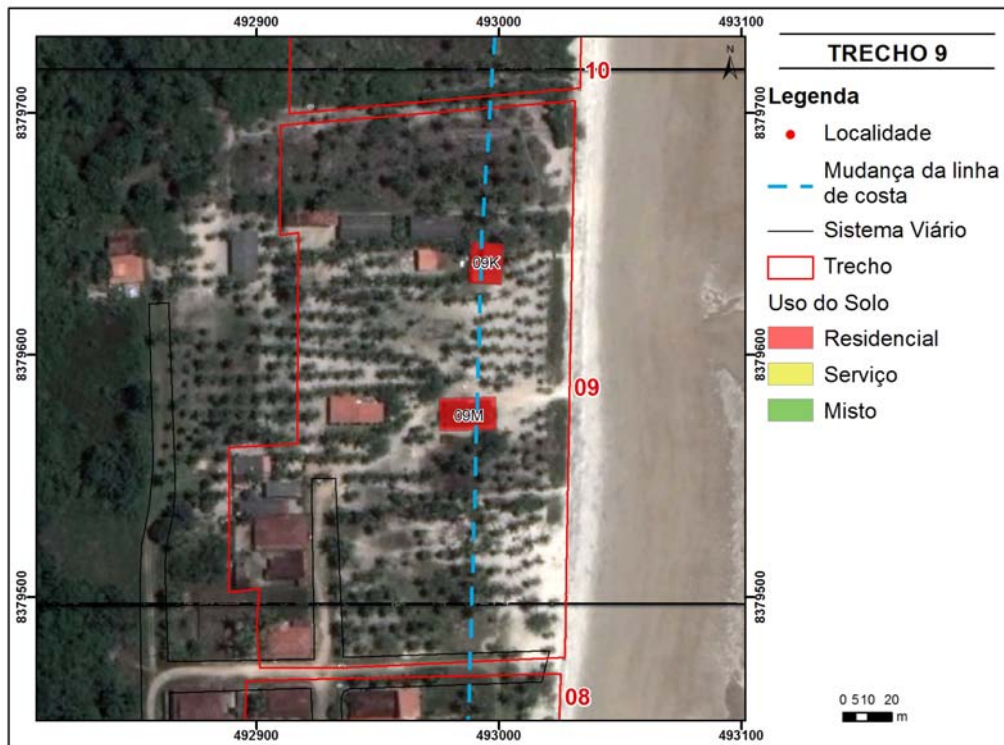


Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.16 - Tipo da Construção – Trecho 08

Trecho 09

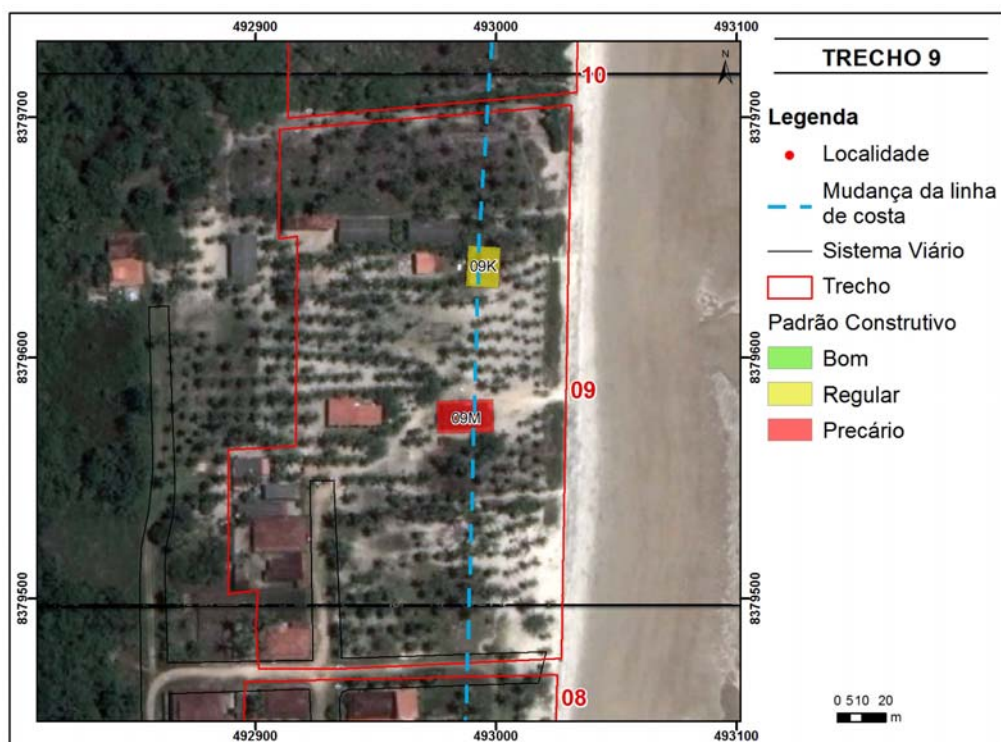
- Uso do solo (Funções)



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.17 - Uso do Solo (Funções) – Trecho 09

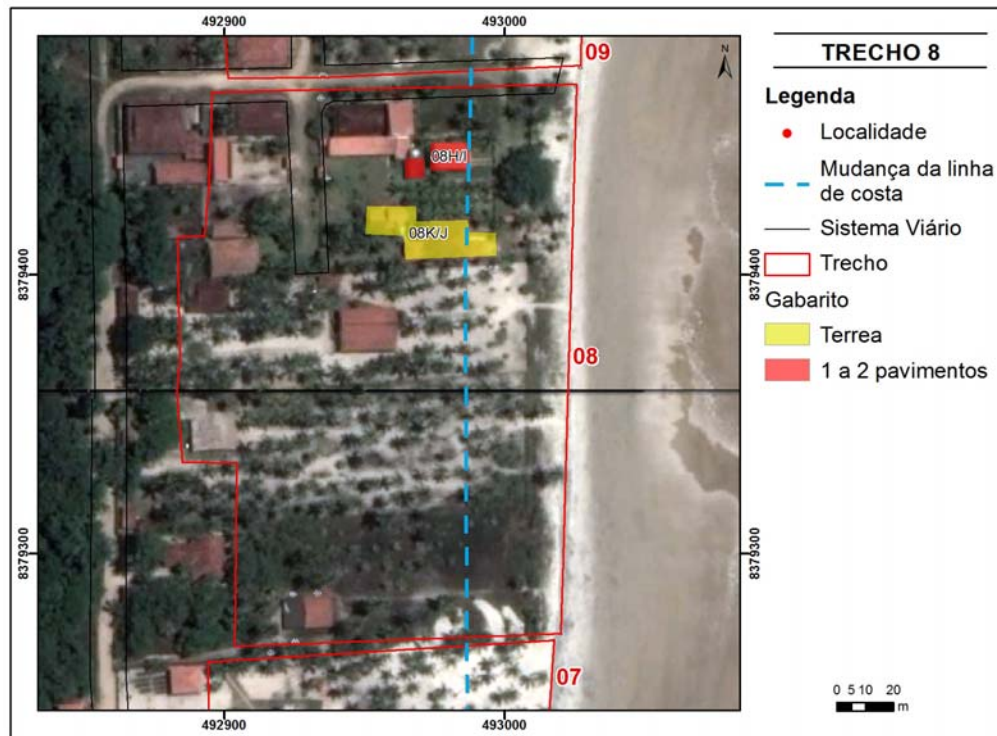
- Padrão Construtivo



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.18 - Padrão Construtivo – Trecho 09

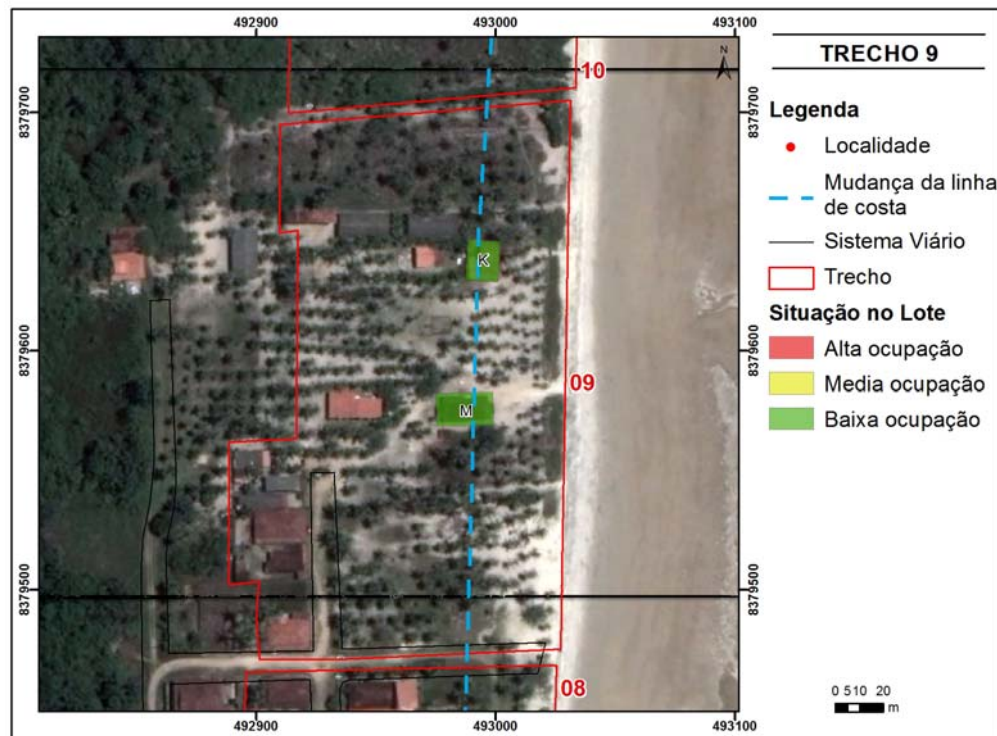
- Gabarito



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.19 - Gabarito – Trecho 09

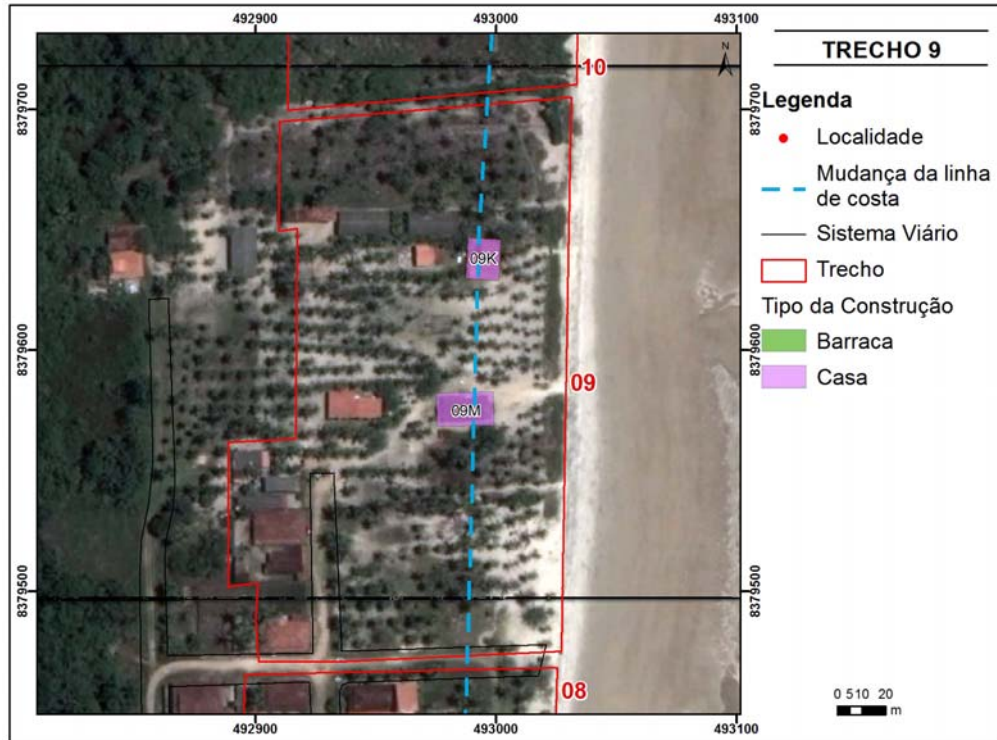
- Situação no Lote



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.20 - Situação no Lote – Trecho 08

- Tipo da Construção

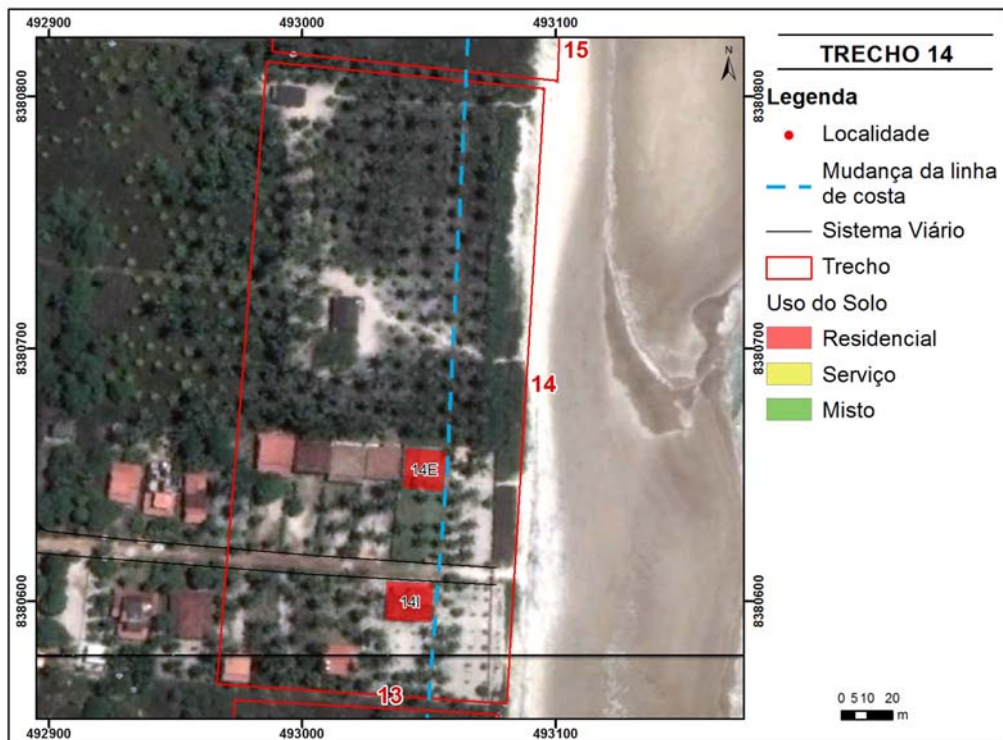


Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.21 - Tipo da Construção – Trecho 09

Trecho 14

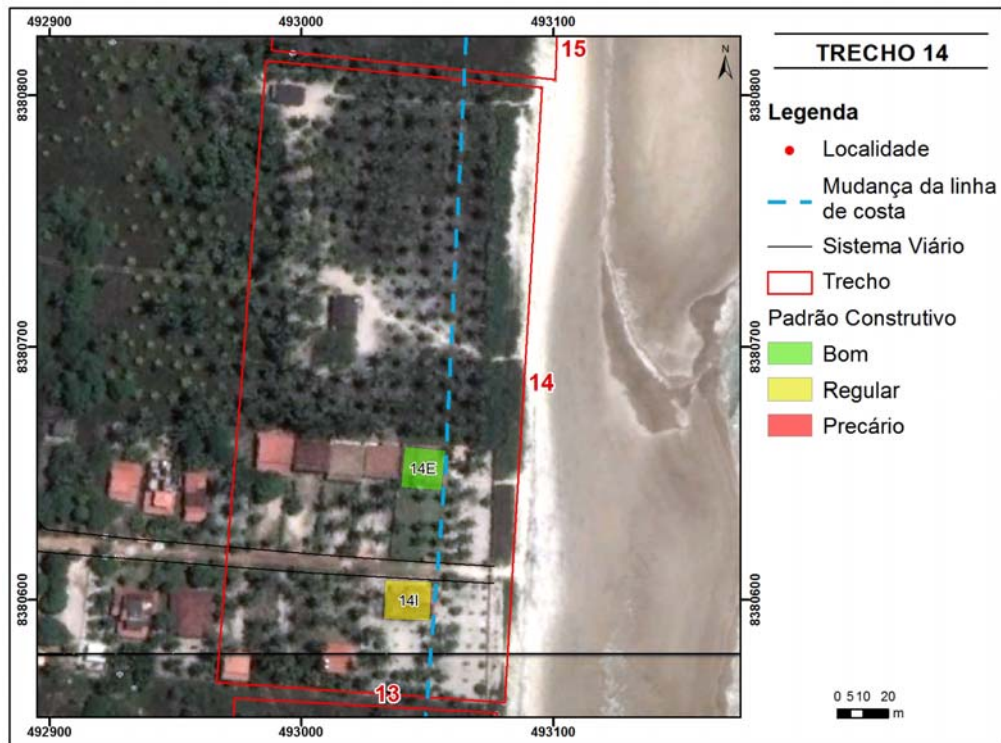
- Uso do solo (Funções)



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.22 - Uso do Solo (Funções) – Trecho 14

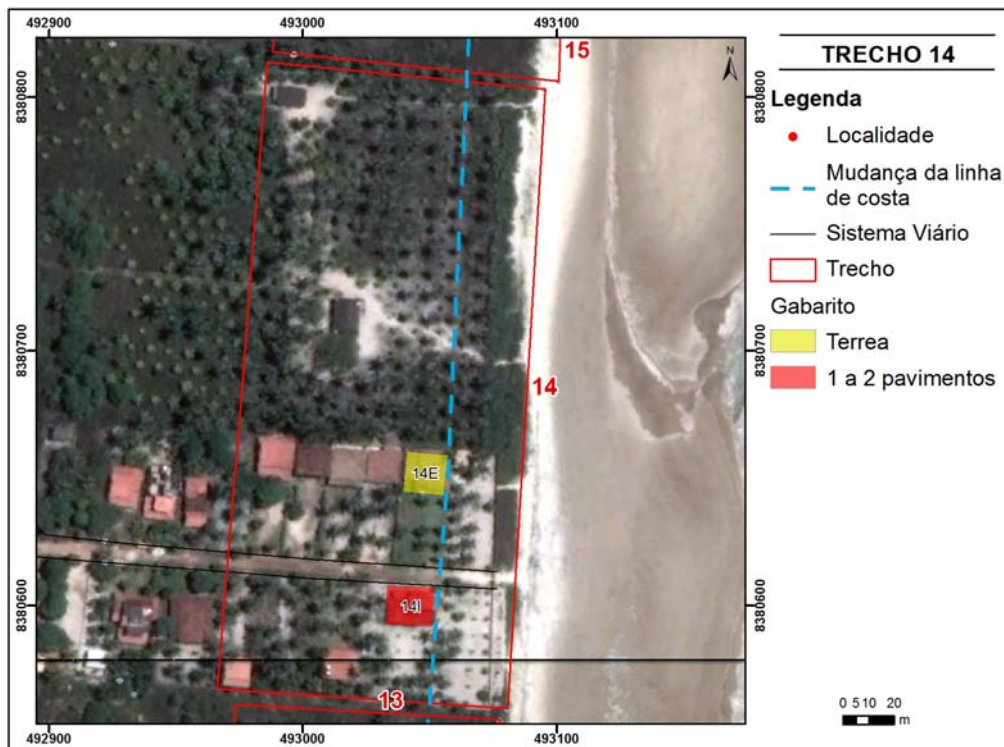
- Padrão Construtivo



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.23 - Padrão Construtivo – Trecho 14

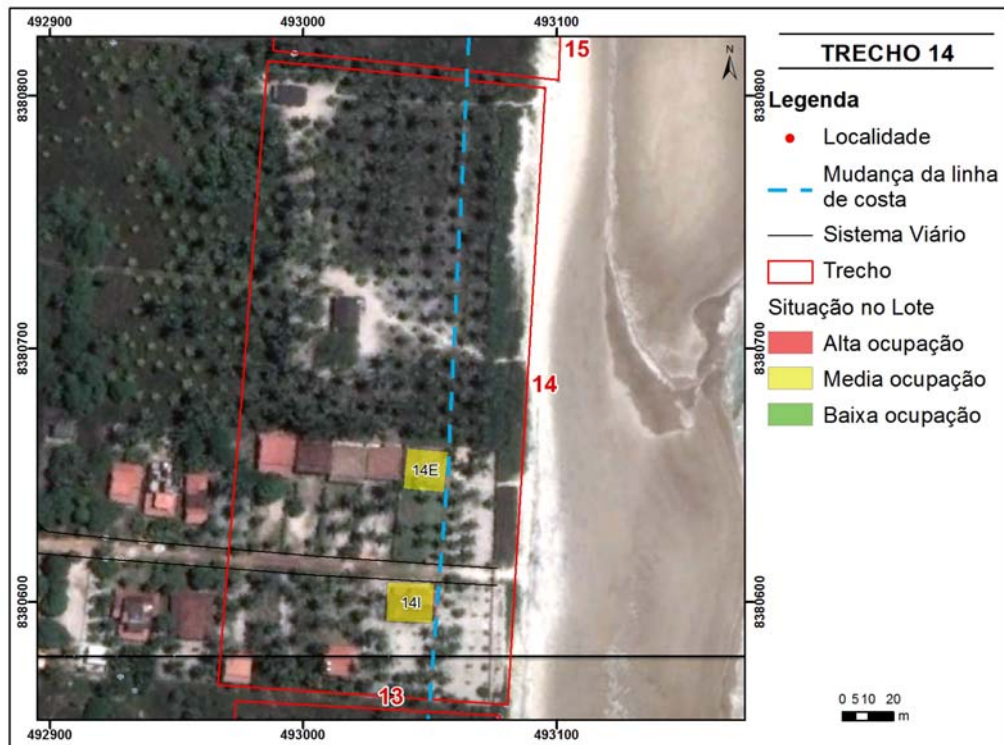
- Gabarito



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.24 - Gabarito – Trecho 14

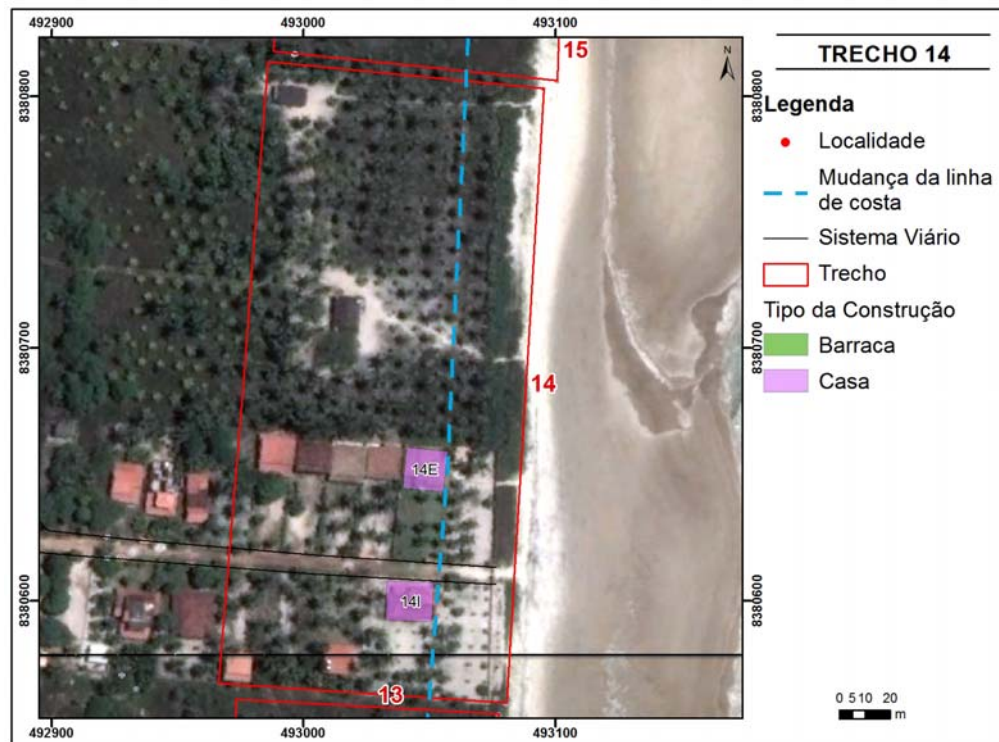
- Situação no Lote



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.25 - Situação no Lote – Trecho 14

- Tipo da Construção

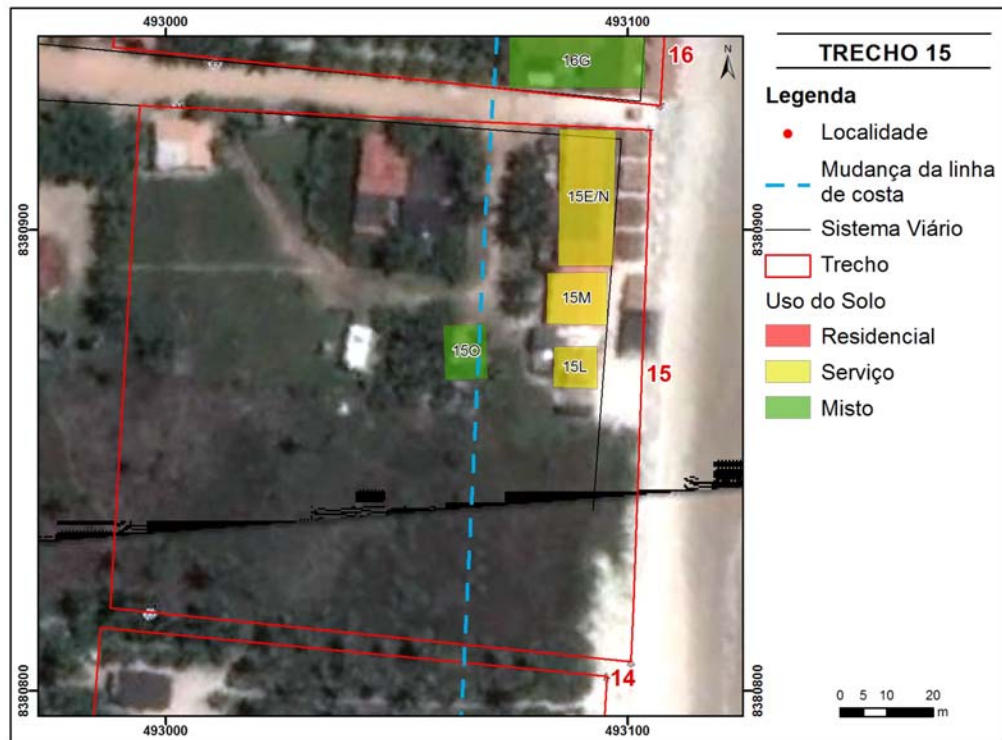


Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.26 - Tipo da Construção – Trecho 14

Trecho 15

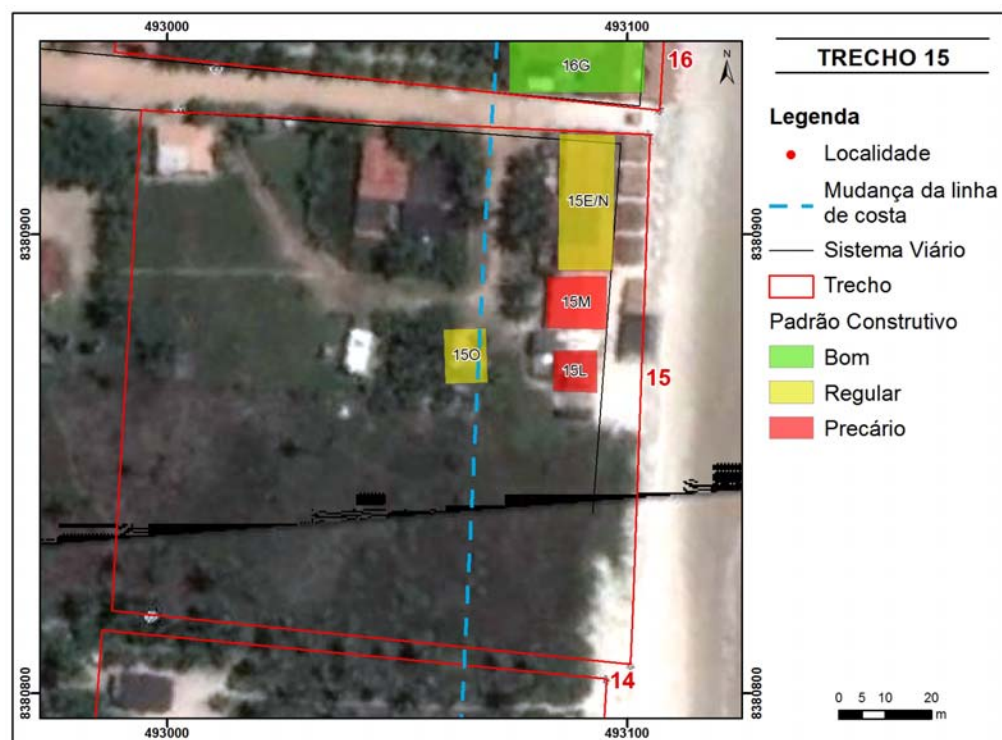
- Uso do solo (Funções)



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.27 - Uso do Solo (Funções) – Trecho 15

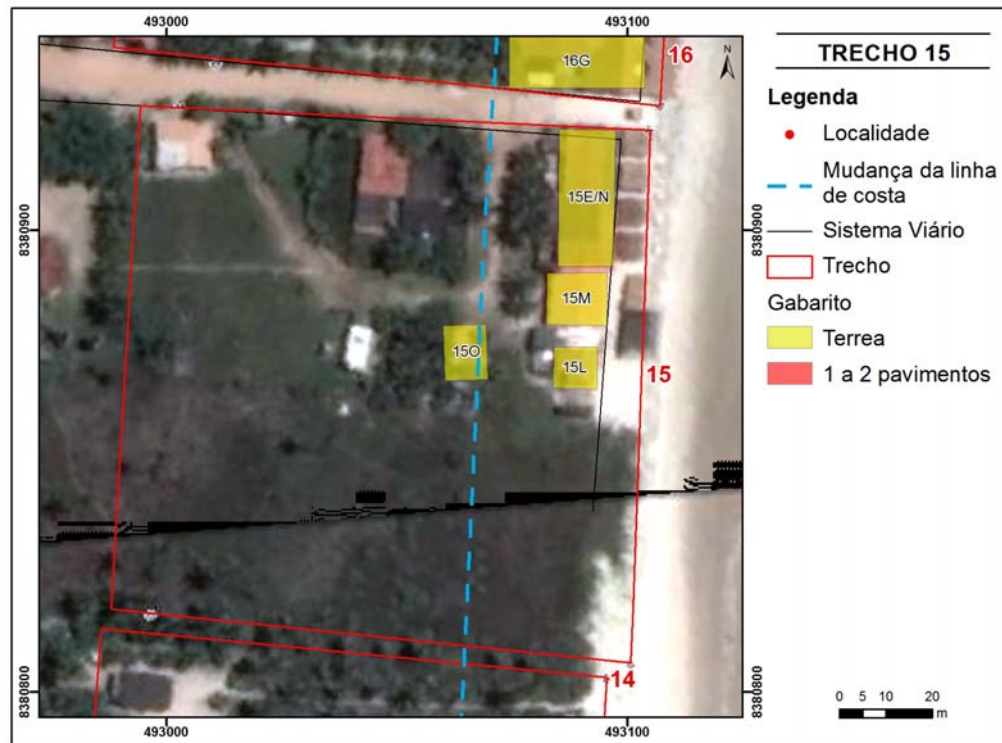
- Padrão Construtivo



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.28 - Padrão Construtivo – Trecho 15

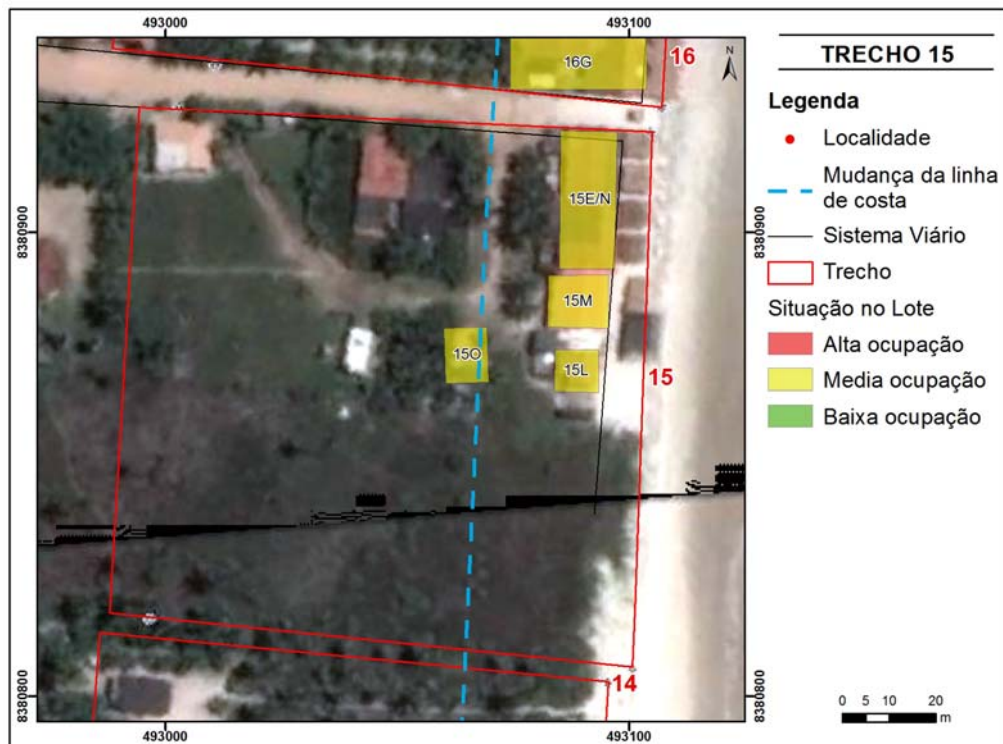
- Gabarito



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.29 - Gabarito – Trecho 15

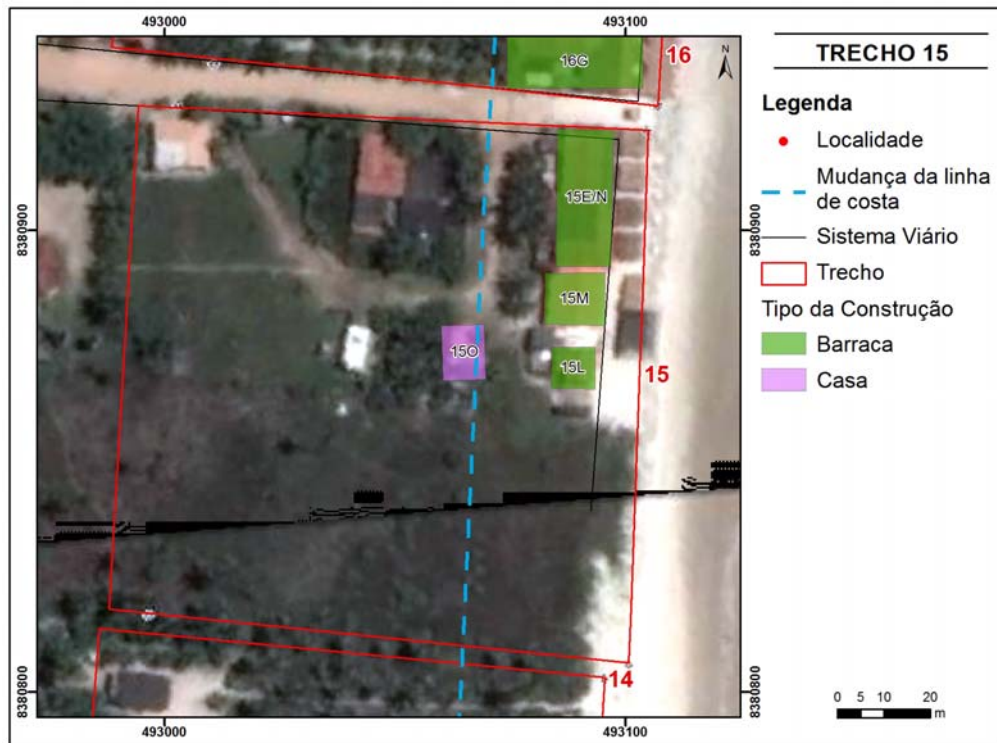
- Situação no Lote



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.30 - Situação no Lote – Trecho 15

- Tipo da Construção

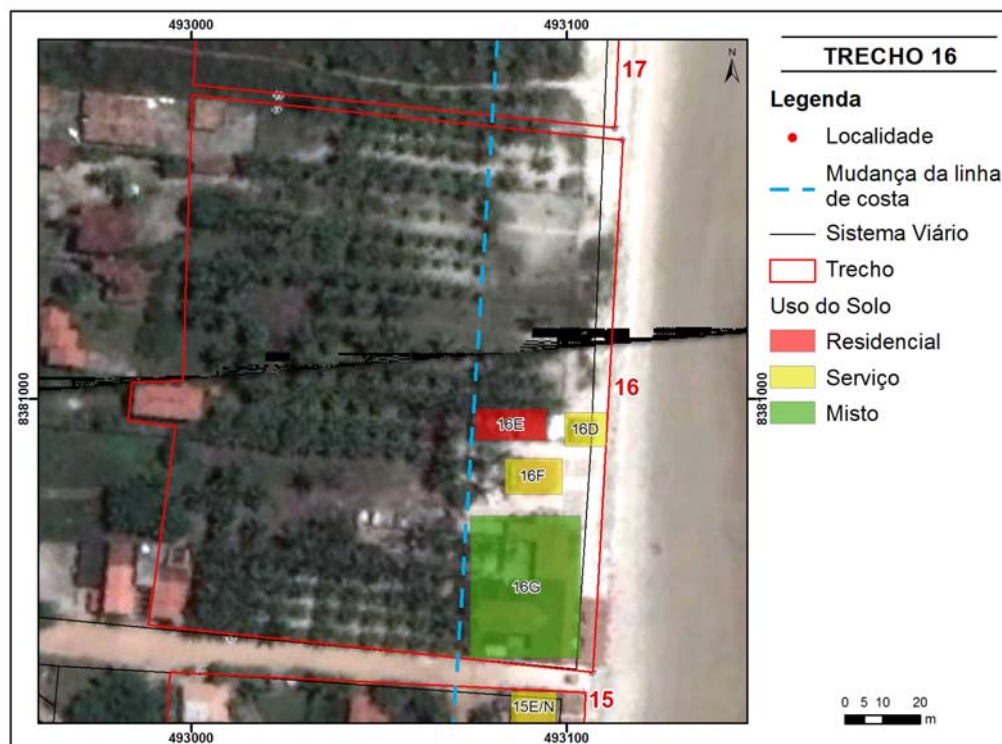


Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.31 - Tipo da Construção – Trecho 15

Trecho 16

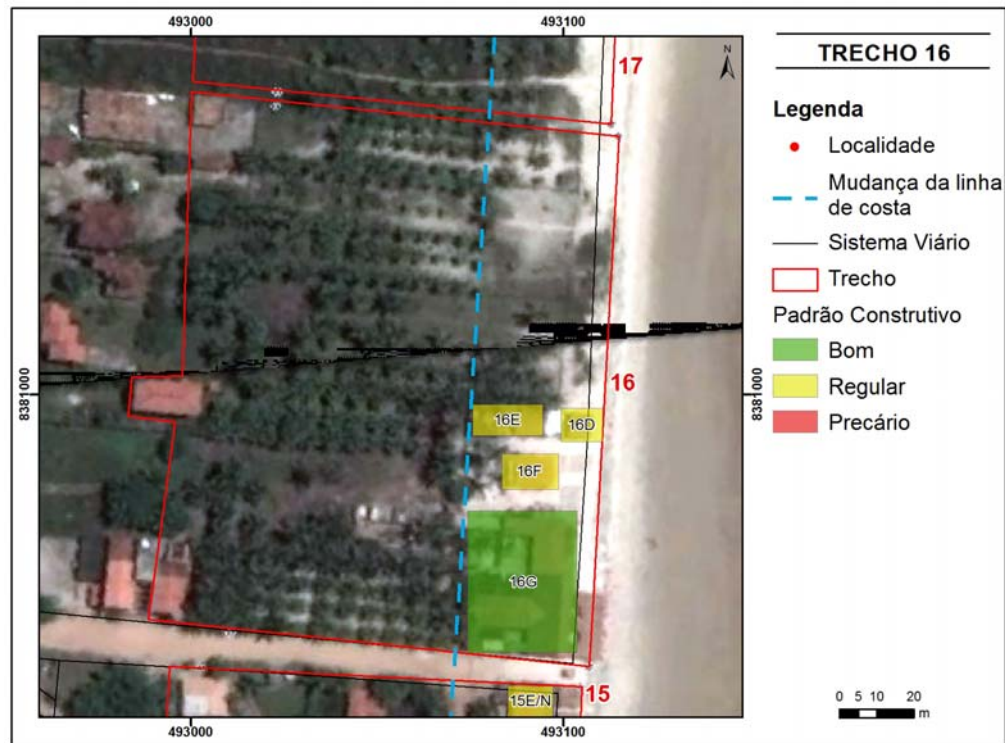
- Uso do solo (Funções)



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.32 - Uso do Solo (Funções) – Trecho 16

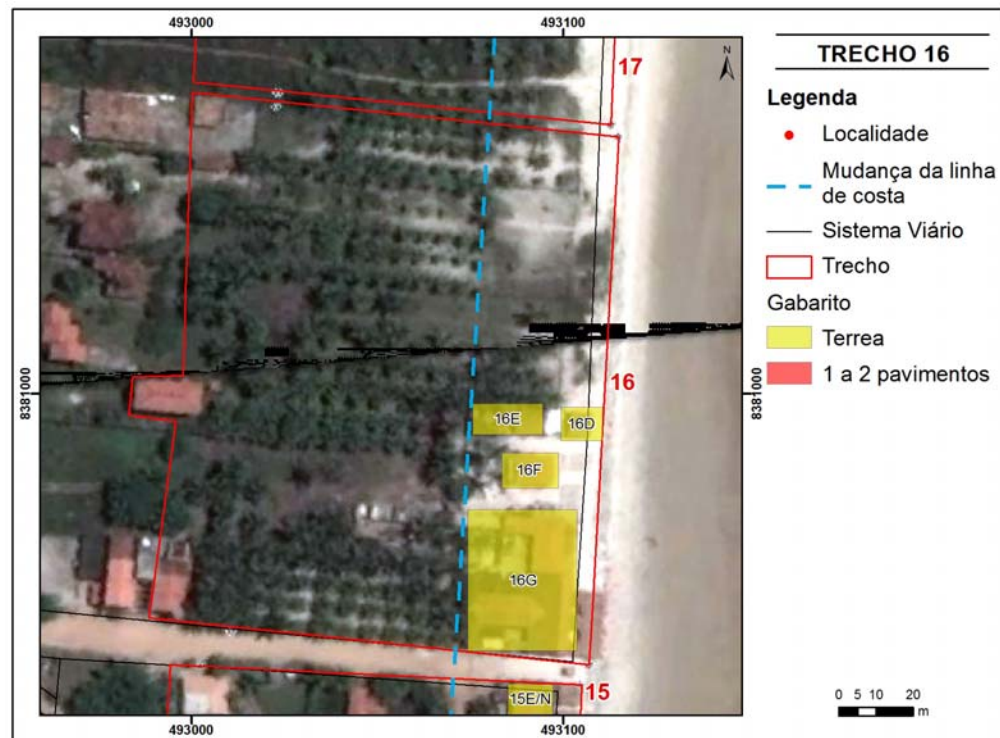
- Padrão Construtivo



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.33 - Padrão Construtivo – Trecho 16

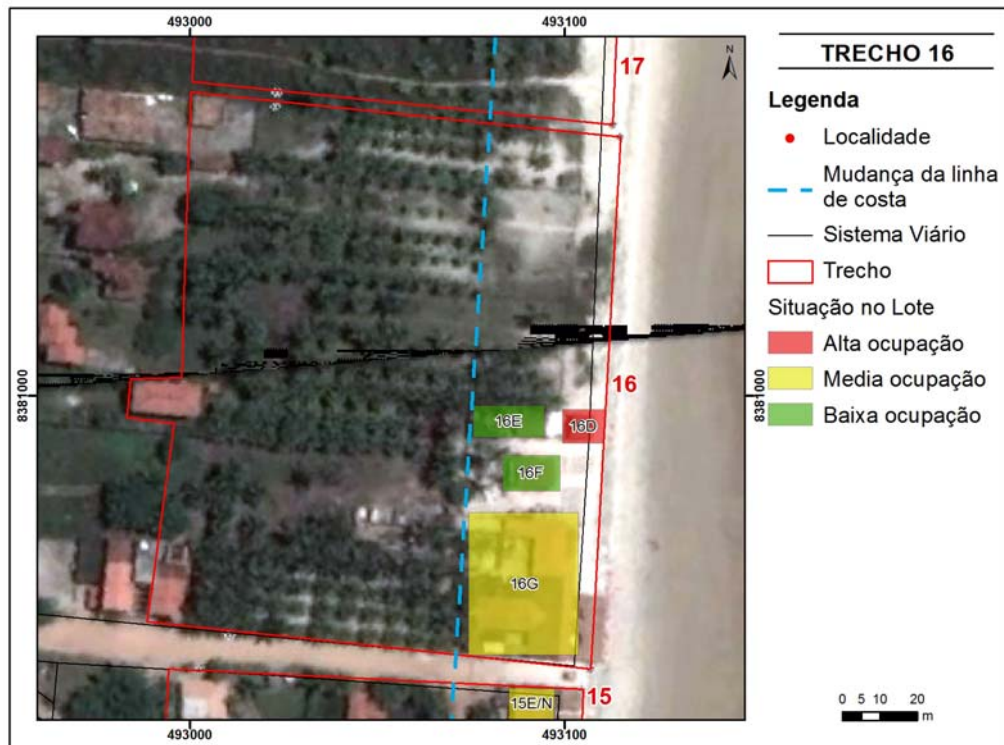
- Gabarito



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.34 - Gabarito – Trecho 16

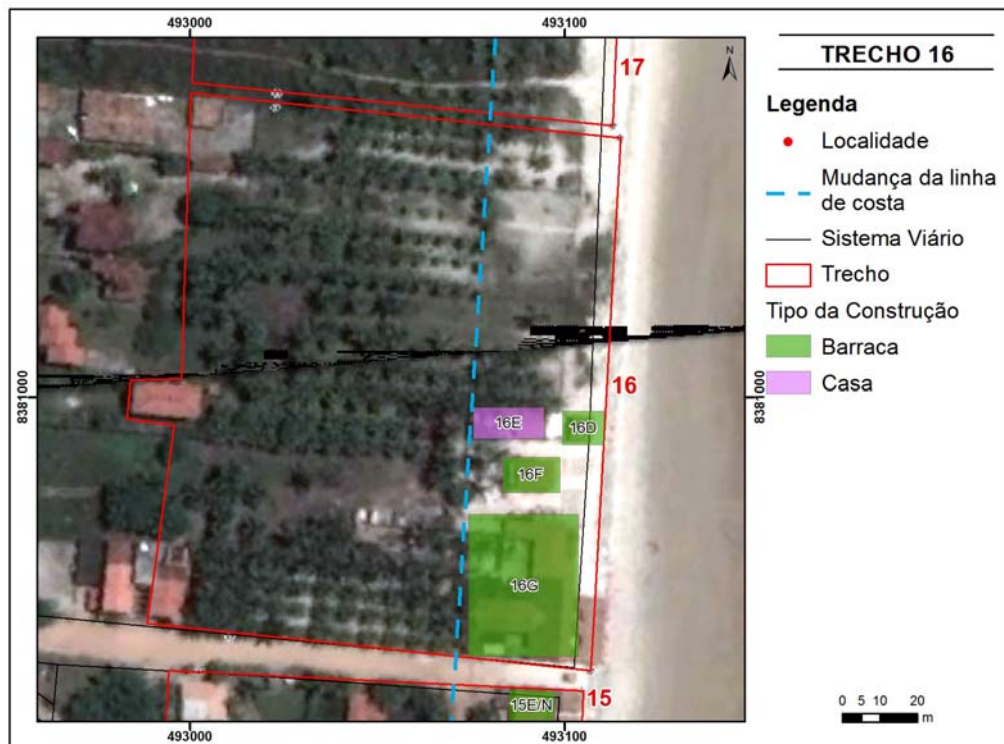
- Situação no Lote



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.35 - Situação no Lote – Trecho 16

- Tipo da Construção

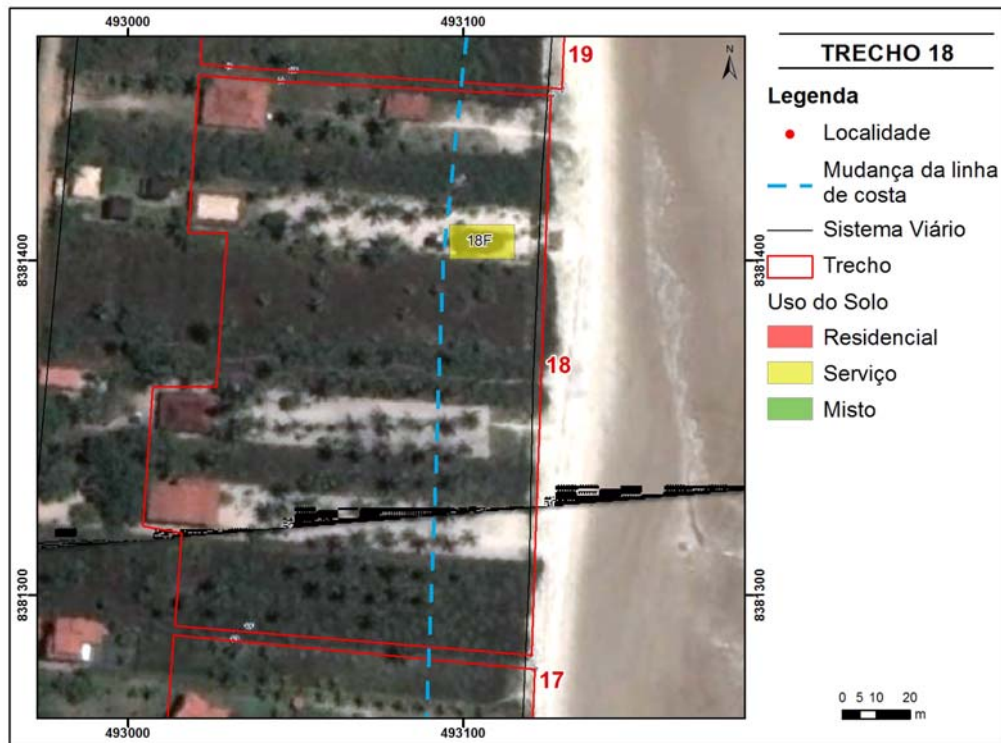


Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.36 - Tipo da Construção – Trecho 16

Trecho 18

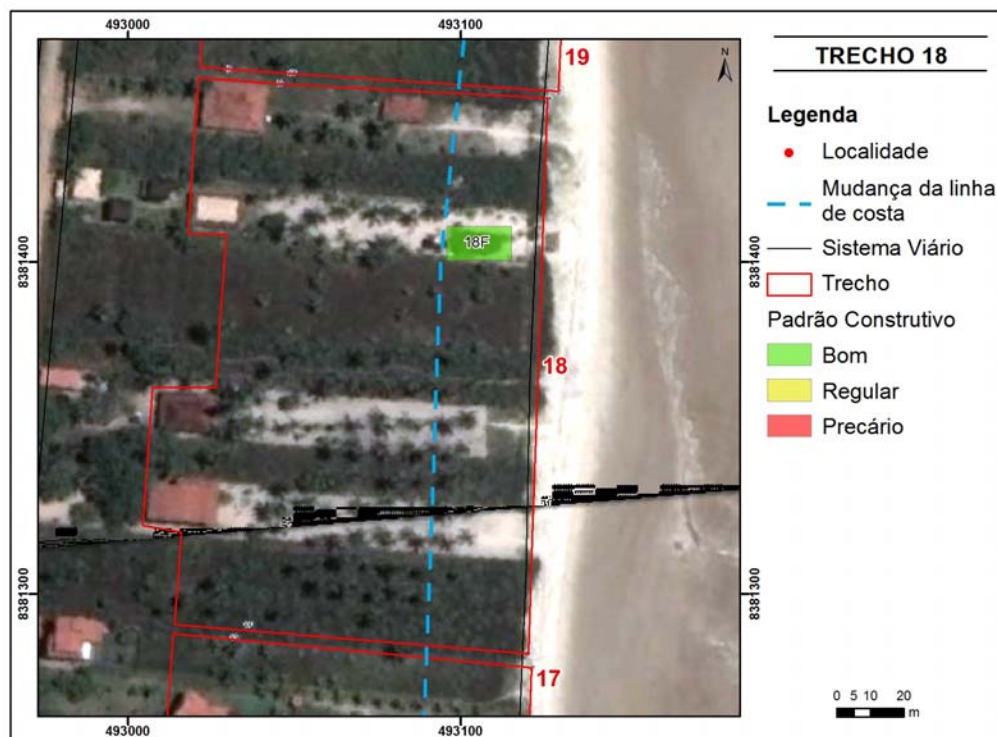
- Uso do solo (Funções)



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.37 - Uso do Solo (Funções) – Trecho 18

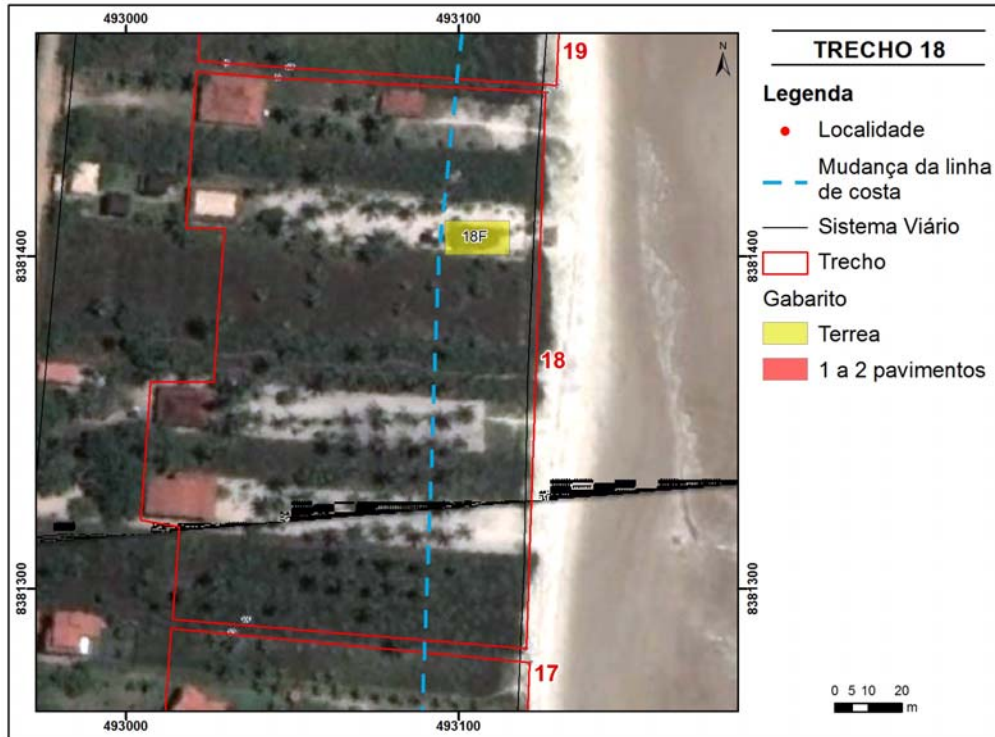
- Padrão Construtivo



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.38 - Padrão Construtivo – Trecho 18

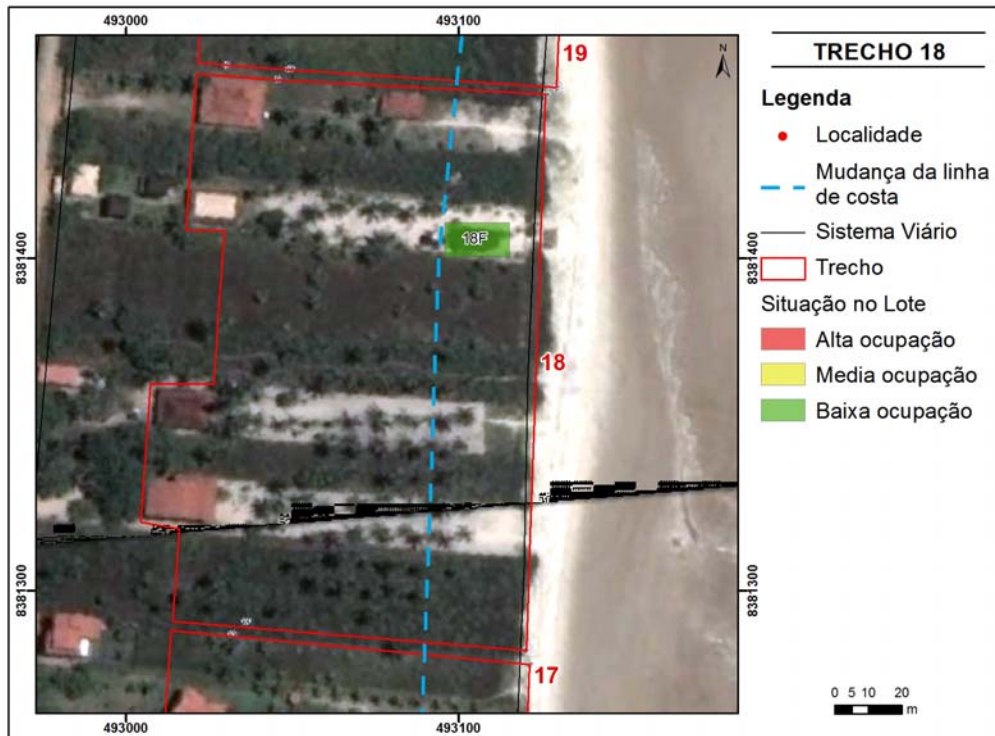
- Gabarito



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.39 - Gabarito – Trecho 16

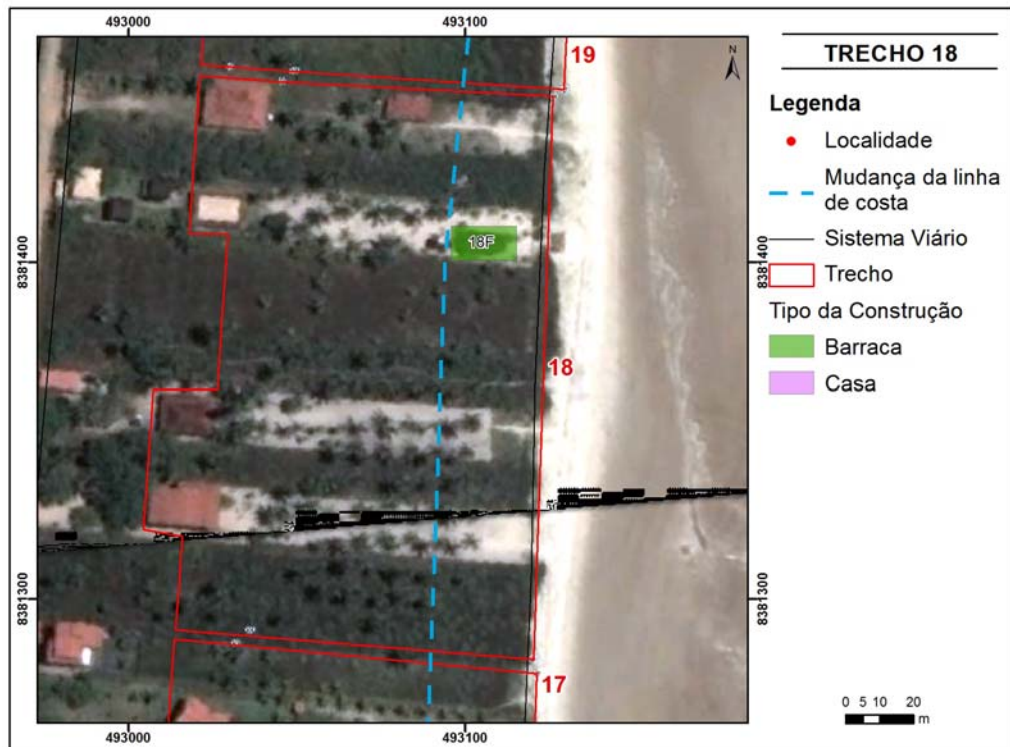
- Situação no Lote



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.40 - Situação no Lote – Trecho 18

- Tipo da Construção



Fonte: Hydros Engenharia, 2012.

Figura 4.41 - Tipo da Construção – Trecho 18

Os registros das edificações identificadas em campo seguem apresentadas (**Figuras 4.42 a 4.58**):

- **Casa 04C:**



Figura 4.42 - Unidade 04C, 16/03/12

Uso do solo: Serviço (Restaurantes/barracas)

Padrão construtivo: Precário

Tipologia:

- ✓ Gabarito: Térrea
- ✓ Situação no lote: Baixa ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: Barraca

- Casa 08J/K:



Figura 4.43 - Casa 08K, 16/03/12 às 16:27h, foto n° 145, ponto 08K

Uso do solo: Residencial

Padrão construtivo: Regular

Tipologia:

- ✓ Gabarito: Térrea
- ✓ Situação no lote: Média ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: Casa

Obs.: 08J é anexo de 08 K.

O imóvel 08 H/I é uma casa de 01 (um) pavimento, de padrão construtivo bom e média ocupação do lote (**Figura 4.44**). As características de tipologia, bem como o mobiliário externo dos imóveis, somados ao fato do imóvel estar vazio no momento do levantamento levam a crer que são casas de veraneio e/ou segunda moradia.

- Casa 08H/I:



Figura 4.44 - Casa 08H-I, 16/03/12

Uso do solo: Residencial

Padrão construtivo: Bom

Tipologia:

- ✓ Gabarito: 01 a 02 pavimentos
- ✓ Situação no lote: Média ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: Casa

Obs.: H é edícula de I.

- **Casa 09K:**



Figura 4.45 - Casa 09K, 16/03/12

Uso do solo: Residencial

Padrão construtivo: Regular

Tipologia:

- ✓ Gabarito: 01 a 02 pavimentos
- ✓ Situação no lote: Média ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: Casa

- **Casa 09M:**



Figura 4.46 - Casa 09M, 16/03/12

Uso do solo: Residencial

Padrão construtivo: Precária

Tipologia:

- ✓ Gabarito: Térrea
- ✓ Situação no lote: Média ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: Casa

▪ **Casa 14E:**



Figura 4.47 - Casa 14E, 16/03/12

Uso do solo: Residencial

Padrão construtivo: Bom

Tipologia:

- ✓ Gabarito: Térrea
- ✓ Situação no lote: Média ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: Casa

▪ **Casa 14I**



Figura 4.48 - Casa 14I, 16/03/12

Uso do solo: Residencial

Padrão construtivo: Regular

Tipologia:

- ✓ Gabarito: 01 a 02 pavimentos
- ✓ Situação no lote: Média ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: Casa

No trecho 15 são as edificações 15E/N, 15L, 15M, 15O.

▪ **Casa 15E/N:**



Figura 4.49 - Casa 15 E/N, 16/03/12



Figura 4.50 - Casa 15E/N, 16/03/12

Uso do solo: Serviço (Restaurantes/barracas)

Padrão construtivo: Regular

Tipologia:

- ✓ Gabarito: Térrea
- ✓ Situação no lote: Média ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: Barraca de Praia

Obs.: As construções 15F a K são coberturas para cadeiras na areia.

▪ Casa 15L:



Figura 4.51 - Casa 15L, 16/03/12.

Uso do solo: Serviço (Restaurantes/barracas)

Padrão construtivo: Precário

Tipologia:

- ✓ Gabarito: Térrea
- ✓ Situação no lote: Média ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: Barraca de Praia

Obs.: A construção parece abandonada.

▪ Casa 15M:



Figura 4.52 - Casa 15M, 16/03/12

Uso do solo: Serviço (Restaurantes/barracas)

Padrão construtivo: Precário

Tipologia:

- ✓ Gabarito: Térrea
- ✓ Situação no lote: Média ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: Barraca de Praia

Obs.: A construção parece abandonada.

▪ **Casa 150:**



Figura 4.53 - Casa 150, 16/03/12

Uso do solo: Misto: Residencial + Bar

Padrão construtivo: Regular

Tipologia:

- ✓ Gabarito: Térrea
- ✓ Situação no lote: Média ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: Casa

Obs.: A construção está fechada.

- TRECHO 16
- Casa 16D:



Figura 4.54 - Casa 16D – 16/03/12

Uso do solo: Serviços (Restaurante/barracas)

Padrão construtivo: Regular

Tipologia:

- ✓ Gabarito: Térrea
- ✓ Situação no lote: Alta ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: Barraca de praia

Obs.: Barraca de palha frente ao P16E

▪ Casa 16E:



Figura 4.55 - Casa 16E – 16/03/12

Uso do solo: Residencial

Padrão construtivo: Regular

Tipologia:

- ✓ Gabarito: Térrea
- ✓ Situação no lote: Baixa ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: casa

Obs.: Fundo do P16D

▪ Casa 16F:



Figura 4.56 - Casa 16F – 16/03/12

Uso do solo: Serviços (Restaurante/barraca)

Padrão construtivo: Regular

Tipologia:

- ✓ Gabarito: Térrea
- ✓ Situação no lote: Baixa ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: Barraca de praia

▪ Casa 16G:



Figura 4.57 - Casa 16G – 16/03/12

Uso do solo: Misto

Padrão construtivo: Bom

Tipologia:

- ✓ Gabarito: Térrea
- ✓ Situação no lote: Média ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: barraca de praia

Obs.: Residência x Barraca e Restaurante

No trecho 18 apenas a unidade imobiliária 18F.

- Casa 18F:



Figura 4.58 - Casa 18F - 16/03/12

Uso do solo: Serviços (Restaurante/barraca)

Padrão construtivo: Bom

Tipologia:

- ✓ Gabarito: Térrea
- ✓ Situação no lote: Baixa ocupação do lote
- ✓ Tipo da construção: Barraca de praia

Obs.: Ocupação coletiva

4.1 ESTIMATIVA DE CUSTOS DE DESAPROPRIAÇÕES

Para a composição de uma estimativa de custos de desapropriações na área possivelmente impactada pela erosão fez-se uma diferenciação para o cálculo de custos de desapropriação de terrenos e edificações a partir do seguinte método:

- Para os terrenos:

Como não é possível a identificação da parcela de cada propriedade estimou-se a área total possivelmente impactada pela erosão costeira. À esta área de aproximadamente 25 ha (vinte e cinco hectares) foi aplicado um índice médio de valor de reais por hectare.

O valor por hectare foi definido a partir de uma pesquisa dos preços praticados por imobiliárias da região que forneceram valores de venda de terrenos e lotes. Estes valores foram agrupados e a média resultante de R\$ 55,00/m² ou R\$ 550.000,00/ha aplicada à área de aproximadamente 34 ha (trinta e quatro hectares) obtida com a nova linha de costa. Desta forma o valor estimado de desapropriações de terrenos alcança um volume de investimentos de R\$ 18.700.000,00 (dezoito milhões e setecentos mil reais).

- Para as edificações

Neste caso optou-se pela aplicação do índice CUB² (Custo Unitário Básico). O CUB é um indicador nacional de publicação mensal e ampla credibilidade no mercado imobiliário e da construção civil que tem como objetivo básico disciplinar o mercado de incorporação imobiliária, com o importante papel de servir como parâmetro na determinação dos custos dos imóveis. É utilizado como indicador macroeconômico dos custos do setor da construção civil.

O CUB/m² representa o custo parcial da obra, isto é, não leva em conta os demais custos adicionais. A publicação tem periodicidade mensal e é apresentada para todo o país ou por Estado. No presente estudo foi aplicado índice CUB - Estadual, estado da Bahia para o mês de março de 2012.

O CUB é um estudo detalhado que leva em consideração a existência de sanitários, padrão de acabamento e número de quartos, por exemplo, criando categorias que agrupam estas características.

O presente estudo, porém, não contemplou visitas internas a cada unidade imobiliária impossibilitando a verificação destas características. Deste modo considerou-se a média dos valores apresentados pelo CUB para os padrões construtivos apresentados (**Quadro 4.7**).

Quadro 4.7 - Projetos – Padrão Residenciais (Valores Em R\$/M²)

Padrão Baixo		Padrão Normal		Padrão Alto	
R-1	1.048,94	R-1	1.214,85		
Pp-4	914,97	Pp-4	1.157,80	R-1	1.482,89
R-8	866,02	R-8	973,40	R-8	1.189,50
Pis	659,14	R-16	935,39	R-16	1.226,94
Média	872,26	Média	1.070,36	Média	1.299,77

Fonte: CUB, março de 2012.

O mesmo procedimento de média foi feito para as construções comerciais e mistas. Neste caso adotou-se para edificações de uso de serviço e misto os índices de padrão comerciais para padrão normal e alto. Na inexistência de classificação comercial precário ou classe correspondente adotou-se para as edificações de uso de serviço ou misto de padrão precário o índice de preços de projetos de galpão industrial/residência popular - aplicando a todos a média entre as categorias, como observa-se nos **Quadros 4.8 a 4.10** a seguir.

² O aparato legal do CUB é a Lei 4.591/64, além dele, o Custo Unitário Básico por metro quadrado também possui seu aparato técnico, estabelecido no artigo 53 da referida Lei. Atualmente a Norma Brasileira que estabelece a metodologia de cálculo do CUB/m² é a ABNT NBR 12.721:2006.

Quadro 4.8 - Projetos - Padrão Comerciais - Padrão Alto

CAL-8	1.196,20
CSL-8	1.051,02
CSL-16	1.390,36
Média	1.212,52

Fonte: CUB, março de 2012.

Quadro 4.9 - Projetos - Padrão Comerciais - Padrão Normal

CAL-8	1.118,53
CSL- 8	964,89
CSL-16	1.274,90
Média	1.119,44

Fonte: CUB, março de 2012.

Quadro 4.10 - Projetos - Padrão Galpão Industrial (GI) e Residência Popular (RP1Q)

RP1Q	949,39
GI	525,35
Média	737,37

Fonte: CUB, março de 2012.

Para uma estimativa geral de custos as áreas das edificações foram somadas as áreas totais (aproximadas) de acordo com as categorias nas quais se agrupam, já considerando a existência de primeiro pavimento. A estas áreas aplicam-se os índices pertinentes à categoria e se obtém a estimativa de custos (**Quadros 4.11 e 4.12**).

Quadro 4.11 - Áreas por Categoria – Residencial

Residencial	Área aproximada (m ²)	Índice aplicado	Valor do índice	Resultado
Bom	650,00	Residencial – Padrão Alto	1.299,77	844.850,50
Regular	1.760,00	Residencial – Padrão Normal	1.070,36	1.883.833,60
Precário	330,00	Residencial – Padrão Baixo	872,26	287.845,80
Total				3.016.529,90

Fonte: Hydros Engenharia – Pesquisa de Campo, 2012.

Quadro 4.12 - Áreas por Categoria – Serviços e Misto

Serviços/Misto	Área (m ²)	Índice aplicado	Valor do índice	Resultado
Bom	1.320,00	Comercial – Padrão Alto	1.212,52	16.005.264,40
Regular	715,00	Comercial – Padrão Normal	1.119,44	800.399,60
Precário	380,00	Padrão Galpão Industrial e Residência Popular	737,37	280.200,60
Total				17.085.864,00

Fonte: Hydros Engenharia – Pesquisa de Campo, 2012.

Avalia-se, porém, que estes valores oficiais são, em geral, bastante superiores àqueles praticados pelo mercado imobiliário na região. Considera-se, portanto, a necessidade de uma avaliação imobiliária individual – por unidade – caso ocorra a real necessidade de desapropriação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo, EDUSP, 2008.

DEÁK, Csaba. Rent theory and the price of urban land/ Spatial organization in a capitalist economy PhD Thesis, Cambridge, 1985.

HYDROS. EIA/RIMA Porto Sul. Tomo II. Diagnóstico Ambiental. Meio Socioeconômico. Caracterização do Uso e Ocupação do Solo na Área de Influência do Porto Sul, 2011.

ANEXOS

**ANEXO I - MAPEAMENTO PRELIMINAR DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
PARA ESTUDO DE IMPACTOS DA EROSÃO**

491000

494000



8385000

8385000

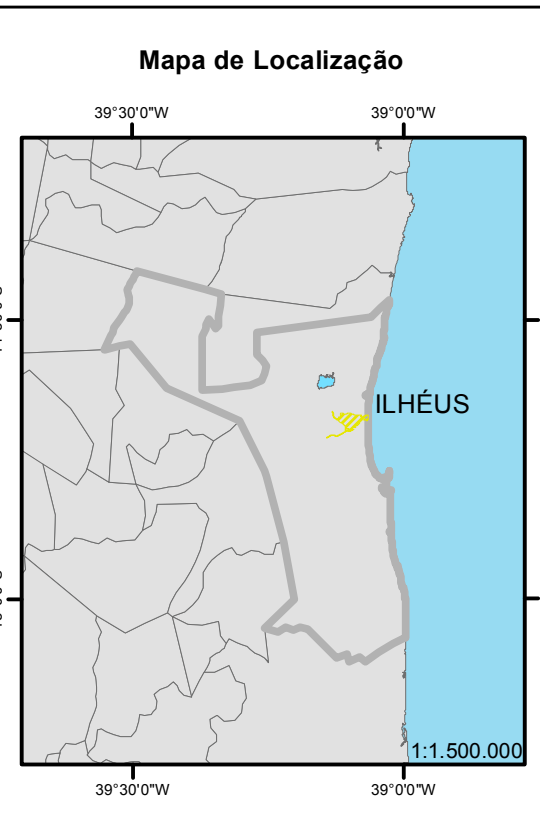
8385000

8385000

491000

494000

- Legenda**
- Localidade
 - Linha de mudança da costa - 30 anos
 - Sistema Viário
- Hidrografia**
- Rio Perene
 - Rio Intermitente
 - ▨ ADA dos Meios Físico e Biótico
 - ▭ Trecho de estudo para o levantamento
 - ▭ Mapeamento preliminar das construções

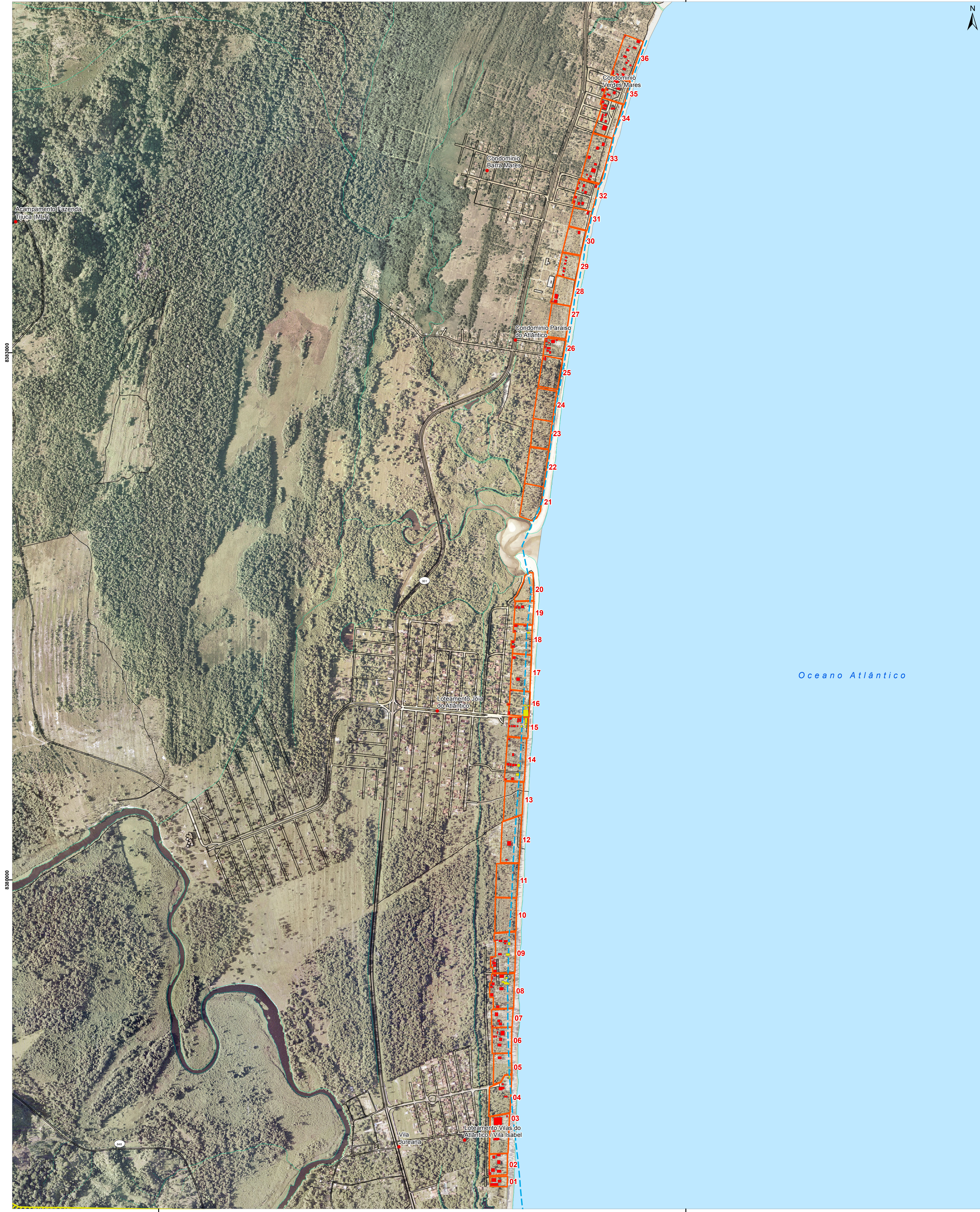


CONTRATANTE	
REALIZAÇÃO	
DATA	30/03/2012
TÍTULO	MAPEAMENTO PRELIMINAR DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO PARA ESTUDO DE IMPACTOS DA EROSIÃO
PROJETO	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do Porto Sul
INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS	
Sistema de Coordenadas: UTM, Fuso 24S.	
Sistema de Referência: Datum SAD 69.	
FONTE: DERBA, 2009.	
ESCALA	
 1:10.000	

**ANEXO II - MAPEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO PARA ESTUDO DE
IMPACTOS DA EROSÃO**

491000

494000



8385000

8385000

8385000

8385000

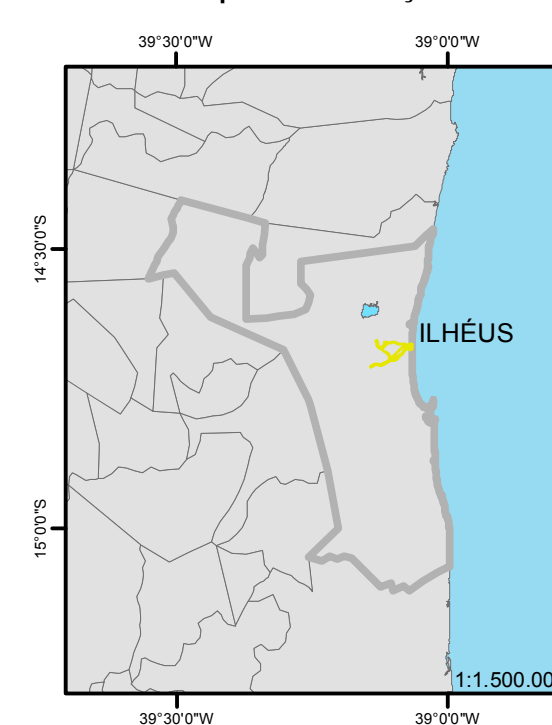
491000

494000

Legenda

- Localidade
- Linha de mudança da costa - 30 anos
- Sistema Viário
- Hidrografia**
- Rio Perene
- Rio Intermitente
- ▨ ADA dos Meios Físico e Biótico
- ▭ Trecho de estudo para o levantamento
- ▭ Construções existentes
- ▭ Construção afetada pela erosão em 30 anos

Mapa de Localização



CONTRATANTE



REALIZAÇÃO



DATA 30/03/2012

TÍTULO MAPEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO PARA ESTUDO DE IMPACTOS DA EROSIÃO

PROJETO

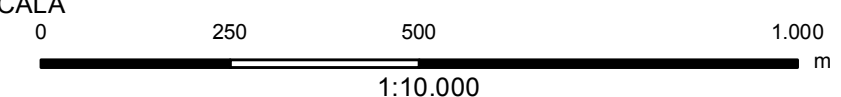
Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do Porto Sul

INFORMAÇÕES CARTOGRAFICAS

Sistema de Coordenadas: UTM, Fuso 24S.
Sistema de Referência: Datum SAD 69.

FONTE: DERBA, 2009.

ESCALA



PARTE II - TEXTO REVISADO/ESTUDOS COMPLEMENTARES

**TOMO XVI - APÊNDICE 15 – POPULAÇÃO, TURISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO**

15.I – ATIVIDADES TURÍSTICAS NO LITORAL NORTE DE ILHÉUS

15.I ATIVIDADES TURÍSTICAS NO LITORAL NORTE DE ILHÉUS

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA COSTA DO CACAU E EM ILHÉUS	3
3.	O CENÁRIO ATUAL DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS.....	12
4.	CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE.....	15
4.1	LOCALIZAÇÃO E TIPOS DE ESTABELECIMENTO.....	15
4.1.1	<u>Estabelecimentos Afetados de Acordo com a Modelagem Feita para o Novo Quebra-mar – 1.980 m.....</u>	15
4.2	FATURAMENTO E EMPREGOS GERADOS	17
4.3	FLUXOS DE TURISTAS	18
4.4	ATRATIVOS NO LITORAL NORTE	18
4.5	DIFICULDADES DO TURISMO NO LITORAL NORTE	18
5.	AS RESIDÊNCIAS DE VERÃO.....	19
6.	A PERCEPÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS SOBRE O PORTO SUL	20
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 -	Fluxo de Turistas Oriundos dos Modais Aéreo e Rodoviário.....	6
Figura 2.2 -	Atrativos que Influenciam a Visitação de Ilhéus pelos Turistas	7
Figura 2.3 -	Permanência dos Turistas que Visitaram Ilhéus na Alta Estação (Janeiro e Fevereiro) e Baixa Estação (Março e Julho) de 2010	8
Figura 2.4 -	Motivo da Viagem dos que Visitaram Ilhéus na Alta e Baixa Estação em 2010.....	8
Figura 4.1 -	Estabelecimentos Turísticos no Litoral Norte de Ilhéus (Atualizado para a nova Modelagem e Baseado no Anexo I)	17
Figura 5.1 -	Residências para Aluguel – Litoral Norte de Ilhéus, 2012	19

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 -	Movimentação de Navios de Turismo no Porto de Malhado 2000-2011	4
Quadro 2.2 -	Movimentação de Passageiros no Aeroporto de Ilhéus, 2000-2009	5
Quadro 2.3 -	Comparativo Ilhéus e Itacaré	6
Quadro 2.4 -	Comparativo Ilhéus e Itacaré	7

do turista, devido às condições impróprias de utilização, resultando em grandes prejuízos ao setor turístico e demais setores associados. No entanto, o que agrava realmente a situação é a quantidade de lixo que vem junto com as baronesas. Sendo que para tais áreas, a poluição dos recursos hídricos e retirada da vegetação original pode significar, a curto ou médio prazos, uma redução drástica de atividades de recreação e lazer e deflagrar o afastamento de turistas.

Mattos (2003)²⁵ afirma que a oferta turística do município de Ilhéus, em especial a de hospedagem, não se mostra em perfeita adequação em relação ao perfil do seu turista e possivelmente tal discrepância é parcialmente responsável pelo baixo desempenho da atividade turística no município. Os prestadores de serviço da hotelaria ilheense terão que adequar seus serviços ao perfil que consomem seus serviços, ou tentar captar turistas cujo perfil seja compatível com os serviços hoje oferecidos.

Fontes (2001), Mira (2003) e Costa (2006) apontam que a oferta turística no município de Ilhéus e região é caracterizada na sua maioria por pequenos empreendimentos administrados de forma familiar, com um quadro de funcionários que possui segundo grau incompleto, baixa qualificação profissional, composto por 60% do sexo feminino e mais da metade contratados temporariamente em períodos de alta estação.

Mata (2004)²⁶ expõe os fatores restritivos ao desenvolvimento de Ilhéus, principalmente no que tange ao lento dinamismo do setor turístico. Para o autor, o turismo e outras atividades industriais e de serviços emergentes requerem novas habilidades, capacitação, cultura de negócios, enfim, uma base cultural adequada às novas exigências. Porém, a grande especificidade da mão de obra conferiu ao trabalhador regional restrições em termos de custos de deslocamentos para novas atividades, situação que decorre da necessidade de transição de um sistema de produção antigo para o novo, neste caso o turismo.

Neste contexto, Cruz e Ávila (2010)²⁷ afirmam que a falta de um planejamento turístico alinhado com a realidade e necessidades locais no município de Ilhéus não permite uma maximização dos benefícios gerados pelo turismo e certamente potencializa os impactos negativos gerados pelo mesmo.

Os autores acrescentam que essas dificuldades, embora tenham contribuído para emperrar um maior desenvolvimento do turismo na região, não conseguiu frear por completo o dinamismo que a atividade turística trouxe para a economia local e regional, de modo que fica claro como esta atividade ainda tem um grande potencial de desenvolvimento econômico.

²⁵ MATTOS, Samuel Leandro. *Análise da Adequação da Oferta de Hospedagem ao Perfil do Turista de Ilhéus*. Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2003.

²⁶ MATA, Henrique Tomé. *Aspectos conceituais sobre o desenvolvimento local e restrições ao desenvolvimento de turismo na microrregião de Ilhéus- Itabuna*. ENTBL; 2004.

²⁷ CRUZ, Gustavo e ÁVILA, Marco. *Apontamentos técnicos da disciplina de Planejamento e Política Turística*. Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz Ilhéus (BA). UESC, 2010.

afetados e em sentido mais amplo compreender a dinâmica e a relevância do turismo na região, principalmente em função do seu potencial social e econômico.

Para se chegar a esse objetivo, foi realizada uma pesquisa de campo que se baseou no levantamento e mapeamento censitário dos *principais*² estabelecimentos de serviços localizados na área em que o EIA identificou potencial de transformações na linha de costa em função da implantação do Porto Sul. Sempre que possível³, foi aplicado um questionário conformado pelos blocos temáticos que compõem esse trabalho. Além dos questionários, para complementar a compreensão sobre as tendências da atividade turística na região, a pesquisa se fundamentou em observações diretas, conversas informais, além de entrevistas semi-estruturadas com funcionários da Secretaria de Turismo do município de Ilhéus e com o Presidente da ATIL⁴ (Associação de Turismo de Ilhéus). Trata-se, portanto, de um trabalho qualitativo, que, embora tenha levantado e cadastrado todos os estabelecimentos encontrados, entrevistou uma amostra de 18 proprietários/funcionários, privilegiando aqueles situados na área onde inicialmente estavam previstas mudanças na linha de costa.

Sabe-se por fim, que alterações feitas posteriormente no *lay out* do quebra-mar resultou na redução da área afetada com erosão ou assoreamento na linha de costa. Com isso e em tempo, foi apurado um novo quantitativo dos estabelecimentos afetados, conforme será visto adiante.

² A rigor, todo estabelecimento de serviços pode ter um fim turístico, por assim dizer. No entanto, a pesquisa utilizou como objeto de estudo os principais estabelecimentos de serviços da região, ou seja, aqueles que evidentemente têm um apelo turístico e/ou que se fundamenta economicamente nesta atividade.

³ Conforme se verá mais adiante, o turismo em Ilhéus é fortemente influenciado pelas estações do ano, de modo que se caracteriza mais por atividades de veraneio do que por um fluxo turístico contínuo e sustentado. Desse modo, alguns estabelecimentos – especialmente no Litoral Norte do Município – fecham durante a baixa estação (que vai de março a dezembro, segundo as informações colhidas). Por outro lado, em determinados locais, como na Vila Juerana, há uma proliferação de bares que possuem as mesmas características econômicas e sociais, de modo que o ponto de saturação dos dados foi obtido sem a necessidade de entrevistar com profundidade todos os estabelecimentos. Nesses casos, foi feito um levantamento do tipo de estabelecimento e um mapeamento da sua localização.

⁴ Associação com cerca de vinte anos de atuação no Município. Atualmente formada por aproximadamente de 30 membros, majoritariamente do setor de hotelaria, embora também haja restaurantes e agências de viagens.

2. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA COSTA DO CACAU E EM ILHÉUS

Nos últimos 50 anos, o turismo se desenvolveu e se expandiu em escala mundial e passou a constituir uma atividade econômica das mais representativas. No Brasil, desde os anos 70 houve um incremento significativo no turismo, principalmente no estado da Bahia onde algumas iniciativas do poder público, ancoradas nos projetos de desenvolvimento, contribuíram para fortalecer diversos destinos turísticos no litoral baiano. O Plano de Turismo do Recôncavo (PTR) de 1970, por exemplo, buscou o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esta atividade. Destacaram-se neste primeiro momento a Cidade de Salvador e as praias de Ilhéus, Valença e Porto Seguro.

No final dos anos 80 e início dos anos 90 o turismo ganhou um novo impulso ao ser considerado como uma importante estratégia da agenda governamental, pautada no turismo internacional e na construção de grandes complexos hoteleiros como Porto de Sauípe no litoral norte do Estado. Em 1994, visando a ampliar a infraestrutura turística e atrair visitantes para a região nordeste do país, o Governo Federal implantou o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e os governos dos estados do nordeste. O PRODETUR teve como projeto piloto a zona turística da Costa do Descobrimento que engloba os municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Belmonte. (BNB, *s.d.*).

Todo o investimento realizado para alavancar o turismo na Bahia resultou na valorização e aumento da participação dessa atividade no produto do estado. Segundo CERQUEIRA; FREIRA (*s.d.*, p. 3), revisando informações de ROCHA *et al* (2006),

Entre 2000 e 2005, o fluxo turístico na Bahia alcançou 27,7 milhões de pessoas e uma receita de US\$ 6 bilhões. Entre dezembro de 2005 e março de 2006, foi registrado um fluxo global de aproximadamente 2 milhões de turistas, receita de US\$ 338 milhões e um impacto de US\$ 635 milhões no Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia.

A avaliação do PRODETUR I referente ao Polo Litoral Sul apresentada no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável- PDITS de 2003 destaca:

A maior parte dos recursos foi aplicada a transportes, principalmente rodovias. Com isto está reconhecida a importância estratégica deste meio de acesso ao Pólo e de circulação interna. Houve também esforço na área de saneamento e investimentos no setor elétrico, que hoje já não é mais atribuição do Governo do Estado. A concentração de ações e investimentos nas áreas mais deficitárias do Pólo gerou boas taxas de crescimento em vários indicadores (BNB, *s.d.*, p. 61).

O mesmo PDITS diagnostica como demanda atual e potencial do Polo Litoral Sul:

Diferentemente do que ocorre com Salvador, em nenhum município do Pólo Litoral Sul há estudos ou acompanhamento do desempenho do setor hoteleiro. Assim como não há dados sobre a evolução do desempenho dos meios de hospedagem, as estimativas ou informações recentes sobre as taxas de ocupação só puderam ser obtidas através da pesquisa de campo, com amostragem reduzida e sem valor estatístico. Pela análise dos dados obtidos nessa pesquisa de campo, entretanto, pode-se perceber a alta sazonalidade do fluxo. A alta temporada (janeiro, fevereiro e março) gera, em grande parte dos meios de hospedagem, excelentes taxas de ocupação (acima de 61%). Ao mesmo tempo, a maior parte desses meios de hospedagem apresenta taxas abaixo de 30% durante a baixa temporada (os nove meses restantes). Essa realidade resulta em dificuldades financeiras e operacionais para esses meios de hospedagem e, por consequência, para os demais envolvidos com a atividade turística (BNB, *s.d.*, p. 477).

O PRODETUR II está voltado para o Polo do Litoral Sul, que é integrado por 14 municípios⁵ das zonas turísticas da Costa do Cacau e Costa do Dendê e que tem como Área de Planejamento os municípios de Cairu, Camamu, Canavieiras, Ilhéus, Itacaré, Maraú, Uruçuca e Valença. Como se vê alguns municípios da área de influência do Porto Sul estão contidos dentro do Polo do Litoral Sul com destaque para os destinos turísticos de Itacaré e Ilhéus, embora essa atividade também ocorra em menor escala em Uruçuca e Itabuna.

A construção em 1998 da estrada BA 001 Ilhéus-Itacaré, também conhecida como estrada ecológica, teve um papel estratégico, facilitando o acesso ao município de Itacaré e às praias do norte do município de Ilhéus e consolidando a política governamental voltada para fortalecer a vocação turística do município de Itacaré. No mesmo sentido, desde 1993 o Governo do Estado havia criado Área de Proteção Ambiental (APA) Itacaré/Serra Grande.

Em Ilhéus, a atividade turística foi responsável em grande parte pela configuração do litoral norte que se caracteriza por pequenas comunidades pesqueiras que convivem com inúmeros condomínios de casas de veraneio, hotéis e pousadas, constituindo um indutor na geração de trabalho e renda. Essa convivência entre atividade turística e as comunidades se por um lado confere particularidades pitorescas para o turista e constitui possibilidade de se auferir rendimento complementar para os residentes, por outro tem descaracterizado e subtraído valores locais.

Mas o turismo no Município não está limitado apenas aos elementos da natureza caracterizada por “sol e praia”. A cidade de Ilhéus possui elementos fundados na tradição e na literatura que a tornam atraente como um destino cultural, e ultimamente, juntamente com Itabuna, vem atraindo o turismo de negócios em função de equipamentos estratégicos implantados, a exemplo do Centro de Convenções.

O litoral Sul do município de Ilhéus também tem no turismo um de seus principais elementos de expansão, responsável pela dinamização do setor de serviços que compreende equipamentos como restaurantes hotéis e casas de veraneio, principalmente no distrito de Olivença.

Toda a região do litoral sul do estado da Bahia que envolve Itacaré, Ilhéus, Uruçuca e Una integram a zona turística da Costa do Cacau, que tem como principal atrativo, além das inúmeras praias, a presença exuberante da Mata Atlântica e das lavouras de Cacau.

Entre os anos 2000 e 2011 o Porto de Ilhéus em Malhado recebeu diversos navios de passageiros, o que representa um volume expressivo de turistas, considerando inclusive, que esse fluxo ocorre apenas na temporada de cruzeiros que se limita a três ou quatro meses do ano. A análise desta movimentação ano a ano mostra um aumento bastante acentuado entre 2000 e 2009, caindo posteriormente, mas mantendo uma média mais elevada do que no início da série (**Quadro 2.1**).

Quadro 2.1 - Movimentação de Navios de Turismo no Porto de Malhado 2000-2011

Anos	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
Navios de Turismo	42	40	52	45	37	25	15	23	17	10

Fonte: Codeba, 2011.⁶

⁵ Valença, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Maraú, Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Santa Luzia e Canavieiras.

⁶ Disponível em <<http://www.codeba.com.br>>

Segundo a Secretaria de Turismo de Ilhéus⁸, um turista que chega em um navio de cruzeiro gasta em média US 50 por dia, o que significa que cada navio⁹ aportado deve deixar em média no Município cerca de 125 mil dólares por dia. Um turista convencional gastaria cerca de US 19,00 por dia e um turista de negócios US 70 dólares diários. O Índice de Permanência por turista, segundo a mesma fonte, chegou a 9,7 dias.

Entre os anos de 2000 e 2009, o aeroporto de Ilhéus teve um movimento de 2.677.425 passageiros, representando uma média de 267.743 passageiros/ano. O número de passageiros cresceu regularmente até 2008. Em 2009 houve uma pequena redução em parte resultada das restrições a voos noturnos impostas por medida de segurança. No ano de 2010, no entanto, o número de passageiros volta a subir, chegando a 412.572¹⁰ somando-se embarcados e desembarcados de voos e regulares e não-regulares (**Quadro 2.2**).

Quadro 2.2 - Movimentação de Passageiros no Aeroporto de Ilhéus, 2000-2009

Anos	Passageiros Embarque	Passageiros Desembarque	Total
2009	179.133	176.482	355.615
2008	195.060	189.534	384.594
2007	195.616	193.303	388.919
2006	151.367	151.659	303.026
2005	118.763	119.312	238.075
2004	106.257	104.340	210.597
2003	88.689	88.017	176.706
2002	114.727	110.948	225.675
2001	106.121	102.454	208.575
2000	94.501	91.142	185.643

Fonte: Infraero
Levantamento estatístico DPEE/Setur-Ba

É importante salientar que, embora importantes, a representação do fluxo de turistas oriundos dos modais aéreo e marítimo não expressa a realidade do turismo em sua totalidade, na medida em que um percentual significativo do fluxo de turistas é representado pelo modal rodoviário, conforme a **Figura 2.1**.

⁸ Disponível em <<http://www.achetudoeregiao.com.br/ba/ilheus/Turismo.htm>> Acesso em 22 de julho de 2011

⁹ Supondo que um navio comporte em uma estimativa conservadora cerca de 2.500 pessoas.

¹⁰ <http://www.infraero.gov.br/images/stories/Estatistica/anuario/final.pdf>

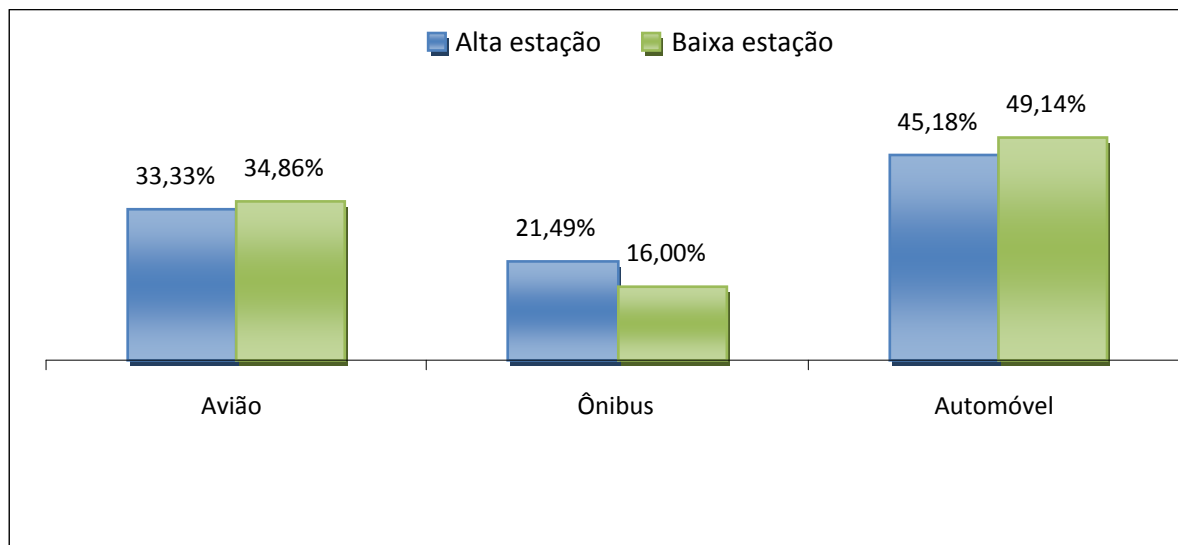


Figura 2.1 - Fluxo de Turistas Oriundos dos Modais Aéreo e Rodoviário

Fonte: (Santos, 2011)¹¹.

Os dados existentes sobre o perfil socioeconômico dos turistas do município de Ilhéus, Itacaré e região geralmente são oriundos de pesquisas acadêmicas. Dentre as quais, destacam-se as seguintes informações de Souza (2005)¹²:

Quadro 2.3 - Comparativo Ilhéus e Itacaré

Variáveis	ILHÉUS	ITACARÉ
Sexo	Predominantemente masculino (67%)	Predominantemente masculino (58%)
Idade (média)	37 anos	33 anos
Formação	Ensino médio completo (48%)	Superior (60%)
Renda mensal	US\$ 629,00	US\$ 856
Gasto médio diário	US\$ 21,00	US\$ 22,00
Principal meio de transporte	Ônibus – 43% Automóvel - 34% Avião – 23%	Ônibus – 25% Automóvel – 35% Avião – 40%
Forma de viagem	Com família – 47%	Com família – 38%
Meio de hospedagem	Pousada – 38% Casa de parentes e amigos – 36% Hotel – 16%	Pousada – 83%

Fonte: SOUZA (2005).

A respeito dos atrativos que influenciam a visitação de Ilhéus pelos turistas, os atrativos naturais são os mais representativos nos dois períodos com 43,7% e 46,15% em cada um. Os **atrativos históricos culturais aparecem em seguida com apenas 22,17% e 28,43%** e a literatura de Jorge Amado em terceiro lugar com 15% e 8,7% conforme demonstrado na **Figura 2.2**.

¹¹ SANTOS, Everaldo de Souza. **Imagem turística de Ilhéus, Bahia, na percepção dos atores sociais**. Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2011.

¹² SOUZA, Ana Paula Andrade. **O turismo como transformador do espaço em Ilhéus e Itacaré, Bahia**. Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2005.

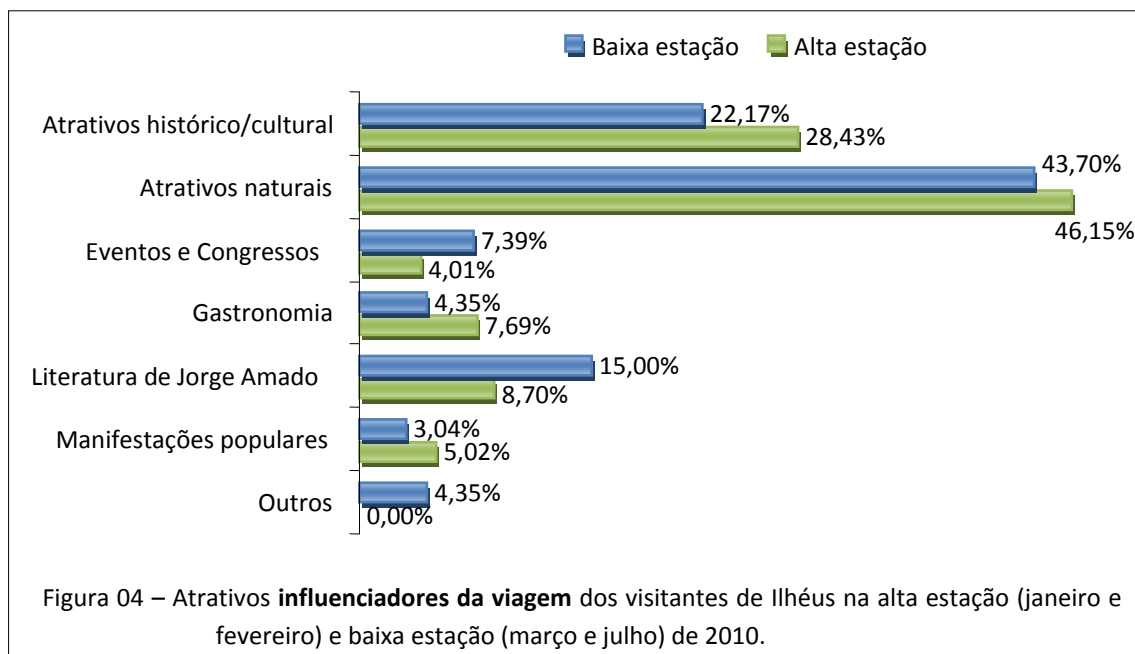


Figura 2.2 - Atrativos que Influenciam a Visitação de Ilhéus pelos Turistas

Fonte: (Santos, 2011)⁸.

Uma avaliação turística realizada por Souza (2005)¹³ utilizou notas de 0 a 10 com o objetivo de obter uma classificação para os atrativos, os equipamentos e serviços e a infraestrutura existentes nos municípios de Ilhéus e Itacaré segundo a percepção dos turistas. Os principais resultados encontrados são os seguintes:

Quadro 2.4 - Comparativo Ilhéus e Itacaré

Variáveis	Ilhéus	Itacaré
Atrativos naturais	9,1	9,5
Atrativos culturais	4,5	3,3
Equipamentos de lazer	2,8	5,2
Passeios oferecidos	3,1	6,0
Empresas de serviços receptivos	1,2	4,5
Hospitalidade / comunidade local	8,8	8,6
Informação turística	4,6	5,9
Sinalização turística	4,2	2,8
Guias de turismo	1,0	3,5
Meios de Hospedagem	5,5	6,9
Bares e restaurantes	6,8	7,6
Comércio e compras	5,6	5,6
Diversões noturnas	3,9	5,3

Fonte: SOUZA (2005)

Dados complementares apresentados por SANTOS (2011) demonstram que a **permanência em Ilhéus está concentrada em torno de 2 a 3 dias com 41,23% e 49,14%**, conforme demonstrado na **Figura 2.3**. Segundo sua interpretação, os preços dos produtos turísticos, escassez de atrativos turísticos naturais e culturais bem formatados são algumas das causas do baixo índice de permanência.

¹³ SOUZA, Ana Paula Andrade. **O turismo como transformador do espaço em Ilhéus e Itacaré, Bahia**. Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2005.

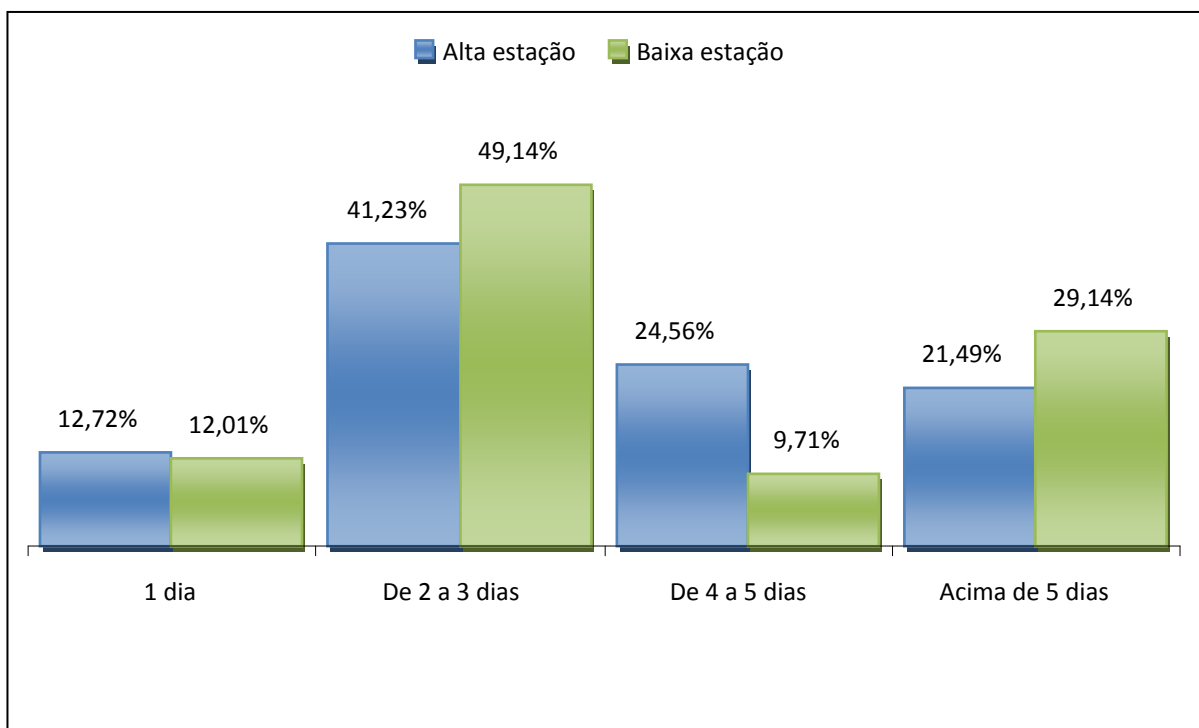


Figura 2.3 - Permanência dos Turistas que Visitaram Ilhéus na Alta Estação (Janeiro e Fevereiro) e Baixa Estação (Março e Julho) de 2010

Fonte: (Santos, 2011)¹⁴.

Vale ressaltar que o principal **motivo da viagem ainda é o “sol e praia”** com 80,26% e 64% na alta e baixa estação respectivamente, conforme demonstrado na **Figura 2.4**.

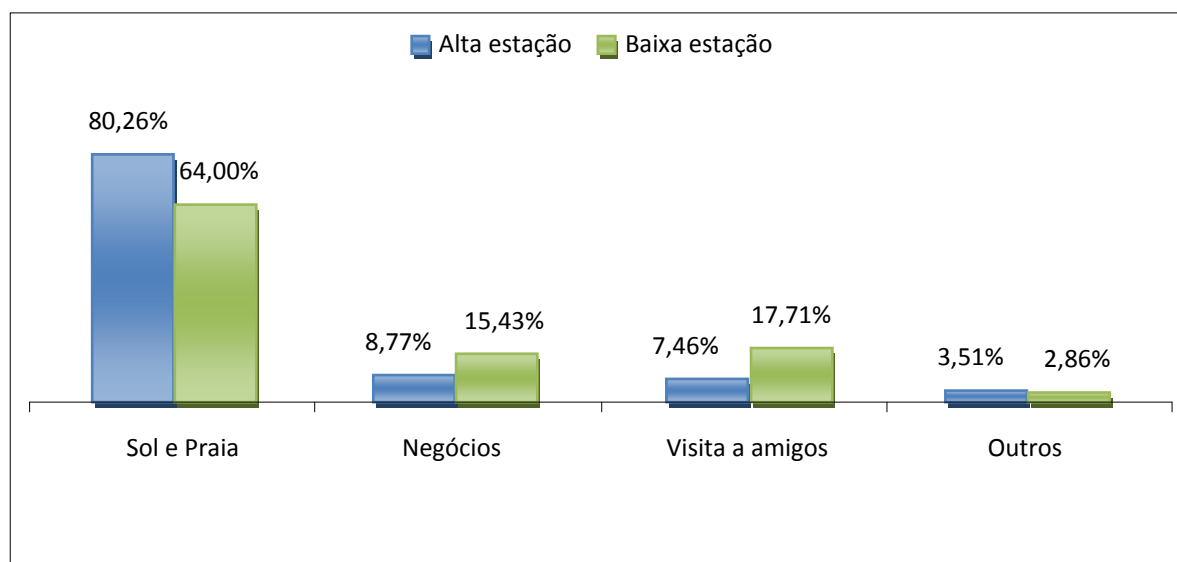


Figura 2.4 - Motivo da Viagem dos que Visitaram Ilhéus na Alta e Baixa Estação em 2010

Fonte: (Santos, 2011)⁸.

¹⁴ SANTOS, Everaldo de Souza. **Imagem turística de Ilhéus, Bahia, na percepção dos atores sociais**. Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2011.

Com base nos dados apresentados anteriormente, observa-se que o fluxo de visitantes no município de Ilhéus é baixo em relação a toda potencialidade turística dos recursos naturais e culturais existente na região, se comparado a destinos similares como Parati (RJ), Ibraquera (SC) e Guarapari (ES). Corrobora-se um índice de permanência baixo, entre 2 a 3 dias, e predominantemente de “sol e praia”.

Esses resultados refletem o que foi apontado no estudo realizado por Andrade (2005)¹⁵, que evidencia as razões pelas quais o município de Ilhéus e região não conseguiu se impor como um grande polo receptivo para o turismo, não sendo considerada competitiva. A autora aponta que no conceito qualidade sobre os atrativos naturais, monumentos e patrimônios culturais, a avaliação ficou entre boa e regular, prevalecendo, contudo, o regular.

Segundo relatórios da OMT – Organização Mundial de Turismo (Costa, 2006)¹⁶ para obter um desenvolvimento sustentável nos destinos litorâneos, o segmento “sol e praia” deve-se incorporar urgentemente com o ecoturismo, turismo cultural, turismo de negócios e eventos, entre outros.

Neste contexto, é possível afirmar que a implantação do Empreendimento Porto Sul poderá fomentar esta incorporação, visto que deve induzir o fortalecimento do turismo de negócios e eventos no município de Ilhéus e região. Este novo turismo certamente será menos massivo, com uma sazonalidade mais equilibrada e maior tempo de permanência e gastos diários mais elevados, ainda que possa impactar negativamente sobre o ecoturismo e o turismo de “praia e sol” em determinadas áreas.

A despeito do crescimento observado no fluxo de turistas e de todo o potencial do turismo de Ilhéus e da região como um todo, um maior desenvolvimento desse setor vem esbarrando na falta de um planejamento mais adequado, especialmente na esfera municipal. Isso inviabiliza a construção de políticas públicas municipais orientada ao cadastro e registro de empreendimentos, arrecadação fiscal, capacitação local, entre outras ações de fomento ao turismo.

Em 2001, a Secretaria de Turismo de Ilhéus contratou a Zorthea Consultoria e Treinamento que, com base em propostas anteriores, elencaram nova listagem de ações, a fim de que se incrementasse o turismo local. Segundo Fontes (2001)¹⁷ este documento foi discutido no Fórum de *Marketing* de Turismo de Ilhéus, realizado em fevereiro de 2000.

Em 2009, foi elaborado no município de Ilhéus um **Plano Estratégico de Turismo — PET**, elaborado por empresários, que propõe uma série de ações turísticas em conjunto com cidades circunvizinhas da Costa do Cacau. Segundo Gândara e Costa (2009)¹⁸, “o PET- Ilhéus, no entanto, não pode ser considerado um Planejamento estratégico, nem mesmo um Plano de Marketing.

Uma das mais severas críticas feitas pelos especialistas, resultado de diversas pesquisas, como as de Nascimento (1998)¹⁹; Fontes (2001)²⁰ e Dória (2002)²¹, entre outros, é a necessidade de

¹⁵ ANDRADE, Maria Luiza Nora. **Um estudo cultural do cacau com perspectiva para o turismo – Ilhéus (BA)**. Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2005.

¹⁶ COSTA, Marcio Leal. **Segmentação do mercado turístico: o caso do destino Brasil** Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2006.

¹⁷ FONTES, Maria Josefina Vervelet. **Turismo em Ilhéus: vantagens comparativas versus vantagens competitivas**. Dissertação do Mestrado em Administração. Salvador (BA): UFBA, 2001.

¹⁸ GÂNDARA, José Manoel e COSTA, Márcio Antônio. Análise do plano estratégico de turismo (PET) de Ilhéus. Livro - Política e planejamento em cultura e turismo: reflexões, conceitos e sustentabilidade. In: ÁVILA, Marco Aurélio (Org.). Política e planejamento em cultura e turismo. Ilhéus, BA: Editus, 2009. 230 p.

¹⁹ NASCIMENTO, Fernando Rios do (Coord.). A crise da lavoura cacauzeira: sua natureza e sua solução. Rio de Janeiro: IPEA. In: **Estudos de política agrícola**, n. 26, outubro, 1998. (Projeto PNUD/BRA/014).

²⁰ FONTES, Maria Josefina Vervelet. **Turismo em Ilhéus: vantagens comparativas versus vantagens competitivas**. Dissertação do Mestrado em Administração. Salvador (BA): UFBA, 2001.

²¹ DORIA, Maria Alice. **Oliveira: uma estância hidromineral?** Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2005.

planejamento turístico para o município, conseqüentemente, a necessária formatação de produtos e serviços turísticos.

Segundo Cruz e Ávila (2011)²², “considerado como o terceiro polo de turismo receptivo do Estado, com um número elevado de meios de hospedagem, hospitalidade, transporte e outros, Ilhéus não apresenta competitividade para captar e manter por muito tempo os turistas, quando essa situação é comparada com outros lugares”.

Segundo Fontes (2001, p. 73-110), é preciso melhorar a limpeza pública, a situação das praias poluídas, a degradação, a acessibilidade, os equipamentos e serviços e roteiros comercializados, a divulgação, a capacitação dos recursos humanos, as vias urbanas, os serviços de saúde, de segurança e de informações. Por outro lado, os aspectos positivos existentes, segundo a autora, são: a Estrada Parque Ilhéus – Itacaré, as praias do litoral norte, os conjuntos arquitetônicos da Piedade e do Palácio Paranaguá, algumas festas populares, como a Puxada do Mastro, em Olivença, os atrativos científicos oferecidos pela CEPLAC e UESC, os meios de hospedagem e o agenciamento.

Segundo Mira (2003)²³, os atrativos de Ilhéus, na maioria dos casos, são mais recursos que atrativos, dada a sua não formatação, correspondendo, ainda, a potencialidades. Os resultados de suas pesquisas evidenciam que **a cultura com o produto turístico é subutilizada devido ao seu grande potencial**. Especificamente sobre o setor privado, conclui que os principais fatores impeditivos são o individualismo nas ações, a falta de coordenação, a ausência na melhoria dos fatores e fragilidade nas associações. Quanto ao setor público, o autor concluiu que os principais impedimentos são a superficialidade das ações, a falta de outros órgãos além da Secretaria de Turismo Municipal, a **inexistência de atividades de pesquisa e desenvolvimento, assim como de educação e treinamento e o insucesso em patrocinar encontros do trade**.

Mira (2003) acrescenta que Fontes (2001) afirma que Ilhéus não vem buscando vantagens competitivas, baseando-se em vantagens comparativas. Nesse sentido ela afirma que “o município vem trabalhando amadoristicamente em vários itens analisados, o que dificulta o alcance de vantagem competitiva”. A autora complementa que a cidade detém grandes potencialidades, como seus recursos naturais e histórico/culturais. Porém, esses recursos estão longe de dar sustentabilidade ao setor, criam uma desvantagem, pelo descaso com que são utilizados e com a pouca qualidade no uso dessas potencialidades.

Fidelman (2004)²⁴ destaca que a ocorrência de macrófitas nas praias da região, sobretudo no verão, período de maior escoamento do Rio Cachoeira, implica na redução de tempo de estada

²² CRUZ, Gustavo e ÁVILA, Marco. Apostila de Planejamento e Política do Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz Ilhéus (BA). Uesc, 2011.

²³ MIRA, Elson Cedro. **Fatores impeditivos à formação do cluster turístico cultural de Ilhéus, Bahia**. Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2003.

²⁴ FIDELMAN, Pedro I. J. **Contribuição para mitigação dos impactos da macrófita aquática *Eichhornia crassipes* sobre a zona costeira da Região Sul da Bahia**, 2004. Disponível em: < http://coastalzone.net/pdf/GCI_Fidelman_2004.pdf > Acesso em 23 de mai. de 2005.

do turista, devido às condições impróprias de utilização, resultando em grandes prejuízos ao setor turístico e demais setores associados. No entanto, o que agrava realmente a situação é a quantidade de lixo que vem junto com as baronesas. Sendo que para tais áreas, a poluição dos recursos hídricos e retirada da vegetação original pode significar, a curto ou médio prazos, uma redução drástica de atividades de recreação e lazer e deflagrar o afastamento de turistas.

Mattos (2003)²⁵ afirma que a oferta turística do município de Ilhéus, em especial a de hospedagem, não se mostra em perfeita adequação em relação ao perfil do seu turista e possivelmente tal discrepância é parcialmente responsável pelo baixo desempenho da atividade turística no município. Os prestadores de serviço da hotelaria ilheense terão que adequar seus serviços ao perfil que consomem seus serviços, ou tentar captar turistas cujo perfil seja compatível com os serviços hoje oferecidos.

Fontes (2001), Mira (2003) e Costa (2006) apontam que a oferta turística no município de Ilhéus e região é caracterizada na sua maioria por pequenos empreendimentos administrados de forma familiar, com um quadro de funcionários que possui segundo grau incompleto, baixa qualificação profissional, composto por 60% do sexo feminino e mais da metade contratados temporariamente em períodos de alta estação.

Mata (2004)²⁶ expõe os fatores restritivos ao desenvolvimento de Ilhéus, principalmente no que tange ao lento dinamismo do setor turístico. Para o autor, o turismo e outras atividades industriais e de serviços emergentes requerem novas habilidades, capacitação, cultura de negócios, enfim, uma base cultural adequada às novas exigências. Porém, a grande especificidade da mão de obra conferiu ao trabalhador regional restrições em termos de custos de deslocamentos para novas atividades, situação que decorre da necessidade de transição de um sistema de produção antigo para o novo, neste caso o turismo.

Neste contexto, Cruz e Ávila (2010)²⁷ afirmam que a falta de um planejamento turístico alinhado com a realidade e necessidades locais no município de Ilhéus não permite uma maximização dos benefícios gerados pelo turismo e certamente potencializa os impactos negativos gerados pelo mesmo.

Os autores acrescentam que essas dificuldades, embora tenham contribuído para emperrar um maior desenvolvimento do turismo na região, não conseguiu frear por completo o dinamismo que a atividade turística trouxe para a economia local e regional, de modo que fica claro como esta atividade ainda tem um grande potencial de desenvolvimento econômico.

²⁵ MATTOS, Samuel Leandro. *Análise da Adequação da Oferta de Hospedagem ao Perfil do Turista de Ilhéus*. Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2003.

²⁶ MATA, Henrique Tomé. *Aspectos conceituais sobre o desenvolvimento local e restrições ao desenvolvimento de turismo na microrregião de Ilhéus- Itabuna*. ENTBL; 2004.

²⁷ CRUZ, Gustavo e ÁVILA, Marco. *Apontamentos técnicos da disciplina de Planejamento e Política Turística*. Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz Ilhéus (BA). UESC, 2010.

3. O CENÁRIO ATUAL DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS

Conforme observado anteriormente, Ilhéus é um importante destino turístico do estado da Bahia, se incluindo na região denominada pelo Governo do estado da Bahia como Costa do Cacau, uma área que possui atrativos dos segmentos de turismo cultural, de esporte e aventura, ecoturismo, sol e praia e étnico-indígena. Atualmente a **estrutura organizacional do turismo do município de Ilhéus** conta com a Secretaria Municipal de Turismo, Redes Empresariais (Ilhéus 100% Turismo, Roteiro Turístico das Reservas Particulares e Ilhéus Praia e Gastronomia), Associação de Turismo de Ilhéus - ATIL e o Conselho Ilheense de Turismo, que está desativado.

Ilhéus é uma cidade relativamente estruturada, a despeito dos *déficits* apontados anteriormente, que oferece diversos serviços e instituições, de modo que se caracteriza não apenas pelo patrimônio histórico, artístico e cultural tradicionais. Consolida-se também como uma região que busca incrementar festas e eventos que aquecem a economia local e, aos poucos, vêm se tornando também parte do patrimônio cultural da cidade e da região. Dentre os eventos com programação regular destacam-se o carnaval e os diversos festivais ligados à culinária típica do mar, como o Festival do Camarão, realizado em Julho nas cabanas das praias do Sul, e o Festival do *Guaïamum*, realizado no povoado Vila Juerana no mês de abril. Com o turismo e a valorização do mar como área de lazer e ponto de encontro, tem se consolidado uma cultura urbana pautada na valorização social dos “sons mecânicos” em torno dos bares e das barracas de praia. Em geral, se destacam os gêneros musicais do “arrocha”, “pagode” e “*axé music*”.

Nesse aspecto, a cidade de Ilhéus é marcada por diversas entidades e espaços para realização de atividades culturais, áreas para eventos, casas e centros culturais, galerias e salas de exposições, quadras, ginásios e estádios de futebol, museus; por um vasto patrimônio cultural, igrejas, catedrais e prédios históricos; uma série de entidades destinadas e especializadas na formação de pessoal e de variadas e diversificadas manifestações artísticas e socioculturais, para além de todas as instituições, serviços e comércios culturais. Toda essa diversidade se traduz num rico calendário de eventos onde constam pelo menos 16 grandes atividades.

Toda essa diversidade foi mapeada pelo 1º Censo Cultural do estado da Bahia, realizado no período de 2002 a 2006 pela Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. As informações completas sobre a cidade de Ilhéus se encontram disponibilizados no site oficial deste censo.

Por ora, é interessante observar que as atividades culturais de Ilhéus que se expressam em eventos se polarizam em dois momentos do ano, o verão e o período das festividades juninas. As atividades do verão começam em dezembro com a abertura do período. Em janeiro, diversas manifestações se realizam como a Festa da Bandeira do Espírito Santo (17/01) no distrito de Olivença, a Festa do Bacalhau ou Festa dos Estivadores a São Sebastião, realizada entre os dias 08 e 25/01 na sede municipal, e a Lavagem da Catedral de São Sebastião. O mês de fevereiro, por sua vez, é polarizado pela festa de Iemanjá, realizada no dia 02 de fevereiro, na praia do Maramata, no Pontal de Ilhéus. É interessante salientar como essa festa realizada pelos pescadores em parceria com terreiros de candomblé (e hoje, com toda a logística da Prefeitura Municipal de Ilhéus) se caracteriza pela união da festa “sagrada” representada pelas oferendas entregues em alto mar a essa Orixá com a festa “profana”, representada pela festa de largo que ocorre em torno daquela. As atividades do verão culminam com o carnaval, quando se apresentam blocos tradicionais, como os blocos afros e de bairro, que conservam as características dos carnavais do passado, e os blocos atuais formados por cantores da chamada “*axé music*” e de outros estilos musicais.

Depois de fevereiro, o calendário de eventos de Ilhéus só marca novas atividades no mês de junho, que articula às festividades juninas o aniversário da cidade, dia 28 de Junho. Realiza-se o “arraíá” da cidade, com as festividades costumeiras do São João, forró, comidas típicas e concurso de quadrilhas.

A despeito da riqueza das manifestações culturais e dos demais atrativos turísticos do Município, segundo informações dos funcionários da Secretaria de Turismo de Ilhéus, é difícil ter uma avaliação precisa da situação atual do turismo, uma vez que não há uma pesquisa atualizada sobre o setor no Município. Os gestores municipais reclamam da falta de uma parceria com a Bahiatursa, órgão oficial de turismo da Bahia, tanto para a promoção de uma política de turismo, quanto para a obtenção de dados que permitam um diagnóstico mais preciso da realidade local. Nesse aspecto, indicadores globais desse setor em Ilhéus permanecem inacessíveis ou são inexistentes, mas expectativas são colocadas no estudo em andamento, segundo os mesmos gestores, relativo ao 1º Inventário de Turismo de Ilhéus, que está sendo realizado pela UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz e pela Secretaria de Turismo do Município, financiado pela empresa Bahia Mineração - Bamin, empresa parceira do Estado na implantação do Porto Sul.

Enquanto os gestores aguardam o fim do inventário para terem uma ideia mais precisa da dinâmica do setor no Município, o cenário atual do turismo em Ilhéus não é bem visto pela ATIL – Associação de Turismo de Ilhéus. A apreciação que seu presidente faz da situação é a de que não há uma política de turismo para o Município. Segundo sua interpretação, Ilhéus vive de veraneio e não de turismo, uma vez que o Município não tem atrativos regulares e/ou um calendário definido de atividades, para além dos momentos indicados anteriormente. Em sua opinião, o Município tem perdido espaço para outros destinos como Morro de São Paulo, Itacaré e Barra Grande, principalmente pela falta de planejamento e pelo não aproveitamento da estrutura local (aeroporto, porto, rodovias, hotéis, bares, restaurantes etc.).

A despeito das críticas feitas tanto pelo Estado quanto pela Sociedade Civil Organizada, ambos são unânimes em falar do potencial de Ilhéus, principalmente para o turismo cultural, de sol e praia e para o ecoturismo. O Município possui inúmeros atrativos (citados integralmente no EIA do Porto Sul), como, por exemplo, as suas diversas praias, a Lagoa Encantada, o Rio do Engenho, a Mata Atlântica relativamente preservada, além dos atrativos culturais, referenciados principalmente na obra do escritor Jorge Amado e o seu patrimônio arquitetônico.

Verifica-se que, apesar das potencialidades naturais e culturais em Ilhéus e região, a atividade turística apresenta inconsistências e uma sazonalidade que impede seu desenvolvimento sustentável. Para Oliveira (2004)²⁸, Ilhéus necessita de maior atenção no que tange à oferta de seus produtos turísticos culturais e naturais com base nos segmentos tradicionalmente existentes no mercado nacional e internacional.

Segundo diversos relatos, o município de Ilhéus possui as praias mais próximas da cidade de Brasília, de Goiânia e de diversos lugares do Centro-Oeste, de modo que, de fora do Estado, essas são as principais origens dos turistas, além dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, o Município também atrai turistas estrangeiros, principalmente aqueles que chegam a partir de Cruzeiros.

Para além dos turistas provenientes de outros países e estados, boa parte do fluxo que chega a Ilhéus vem do próprio estado da Bahia, principalmente de cidades do interior, pelo modal rodoviário, que procuram o Município principalmente em função do segmento sol e praia. Destacam-se entre essas cidades Jequié, Vitória da Conquista, Itapetinga, entre outras do Oeste do estado, para além do fluxo proveniente das cidades próximas como Itabuna e Buerarema, que, no rigor do conceito, talvez não fosse considerado turismo, uma vez que a posição de polo de Ilhéus a caracterizaria como um “entorno habitual”.

²⁸ OLIVEIRA, Polliana Almeida. **Patrimônio cultural e natural em Ilhéus/BA: A urgência da interpretação para a preservação e a promoção do turismo**. Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2004.

É interessante notar que esses diferentes perfis de turistas se deslocam para áreas diferentes do município e da região. Os “turistas de fora” do estado, como chamam os técnicos da Secretaria de Turismo, geralmente se dirigem para Itacaré ou para o Litoral Sul de Ilhéus, onde a estrutura de hotelaria e de barracas de praia é maior e mais diversificada. Parte desse contingente pode ser incluída no que se convencionou chamar de turismo de alto nível, realizado por pessoas de um nível socioeconômico mais elevado. Esse tipo de turismo exige serviços mais qualificados, hotéis de alto padrão e restaurantes mais sofisticados.

Já os “turistas de dentro” do estado da Bahia compõem um tipo de turismo denominado de turismo de massa, desenvolvido por um público mais heterogêneo, em termos econômicos e sociais. Boa parte desses turistas possui suas próprias residências de verão e se dirigem principalmente ao Litoral Norte do Município, localizando-se em condomínios como Japará, Mar e Sol, Paraíso das Águas, Paraíso do Atlântico, Verdes Mares, entre outros. Claro está que muitas pessoas de fora do estado possuem casas nessa região, mas uma parcela bastante considerável desse fluxo turístico é realizada por pessoas que moram em outras cidades do interior da Bahia. É comum também a locação de imóveis por temporada.

O Litoral Norte de Ilhéus, portanto, é conformado por diversos condomínios de veraneio e possui poucas pousadas e hotéis, principalmente quando comparado ao Litoral Sul. A situação muda um pouco a partir da praia de Barra Mares, com a existência de equipamentos mais diversificados e sofisticados, como o Resort Makenna.

A grande questão que hoje coloca o turismo em Ilhéus em cheque é a intermitência que existe entre a alta e a baixa estação. Segundo todos os entrevistados, o maior fluxo de turistas e de clientela de maneira geral se dá entre o final de dezembro e o fim do carnaval, ou seja, de fato, Ilhéus parece ser mais destino de veraneio, do que propriamente de um turismo contínuo e frequente. Isso se explica também pela importância que o segmento de praia e sol desempenha não apenas no Município, mas em todo o litoral da Bahia. Segundo as informações dos donos dos estabelecimentos entrevistados, o faturamento chega a cair pela metade no período da baixa estação, que vai de março a início de dezembro. A taxa de ocupação das pousadas pesquisadas fica entre 80% e 90% na alta estação e chega a cair para 20% na baixa estação, em algumas delas.

Conforme se observa, o panorama atual do turismo em Ilhéus sugere, de fato, a inexistência de uma política continuada de valorização dos seus pontos turísticos e de atração de visitantes, além de todas as críticas realizadas pelos especialistas expostas anteriormente. Durante o verão, a atividade encontra o seu desenvolvimento, enquanto nos períodos de baixa estação a dinâmica diminui bastante. Além disso, percebe-se uma certa segregação socioespacial nesse turismo, que demonstra a tendência de o setor de mais alto nível se localizar no Litoral Sul, ou de passar ao largo do Município, dirigindo-se para Itacaré, ainda que o visitante tenha chegado pelo Aeroporto de Ilhéus, e a tendência de o Litoral Norte ser caracterizado por um turismo de veraneio, mais popular, embora também conformado por camadas médias.

4. CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE

4.1 LOCALIZAÇÃO E TIPOS DE ESTABELECIMENTO

Conforme se pode observar mais detalhadamente no **Anexo I** desse trabalho, ao longo do Litoral Norte de Ilhéus, mais especificamente da localidade de São Domingos até pouco antes da localidade da Ponta da Tulha, foram encontrados 44 estabelecimentos vinculados, de maneira mais ou menos direta, com o turismo: 19 barracas de praia, seis pousadas, cinco hotéis, 12 bares, um restaurante (unicamente com essa função) e um acampamento religioso.

Todos os 44 estabelecimentos, cada um a seu modo, podem ser afetados com o que este trabalho chamou de impactos gerais. São previstos: a) atração de imigrantes; b) ampliação da demanda no consumo de serviços públicos e privados; c) aumento nos casos de prostituição e exploração sexual de menores d) alterações na configuração urbanística e na paisagem; e) mudança da vocação econômica da área. Claro está que estes impactos dependem de uma série de outros fatores, como a dinâmica econômica e do mercado mais ampla, a dinâmica populacional e principalmente a agência do Estado na regulação das transformações e na oferta de serviços públicos. Por outro lado, esses impactos não necessariamente são negativos, na medida em que a atração de novos consumidores e de uma nova dinâmica produtiva pode ampliar o mercado desses estabelecimentos vinculados ao turismo.

No que se refere aos impactos gerais provenientes da movimentação de veículos (caminhões, ônibus, carros de passeios e utilitários) e operários, apenas 10 desses estabelecimentos serão impactados, pois se localizam próximos à BA-001 (entre São Domingos e a futura entrada do Porto Sul – pouco antes da Vila Juerana). Essa rota será utilizada especialmente nos 10 primeiros meses de obra, quando o acesso oriundo da BA-262 ainda não estará concluído. Segundo informação da equipe de engenharia responsável pelo projeto do Porto, do primeiro ao décimo mês de obras, o volume médio de tráfego estimado na BA-001 em função do Porto Sul é de 119,3 viagens por dia, variando de 14,9 viagens no quarto mês a 254,3 no oitavo mês de obras. Do 11º ao 54º mês de obras, a quantidade de viagens diminui bastante, alcançando uma média de 22,7, com um mínimo de 11,5 e máximo de 140,6 viagens por dia. Durante a fase de operação, estima-se um volume de 274 viagens por dia, compostas basicamente por veículos de passeio e utilitários.

No que se refere aos impactos específicos de erosão e progradação da linha de costa provenientes da implantação do quebra-mar, eles serão analisados mais adiante, para a modelagem mais recentemente elaborada em razão da redução do quebra-mar.

4.1.1 Estabelecimentos Afetados de Acordo com a Modelagem Feita para o Novo Quebra-mar – 1.980 m

A análise dos impactos decorrentes da implantação do quebra-mar mostra um cenário mais otimista quanto aos impactos. Se antes a progradação do mar em áreas onde há estabelecimentos vinculados ao turismo poderia chegar a 232 m e a erosão a 105 m, a nova modelagem elaborada prevê que a progradação máxima será de até 160 m e a erosão de até 60m.

Além da previsão da diminuição da intensidade dos impactos, a nova modelagem ampliou a margem de segurança das áreas onde pode haver transformações na linha de costa, estendendo a linha de transformação em 5 km ao norte.

Devido, portanto, à ampliação e às mudanças descritas, a nova modelagem prevê impactos específicos em 19 estabelecimentos de serviços do Litoral Norte de Ilhéus, principalmente naqueles

que se localizam nas praias lindeiras aos loteamentos Mar e Sol, Joia do Atlântico e Barra Mares, conforme detalhado no Anexo I²⁹.

Em geral, dois estabelecimentos se localizam em áreas onde haverá progradação da linha de costa e 17 em áreas onde haverá erosão. Dos 19 estabelecimentos levantados, 8 podem³⁰ ser cobertos pelo mar nos próximos 30 anos: uma barraca de praia sem nome localizada na Praia em frente ao loteamento Mar e Sol e 7 barracas de praia localizadas na Praia em frente a Joia do Atlântico (Cabana Joia do Atlântico, Cabana Virou Mania, Cabana Café de Tacuba, Cabana Piratas e outras três barracas menores sem nome). Os demais 11 estabelecimentos terão como impactos a ampliação ou redução da praia, de modo que pode haver consequências na atratividade dos seus estabelecimentos (**Figura 4.1**). É importante salientar que esses impactos acontecerão apenas caso não sejam realizados o monitoramento e o programa específico para mitigar o impacto. As medidas necessárias estão indicadas nos Programas de Gestão e Monitoramento da Linha de Costa e de Controle de Erosão e Assoreamento.

²⁹ O Anexo I apresenta todos os estabelecimentos levantados, algumas de suas características, e os impactos associados. Nessa lista, identifica-se, inclusive, a abrangência da progradação e da erosão que poderão acontecer nas áreas onde se localizam tais estabelecimentos.

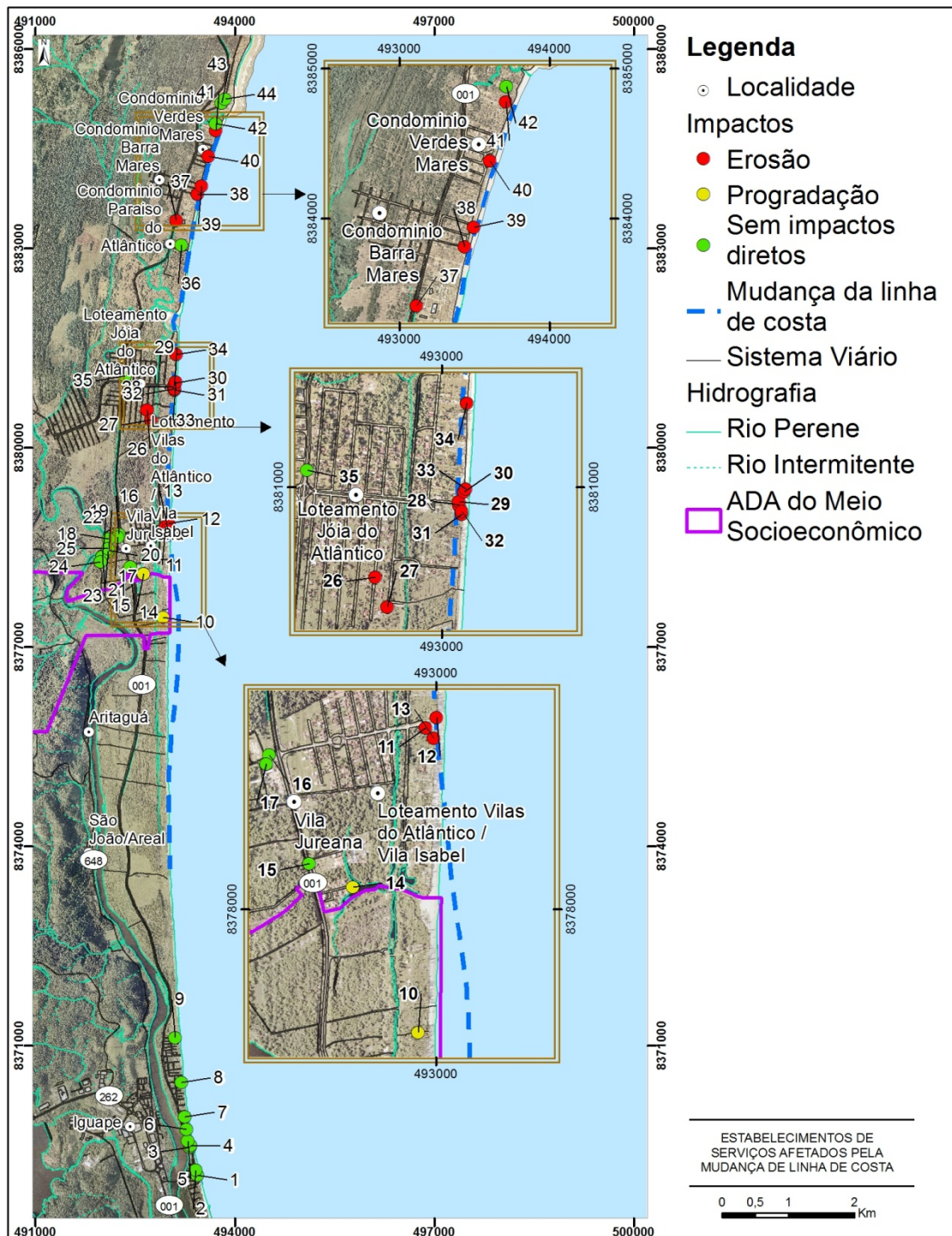


Figura 4.1 - Estabelecimentos Turísticos no Litoral Norte de Ilhéus (Atualizado para a nova Modelagem e Baseado no Anexo I)

4.2 FATURAMENTO E EMPREGOS GERADOS

Boa parte dos estabelecimentos entrevistados que se localizam nessa região são empreendimentos informais, de modo que não têm escritura ou CNPJ, especialmente as barracas de praia. Em geral - exceto os maiores hotéis da região de Barra Mares - se conformam como empreendimentos que contam com mão de obra familiar, e só contratam funcionários nos períodos da alta estação. A quantidade de empregos gerados é pequena, variando de um a quatorze funcionários temporários.

Muitos entrevistados sequer sabiam o faturamento médio mensal obtido na alta e na baixa estação, ou mesmo o tamanho e valor do terreno³¹. Os faturamentos médios mensais variam de R\$ 2.000 a R\$ 10.000 (a depender do tipo de estabelecimento) durante a alta estação e de R\$ 500,00 a R\$ 4.000 durante a baixa estação. Em geral, o faturamento da baixa estação fica entre 20% e 50% daquele obtido na alta estação.

4.3 FLUXOS DE TURISTAS

Conforme observado anteriormente, os entrevistados afirmaram que o maior fluxo de turistas ocorre nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, mais especificamente a partir das festas de fim de ano até o carnaval. O restante do ano, o turismo é esporádico, e baseado num fluxo proveniente de cidades do interior do estado da Bahia.

Enquanto na alta estação chegam turistas de Brasília, Goiânia, cidades de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, na baixa estação a primazia é dada por turistas provenientes de Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga, entre outras cidades da Bahia.

4.4 ATRATIVOS NO LITORAL NORTE

Segundo a maior parte dos entrevistados, os maiores atrativos turísticos do Litoral Norte de Ilhéus são as praias. Eles destacam a beleza das praias, a sua preservação e limpeza, além da tranquilidade da região, menos “badalada”, por assim dizer, do que as praias do Sul.

Além da praia, destacam as demais belezas naturais da região, como a Lagoa Encantada, os rios, além da importância da cultura e da culinária, em especial o *Guaiamum*, que atrai clientes (locais ou turistas) principalmente para os bares da Vila Juerana.

4.5 DIFICULDADES DO TURISMO NO LITORAL NORTE

É interessante notar, como afirmado anteriormente, a existência de certa segregação socioespacial entre o perfil dos turistas que frequentam e se hospedam nas praias do Sul e do Norte de Ilhéus. As praias do Norte são frequentadas mais por “turistas de dentro”, que têm suas próprias residências de verão ou visitantes que alugam os imóveis por temporada.

Esse diferencial foi apontado por diversos entrevistados, que afirmam que a região do Litoral Norte não recebe incentivos do Governo. Há diversos problemas de infraestrutura nessa região, como a falta de saneamento básico (esgotamento sanitário e abastecimento de água), problemas na iluminação pública, asfaltamento, transporte público e segurança, além da inexistência de diversos serviços como farmácias, correios, bancos, entre outros. A falta de infraestrutura foi o principal problema apontado pelos entrevistados, que afirmam que o turismo na área ainda é muito incipiente³².

³¹ Foi possível notar ainda o temor de parte dos entrevistados de ser desapropriados pelo Estado por um valor abaixo do que consideram adequado. O proprietário do Sítio Jequitibá, não obstante essa queixa, afirmou não estar interessado na venda, independente do valor.

³² É interessante notar que nas oficinas realizadas nos meses de Setembro e Outubro de 2011 os próprios gestores e técnicos da Prefeitura Municipal de Ilhéus afirmaram que apenas agora o Município começa a se preparar de maneira mais organizada para a gestão do setor turístico, corroborando, portanto, a tese de que o turismo é ainda incipiente e não planejado.

5. AS RESIDÊNCIAS DE VERÃO

O turismo no Litoral Norte não pode ser apenas analisado a partir dos estabelecimentos de serviços existentes na área, uma vez que os diversos condomínios de veraneio cumprem um papel importante nessa realidade. Ao longo de todo o Litoral Norte, há loteamentos/ condomínios e casas esparsadas de segunda residência. Esse fluxo turístico, embora intermitente, é importante na medida em que contribui para a ampliação da dinâmica econômica da região. Entre esses condomínios, pode-se destacar o Japará, Paraíso do Atlântico, Mar e Sol e Joia do Atlântico, entre outros, os quais sofrerão interferência com a implantação do Porto Sul.

Além de servir como residências de verão, muitas dessas casas são alugadas ao longo do ano, em feriados e finais de semana, conforme fotos abaixo, que demonstram como o fluxo de turistas é bem maior do que aqueles representados pelo fluxo que se hospeda em pousadas e hotéis.



Fonte: Levantamento de Campo, 2012

Figura 5.1 - Residências para Aluguel – Litoral Norte de Ilhéus, 2012

6. A PERCEPÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS SOBRE O PORTO SUL

Entre os 18 entrevistados, 12 disseram ser a favor da implantação do Porto Sul, enquanto quatro disseram ser contra e dois disseram enxergar os pontos positivos e negativos. É interessante notar que a maior parte dos entrevistados diz acreditar que o Porto Sul vai causar impactos na região, e mais especificamente nos seus negócios. A divisão entre aqueles mais ou menos favoráveis ao empreendimento é dada principalmente pelo tipo de impacto que cada um acredita que será gerado.

Aqueles que são favoráveis destacam a ampliação do volume de pessoas que passará pela região, dinamizando a economia local, a partir de uma maior circulação de capital. Outros salientam ainda a possível geração de emprego e renda, que será positiva para seus filhos e netos. A expectativa de geração de emprego e renda é, de fato, o fator mais preponderante para que parte dos entrevistados seja favorável ao empreendimento.

Por outro lado, aqueles que são contrários destacam o receio do crescimento populacional, a densificação das áreas próximas ao Porto e o crescimento da “marginalidade” (*sic*), que destruiria a tranquilidade atual da região. Há aqueles que se preocupam também com os possíveis danos à saúde causados pelo minério que será escoado pelo Porto, além dos impactos sobre a natureza. Há ainda um grupo que tem receio de perder suas propriedades com o avanço do mar, além da preocupação com o valor da indenização a ser oferecida pelo Governo do Estado.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Luiza Nora. **Um estudo cultural do cacau com perspectiva para o turismo – Ilhéus (BA)**. Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2005.

BNB (Banco do Nordeste do Brasil). Prodetur/ NE II – PDITS Pólo Litoral Sul. s.d.; s.l. Disponível em < http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/pdits_ba.asp >

CERQUEIRA, Cristiane A. de; FREIRE, Carla R. F. O turismo no município de Itacaré (BA): uma aplicação da análise fatorial para estimar os fatores determinantes da oferta turística na alta estação do ano de 2006. s. d., s. l. Disponível em :<http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/2508201111143750Cap5.pdf>>

COSTA, Marcio Leal. **Segmentação do mercado turístico: o caso do destino Brasil** Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2006.

CRUZ, Gustavo e ÁVILA, Marco. **Apontamentos técnicos da disciplina de Planejamento e Política Turística**. Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz Ilhéus (BA). UESC, 2010.

DORIA, Maria Alice. **Olivença: uma estância hidromineral?** Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2005.

FIDELMAN, Pedro I. J. **Contribuição para mitigação dos impactos da macrófita aquática *Eichhornia crassipes* sobre a zona costeira da Região Sul da Bahia**, 2004. Disponível em: < http://coastalzone.net/pdf/GCI_Fidelman_2004.pd > Acesso em 23 de mai. de 2005.

FONTES, Maria Josefina Vervolet. **Turismo em Ilhéus: vantagens comparativas versus vantagens competitivas**. Dissertação do Mestrado em Administração. Salvador (BA): UFBA, 2001.

FONTES, Maria Josefina Vervolet. **Turismo em Ilhéus: vantagens comparativas versus vantagens competitivas**. Dissertação do Mestrado em Administração. Salvador (BA): UFBA, 2001.

GÂNDARA, José Manoel e COSTA, Márcio Antônio. Análise do plano estratégico de turismo (PET) de Ilhéus. Livro - Política e planejamento em cultura e turismo: reflexões, conceitos e sustentabilidade. In: ÁVILA, Marco Aurélio (Org.). Política e planejamento em cultura e turismo. Ilhéus, BA: Editus, 2009. 230 p.

MATA, Henrique Tomé. **Aspectos conceituais sobre o desenvolvimento local e restrições ao desenvolvimento de turismo na microrregião de Ilhéus- Itabuna**. ENTBL; 2004.

MATTOS, Samuel Leandro. **Análise da Adequação da Oferta de Hospedagem ao Perfil do Turista de Ilhéus**. Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Marcos Conceituais de Turismo**. S.l.; S.d. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em 13/03/2012, às 14:00h.

MIRA, Elson Cedro. **Fatores impeditivos à formação do cluster turístico cultural de Ilhéus, Bahia.** Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2003.

NASCIMENTO, Fernando Rios do (Coord.). A crise da lavoura cacaueteira: sua natureza e sua solução. Rio de Janeiro: IPEA. In: **Estudos de política agrícola**, n. 26, outubro, 1998. (Projeto PNUD/BRA/014).

OLIVEIRA, Polliana Almeida. **Patrimônio cultural e natural em Ilhéus/BA: A urgência da interpretação para a preservação e a promoção do turismo.** Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2004.

SANTOS, Everaldo de Souza. **Imagem turística de Ilhéus, Bahia, na percepção dos atores sociais.** Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2011.

SOUZA, Ana Paula Andrade. **O turismo como transformador do espaço em Ilhéus e Itacaré, Bahia.** Dissertação do Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus (BA): UESC, 2005.

**ANEXO I: LEVANTAMENTO DE ESTABELECIMENTOS VINCULADOS AO TURISMO
– LITORAL NORTE DE ILHÉUS, 2012**

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
1	Cabana Yemanjá	Barraca de Praia	São Domingos	1984	Trabalho Familiar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	
2	Cabana Renascer	Barraca de Praia	São Domingos	1993	Trabalho Familiar/ Funcionário 1	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	
3	Cabana Girassol	Barraca de Praia	São Domingos	1992	Trabalho Familiar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	

³³ Os impactos descritos já se referem à nova modelagem de transformação da linha de costa, assim como aos números mais atualizados sobre a movimentação de caminhões e operários.

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
4	Bangalô <i>North Shore</i>	Barraca de Praia	São Domingos	2000	1 a 2 Funcionários no Verão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	
5	Pousada e Restaurante Éden	Pousada	São Domingos	2003	4	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	
6	Bar do Guaiamum Fala Fina	Barraca de Praia	São Domingos	1987	3 ou 4 diaristas no Verão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
7	Cabana Sol da Bahia	Barraca de Praia	São Domingos	2011	1	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	
8	Cabana Náufrago do	Barraca de Praia	São Domingos	2008	Trabalho Familiar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	
9	Pousada Creme da	Pousada	Entre São Domingos e a Vila Juerana	-	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
10	Stella Mares Village	Hotel	Região entre São Domingos e Vila Juerana	-	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área; 7. Progradação da linha de costa em até 160 m (possível diminuição da atratividade do local). 	
11	Cabana Calambau	Barraca de Praia	Praia Mar e Sol	1986	2 (temporários)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área; 6. Erosão da linha de costa em até 21,3m (possível diminuição de atratividade). 	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
12	Barraca de Praia Fechada (só abre no verão) – Sem nome	Barraca de Praia	Praia Mar e Sol	-	-	1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área; 6. Erosão da linha de costa em até 27,5m (possível avanço do mar sobre a barraca).	
13	Meu Quiosque	Barraca de Praia	Praia Mar e Sol	-	-	1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área; 6. Erosão da linha de costa em até 16m (possível diminuição de atratividade).	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
14	Cabana Já Vi	Bar	Condomínio Paraíso das Águas	2008	Trabalho Familiar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área; 7. Progradação da linha de costa em até 57m (possível diminuição de atratividade). 	
15	Acampamento Batista Teosópolis	Acampamento religioso	Rodovia BA-001 (saída do condomínio Paraíso das Águas)	-	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
16	Cabana Fênix	Bar	Vila Juerana	2004	2	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	
17	Cabana da Anita	Bar	Vila Juerana	-	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	
18	Cabana Beira Rio	Bar	Vila Juerana	-	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área. 	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
19	Bar Altas Horas	Bar	Vila Juerana	-	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	
20	Barraca Quero Kte	Bar	Vila Juerana	1997	Trabalho Familiar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	
21	Inácio Bar	Bar	Vila Juerana	-	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
22	Bar da Maria	Bar	Vila Juerana	-	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	
23	Bar Juerana	Bar	Vila Juerana	-	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	
24	Cabana do Vilton	Bar	Vila Juerana	1997	Trabalho Familiar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	


Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
25	Visgueira Bar	Bar	Vila Juerana	-	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de tráfego; 2. Fluxo de imigrantes; 3. Ampliação da demanda de serviços; 4. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 5. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 6. Transformação da vocação econômica da área. 	
26	Pousada Atlântico Norte (fechada)	Pousada	Condomínio Joia do Atlântico	-	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área; 6. Erosão da linha de costa em até 60m (aproximação da praia – possível aumento de atratividade). 	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
27	Pousada Paraíso do Atlântico	Pousada	Condomínio Joia do Atlântico	1996	5 durante a alta estação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área. 6. Erosão da linha de costa em até 60m (aproximação da praia – possível aumento de atratividade). 	
28	Cabana Joia do Atlântico	Barraca de Praia	Praia da Joia	2001	1 permanente e 14 durante a alta estação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área; 6. Erosão da linha de costa em até 60m (avanço do mar sobre a barraca). 	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
29	Cabana Virou Mania	Barraca de Praia	Praia da Joia	1993	1	<p>1. Fluxo de imigrantes;</p> <p>2. Ampliação da demanda de serviços;</p> <p>3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores;</p> <p>4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem;</p> <p>5. Transformação da vocação econômica da área;</p> <p>6. Erosão da linha de costa em até 60 m (avanço do mar sobre a barraca).</p>	
30	Cabana Café de Tacuba (fechado)	Barraca de Praia	Praia da Joia	-	-	<p>1. Fluxo de imigrantes;</p> <p>2. Ampliação da demanda de serviços;</p> <p>3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores;</p> <p>4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem;</p> <p>5. Transformação da vocação econômica da área;</p> <p>6. Erosão da linha de costa em até 60 m (avanço do mar sobre a barraca).</p>	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
31	Barraca de Praia – Sem Nome	Barraca de Praia	Praia da Joia	-	-	<p>1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área; 6. Erosão da linha de costa em até 60 m (avanço do mar sobre a barraca).</p>	
32	Barraca Piratas	Barraca de Praia	Praia da Joia	-	-	<p>1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área; 6. Erosão da linha de costa em até 60 m (avanço do mar sobre a barraca).</p>	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
33	Barraca de Praia – Sem Nome	Barraca de Praia	Praia da Joia	-	-	<p>1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área; 6. Erosão da linha de costa em até 60m (avanço do mar sobre a barraca).</p>	
34	Barraca de Praia – Sem Nome	Barraca de Praia	Praia da Joia	-	-	<p>1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área; 6. Erosão da linha de costa em até 60 m (avanço do mar sobre a barraca).</p>	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
35	Pousada Banho de Mar (À Venda)	Pousada	Condomínio Joia do Atlântico	-	-	1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área.	
36	Restaurante Sabor Baiano	Restaurante	Loteamento Vilas do Atlântico	-	-	1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área.	
37	Makenna Resort	Hotel	Barra Mares	-	-	1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área; 6. Erosão da linha de costa em até 20m (possível diminuição de atratividade).	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
38	Barraca de Praia (sem nome)	Barraca de Praia	Praia de Barra Mares	-	-	1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área; 6. Erosão da linha de costa em até 20m (possível diminuição de atratividade).	
39	Barraca de Praia (sem nome)	Barraca de Praia	Praia de Barra Mares	-	-	1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área; 6. Erosão da linha de costa em até 20m (possível diminuição de atratividade).	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
40	Bar (sem nome)	Bar	Condomínio Verdes Mares	-	-	1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área; 6. Erosão da linha de costa em até 20m (possível diminuição de atratividade).	
41	Pousada Ballynahinch	Pousada	Barra Mares	-	-	1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área; 6. Erosão da linha de costa em até 20m (possível diminuição de atratividade).	
42	Maisha Resort	Hotel	Barra Mares	-	-	1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área.	

Ponto	Nome do Estabelecimento	Tipo	Localidade	Início das Atividades	Número de Funcionários	Impactos ³³	Foto
43	Aiocá Hotel	Hotel	Barra Mares/ Ponta da Tulha	-	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área. 	
44	Terra Nossa Resort	Hotel	Barra Mares/ Ponta da Tulha	-	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fluxo de imigrantes; 2. Ampliação da demanda de serviços; 3. Aumento de casos de prostituição e exploração sexual de menores; 4. Alteração na configuração urbanística e na paisagem; 5. Transformação da vocação econômica da área. 	

Fonte: Levantamento de Campo, Mar./2012